

unesp



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

CAMPUS DE MARÍLIA

Faculdade de Filosofia e Ciências

Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

RENATO CRIVELLI DUARTE

A patrimonialização do arquivo pessoal:
Análise dos Registros Memória do Mundo do
Brasil, da UNESCO.



MARÍLIA
2013

RENATO CRIVELLI DUARTE

A patrimonialização do arquivo pessoal: Análise dos Registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Universidade Estadual Paulista - como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientadora: Prof. Dra. Maria Leandra Bizello



MARÍLIA
2013

Crivelli, Renato.

C936p A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros
Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO / Renato Crivelli
Duarte. – Marília, 2013.
222 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e
Ciências, 2013.

Bibliografia: f. 205-211.

Orientadora: Maria Leandra Bizello.

Agência financiadora: FAPESP.

1. Arquivos pessoais. 2. Patrimônio. 3. Patrimônio
documental. 4. Programa Memória do Mundo. I. Duarte,
Renato Crivelli. II. Título.

CDD 027.1

RENATO CRIVELLI DUARTE

A patrimonialização do arquivo pessoal: Análise dos Registros
Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP - Universidade Estadual Paulista - como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Produção e Organização da Informação

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Leandra Bizello (Orientadora)

Prof. Dra. Luciana Quillet Heymann (Membro da banca) CPDOC-FGV

Prof. Dra. Telma Campanha de Carvalho Madio (Membro da banca) UNESP

Prof. Dra. Vera Lúcia D. L. M. Dodebei (Suplente da banca) UFRJ

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida (Suplente da banca) UNESP

Marília, 09 de agosto de 2013

AGRADECIMENTOS

Não é possível iniciar os agradecimentos sem indicar a pessoa que, sem a qual, nada disso teria acontecido (nem este trabalho nem mais nada): minha mãe, Izilda!

Há que reverenciar também aquelas pessoas que surgem em nossa trajetória para deixar o caminho e os tropeços mais amenos, e as conquistas ainda mais agradáveis. Estes recebem o nome de amigos!

Hércules, que teve paciência por mais dois anos de morada (como se não bastassem os três anteriores!).

Mariana, que com suas perguntas capciosas me fez entender muitas coisas. Além de ser excelente companhia para cinema e restaurantes!

Marta, que ajudou muito mais do que imagina! Além de também ser excelente companhia nos momentos de espairecer e para o *tour gastronômico*!

Maira, que, com toda sua fofura, ganhou um lugar no coração! E com todo seu conhecimento, ganhou um parceiro de discussões!

Maítha, que eu trouxe para o lado negro da força, e sempre nos entendemos nas lamentações!

Thiago, que fez muita falta no tempo em que estive nas geleiras do Canadá, mas nunca deixou de ser queridíssimo! Fico feliz com você!

Não posso me esquecer da pessoa que me deu tanto apoio durante este mestrado, e também antes. Minha orientadora e mestra, Maria Leandra Bizello, obrigado por me aceitar mais uma vez e por me ensinar muito do que sei!

Agradeço também às professoras que aceitaram o convite para me avaliar na banca de defesa. Prof. Dra. Telma Madio, que está sempre disposta a me avaliar; Prof. Dra. Luciana Heymann, que a presença muito me honra, pois seus trabalhos sempre guiaram minha trajetória acadêmica. À Prof. Dra. Sônia Troitiño, por dar boas indicações na qualificação.

Agradeço também a todas as instituições que me atenderam e disponibilizaram informações que, sem as quais, não seria possível realizar esta pesquisa (em ordem alfabética): Academia Brasileira de Letras (ABL), Arquivo Nacional, Biblioteca Comunitária da UFSCar, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Casa de Oswaldo Cruz (COC – Fiocruz), Fundação Oscar Niemeyer, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA – UCG) e Museu Imperial de Petrópolis.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por financiar esta pesquisa.

Agradeço ainda a todos aqueles que tiveram presença na minha trajetória. Todos deixam um pouco em mim. Pessoas vêm e vão, podem me fazer rir e chorar, mudar minha vida do dia pra noite... e que triste seria a vida se não fosse surpreendente!

“Mas é importante – interrompe o homem de terno cinza.
– Alguém precisa contar essas histórias. Quando batalhas são travadas, vencidas e perdidas, quando piratas encontram seus tesouros e os dragões comem seus inimigos no café da manhã acompanhados de uma bela xícara de chá, alguém precisa contar as próprias narrativas superpostas. Existe magia nisso. Está nas pessoas que ouvem, e será diferente para cada ouvido, e vai afetá-las de formas que nunca poderão prever. Desde o mundano até o mais profundo. Você pode contar uma história que passe a morar na alma de alguém, se transforme em seu sangue e propósito. Essa história vai motivar e impulsionar e quem sabe o que ela poderá fazer por causa disso, por causa das suas palavras. Esse é o seu papel, seu talento. Sua irmã pode ser capaz de ver o futuro, mas você pode moldar esse futuro, rapaz. Não se esqueça disso. Afinal, existem muitas formas de magia.”
(MORGENSTERN, Erin. O circo da noite)

RESUMO

Nas últimas décadas os estudos com foco nos arquivos pessoais têm sido recorrentes no Brasil, o que nos mostra um desenvolvimento desta temática. Do mesmo modo, o conceito de patrimônio tem tomado lugar central em discussões políticas relacionadas à sua preservação e ampliação em todo o mundo. O desenvolvimento dos estudos sobre arquivos pessoais afirmam as qualidades informativas históricas destes conjuntos documentais. Mesmo com seu estereótipo de papéis acumulados por uma pessoa, são cada vez mais reconhecidos seus potenciais de representação de um período histórico da sociedade. Este reconhecimento é responsável por elevar seu status junto à comunidade científica e governos, propiciando maior preocupação em preservá-los. Do lado do conceito de patrimônio, o seu desenvolvimento histórico, em consonância com os desenvolvimentos culturais e sociais, gerou uma ampliação de seu sentido. Inicialmente apenas obras arquitetônicas e obras de arte, preferencialmente religiosas, eram entendidas como patrimônio histórico e cultural. Atualmente, este sentido se ampliou drasticamente e muitas novas categorias patrimoniais foram incorporadas. Dentre estas categorias, surge a do patrimônio documental. Um conceito pouco explorado, responsável por gerar mais dúvidas do que respostas. Ciente desta categoria patrimonial, a UNESCO, responsável por desenvolver e coordenar uma série de ações preservacionistas em todo o mundo, desenvolveu o Programa Memória do Mundo. Este programa tem por objetivo estimular a preservação e o acesso a conjuntos documentais considerados relevantes para a memória da humanidade, bem como contribuir para o maior reconhecimento dos valores destes conjuntos. O Brasil é participante deste programa e desenvolve desde 2007 a seleção de conjuntos documentais relevantes para a memória e cultura nacionais, que integram o Registro Memória do Mundo. Entre os anos de 2007 a 2010, do total de 38 conjuntos nominados, 12 são arquivos pessoais. Esta informação expressa o reconhecimento dos arquivos pessoais enquanto patrimônio documental nacional. No entanto, é conveniente questionarmos de forma os documentos de uma pessoa são erigidos a patrimônio de uma nação. O objetivo deste trabalho é compreender de que modo um arquivo pessoal é convertido em patrimônio documental. Para isso, exploramos as características, configurações e representações dos arquivos pessoais. Em seguida, realizamos um estudo sobre o patrimônio, em busca de seus valores e sentidos para a coletividade, e aprofundamos na categoria do patrimônio documental, na finalidade de estabelecer um entendimento claro sobre eles. Na sequência, estudamos o Programa Memória do Mundo e sua ação no Brasil, com a análise dos 12 arquivos pessoais que integram seu Registro. Por fim, considerações sobre a aproximação dos arquivos pessoais ao universo patrimonial e a atuação do Programa Memória do Mundo.

Palavras-chaves: Arquivos pessoais; Patrimônio; Patrimônio Documental; Programa Memória do Mundo

ABSTRACT

On the last decades the study with focus in personal records had been recurring in Brazil, which shows a growth in this thematic. Similarly, the concept of heritage has taken a central place in policy discussions related to the preservation worldwide. The development of studies on personal records shows the importance of these set of documents. Even sometimes seen as less important records, papers accumulated by a person have been increasingly recognized for their potential for representation of a historical period in society. This recognition is responsible to elevate its status within the government and scientific community, incising the concern to perseveration. On the heritage side, leads to the development of a broad sense related to the cultural and social status. Initially, only historical buddings and fine arts, preferentially religion related, where understood as part of the historical and cultural heritage especially in the Latin American reality. In present time, this sense was amplify drastically and new categories where created. Between these categories, surges the documental heritage. On concept less explored, responsible for more doubts and answers. Concern with this category, UNESCO, responsible for the coordination and developments of a series of preservation actions across the world, developed the Memory of World Program. This program has the objective to stimulate the preservation and access to records consider relevant for the mankind memory, as well to contribute to increase the status of this records. Brazil is a participant of this program and development since 2007 the selection of records holdings relevant for the cultural and national memory, which will integrated the Memory Of World Record. Between the years 2007 and 2010 a total of 38 holdings where nominated, 12 are personal archives. This information expresses the recognition of personal archives as national record heritage. However, it's convenient to question the way which personal records are constructed as a nation heritage. The objective of this work is to comprehend how a personal archive can be understood as a documental heritage. For that we explore the characteristics, configurations and representations of personal archives. Beyond that, we realized a study about heritage in a broad sense, in a search for its meaning for the collective and we deepens in the records heritage, with the objective to establish a better understanding of then. In sequence, we studied the Memory Of World Program and its action in Brazil, with the analysis of the 12 personal records that were registered. In the end, we make considerations about the relation between the personal archives and the heritage universe and the importance of the Memory Of World Program.

Keywords: Personal Records; Heritage; Documental Heritage; Memory Of World

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

CCI – Comitê Consultivo Internacional

CPDOC-FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas

DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

FIOCRUZ-COC – Fundação Oswaldo Cruz – Casa de Oswaldo Cruz

Fundaj – Fundação Joaquim Nabuco

IEB-USP – Instituto de Estudos Brasileiros – Universidade de São Paulo

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MOW – Programa Memória do Mundo

UCG-IGPA – Universidade Católica de Goiás – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia

UFSCar-BCo – Universidade Federal de São Carlos – Biblioteca Comunitária

UNESCO – United Nations for Education, Science and Culture Organization

SUMÁRIO

Introdução	9
1 Os arquivos pessoais e suas configurações	14
1.1 O arquivo pessoal e suas representações.....	23
1.2 A institucionalização do arquivo pessoal	41
2. Os Elementos do patrimônio	60
2.1 O Documento.....	85
2.2 O patrimônio documental.....	99
3. Programa Memória do Mundo.....	116
3.1 A ação do Programa Memória do Mundo no Brasil	132
3.2 Os conjuntos documentais nominados	139
3.3 Arquivo Machado de Assis	143
3.4 Arquivo Guimarães Rosa.....	147
3.5 Arquivo Getúlio Vargas	150
3.6 Arquivo Oswaldo Cruz	155
3.7 Arquivo Joaquim Nabuco.....	161
3.8 Arquivo Carlos Chagas	165
3.9 Arquivo Oscar Niemeyer.....	169
3.10 Acervo Jesco Von Puttkamer.....	172
3.11 Fundo Florestan Fernandes.....	176
3.12 Manuscritos Musicais de Carlos Gomes.....	179
3.13 Arquivo Tamandaré	182
3.14 Conjunto documental relativo às viagens do imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo.....	186
3.15 Considerações sobre as nomeações.....	190
Considerações Finais.....	197
REFERÊNCIAS.....	206
ANEXO I.....	213

Introdução

Considero importante, para iniciarmos este trabalho, apresentar quais foram os pensamentos que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa. Inicialmente, a proposta de desenvolver uma dissertação de mestrado tinha por força motriz a possibilidade de dar continuidade à pesquisa realizada durante a graduação. A pesquisa realizada na graduação teve como tema a representação social nos arquivos pessoais e suas contribuições para o desenvolvimento da memória coletiva.

Com um grande interesse voltado para os arquivos pessoais, abandonar este tema não foi considerado. Buscava-se, antes, uma forma de ampliar e aprofundar os estudos em relação a esta categoria de arquivos. Primeiramente pela curiosidade sobre as características próprias deles e, em sequência, pela necessidade existente na área de Arquivologia de mais trabalhos sobre eles.

A inclusão de um novo elemento ao trabalho se deu com a observação do frequente uso do termo *patrimônio documental* em trabalhos da área de Arquivologia. No entanto, poucas eram as explicações apresentadas sobre a definição deste termo. Com isso, surgiu a questão: o que é o patrimônio documental?

As explicações sucintas sobre o conceito deste termo foram responsáveis por gerar mais dúvidas do que respostas. Esta situação estimulou uma pesquisa sobre este tema. Esta pesquisa me levou ao Programa Memória do Mundo, desenvolvido pela UNESCO.

Ao pesquisar a atuação deste Programa no Brasil, tive acesso às listas de documentos e conjuntos documentais nominados como patrimônio documental do Brasil. Este levantamento foi realizado em 2010, e correspondia aos quatro primeiros anos de atuação do Programa no Brasil. Nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, a lista de patrimônios documentais do Programa contava com 38 conjuntos nominados.

Foi muito interessante perceber a composição desta lista e a forma como ela é construída. No entanto, o que mais chamou atenção foi a presença de arquivos pessoais entre os patrimônios documentais nominados. Não somente a presença, mas também a quantidade de arquivos pessoais listados.

Dos 38 conjuntos nominados, 12 são arquivos pessoais. Esta quantidade corresponde a 1/3 dos patrimônios documentais brasileiros, segundo a UNESCO. A observação desta situação foi responsável por dar origem a uma questão que resultaria na formação desta pesquisa.

Com isso, a questão que surgiu foi: de que forma os arquivos pessoais podem ser considerados patrimônio documental de uma nação? A pesquisa realizada anteriormente apresentou os potenciais informativos dos arquivos pessoais para servir como fonte de informação para a formação da memória coletiva. No entanto, esta qualidade seria suficiente para convertê-los em patrimônios nacionais?

A partir deste momento, a questão que permearia o desenvolvimento desta pesquisa foi estabelecida. Com isso, o objetivo desta pesquisa é identificar qual a representatividade e as características dos arquivos pessoais que os qualificam como patrimônios documentais.

Utiliza-se por base a problemática de compreender de que modo os arquivos pessoais podem ser considerados patrimônio nacional, considerando serem os primeiros os conjuntos de documentos acumulados por uma pessoa, e os segundos um conjunto de símbolos históricos e culturais da nação.

O caminho para atender a estas questões se pressupõe longo. É necessário o aprofundamento no universo dos arquivos pessoais, suas características próprias, potencialidades e demais ações, para que possamos associá-los aos patrimônios documentais.

Para fazermos esta associação, é necessário que se conheça os patrimônios documentais. Por ser um tema pouco explorado, as referências são escassas, o que requer a apropriação de conceitos provisórios e definições a se delinear. Além disso, é necessário recorrer a contribuições de outras áreas, a fim de construir um entendimento mais claro possível.

As contribuições externas devem ser buscadas seguindo um caminho lógico. Os patrimônios documentais são considerados como uma categoria relacionada aos entendimentos gerais de patrimônio. Conceitos e discussões sobre o patrimônio são vastos e se encontram, principalmente, nas áreas de arquitetura, história e antropologia.

Buscamos elementos em todas estas áreas, de modo a elaborar um cenário amplo, mas com prioridade das duas últimas. A antropologia e a história oferecem elementos do sentido de patrimônio e sua ação cultural dentro da sociedade a qual é

inserido. Estas observações são relevantes para compreender a formação do patrimônio documental.

Com isso, esta pesquisa se estrutura de modo que trace um caminho para os arquivos pessoais, onde novos elementos lhes são agregados, com a finalidade de compreendermos o quê nestes conjuntos justifica a sua patrimonialização. A pesquisa é composta por três capítulos, sendo o primeiro direcionado aos arquivos pessoais, o segundo para o patrimônio e ao patrimônio documental, e o terceiro voltado à compreensão do Programa Memória do Mundo e dos conjuntos documentais pessoais por ele nominados.

O primeiro capítulo é composto por três partes. Na primeira parte apresentamos a composição dos arquivos pessoais e seus principais elementos. A composição é muito importante para compreendermos as potencialidades destes conjuntos documentais. Na segunda parte discutimos as representatividades cabíveis aos arquivos pessoais. Por serem conjuntos de documentos de pessoas, as expectativas de que compreendem somente a vida do titular são extrapoladas, sendo que ele compreende também a representação da sociedade e do tempo em que o titular viveu. Na terceira parte discutimos a institucionalização dos arquivos pessoais. A incorporação destes conjuntos por parte de uma instituição cultural ou de memória é essencial para compreendermos a patrimonialização dos arquivos pessoais. Incorporar estes conjuntos a uma instituição representa uma valorização e uma ressignificação destes arquivos, sendo um momento chave para compreendermos sua conversão em patrimônio documental.

O segundo capítulo, direcionado aos patrimônios documentais, é composto por três partes. Na primeira discutimos a noção e o sentido de patrimônio, em sua ampla configuração. Objetiva-se nesta seção a visualização do patrimônio não em sua configuração legislativa e burocrática, como as leis preservacionistas e ações governamentais, mas o sentido que estes bens patrimoniais têm enquanto integrantes de um grupo. Suas ações direcionadas à coletividade a que pertencem, de modo a contribuir para a memória e identidade dos grupos, e seu papel junto à formação da noção de nação e do sentimento de nacionalismo são exploradas nesta seção.

A seção seguinte é direcionada aos documentos, em especial à sua formação intelectual. Um documento é um produto social com várias faces, onde a interpretação e significação deste objeto pode lhe investir os mais diversos sentidos.

Do mesmo modo que ele é significado e interpretado, ele pode também ser ressignificado, recebendo configurações que não lhes eram intrínsecas antes. Na terceira seção, a discussão é em torno dos patrimônios documentais. Não com a intenção de unir o exposto anteriormente sobre os patrimônios e os documentos, mas com base nisto que foi apresentado. Desenvolvemos esta seção em direção aos documentos arquivísticos, para compreendermos as transformações e ressignificações às quais estes documentos estão suscetíveis. O seu entendimento enquanto fonte histórica é relevante para sua conversão em patrimônio documental, de modo que possa agir de alguma maneira no cenário social.

O terceiro capítulo é direcionado ao Programa Memória do Mundo e sua atuação no Brasil. Este capítulo é composto por várias seções, mas quatro são as principais. Na primeira seção apresentamos o histórico do Programa, seus objetivos e modos de ação, além de buscar a compreensão do pensamento que segue o Programa, em todos os seus níveis (nacionais, regionais e mundial). Discutimos nesta seção o processo de seleção dos itens que serão incluídos no Registro Memória do Mundo, a lista do patrimônio documental da humanidade, em especial os critérios de seleção por ele utilizados.

Na segunda seção, aprofundamos na atuação do Programa no Brasil. Este programa no Brasil é representado pelo Comitê Nacional Memória do Mundo do Brasil, qual é responsável pela seleção de itens a ingressar no Registro nacional do Programa. O processo de seleção e os critérios aplicados pelo Comitê Nacional são apresentados nesta seção.

Na sequência, damos início à apresentação dos 12 arquivos pessoais nominados entre os anos de 2007 e 2010. Este recorte temporal é aplicado por conta da época em que o projeto desta pesquisa foi elaborado. Nos dois anos que se seguiram, novos arquivos pessoais passaram a integrar o Registro, mas optamos por não acrescentá-los à pesquisa para não comprometer a exequibilidade do estudo pela quantidade de objetos a se analisar. Antes da apresentação dos arquivos pessoais, há uma seção de ordem metodológica, onde apresentamos a forma de coleta dos dados, as fontes e forma de análise. Optamos por buscar os dados dos arquivos através de duas fontes, sendo o formulário de candidaturas elaborado pelas instituições no ato de candidatar um arquivo à seleção do Comitê Nacional, e os instrumentos de pesquisa dos arquivos disponíveis na internet.

Os 12 arquivos pessoais são: Arquivo Getúlio Vargas, Arquivo Guimarães Rosa, Arquivo Oswaldo Cruz, Arquivo Machado de Assis, Fundo Carlos Chagas, Arquivo Oscar Niemeyer, Arquivo Joaquim Nabuco, Manuscritos Musicais de Carlos Gomes, Fundo Florestan Fernandes, Acervo Jesco Von Puttkamer, Diários das Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo, Arquivo Tamandaré. Após a apresentação destes arquivos, segue uma seção com considerações sobre o processo de seleção do Programa e os pesos das análises, em busca de compreender e justificar a seleção destes arquivos específicos.

Por fim, a seção de considerações finais, onde tecemos uma proposta de unir e amarrar todos os pontos discutidos ao longo do caminho percorrido, agregando-os aos arquivos pessoais. Deste modo, elementos apresentados ao longo do trabalho ganham mais consistência na elaboração de uma explicação para a patrimonialização dos arquivos pessoais e quais as representações e características que justificam essa conversão. Consideramos também qual o papel do Programa Memória do Mundo neste quadro de patrimonialização e de que modo ele age na valoração dos arquivos pessoais para a história e cultura nacionais.

Esta pesquisa, assim como qualquer outra, é composta por um agrupamento de pontos de vista e opiniões que nos permitem chegar a um resultado final. O universo patrimonial e, conseqüentemente, os patrimônios documentais estão, assim como a sociedade e a cultura, em constantes mudanças e reorganizações. Por estes motivos, esta pesquisa não termina com uma “conclusão”, mas com “considerações”, por não ter um caráter conclusivo, mas antes um propósito de contribuir para futuras e novas discussões que surgirão.

1 Os arquivos pessoais e suas configurações

As configurações e a constituição dos conjuntos documentais de pessoas físicas os colocam num local de incertezas e questionamentos. Tais problemáticas percorrem desde sua efetiva qualificação enquanto documentos de arquivo até questionamentos sobre suas funções e usos enquanto fontes de pesquisas, passando por hipóteses acerca da fidedignidade e autenticidade destes papéis.

Acumulados ao longo da vida de uma pessoa ou família, como decorrência das atividades realizadas pelo seu produtor, os documentos pessoais passaram a assumir um lugar próprio junto aos universos de pesquisa histórica e de ações culturais num período que pode ser considerado bastante recente. Há maior presença de estudos e pesquisas a eles relacionados a partir da segunda metade do século XX (FERREIRA, 2003; CAMARGO, 2003), o que pode até mesmo ser visto como uma das causas de tantas incertezas sobre este objeto.

Recentemente, arquivistas, historiadores, antropólogos e sociólogos têm voltado suas pesquisas para esta documentação até então marginalizada. Não apenas através da utilização deste material na qualidade de fonte informacional para embasar trabalhos de pesquisa, mas também com o intuito de discutir e explorar a própria composição e situação a que se encontra esta categoria documental. Os arquivos pessoais têm passado à qualidade de objeto de pesquisa em diversas áreas ao assumirem lugar central nos trabalhos e serem eles mesmos os objetos de discussão.

Estes passos mostram que há interesse sobre os documentos produzidos por pessoas, acumulados ao longo de suas vidas, preservados após o falecimento do titular e destinado a alguma instituição que servirá como lugar de preservação daquela documentação.

Para que seja possível compreender a posição dos documentos pessoais, enquanto fonte informacional ou enquanto objeto de pesquisa, é essencial que se compreenda como ele é constituído e por o quê é constituído. Esta compreensão nos permitirá, então, visualizar as suas potencialidades tanto de modo individual e específico em sua significação interna, quanto holístico em sua significação relacionada ao contexto externo ao sujeito individual.

É intrigante, ao observamos os arquivos pessoais, as variedades de documentos que podem compor estes conjuntos, nas mais diversas apresentações de suportes, iniciando com o tradicional papel e as comuns fotografias, atingindo mesmo os objetos mais inusitados que nos estimula a perguntar por que motivo aquilo foi guardado.

Trabalhar com arquivos pessoais é trabalhar, em grande parte, com a subjetividade humana, com o sentimentalismo paralelo às objetividades de documentos jurídicos oficiais e legais. As dissonâncias possíveis no contexto interno dos arquivos pessoais deixam o seu trato mais delicado, seja para entendê-lo como fonte, seja como objeto; seja para o historiador observá-lo e interpretá-lo a fim de extrair elementos que integrarão um trabalho que lhe é externo, seja para o arquivista que necessita observá-lo e interpretá-lo a fim de aplicar-lhe a mais adequada forma de organização que se pretende, ao menos, ser representativa deste fundo.

Independente do objetivo que se tenha ao trabalhar com os arquivos pessoais, é necessário que se entenda como ele se forma e quais são as suas problemáticas.

Para o entendimento inicial sobre os arquivos pessoais, é conveniente uma observação geral sobre a constituição desta categoria de conjunto documental, a partir de uma comparação fundamental em relação aos arquivos jurídicos. É de comum acordo nos estudos arquivísticos que os arquivos jurídico-administrativos, ou os arquivos institucionais, são constituídos a partir das atividades desenvolvidas por aquele órgão produtor e que, conseqüentemente, poderão servir como um reflexo daquela instituição. A organização dos documentos institucionais guarda o potencial de representar a estrutura organizacional da instituição, as atividades por ela realizada, relações internas e externas, trâmites burocráticos, entre outros elementos estruturantes da administração. Estudos clássicos sobre os arquivos nos mostram isso, como Bellotto (2006), Paes (2004) e Schellenberg (2006).

Uma característica que deve ser destacada, no caso da documentação institucional, está relacionada à estruturação das atividades e funções que serão desenvolvidas e onde e por quem serão realizadas. O bom funcionamento da administração depende da organização, tanto funcional como estrutural, bem definida.

Quando nos voltamos para a documentação de pessoas físicas, pensamos que o potencial representativo se repete de modo similar ao apresentado na documentação institucional. Mas é possível notar que aquela organização estrutural e funcional, essencial para a administração, é muito tênue na vida de uma pessoa.

Na tentativa de determinar uma organização para a vida do indivíduo produtor de documentos, Alberca (2000 apud CUNHA, 2007, p. 4) nos fala sobre a divisão da vida de uma pessoa em três esferas de ação, denominadas por ele de público, privado e íntimo:

O íntimo, o privado e o público são três espaços distintos na esfera de atuação humana, sem separação entre eles, pois que na prática estes três âmbitos se entrecruzam. Se no espaço público residem e são observáveis os comportamentos sociais, no privado poderíamos situar os interpessoais e no íntimo se localizam aqueles atos ou ideias que são inobserváveis no entre si.

Inseparáveis, estes três espaços são presentes na vida de qualquer pessoa e sua interdependência é evidente, ocasionando o nebuloso limiar entre eles. Se pensarmos que, tal qual a documentação institucional, a documentação pessoal tem a condição de representar a organização de seu produtor, deveríamos identificar estes três espaços também nos itens que compõem o seu arquivo.

Como seria, então, um arquivo pessoal composto por documentos que representassem estes três campos de pertencimento do titular? Uma observação segundo este parâmetro pode simplificar e aproximar da realidade comum a compreensão sobre o processo de produção e constituição dos arquivos de indivíduos, e mostrar ainda que gerar arquivos pessoais é, na verdade, prática mais comum do que se pensa.

Todos nós temos, de uma forma ou de outra, um arquivo pessoal sob nossa custódia. Isto pode sofrer alterações de pessoa para pessoa, refletindo nas proporções da documentação, na variedade dos elementos, nas funções que os geraram. Artières questiona e responde a constituição dos arquivos pessoais: “Pois, por que arquivamos nossas vidas? Para responder a uma injunção social. Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas, por o preto no branco, sem mentir, sem pular páginas nem deixar lacunas.” (1998, p 10).

O autor nos remete a uma condição social vigente que nos conduz à produção de documentos. Tais exigências realizadas por sistemas de gestão e administração, tanto pública quanto privada, estimulam que qualquer indivíduo produza registros sobre si a fim de atender a alguma demanda.

Os sistemas burocratizados das sociedades contemporâneas agem com vistas ao tratamento igualitário entre todos os indivíduos cidadãos e é necessariamente atinado ao espectro do controle social. Deste modo, eles funcionam apenas através do uso de registros escritos que o alimentarão.

Desde o nascimento, a criação de documentos por parte daquele que se encontra em uma sociedade moderna não para. Ao contrário, tende a aumentar gradativamente. As obrigações sociais tais como vacinação, escola, trabalhos viagens, compras, negócios, família, casamento, filhos, entre qualquer outra atividade social que esteja relacionada à vida direta do indivíduo será motivo para a produção de documentos. Artières (1998, p. 11) nos diz que “(...) o *anormal* é o *sem-papéis*”.

Esta necessidade por documentação que temos atualmente não está relacionada simplesmente à condição de controle social ou burocratização do sistema administrativo. Ela está relacionada também à nossa obtenção de direitos.

Quer dizer, para que um indivíduo tenha acesso ao serviço público de saúde, é necessário que seja realizado um cadastro detalhado sobre o enfermo e, via de regra, a transmissão oral dos dados não é suficiente para o serviço. Esta situação chega, mesmo, a impedir que certos cidadãos possam gozar de um direito pela falta de documentos.

Existem vários outros exemplos que podem ser dados para ilustrar esta documentação pessoal produzida a partir de uma necessidade de sobrevivência e de aceitação social. Acompanhando estas ilustrações, podemos colocar ainda o Registro Geral (RG), Certificado de Pessoa Física (CPF), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Passaporte, o Título de Eleitor, para os homens o Certificado de Reservista do Serviço Militar como integrantes dos documentos pessoais que integram o primeiro dos três espaços, o espaço Público.

Seguindo, o próximo espaço corresponde às atividades privadas e interpessoais do indivíduo e se refere, portanto, à sua vivência enquanto sujeito social inserido em um contexto específico, delimitado através de sua trajetória e suas escolhas.

Em síntese, o que diferencia este espaço do primeiro, o público, é o certo “descompromisso” com os órgãos reguladores da sociedade em relação à afirmação do sujeito enquanto cidadão juridicamente estabelecido. Todavia, este se apresenta como um espaço intermediário entre os dois opostos da existência dos indivíduos,

sendo a vida pública e social em contrapartida da intimidade privativa e exclusivamente individual (CUNHA, 2007).

Esta posição torna complexo o estabelecimento de fronteiras claramente delimitadas em relação àquilo que se entenderia como público ou privado. Camargo e Goulart (2007, p. 23) identificam esta situação característica em contraponto aos institucionais: “No âmbito dos arquivos pessoais, no entanto, as fronteiras que demarcam as diferentes áreas de ação de um mesmo indivíduo são tênues e imprecisas.”.

Dentro deste núcleo podemos identificar as ações de realização pessoal do sujeito e seus fazeres que digam respeito à sua vida social, à sua vida familiar e à sua vida profissional. Este último, o profissional, é um campo conflitante que representa claramente os problemas fronteirços localizados entre os núcleos privado e público. Os demais campos, social e familiar, estabelecem ligações entre público e íntimo, que analisaremos em breve.

Com vistas à composição documental deste espaço, encontraremos nele a mais variada gama de documentos produzidos, recebidos e recolhidos pelo titular. A flexibilidade característica aos documentos privados investe-os de possibilidades ilimitadas para a sua composição, derivada mesmo da instabilidade intrínseca à vida de qualquer pessoa.

Este núcleo representa aquilo que Ana Maria Camargo e Silvana Goulart chamam de “zona de penumbra” (2007,p. 40), caracterizado pelo afastamento das imposições jurídicas estabelecidas por órgãos públicos de controle social. Este afastamento vai permitir a constituição deliberada deste arquivo através de qualquer coisa que seja de interesse do titular.

Documentos escritos, impressos ou manuscritos, fotografias, objetos industrializados, artesanais ou naturais, utensílios de tecnologia ou do fazer profissional específico do sujeito, papéis avulsos e anotações, cartões postais, produtos de suas atividades profissionais e de lazer se colocam lado a lado nesta composição.

É neste conjunto que se encontra a qualidade de registro pessoal que mais atrai documentalistas e pesquisadores por conta de suas peculiaridades e potencialidades informacionais. As correspondências compõem, em muitos casos, o maior volume da documentação de um indivíduo. Elas são insistentemente recorridas para pesquisas por ser um documento que transita livremente entre os

espaços público e privado dos documentos pessoais, como nos diz Venâncio (2001, p. 1):

A correspondência é um documento típico dos arquivos privados, principalmente do pessoal. Esse tipo de acervo possui frequentemente uma coleção de cartas, documentos de características ao mesmo tempo íntimas e públicas, pessoais e relacionais.

Fruto das relações sociais estabelecidas pelo titular, seu conjunto de correspondências será responsável por apresentar diálogos mantidos por ele com pessoas de seus círculos de convivência. E aí se encontra uma característica interessante das correspondências.

As ordens das correspondências podem ser variadas e transitar livremente entre os espaços familiar, social e profissional, público ou privado. Especialmente ao considerarmos a possibilidade de os destinatários de assuntos profissionais também serem integrantes do núcleo de amizade do remetente.

Considerando os cargos políticos, o remetente mantém vínculos de amizade com outras pessoas que partilham da mesma atividade profissional. Conseqüentemente, suas correspondências irão versar sobre assuntos diretamente relacionados com a política e a gestão pública de que são responsáveis. O mesmo pensamento pode se valer para um acadêmico ou um literato que discute ideias com colegas de profissão em busca de desenvolver seus trabalhos e estudos.

Atualmente, este sistema de comunicação foi quase que totalmente substituído por alternativas tecnológicas onde a outra pessoa recebe a mensagem de modo instantâneo, o que agiliza e garante mais dinamicidade às redes de comunicações. Porém, essa substituição é recente e qualquer pessoa que tenha vivido durante as últimas duas décadas do século XX ainda presenciou a forte atividade epistolar e, possivelmente, mantém guardada alguma correspondência.

As correspondências são um bom exemplo para demonstrar as qualidades comunicativas deste espaço privado com aquilo que é público e com aquilo que é íntimo.

O terceiro espaço previsto para a atuação humana é intitulado íntimo e se refere ao mais particular do indivíduo, aos seus pensamentos individuais que não convém serem compartilhados com outras pessoas. O que diferencia este espaço do privado é justamente a condição de estes não serem levados ao conhecimento de outras pessoas, permanecendo exclusivo à ciência daquele que o produziu.

Nele podemos encontrar uma configuração flexível similar à encontrada no espaço privado, podendo conter qualquer tipo de material acumulado, de manuscritos a objetos. Guardados com o esmero necessário para que outras pessoas não tenham acesso, os valores estimados para este material estão diretamente ligados ao seu titular. Por remeter a algo que lhe seja de intensidade sentimental, o titular o distancia dos materiais interpessoais.

Este conjunto de foro íntimo é comumente representado pelos diários íntimos, um documento com características exclusivas e de largo interesse por parte de pesquisadores. Contardo Calligaris (1998) trabalha a formação destes documentos em parceria aos intentos autobiográficos, de construção pessoal e autoanálise, mas que se mostram com alguma distância entre si.

O autor entende que os diários íntimos são produzidos com pretensões específicas, “(...) respondem a necessidade de confissão, de justificação ou de invenção de um novo sentido. Frequentemente, aliás, esses três aspectos se combinam.” (1998, p. 43). A produção dos diários íntimos está essencialmente conectada aos sentimentos do indivíduo em relação a si próprio, em relação aos outros e em relação ao contexto em que se insere e estes serão elementos constantemente presentes nas escritas íntimas.

A intenção privativa deste material não é desinteressada. Pelo contrário, a criação e manutenção de espaços de acesso exclusivo são sintomáticas da vivência social e coletiva permanentemente observada, partilhada e regulada por outros. A busca por oportunidades de expressão dos pensamentos e sentimentos mais intrínsecos ao sujeito são bases estimulantes para que ele pegue um caderno e comece a escrever.

A ideia oscilará entre a necessidade de realizar uma confissão, um desabafo, dentro em um território onde não haverá penitências investidas por leis e parâmetros terceiros, e a condição de realização de uma autoanálise de seus atos, a fim de ser o sujeito o seu próprio inquisidor.

Artières (1998, p. 15) nos lembra de uma prática comum, especialmente em famílias tradicionais e burguesas, onde a garota, ao entrar na adolescência, recebia um diário de presente, no qual ela deveria relatar seus dias. Esta ação tinha uma função educativa e consistia na intenção de que, com os relatos prestados ao diário e lidos posteriormente, a garota tivesse condições de reavaliar os seus atos e pensamentos cotidianos a fim de identificar “más condutas” e onde é que cometia

erros de comportamento. Desta forma a garota tomaria consciência de seus deslizes e corrigiria suas posturas, de acordo com as definições socialmente pré-definidas para sua posição social.

Um diferencial desta situação apresentada por Artières em relação ao que fala Calligaris está no momento da leitura e a análise inquisitiva com base nos parâmetros socialmente aceitos. Esta antiga prática de escrita de diários íntimos se modificou e se adequou aos contextos contemporâneos e a intenção do diário, atualmente, está relacionada à possibilidade discursiva do sujeito, sem a autocrítica realizada em tempos passados.

Todos estes documentos fazem parte do cotidiano de uma pessoa e, como podemos notar, tratam-se de registros comuns e rotineiros, presentes na vida de qualquer pessoa. Com uma função utilitarista, estes documentos acompanham seu produtor e, posteriormente, podem servir para contar sobre ele.

Zeny Duarte e Lúcio Farias dizem:

O arquivo passa a ser espaço livre, tanto para manuscritos autógrafos, quanto para documentos produzidos a partir de atividades públicas e privadas. Eles são convenientemente reunidos a serviço do titular, pelo prazer de guardar a própria representação de seus valores, estendendo-se posteriormente à leitura e aos interesses de outrem. (2005, p. 52)

Neste pensamento, uma ressalva é válida. Indubitavelmente os arquivos pessoais são reunidos para que sirvam ao titular ao longo de sua trajetória, no entanto, é arriscado afirmar que isto é feito por prazer e livre de qualquer interesse próprio. A reunião de documentos é necessária a qualquer indivíduo que conviva em um ambiente social.

A possibilidade de que estes registros de uma pessoa despertem interesse por outras é decorrente das próprias características deste conjunto. Por se tratar de documentos que acompanharam o titular ao longo da trajetória, é de se imaginar que uma parte do sujeito esteja presente em seus acumulados.

Não se trata apenas de uma transferência de valores, do sujeito para os documentos, mas de uma ação de complementaridade. O arquivo, como conjunto, deteria a possibilidade representativa biográfica do seu produtor.

Esta possibilidade desperta interesses em outras pessoas, que buscam um reforço informacional para pesquisas em história ou qualquer especificidade. Por considerarmos que os documentos são produtos de um indivíduo em sociedade, além do indivíduo, está também presente nos registros a sociedade.

A partir desta situação os arquivos pessoais têm tomado proporções inéditas em áreas de pesquisas e também em preservação.

No entanto, é necessário salientar que, em se tratando de representação e fonte de informação, os arquivos pessoais detêm suas limitações. Apesar de qualquer pessoa acumular um arquivo pessoal ao longo do tempo, não é qualquer arquivo pessoal que desperta o interesse às pesquisas.

Ao considerarmos a relação entre indivíduo e sociedade e que é a partir desta relação que os documentos ganham destaque, deve-se atentar para a forma como o sujeito se relacionava com a sociedade. Quanto maior a relevância do sujeito na sociedade, maior será o interesse pelos seus registros pessoais. Esta é uma afirmação que se aplica à maioria dos casos, mas sempre existem exceções.

O cidadão anônimo na sociedade, evidentemente, tem suas potencialidades enquanto um sujeito histórico, e existe um nicho específico da historiografia que trata de estudá-los, a micro-história. No entanto, é mais comum que personagens de destaque nos cenários sociais e culturais sejam mais requisitados para pesquisas históricas. O homem público é quem desperta o interesse social por seu arquivo.

Após estes apontamentos, podemos buscar uma definição de arquivo pessoal. Heloisa Bellotto nos oferece uma definição:

Assim, pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (2006, p. 266)

A mensagem passada na definição de Bellotto destaca a necessária evidência do sujeito na sociedade. Não é relevante qual a ação desenvolvida ou se tem proporção regional, nacional ou internacional.

Seria dizer que os registros acumulados pela pessoa não são responsáveis por chamar a atenção científica, social e cultural sozinhos. É necessário que o titular deixe, a partir de sua trajetória, apontado que seu arquivo é relevante de alguma forma. De modo geral, isto acontece a partir da influência social que o sujeito detém, sua capacidade de agir na sociedade e, conseqüentemente, de representá-la.

1.1 O arquivo pessoal e suas representações

Acompanhando os pensamentos oriundos das teorias arquivísticas, a idealização construída sobre os arquivos, referente à condição especular de seu produtor, é responsável por proporcionar grande parte das discussões no que tange os arquivos pessoais.

A origem da potencialidade representativa primordial dos arquivos, ou seja, a representação do seu produtor, encontra-se no estabelecimento do princípio fundamental nos campos teórico e metodológico da Arquivologia: o Princípio da Proveniência.

Os arquivistas canadenses Jean Ives Rousseau e Carol Couture (1998, p. 79-80) trabalharam longamente este princípio, atribuído ao historiador francês e chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, Natalis de Wailly, que, através de uma circular publicada em 1841, propunha:

[...] agregar os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos [documentos] provenientes de um corpo, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo, e dispor segundo uma determinada ordem os diferentes fundos [...]. Além disso, acrescentava, para evitar qualquer tentação de construir colecções: '[...]os documentos que apenas têm relação com o estabelecimento, um corpo ou uma família não devem ser confundidos com o fundo desse estabelecimento, desse corpo ou dessa família [...]

E os canadenses ainda acrescentam:

De certo modo, ele desejava que os arquivistas não esquecessem nunca, nas suas intervenções, que os arquivos são em primeiro lugar o produto das actividades de uma pessoa física ou moral e que uma parte importante de seu valor provém justamente do facto de poderem, para fins administrativos ou de investigação, testemunhar de modo privilegiado essas mesmas actividades. (op cit, p. 81)

Figurando como o eixo central da disciplina arquivística¹, a manutenção da proveniência dos documentos no momento de sua organização promete a representação do seu “corpo produtor” através das atividades por ele desenvolvidas em sua trajetória. Os canadenses não poupam, e mesmo Natalis de Wailly, em afirmar a presença da pessoa como um organismo ativo e produtor de

¹ Os arquivistas canadenses ainda atribuem ao Princípio de Proveniência a primeira base teórica concreta que permitiu, então, que a arquivística passasse a ser entendida como uma disciplina.

documentação decorrente de suas ações. Propício, então, a ser coberto pelo princípio base da arquivística.²

Ainda como parte do Princípio de Proveniência, não bastaria que os documentos produzidos por um único órgão fossem mantidos separadamente de outros órgãos. É necessário que seja mantida a organização interna estabelecida no momento de sua produção. Isto origina o chamado por Rousseau e Couture (1998, p. 83) de “segundo grau do princípio da proveniência”, também conhecido por organicidade.

Segundo os autores, a organicidade “(...) exige que todos os documentos de um fundo de arquivo ocupem um determinado lugar que tem de ser respeitado ou restabelecido, caso a ordem primitiva ou a ordem original tenha sido modificada por qualquer razão.” (op. cit.). Respeitado este princípio, então, não mais teremos a simples visualização de o que foi feito pelo órgão produtor, mas teremos ainda a potencial representação de como foi feito, através da ordem de produção dos documentos e de sua localização orgânica dentro do conjunto documental.

Ao aplicarmos estes princípios básicos na organização de um fundo documental de origem jurídica, o resultado mostrará a estrutura organizacional que dá sustento ao corpo administrativo institucional e a cadeia funcional responsável pelo fluxo documental que movimenta a máquina administrativa. Isso é possível por considerarmos a formal rigidez burocrática necessária ao funcionamento de qualquer órgão jurídico-administrativo.

Ao observarmos, portanto, uma pessoa enquanto um organismo produtor de documentos e a sua documentação contemplada com a aplicação de um sistema de organização arquivístico, notaremos que não necessariamente teremos como resultado uma visualização especular de suas atividades, sua cadeia funcional e estrutura organizacional.

Luciana Heymann (1997) entende que os arquivos pessoais apresentam uma “ilusão de unidade” e que eles não representam o seu produtor do mesmo modo que os documentos institucionais fazem. Esta ilusão é sintomática da idealização projetada ao arquivo pessoal, tendo o processo de acumulação documental operado pelo indivíduo como o elo entre o titular e seu arquivo e gerador do sentido orgânico do conjunto.

² O Princípio de Proveniência pode ser largamente explorado, além da circular de Natalis de Wailly. Para a compreensão da formação histórica deste conceito, ver FERREIRA, 2012.

A autora entende que é um equívoco:

(...) imaginar o arquivo pessoal como espelho da trajetória de seu titular, a partir do qual se poderia buscar reconstituir todas as atividades desenvolvidas por ele. De fato, nem sempre existe uma equivalência entre história de vida e arquivo pessoal. Este muitas vezes não corresponde, quanto ao período coberto pela documentação e riqueza dos registros acumulados, à duração e magnitude da atuação do acumulador. (1997, p. 3)

O que implica este distanciamento entre a vida do titular e seu arquivo, relacionado aos princípios de proveniência e organicidade, não está na fase de produção documental, mas sim no processo de acumulação desta documentação ao longo de sua trajetória.

Em princípio, o acúmulo dos documentos pessoais deveria proceder com a junção de todo material oriundo das atividades desenvolvidas por seu titular, por ele produzidos ou recebidos. Destacaremos aqui dois fatores que impedem que esta idealização dos arquivos pessoais seja efetiva: os descartes e o tratamento corrente.

O volume de produção documental decorrente das administrações impossibilita a guarda de todo o material produzido. O mesmo ocorre com a produção pessoal. Deste modo, o processo de descarte de documentos é obrigatório em qualquer organismo produtor.

Localizado no espaço de transição do valor primário ao valor secundário³ dos documentos, o descarte é procedido do mesmo modo para a documentação institucional e a documentação pessoal, através do processo de avaliação documental. No entanto, estes processos de avaliação são realizados de formas diferenciadas.

Não quer dizer que os documentos pessoais apresentem menor valor jurídico e probatório, mas que estes estão menos dispostos às recorrentes auditorias controladoras das administrações, o que lhes atribui uma flexibilidade e informalidade maior em seu tratamento⁴.

³ A divisão do valor documental entre primário e secundário é diretamente relacionada à teoria das Três Idades. Valor primário corresponde à função administrativa desempenhada pelo documento no cumprimento da atividade que o gerou, corresponde aos arquivos corrente e intermediário; o valor secundário diz respeito ao valor informativo e testemunhal presente nos documentos já tramitados, corresponde ao arquivo permanente ou histórico. (ROUSSEAU, COUTURE, 1998; SCHELLENBERG, 2006).

⁴ A avaliação e descarte documental em instituições ocorrem através do uso de uma Tabela de Temporalidade, que visa orientar os descartes a partir de valores legais, administrativos e informativos. Ver SCHELLENBERG, 2006; PAES, 2004; NEGREIROS, DIAS, 2008.

A estratégia de descarte aplicada à documentação pessoal está diretamente relacionada com os interesses de seu titular e se executa de modo cotidiano e rotineiro, sem nem mesmo que ele se dê conta disso.

Heymann (1997, p. 02) comenta a respeito:

No caso dos arquivos pessoais, cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados. É a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição do arquivo.

A periodicidade também é característica desta categoria de arquivos. Os descartes para a documentação pessoal podem acontecer de modo cotidiano e não programado ou de modo planejado.

O titular do arquivo, em seu dia-a-dia, descarta documentos que são imediatamente avaliados como não importantes. Outros são acumulados para, em algum dia agendado pelo próprio titular, serem avaliados de uma vez e realizar o descarte daquele volume.

Os parâmetros que guiarão os processos de descarte, tanto os cotidianos quanto os planejados, também são particulares e pautados no interesse e entendimento que o titular sustenta em relação ao material acumulado. Fatores sociais e jurídicos também são considerados neste momento. Ninguém descartaria seu RG ou CPF por ter a consciência do valor jurídico e administrativo que eles têm, por toda a vida.

Deste modo, os arquivos pessoais se distanciam dos arquivos institucionais, por não manter uma construção regular ao longo do processo de acumulação. Esta característica permite a moldagem da massa documental de acordo com aquilo que julga pertinente preservar.

Por outro lado, podemos considerar o descaso do titular para com sua documentação como uma forma de tratamento, ou um “não-tratamento”. Isso incidiria em itens do conjunto perdidos ou destruídos. Neste caso, o descarte pode ser considerado como acidental, no sentido de não ser um ato intencional do titular e por não contar com qualquer análise ou avaliação para justificar a eliminação.

O acúmulo desinteressado pode guardar seus valores, como fala Calligaris (1998, p. 46) a respeito da construção biográfica: “Esses conjuntos às vezes confusos, outras vezes ordenados e organizados, reunidos ou não com o intento de constituir um arquivo, se transformam inevitavelmente em arquivos pessoais (...)”.

Outra prática também compromete a integridade da documentação pessoal. A comercialização de peças e bens que integram arquivos pessoais pode acontecer em qualquer fase da trajetória da pessoa e de sua documentação, e pode ser realizado por vários meios.

Philippe Artières comenta uma prática comum em cidades francesas, que ele chama de *vide-grenier*, sem tradução para a realidade brasileira. Corresponde à situação onde pessoas comuns comercializam suas coisas antigas na calçada em frente à sua casa. Coisas não mais utilizadas por aquela pessoa são expostas em busca de outras pessoas que vejam interesse naqueles itens. “Cartas, cartões postais, cadernetas foram retirados de malas e porões para serem expostos e vendidos.” (ARTIÈRES, 2011, p. 103)

Os itens que são vendidos passam, através de compra, a pertencer a uma pessoa que, até aquele momento, nada tinha relacionado a ele.

Vendem-se e compram-se à beira da calçada vidas insignificantes, que não deixaram aqui senão algumas palavras, e ali senão alguns sinais: cadernos escolares, cartões postais, manuscritos, dossiês de papéis administrativos... Esse mercado de manuscritos ordinários assumiu uma amplitude imprevisível com a valorização do indivíduo anônimo como figura da história. (op. cit.)

O autor destaca os documentos de pessoas anônimas que, por algum motivo específico, despertou o interesse de algum comprador. Quando observamos os acumulados de celebridades artísticas e pessoas públicas, vemos esta prática ainda mais valorizada.

Veza ou outra são noticiadas na mídia que objetos que pertenceram a Elvis Presley, um vestido de Marilyn Monroe ou um poema manuscrito por Drummond serão leiloados. Aqueles que puderem pagar o maior valor se apropriam de itens que deveriam, em princípio, integrar os arquivos de seus titulares.

Estes são exemplos de situações que comprometem a integridade do conjunto documental e rompem com o princípio da proveniência, ao desvincular alguns documentos de seu organismo produtor.

Paralelo a estes problemas de descarte, o tratamento corrente dos arquivos pessoais afeta a representação do conjunto. Este processo se desdobra ao longo da trajetória do titular e está diretamente relacionado ao princípio de organicidade.

Como vimos, a organicidade, determina que os documentos sejam organizados de acordo com a organização dada pelo seu organismo produtor ou

reconstituída o mais próximo possível da cadeia de estrutura ou funções, na intenção de preservar a relação orgânica existente entre os documentos.

Similar à sistemática utilizada nos processos de descarte, há liberdade e flexibilidade na organização. Isto permite que a pessoa realize suas classificações e ordenações do modo que melhor lhe convier, com permissão de alterá-la sempre que julgar conveniente.

Artières (1998, p. 10), para comentar essa situação, se vale de alguns pensamentos do escritor e novelista francês Georges Perec. Eles dizem:

Como observa mais uma vez Perec, 'o problema das classificações é que elas não duram; mal acabo de impor uma ordem e essa ordem já está caduca. [...] O resultado de tudo isso são categorias realmente estranhas: por exemplo, uma pasta cheia de papéis diversos a qual está escrito 'A Classificar'; ou então uma gaveta com a etiqueta 'Urgente 1' sem coisa alguma dentro (na gaveta 'Urgente 2' há fotos antigas, na 'Urgente 3', cadernos novos). Resumindo', conclui Perec, 'eu me arrumo como posso.' Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros.

A organização que o titular dedica ao seu conjunto documental deveria seguir a mesma estrutura e as mesmas classificações que organizam a sua vida. No entanto, como efeito das tênues fronteiras entre os campos da vida pessoal, a clareza da organização documental é afetada.

A função da organização e da classificação dos documentos é a de manter a lógica geradora do arquivo, ou seja, a lógica de acumulação. Para um arquivo pessoal, uma lógica organizacional presente pode ser decisiva para a compreensão de sua qualidade orgânica, além de viabilizar o acesso por terceiros.

Artières, mais uma vez, faz referência à documentação de anônimos, o que permite tal desordem. Como trabalhamos com arquivos de pessoas públicas, esta situação é vista de forma mais delicada.

As flexibilidades oferecidas pelos arquivos pessoais na aplicação de descartes e eliminações são também disponíveis para os processos de organização e classificação. Com isso, ao titular é permitido "planejar" e "projetar" a realidade que lhe seja interessante.

Um exemplo bastante pertinente é apresentado por Priscila Fraiz, que dedicou atenção à análise do arquivo pessoal do político Gustavo Capanema, sob custódia do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), para o desenvolvimento de sua dissertação de mestrado. A autora diz:

Examinando mais acuradamente esse conjunto de documentos, batizado de *meta-arquivo*⁵, tentei perceber uma lógica de acumulação implícita na forma como Capanema dispôs seus papéis ao longo da vida. Essa lógica pareceu-me consistir em produzir e guardar registros que servissem de suporte para o projeto de escrever suas memórias, não levado a termo. Imediatamente me veio a idéia de pensar esse arquivo como o projeto autobiográfico de Capanema, na medida em que a construção de seu arquivo pessoal podia ser reveladora da maneira como ele constituía, emprestava um sentido, dava coerência e solidificava seu eu, sua imagem. (FRAIZ, 1998, p. 60).

O que a autora chama de “projeto autobiográfico” é sintomático do processo de organização interessada da documentação, com vistas a realizar a construção de uma imagem condizente com aquela que o sujeito pretende apresentar à alteridade. Neste caso de Gustavo Capanema, a intenção, segundo Fraiz, era a de estruturar material que serviria para redigir suas memórias ou sua autobiografia, fosse com intenção de publicação ou não.

A intenção autobiográfica é responsável por guiar a organização de arquivos pessoais, no sentido de estabelecer uma narrativa, ou um discurso sobre a vida do titular, sobre ele próprio e sobre sua imagem, e representá-la através de seus documentos.

Conveniente para homens públicos, a dedicação ao trabalho autobiográfico é sempre uma construção intencionada e predefinida por aquele que escreve. Calligaris diz que “Narrar-se não é diferente de inventar-se uma vida. Ou debruçar-se sobre sua intimidade não é diferente de inventar-se uma intimidade. O ato autobiográfico é constitutivo do sujeito e de seu conteúdo.” (1998, p. 49)⁶

Seria um equívoco seguirmos estas palavras ao pé da letra e supormos que o ato autobiográfico e a narrativa se restringem à intimidade do biografado. Antes, ela diz tanto respeito à sua imagem pública e social quanto à sua vida privada e íntima, intercalando-se e complementando-se mutuamente.

Para pessoas públicas, em especial àquelas com atividade historicamente ligada à moral, aos bons costumes e à decência, a construção de uma imagem

⁵ Nota explicativa da autora: “Este termo foi cunhado pelos pesquisadores Maurício Lissovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá que, juntamente comigo e Valéria Alves Esteves Lima, foram responsáveis pela organização do arquivo. Quiseram eles, ao criar a expressão *meta-arquivo*, apropriar-se do prefixo meta – ‘além’, ‘transcendência’, reflexão crítica sobre’.” (FRAIZ, 1998, p. 84)

⁶ Sobre as potencialidades dos escritos autobiográficos e dos diários íntimos, discutiremos mais à frente.

íntima e social amparada por critérios socialmente estabelecidos de aceitação promete colocá-lo na condição de um exemplo a seguir.

Em casos desta ordem, o empreendimento na construção da imagem tem início enquanto a pessoa ainda está em atividade. Esta imagem pode ser útil para seus objetivos profissionais e pessoais, o que demonstra seu papel funcional. Ela é útil ao seu portador enquanto ativo e tem funções claras no contexto político de ação estabelecido pelo seu criador.

Porém, esta imagem tende a ter uma duração superior à de seu criador, através de artifícios e produtos que serão responsáveis por mantê-la após a morte da pessoa. O material por ele acumulado, que constitui o seu arquivo, se transforma em uma das formas de execução deste intento.

Renato Janine Ribeiro (1998, p. 35) diz que “O desejo de perpetuar-se, mas, mais que isso, o de constituir a própria identidade pelos tempos adiante, responde ao anseio de forjar uma glória.”. Isto nos levar a pensar este como um desejo narcisista, enquanto dedica esforços não mais por utilidade e benefícios presentes, mas para projetar essa imagem na história. Garantir que gerações futuras sejam lembradas da sua existência passa a ser um objetivo.

Quando nos deparamos com casos de arquivos pessoais muito bem organizados e que contam com uma lógica estruturada, como o exemplo dado por Fraiz, somos levados a pensar que havia a intenção prévia de que aquele material fosse utilizado para o fim de perpetuação.

Ribeiro nos fala: “O que os arquivos pessoais podem atestar, o que o desejo de guardar os próprios documentos pode indicar, será esse anseio de ser, a *posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota.” (1998, p. 35)

A acumulação, o descarte e a organização são procedimentos que constituem e dão corpo aos arquivos pessoais e serão responsáveis por dizer a respeito daquele que os produziu. Estes procedimentos se desenvolvem na rotina, presentes no cotidiano da pessoa.

Ao falarmos em construção de imagem, o regular é creditarmos esta ação a uma pessoa que tenha interesse no trabalho e a ele se dedique de forma premeditada. No entanto, seria um equívoco desconsiderarmos a possibilidade de adesão a esta empreitada de forma inconsciente por parte do titular da documentação.

Por ser tratada como uma atividade cotidiana e rotineira, as mudanças na organização e os descartes realizados acontecem como decorrência de algum fator ou atividade do sujeito. Do mesmo modo, sempre que o sujeito avalia algum documento para eliminar ou preservar e, se preservado, que lugar ocupará no contexto documental que detém, esta é uma ação decorrente da sua identidade, da sua personalidade, da sua visão de mundo e opiniões.

Zeny Duarte e Lúcio Farias nos dizem a respeito da constituição dos arquivos pessoais, tratado por eles como sinônimo de arquivos privados:

A formação de um arquivo privado se concretiza na medida em que o titular passa a agrupar documentos resultantes de conjuntos de atos, em concordância com o seu modo de vida. Ele agrupa os itens documentais, dispondo-os próximos ou distantes, segundo uma necessidade presumida ou a constância dos acontecimentos. (DUARTE; FARIAS, 2005, p. 33)

Existe, porém, um fator que deve ser considerado por sua potencial influência na organização desta documentação pessoal. Os adjetivos “pessoal”, “particular” ou “privado” são responsáveis por definir que aquele conjunto de documentos e coisas foi produzido e/ou acumulado por uma pessoa física e que diz respeito a esta pessoa, de acordo com a teoria arquivística. Porém, não são responsáveis por garantir que àquela documentação foi mantido o acesso restrito de seu titular durante todo o processo de produção, acumulação, descartes e organização.

Aliás, interferências de outras pessoas durante esses processos são recorrentes para qualquer pessoa, potencializadas quando tratamos da documentação uma pessoa pública. Heymann (2005, p. 05) nos alerta sobre isso: “O processo de seleção e ordenamento de documentos é muitas vezes um empreendimento coletivo, especialmente em casos de homens públicos, para quem secretárias e colaboradores podem ser agentes decisivos no processo.”.

O grau de interferência é variante de pessoa para pessoa, mas seria ingenuidade pensarmos que nenhuma ação de mãos terceiras foi dedicada a uma documentação pessoal. A autora esclarece a situação ao mencionar o caso das secretárias particulares que acompanham as ações destas pessoas e são responsáveis por organizar suas atividades. É de se esperar que esta pessoa tenha livre acesso à documentação profissional de seu empregador e, possivelmente, à documentação privada de ordem familiar.

Imagina-se que o tratamento dedicado por esta pessoa (considerando a hipótese simplificada de ser somente uma pessoa) seja outorgado pelo titular da

documentação e que este esteja ciente do que tem sido feito com seus pertences. Isto não desvalida a organização tendenciosa por parte do titular, agora com um corpo colaborativo.

As características e situações comentadas até aqui, apesar de inerentes aos arquivos pessoais, são causas de divergências. Pensamentos ortodoxos da teoria arquivística tradicional⁷ desconsideram estes conjuntos como arquivos, imprimindo-lhes a marca do colecionamento. A ideia de coleção assombra profissionais tradicionalistas, representados pelo arquivista inglês Hilary Jenkinson.

Comentado por Terry Cook (1998, p. 132) e por Theodore R. Schellenberg (2006, p. 45), o inglês defendia, no início do século XX, que qualquer similaridade a um conjunto colecionado deveria ser excluída do âmbito de ação dos arquivistas e dos domínios dos arquivos. Eram incluídos neste pensamento os documentos pessoais, entendidos como itens colecionáveis, sem qualquer conexão orgânica e de proveniência entre si. Isto justificaria seu tratamento pelos campos da biblioteconomia e da museologia.

Cook (1998, p. 131) ressalta que, apesar deste posicionamento tradicional, os arquivos pessoais são “(...) artefatos de registro derivados de uma atividade; os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e, por conseguinte oficial, seja individual, e, portanto pessoal.”. Portanto, incluindo-os na qualidade de arquivos e não entre as coleções.

Questão indiferente para o produtor, esta diferenciação teórica só entra em cena com a transferência da documentação pessoal para uma instituição de memória, que se torna responsável por tratar aquele material e transformá-lo em fonte de informação disponível para pesquisadores, onde ela receberá atenção no sentido de ser organizada a partir de metodologias selecionadas pela equipe técnica responsável.

O pensamento de Jenkinson ainda é presente na prática arquivística, o que conduz ao tratamento da documentação pessoal como uma coleção. Esta visão compromete a integridade dos arquivos pessoais no que tange seu caráter orgânico.

Considerados como coleções de documentos, os arquivos pessoais têm sido abordados por meio de critérios originários das bibliotecas, coerentes com a tradição de ali se depositarem as obras e os demais papéis dos escritores. Dessa perspectiva, os documentos são

⁷ De origem europeia, a arquivística tradicional centraliza suas ações em arquivos históricos de organismos públicos. Demais conjuntos documentais são considerados coleções inorgânicas.

tratados um a um, gerando unidades descritivas autônomas. Resultado: transferem-se para documentos de arquivo atributos do livro, cuja autonomia de significado – que leva a constituir um verdadeiro universo de auto-suficiência – corresponde à possibilidade de ser descrito a partir de regras gerais, sem levar em conta o contexto em que foi produzido. (CAMARGO, GOULART, 2007, p. 37)

Observar os documentos pessoais através de padrões de coleções implica na quebra da lógica estrutural estabelecida pelo titular ao longo da acumulação. Além de romper com o princípio da organicidade, conexões entre os documentos são desfeitas. Qualquer intenção autobiográfica, construção de imagem ou narrativa presente no conjunto documental é perdida.

Estes empreendimentos realizados pelo titular justificam a acumulação e preservação daquele material. Caso estas lógicas sejam descartadas, aquilo que foi constituído como uma entidade integrada converte-se a um acumulado de itens desconexos.

A existência de organicidade nos documentos pessoais é essencial para que a identidade e o pensamento do titular sejam mantidos. Perceber tais características dos arquivos pessoais demanda ao profissional um empenho que se justifica nos benefícios decorrentes. Heymann diz que:

(...) a própria expressão do caráter pessoal dos documentos que, fugindo ao rigor institucional, desafiam o documentalista a conferir uma ordem ao que é múltiplo, a trazer à tona a sincronia de projetos e relações sem perder de vista a perspectiva histórica, tarefa que terá muito a ganhar se a racionalidade específica que presidiu à acumulação de cada conjunto documental com o qual nos deparamos, bem como a (auto)imagem do titular e a interferência de outros agentes no processo forem objeto de atenção. (2005, p. 08)

Compreender a organização prestada pelo titular é como entender a expressão do conjunto documental. Manter a organização é como permitir que o titular se expresse através de seus acumulados. Retirar a organicidade de um arquivo pessoal significa tolher a comunicação dos documentos entre si e entre aquele que o utiliza.

Os pensamentos de Jenkinson não são vãos. Eles demonstram a relação entre as teorias arquivísticas e os arquivos pessoais. Por vezes, princípios arquivísticos e arquivos pessoais parecem não dialogar como deveriam.

Terry Cook (1998, p. 129), de modo bastante pertinente, questiona: “(...) os princípios e conceitos tradicionais, que foram desenvolvidos para os documentos de

instituições, são também relevantes para os arquivos de indivíduos, famílias e grupos?”.

O arquivista canadense traça uma análise que busca compreender a adequação das teorias tradicionais da arquivística com relação às condições contemporâneas da constituição de arquivos. Ele ainda traz a questão atual: “Podemos certamente acreditar no ‘respeito aos fundos’, mas qual é o ‘fundo’ que deveremos respeitar nesse novo mundo?” (op. cit. p. 135)

Este questionamento tem fundamento na estrutura social contemporânea, diferente das vivenciadas entre os séculos XIX e começo do XX⁸. O autor destaca como característica de “um mundo pós-moderno” as relações múltiplas. Um movimento onde todos se relacionam de variadas formas, gerando uma complexa estrutura amalgamada.

Ao observarmos um arquivo pessoal, as relações estabelecidas pelo sujeito serão responsáveis por convergir uma representação para além de si. Duarte e Farias, ao divulgar o trabalho de organização do arquivo de Godofredo Filho, se apoiam em um pensamento de Umberto Eco:

Eco (1991, p. 234) diz que as formas de trato entre os indivíduos presumem não apenas ‘determinada estrutura da sociedade, mas sim toda uma série de relação estabelecida entre homem e homem, homem e objetos, homem e universo mítico, homem e linguagem’. Esse pensamento, relacionado com a análise documentária contextualizada da documentação de GF^o, passa pela descoberta do titular, de suas características, seu mundo em família, em sociedade, sua infância, adolescência, juventude e maturidade. (2005, p. 43)

Com a recuperação do contexto da documentação, estes valores tornam-se aparentes. Eles viabilizam o entendimento do arquivo pessoal como uma fonte de informação que extrapola os limites físicos do seu titular e depõe em seu lugar sobre suas vivências.

Por praticamente toda a extensão dos arquivos de uma pessoa é possível encontrar elementos externos ao titular, pertencentes ao contexto social de tempo e espaço ao qual ele se insere. Decorrente das relações por ele estabelecidas, estes depoimentos respeitarão em abrangência e profundidade a atuação e o local social ocupado pelo sujeito. Dentre os elementos externos presentes, todos convergirão para o sujeito e dele partirão, colocando o sujeito no centro da rede de informações disponíveis em seus arquivos.

⁸ Neste período se encontra o desenvolvimento das principais teorias arquivísticas, como fala o autor.

Por suas próprias características de formação, os arquivos pessoais estão diretamente relacionados ao cotidiano do titular, de suas relações sociais e profissionais, da sociedade e da cultura que participa. Esta característica dá aos arquivos pessoais a qualidade de registro da sociedade mesmo nos detalhes rotineiros e não oficiais, o que o diferencia dos arquivos institucionais, preocupados com aquilo que é entendido como oficial.

O cotidiano, por mais banal e *ordinário* que seja, é positivado pelas ninharias que o compõem e deslindam variados ritos das manifestações civilizatórias que abrangem o íntimo, o privado e o público, mas também o político, o cultural, a cor e as vicissitudes de uma época. (CUNHA, 2007, p. 04)

Os registros destes elementos “inferiores”, ordinários e cotidianos podem ser encontrados em muitos dos documentos pessoais. Não somente na documentação social do indivíduo produtor, mas também na documentação de cunho pessoal e estritamente íntimo.

As correspondências se mostram como um bom exemplo deste potencial dos documentos pessoais. Frequentemente buscadas por pesquisadores, elas detêm a qualidade informativa da rede de relacionamentos do titular. A partir delas é possível tomar conhecimento dos assuntos tratados entre o titular e aqueles com quem se relaciona.

O grande potencial informativo das correspondências encontra-se na condição de diálogo que elas detêm. “A prática epistolar de um indivíduo só existe em função de um outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta.” (VENANCIO, 2001, p. 01).

O caráter da carta é estabelecido pelo tipo de relação existente entre os dois indivíduos. Correspondente ao lugar social ocupado pelo titular, sua correspondência é responsável, além de identificar a rede social mantida por ele, por representar boa parte do que é discutido no interior dessa rede.

De caráter político, social, cultural, artístico, científico, ou qualquer outra categoria, a análise de correspondências significa a observação de conversas sigilosas estabelecidas entre pessoas de confiança que, se a situação permitisse, seriam realizadas a portas fechadas.

A correspondência pessoal de um indivíduo é portanto um espaço definidor e definido pela sua sociabilidade. É através dela que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar idéias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações. Esses documentos

permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares. (VENANCIO, 2001, p. 09)

Afora esboçar as redes de relações sociais dos titulares, este material ainda tem a condição de expressar o que resultou dessas relações. Aquilo que foi discutido, planejado, esboçado e levado a feito a partir desta rede de sociabilidade do indivíduo corresponde ao contexto do social e podem dizer respeito também ao coletivo, extrapolando os limites do sujeito.

Questões de ordem profissional discutidas em correspondências de pessoas públicas podem conter informações relevantes para o estudo de acontecimentos coletivos de destaque na linha do tempo, em especial se pensamos em profissionais ocupantes de altos cargos públicos.

Literatos, artistas, cientistas e pesquisadores também podem trazer à tona situações similares quanto à área em que atuam, quanto a produções de destaque que realizaram, ideias trocadas com colegas de profissão, relatos de experiências e planejamentos.

Todos estes podem ser temas presentes em correspondências de pessoas específicas e que podem ser de interesse não só para as partes da carta, mas também para um coletivo de interessados pelo tema discutido.

Ao revelar aspectos importantes da trajetória profissional do cientista, o arquivo pessoal nos permite perceber detalhes do funcionamento de uma instituição, seus avanços e estagnações, sua relação com o Estado, entre outro, muitas vezes negligenciados no acervo acumulado pela instituição, a partir da perspectiva do produtor/acumulador privado. (FRADE, 2012, p. 176)

Além das correspondências, as fotografias e outros manuscritos também podem se mostrar relevantes para as pesquisas históricas direcionadas ao social a partir do pessoal. Os escritos individuais, mesmo os não compartilhados, são produzidos sempre com base nas experiências do produtor com a sociedade à qual se insere. As imagens extraídas do cotidiano ou de eventos selecionados também detêm a condição representativa do contexto daquele momento congelado e impresso em suporte fotossensível.

As causas da produção ou do acúmulo deliberado da imagem não são de simples identificação. Corresponde ao trabalho de reconstrução contextual da documentação, enquanto pesquisas desenvolvidas a partir da imagem ou dos escritos cabem ao pesquisador especializado e com um propósito específico.

Estes materiais podem ser utilizados para fins bastante diversos, em geral relacionados à área de atuação do sujeito. Além de pesquisas acadêmicas, tais

elementos podem ser utilizados também para reconstruções históricas direcionadas a produções cinematográficas, trabalhos de arte, produção literária entre outros.

Philippe Artières (2011, p. 103) exemplifica esta situação citando Henri-François Imbert, que produz documentários utilizando como base documentos pessoais adquiridos nas tais *vide-grenier* das calçadas francesas. O mesmo pode ser identificado com a intensa produção literária de caráter biográfico e/ou autobiográfico, que utilizam como base materiais pessoais do biografado.

Diários e narrativas elaboradas são editadas e publicadas com a intenção de divulgação da imagem daquela pessoa, para que se torne um exemplo e tome seu lugar na história. A historiadora Ângela de Castro Gomes (1998, p. 125) diz que esta popularização do material biográfico acontece derivada da valorização do indivíduo na história, quando os historiadores passaram a identificá-los e a dotar a história de vida, “enchendo-a de homens, e não de nomes”.

Valorizar as ações da experiência privada, a partir da junção de fragmentos e do recolhimento de vestígios e indícios, tem sido um instigante desafio para o historiador, e esta prática criou condições para que o ínfimo, o esquecível, o indiferente detalhe fosse, enfim, redescoberto, visitado, legitimado como *fonte e acontecimento* na pesquisa histórica. (CUNHA, 2007, p. 03, grifos da autora)

A inserção destes sujeitos, em geral, ocorre através da revisão biográfica. A reconstrução da biografia de um indivíduo público busca projetar uma imagem do biografado. Esta imagem pode ou não ser aquela construída e intencionada pelo sujeito, representada pelo discurso autobiográfico impresso em sua documentação.

Manuscritos e diários íntimos servem de fonte para a imersão deste discurso autobiográfico do sujeito. Nesse sentido, retomamos a ideia de construção de imagem, podendo ser entendida também como uma produção autobiográfica.

A produção autobiográfica carrega consigo, intrinsecamente, uma alegoria da verdade. Por ser uma produção que tem origem na intimidade do sujeito, a ideia de que aquele relato será imparcial, sem a preocupação de crivos alheios, imbui aquele relato de um sentimento de veracidade particular deste tipo de escrita. “Sob a condição de que minhas confidências permaneçam ao alcance de uma compreensão jaspersiana, elas são ou soam verdadeiras.” (CALLIGARIS, 1998, p. 44).

A questão da verdade nos diários íntimos e nas autobiografias está situada entre os entendimentos de verdade factual e a verdade do sujeito, enquanto o que se destaca, efetivamente, são as condições de sinceridade e de autenticidade

daquele relato. “Se ele é sincero e nós compreendemos, o que ele diz é verdade também para nós, portanto é verdade para todos.” (op. cit., p. 44), “O que não estranha, pois justamente autobiografias e *journal* supõem por definição que a sinceridade do autor conte mais que a veracidade dos fatos.” (op. cit., p. 47).

Para além de sua veracidade, os escritos pessoais da intimidade, as autobiografias, ganham o potencial de informação histórica a partir do momento em que o sujeito escreve, sobre si e sobre tudo o que o envolve. Apesar de íntimos, os escritos dos diários sempre serão decorrentes das vivências do sujeito em contato com a sociedade.

Lima (2010, p. 03) utiliza os pensamentos de Phillippi Lejeune em *O pacto autobiográfico* (2008), onde entende que individualidade é um elemento da narrativa autobiográfica. No entanto, isso é relativizado: “Quanto à história de uma personalidade, Lejeune relativiza a individualidade dessa narrativa, destacando que os aspectos sociais e políticos, juntamente com os individuais, podem ocupar espaço nos textos autobiográficos.”.

Como um modo de autobiografia, os diários sustentam relações com o cotidiano que os investe de elementos representativos detalhistas e minimalistas, através de pequenas atitudes do escritor e entorno.

Contêm, sim, coisas menores, mas o grande poder de lembrança que trazem permite afirmar que a escrita de diários, em sua dupla dimensão histórica e literária constitui-se importante instrumento para o conhecimento do capital de vivências de uma época na qual é possível encontrar fragmentos de relações sociais de um tempo que foram perenizados pela escrita e que *‘devem ser pensadas como experiências coletivas, compartilhadas com as pessoas pertencentes a uma mesma geração e que a vida não é uma trajetória de coerência’*. (CUNHA, 2007, p. 14, grifos da autora)

É importante relacionarmos aqui as situações de intencionalidade autobiográfica dos escritos pessoais, estabelecidos pelo produtor no momento da redação. Lejeune traz a necessidade do que ele chama de pacto autobiográfico, onde é necessário existir uma relação pactual entre aquele que escreve e aquele que lê. O texto autobiográfico é composto por sinais e mensagens que devem ser interpretadas pelo leitor, a fim que de seja compreendido enquanto uma narrativa de vida. No mesmo caminho, a veracidade é estabelecida neste pacto entre as partes (LIMA, 2010).

Uma produção autobiográfica, no sentido dos arquivos pessoais, é distribuída por todo o material acumulado. É estruturado de modo que exerça tal finalidade.

Neste sentido, uma publicação com o título “*Minhas memórias*”, ou um trabalho de terceiro em referência ao titular, seria um produto final.

Deste modo, este trabalho (auto)biográfico, enquanto um produto final, se distingue da produção autobiográfica do arquivo. O diário íntimo, que pode ser considerado como o item do arquivo mais próximo a esta publicação, mantém características que o diferencia do trabalho publicado.

A produção dos diários íntimos, para que exerça sua função e atinja o objetivo para o qual é escrito, deve manter um pacto temporal com a localização do sujeito autor. O nome instiga que a redação seja feita diariamente, para que fatos relevantes não se percam na inconstância da memória biológica. Nem sempre é o que acontece, dotando a pessoa de liberdade para comunicá-lo quando achar conveniente.

Porém, a relação entre o diário íntimo e o tempo exige que seus escritos tenham a condição de presente, em referência ao que ainda é corrente, com as marcas do produtor naquele momento da escrita, com sentimentalidades originadas ainda no calor da emoção dos acontecimentos viventes.

A narrativa retrospectiva colocaria estes escritos na condição de escrita revisada, inibindo a aura da subjetividade sincera característica dos diários íntimos. Duarte e Farias dizem que, para isso, “O movimento do titular é dominado por uma subjetividade que recorta, costura e prolonga percepções momentâneas. Sua lógica emerge da região histórico-afetiva em que os mundos íntimo e público se misturam.” (2005, p. 34).

Isto acontece ao mesmo tempo em que o sujeito constrói sua trajetória, estabelece suas escolhas, objetivos, limita sua personalidade e identidade, compartilha de momentos coletivos e sociais, conhece pessoas, desenvolve projetos, estrutura uma rede de sociabilidade que lhe será característica, num movimento recíproco de troca, enquanto ele fornece de si para aquilo que é compartilhado e toma dele um pouco para si.

Esta movimentação contínua, que pode até não ser coerente e integral, deixará marcas indeléveis no sujeito e no social. Marcas estas que servem de trilha para que os futuros olhem para trás e sigam em busca de deslindar traços próprios daquilo que foi e não é mais, ou daquilo que ainda é e busca-se conhecer as origens.

Os arquivos pessoais vão agir num espaço de interlocução entre o individual e o coletivo, partilhando de fenômenos sociais conhecidos, oficiais ou não, sempre com toques de subjetividade ou mesmo sentimentalidades que só podem ser fornecidos por pessoas e não por instituições baseadas em regulamentações jurídicas e nas normas políticas, morais e sociais.

Podemos entender que, em certas ocasiões, além de contar sobre acontecimentos por outra perspectiva, complementar àquilo que é oficial, os depoimentos dos documentos virão, também, para humanizar a história que, até não muito tempo, estava fadada aos cabrestos da documentação institucional e oficial.

Sobre os documentos pessoais:

Eles representam sempre o vínculo pessoal que o titular mantém com o mundo. O sentido monumental/histórico do arquivo privado não é descoberto pelo profissional de arquivo. Ele se encontra no próprio ato intencional de acumular documentos. O arquivo passa a representar uma espécie de pirâmide. Guarda a memória do titular e a de seu tempo para as gerações futuras, podendo contar muito mais do que imagina. (DUARTE, FARIAS, 2005, p. 34)

O trabalho desenvolvido pelos arquivistas e documentalistas no sentido de reconhecer esta documentação enquanto um arquivo, dotado de contexto e lógica internos, viabiliza o uso destes materiais que já vêm transportados pelo tempo com suas potencialidades informacionais intrínsecas. Os esforços dedicados à definição e distinção entre fundo ou coleção não são responsáveis por definir aquilo que tem valor histórico e potencial de servir como fonte histórica para pesquisas e outros projetos.

O potencial dos arquivos pessoais é estabelecido pelo seu produtor no momento em que o acumula, dando a ele configuração única e específica, que o diferencia de qualquer outro arquivo pessoal. Haverá relações entre ele e outros conjuntos documentais institucionais e de outras pessoas, mas o arquivo pessoal é, por definição, sempre um conjunto único e insubstituível.

Os olhares especializados voltados para esta documentação serão responsáveis por desencadear um processo de monumentalização do material e da pessoa em si. O arquivista identifica e restabelece nexos, lógica e contexto aos itens do fundo, o pesquisador é quem fará uso do material como elementos de base para a construção de seu discurso histórico.

Por sua vez, a instituição de memória age no sentido de valorizá-lo, retirá-lo da escura condição de papéis velhos para a aura da condição monumental de legado de uma pessoa com trajetória de interesse coletivo e social.

1.2 A institucionalização do arquivo pessoal

Diretamente vinculadas ao entendimento dos arquivos pessoais enquanto fontes de informação histórica e social, as práticas de institucionalização destes arquivos vieram exercer um papel fundamental para seu sustento, manutenção e preservação no Brasil. Decorrente de um entendimento ampliado de fontes históricas e ocasionando a preservação e disseminação deste material, o estabelecimento de um vínculo entre a documentação e uma instituição de custódia se mostra como motor para a iluminação de seu potencial informativo e sua efetiva participação do contexto cultural, das pesquisas históricas e sociais.

A relação que se constrói entre a documentação e a sua instituição tutelar desenvolve características simbióticas já no momento de sua transferência para o corpo institucional. Os procedimentos para a formalização da incorporação incluem tratamentos técnicos, pesquisas específicas, identificação e estruturação da documentação, serviços e produtos derivados em consonância com as características institucionais. Com isso, a conexão entre a instituição e a documentação consolida-se mutuamente e imprimem-se características que impossibilitam a divisão destes sem que seja quebrada esta ligação estruturante de ambos.

O ato de institucionalizar um arquivo pessoal é um ponto de convergência entre vários sentimentos e entendimentos relacionados aos arquivos pessoais e suas correlações. São as memórias e identidades, a pesquisa histórica, a fonte de informação, o desejo de transmissão da imagem. Mas, principalmente, a monumentalização e a inserção junto ao contexto coletivo.

Sob custódia de familiares, a transferência é, geralmente, realizada de modo previsto, pensado e intencional, com objetivos claros e estruturados. Em casos desta ordem, os documentos são encaminhados a alguma instituição cujas políticas internas, visão e missão são condizentes com a atuação do titular do arquivo. A transferência, deste modo, se configura numa ação política de perpetuação pessoal.

Quando preocupados com questões políticas e culturais desta qualidade, “Os doadores de arquivos vêm nesses espaços de preservação o meio de marcar a atuação científica e acadêmica dos titulares dos arquivos, garantindo a perpetuação desses agentes no cenário nacional.” (LISBOA, 2012, p. 12)

A documentação pessoal, considerada enquanto uma extensão da pessoa, servirá como uma forma de prolongamento da vida e da presença daquele sujeito na sociedade. Quando associados a uma instituição sólida, os arquivos pessoais veem seus potenciais iluminados, talvez mesmo ampliados, a partir da fundição que se estabelece entre eles e a instituição que o abriga. Vincula-os à imagem e ao corpo de uma instituição com funções e papel social, direcionada ao desenvolvimento coletivo, às pesquisas, à memória e à preservação cultural.

Característica peculiar aos arquivos pessoais, o estabelecimento de um vínculo entre eles e uma instituição se dá posteriormente à sua constituição. Não é parte do fluxo vital regular, assumindo-se a qualidade de uma ação deliberada e negociada entre partes, onde o titular pode ou não ser uma delas.

Com relação à custódia, embora tais arquivos não sejam comumente frutos do recolhimento, como ocorre com os arquivos institucionais, são incorporados ao acervo de uma instituição de custódia, por meio de processos formais que garantem sua preservação e organização. (MACIEL, BORGES, 2012, p. 119)

Para os arquivos de pessoas jurídicas, a institucionalização já lhes é intrínseca desde o momento de sua gênese, enquanto que para a documentação pessoal não. A institucionalização é um processo ao qual é submetida posteriormente à sua constituição e que representa não o fluxo que lhe é próprio, mas corresponde a uma valoração daquele material que passará a integrar uma organização.

Geralmente mantidos nas casas ou nos escritórios particulares do titular ou de seus familiares, o processo de institucionalização dos acervos particulares conta com uma transferência física e uma transferência jurídica. Não basta que simplesmente sejam entregues aos cuidados de uma instituição que os aceite, mas há necessidade de procedimentos burocráticos que atestem a transferência de custódia à instituição.

Estes procedimentos servem para esclarecer a respeito de responsabilidades e atitudes que serão tomadas por parte da instituição e dos direitos que cabem aos familiares. A transferência jurídica do conjunto documental estabelece as ações que

caberão a cada parte e estabelece segurança para ambos na definição de seus direitos e deveres sobre a documentação, sendo tudo previamente discutido.

As instituições que coletam arquivos pessoais com o objetivo de preservá-los e torná-los disponíveis ao público devem, igualmente, também no âmbito desta missão, planejar as atividades de organização e as formas de divulgação do seu acervo. (MACIEL, BORGES, p. 120).

Independente dos motivos que estimularam os herdeiros a fazer a transferência, depois de ingresso o arquivo tem a missão de ser disponibilizado ao acesso e uso coletivo. A partir de então, ele passa a ser entendido enquanto uma fonte documental.

Antes da transferência, os arquivos pessoais costumam ficar aos cuidados de familiares, armazenados em suas casas ou escritórios, o que mantém estes papéis no âmbito privado. Sem as condições mínimas não é possível oferecer acesso a eles, e sua utilidade acaba por ser inibida.

Ainda deve-se considerar sobre a conservação, que dificilmente é adequada aos parâmetros para garantir a longevidade e boas condições físicas para o uso. Acumulados em caixas e baús, estes documentos estão sempre suscetíveis a degradações e possíveis perdas durante esse tempo de guarda privada.

Estas situações são regulares por dois motivos. Primeiro, por considerarmos o despreparo técnico por parte dos familiares. Em segundo lugar, por considerarmos os custos para essa atividade. Os custos de manutenção de ambientes com qualidade arquivística são altos, muito superiores a o que as famílias geralmente estão dispostas a desembolsar.

Além da possibilidade de monumentalizar e perpetuar a imagem do familiar, os herdeiros veem nesse ato uma forma de evitar gastos exagerados e complicações decorrentes da procura constante por parte de pesquisadores interessados nos documentos.

Antes de ser de utilidade e interessante para as comunidades pesquisadoras, a institucionalização de um arquivo pessoal é um ato de valoração daquela documentação, e também da categoria dos documentos pessoais. Oferece a oportunidade de exercerem o potencial informativo que lhes é intrínseco, o que dará margem para um segundo ato de valoração, ao efetivarem sua qualidade de fonte histórica.

O reconhecimento da importância dos arquivos ocorre inicialmente com a formalização da doação (assinatura do Termo de Doação) e

se justifica para possibilitar o acesso. (...) A escolha desses arquivos como fontes para a pesquisa constitui outra forma de reconhecimento e o pesquisador deve conhecer cada arquivo com sua identidade preservada. (MACIEL, BORGES, 2012, p. 120).

Podemos notar, então, a estreita relação entre o processo de institucionalização de arquivos pessoais e a sua condição de fonte, sendo a disseminação um ponto central para esta conversão. Ao mesmo tempo em que essa situação pode ser entendida como o sustento das práticas preservacionistas e custodiais para arquivos pessoais, também pode ser entendida como uma problemática desconfigurante da documentação privada.

Zeny Duarte e Lúcio Farias entendem que:

A franquia de um arquivo privado ao público por qualquer meio e, especialmente, sua inclusão no acervo de uma instituição de preservação da memória conduzem à sua 'publicização' e, conseqüentemente, à sua caracterização efetiva enquanto arquivo privado/público. (2005, p. 34)

A consequência desta problemática será sentida no momento da disseminação e das condições de acesso à documentação, ao ponto em que estas são submetidas às legislações de direitos públicos e privados que conferem poder à restrição de acesso a informações de ordem privada.

Célia Leite Costa (1998) desenvolve questionamentos sobre a situação dos arquivos pessoais colocados em ambiente público e compreende que, apesar destas disposições legais que garantem aos proprietários dos acervos limitarem o acesso, tais documentos foram inclusos em ambiente público por conta de sua relevância para a pesquisa e desenvolvimento histórico, científico, cultural, etc. Seria antagônica ao seu papel social a imposição de limites e restrições a documentos de pessoas com destaque e relevância no contexto histórico-social de um grupo.

A autora relaciona o caso onde um arquivo relevante é conhecido publicamente, mas não se encontra em poder de qualquer instituição de custódia, e sim em poder da família. Neste caso, os herdeiros tem total liberdade para restringir o acesso a este material (COSTA, 1998, p. 197).⁹

⁹ Em 18 de novembro 2011 foi aprovada a Lei nº 12.527, conhecida como "Lei de acesso à informação". Em seu Artigo 7º diz "O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:", consta o artigo III - "informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;" (BRASIL, 2011). Enquanto custodiados por entidades que recebem subsídios públicos, estes arquivos pessoais são inclusos no propósito de acesso. O trabalho de Costa é anterior à publicação desta lei, mas a situação de permanência do arquivo na casa dos familiares ainda corresponde à realidade.

A condição de “publicização” dos arquivos pessoais, quando de sua institucionalização, pode gerar movimentos de resistência no processo de concessão de arquivos desta ordem. Como vimos, os arquivos pessoais podem conter elementos que sejam de foro íntimo do seu titular. Os herdeiros podem julgar como um registro estritamente privado, e que sua divulgação pública poderia constranger a imagem social do titular.

Esta situação nos coloca uma nova problemática na institucionalização dos arquivos pessoais, que diz respeito ao entendimento e posição dos herdeiros em relação à documentação, ao titular e à instituição. O entendimento equivocado por parte dos herdeiros sobre o processo de institucionalização, das condições de acesso que serão investidas ao arquivo e das possibilidades de sigilo e proteção da intimidade é uma questão delicada.

A preocupação excessiva gera déficits ou limitações tanto para a documentação, enquanto fonte, quanto para a instituição, no desenvolvimento de suas atividades de tratamento e organização. Déficit também para os pesquisadores, que serão privados de parcela do material e, conseqüentemente, de informação.

Os familiares ou os próprios pesquisadores que doam o acervo, muitas vezes, o fazem parcialmente. Em muitos casos, encaminham apenas parte dos documentos. Posteriormente, novos documentos são localizados e nova doação é feita à instituição. A primeira doação é fruto do interesse de pesquisadores ou de seus familiares de perpetuar a história da pessoa e, sobretudo, de sua atuação a ciência [e outras áreas] brasileira. A visão é a de que apenas os documentos relacionados ao trabalho é que são de interesse e devem ser preservados. Os pessoais, em geral, não são encaminhados. Na maioria das vezes, é somente após um trabalho de conscientização junto aos doadores, que eles passam a compreender a importância da reunião de todos os documentos disponíveis, sejam referentes à vida pessoal ou profissional. Assim, é relativamente comum haver incorporações posteriores de documentos ao arquivo. (SILVA, 2012, p. 91)

Problemas para os arquivistas e perda para os pesquisadores, este fracionamento da documentação decorrente dos pensamentos dos herdeiros no momento da doação compromete os trabalhos a ser realizados *na e com a* documentação. Os arquivos pessoais são, por excelência, conjuntos lacunares e irregulares. Arbitrariamente dividi-los significa desintegrar ainda mais algo que já não é consistente. Perde-se a lógica orgânica e compromete-se a leitura e entendimento do conjunto.

Com o trabalho no conjunto em sua totalidade, o esforço empenhado nessa atividade é grande; com apenas uma fração do conjunto, ao tratamento fica ainda mais complexo, inconsistente e arbitrário. Já para o pesquisador, a ausência de itens componentes daquele arquivo evidentemente ocasionará dificuldades para o seu fazer investigativo e influenciará nas condições do resultado final de sua pesquisa.

Esta situação demonstra a necessária negociação entre os herdeiros e a equipe da instituição de memória que receberá a documentação. Sempre objetivando atender ao propósito de disponibilização e de pesquisa, que justificam a custódia, sem ferir as intenções e cuidados dos herdeiros em relação aos documentos e ao titular.

Além do interesse familiar em perpetuar a imagem do parente, é salutar quando os herdeiros reconhecem os valores históricos e sociais presentes na documentação. Esse reconhecimento dos potenciais da documentação por parte de sua família modifica a forma de olhar para o processo de institucionalização e contribui para os propósitos de disseminação do conteúdo daquele arquivo. O reconhecimento da família vai gerar:

(...) um tipo de investimento de que são objeto os arquivos pessoais, percebidos como instrumentos capazes de interferir no sentido conferido à história, sendo, por isso mesmo, objeto de atenção por parte de titulares, familiares e herdeiros, seja no sentido de organizá-los ou “enriquecê-los”, seja no sentido de realizar avaliações e expurgos no momento da doação a uma instituição de memória, de forma a maximizar o capital simbólico associado ao arquivo e seu titular, sempre orientados pelos ditames do presente. (HEYMANN, 2007, p. 1-2)

Em qualquer caso, o que guiará a incorporação de determinado acervo pessoal a uma instituição de memória está pautado no potencial de pesquisa e uso social daquela documentação e de suas informações. Ou seja, o que há de relevante é o potencial interesse social daquele material para a história, as ciências, as artes, ou qualquer outra área.

Este elemento justifica atitudes seletivas por parte da instituição ao demonstrar interesse pela custódia daquele arquivo. A recusa em receber a documentação é uma opção das instituições, apesar de nem sempre ser considerada.

Os usos dos arquivos pessoais pela sociedade sem dúvida singularizam a própria constituição e preservação desses acervos [das instituições]. Não são arquivos de homens simples que são recolhidos às instituições de memória por representarem uma época, uma área de conhecimento ou as expressões intelectuais de um

segmento da sociedade, mas são arquivos de homens e mulheres que se destacam ao longo da história de uma sociedade. (OLIVEIRA, 2012, p. 39)

Se observarmos por esta ótica a atuação das instituições de memória, pensamos que o papel delas no contexto da preservação da memória social e coletiva e da construção da história, é altamente determinante. Com as configurações dos arquivos pessoais, por maior que seja o seu interesse para a sociedade em geral, este valor é apenas um potencial quando não associado a um conjunto de atividades que farão o intermédio entre ele e a sociedade.

No intermédio entre o arquivo e a sociedade, a instituição de memória ocupa o primeiro lugar do trajeto, sendo seguido pelos pesquisadores e seus trabalhos baseados naquele material, agora, tratado de forma arquivística.

Deste modo, o arquivo pessoal, para que assuma de forma conveniente a condição de fonte histórica precisa ser recolhido por uma instituição que será a responsável por viabilizar a sua disponibilização às pesquisas. Isso quer dizer que existe certa interdependência entre eles, o arquivo e a instituição custodiadora.

Por um lado, enquanto o material acumulado pelo sujeito depende da disposição da instituição em recolhê-lo e tratá-lo para que passe a ter o corpo de arquivo pessoal e fonte de pesquisa. Por outro lado, a incorporação feita pela instituição não é gratuita ou benevolente, mas interessada no desenvolvimento institucional e ampliação de seu acervo, mesmo para justificar sua existência, afinal, geralmente, esse é o objetivo ao qual ela foi criada enquanto instituição de memória e de pesquisa com papel social.

Diante desta situação, a posição assumida pela instituição será bastante influente na formulação e constituição do arsenal de fontes históricas no que tange aos arquivos pessoais. Seria como se a instituição tomasse um poder seletivo pautado em julgamentos de qualidades contidas no conjunto documental que lhes é oferecido. Elas seriam responsáveis por determinar aqueles que detêm condições e características afeitas ao que por ela é entendido como adequado para integrar o círculo de documentos históricos regulamentados.

Ao negociar com a família a doação de um arquivo particular para uma instituição de preservação, o profissional indica ser esse merecedor de receber as mesmas funções de outros bens simbólicos, e a nossa recusa ou o nosso aceite pode determinar um 'apagamento' ou uma 'perpetuação' de representações de um passado linear ou ideal. (LISBOA, 2012, p. 16)

No entanto, não devemos imaginar estas instituições como praticantes de um autoritarismo intelectual, no qual dominam arbitrariamente a decisão sobre o que será oferecido às pesquisas e que aquilo que poderá ser pesquisado emanará de sua vontade. Estas instituições, por mais bem intencionadas que estejam, estão sempre submissas tanto às suas políticas internas de recolhimento, que serão responsáveis por orientar que ordem de documentação ela poderá receber, como também às suas possibilidades estruturais e econômicas, que devem ser respeitadas para garantir seu bom funcionamento.

A quantidade de instituições deste tipo tem se ampliado consideravelmente, abrangendo mais áreas temáticas e com propostas inovadoras. Sempre pautadas em prestação de serviços sociais, preservação, tratamento e disseminação de acervos, o interesse histórico e social serve de volante para a atuação.

“É partindo dessa perspectiva – a do interesse científico, artístico e social de certos documentos de caráter pessoal – que arquivos e centros de documentação do domínio público ou privado devem procurar recolher documentos privados.” (BELLOTTO, 2006, p. 266). Foi justamente a partir deste pensamento, associado a inovações no campo da historiografia, das ciências e das políticas culturais, que estes centros deram início à popularização do trabalho de recolhimento de arquivos pessoais de relevantes nomes dos cenários político, científico e artístico nacional.

Movimento bastante recente na história do Brasil, a mobilização para a criação de centros de documentação e centros de memória, voltados para o empreendimento de preservar e estruturar a memória e a identidade nacional, conta com sua efervescência durante a década de 1970 através de estímulos governamentais para a preservação de patrimônios da cultura nacional (CAMARGO, 2003, p. 26).

No final dos anos 1970, no contexto da redemocratização política do país, ganharam projeção a pesquisa histórica e inúmeros projetos de (re)construção de memórias individuais e coletivas. A renovação da pesquisa em ciências humanas e sociais ampliou a demanda pela sistematização e informações e fontes documentais. Na perspectiva dos estudos históricos, a valorização da história cultural, a partir dos anos 1970, bem como o desenvolvimento da micro-história, fez com que os arquivos pessoais ganhassem importância como fontes de pesquisa. Aos historiadores coube a tarefa de realizar reflexões sobre a natureza dessas novas fontes e suas potencialidades e limites. Novas metodologias e categorias de análise foram incorporadas, assim como o enfrentamento da questão da dimensão subjetiva desses documentos abrigados em diferentes instituições. (SANTOS, 2012, p. 28)

Sintomática de uma série de acontecimentos simultâneos, a expressividade tomada pelos arquivos pessoais junto às instituições demonstra as modificações de pensamentos ocorridas na política, em especial na área cultural, nas ciências, na historiografia. Estas mudanças foram responsáveis por estruturar novas práticas e instituir um novo cenário para a preservação da memória e identidade, para a valorização da documentação histórica, inclusive a pessoal, e para os fazeres científicos em várias áreas.

Desenvolvimento de estratégias preservacionistas, pelo governo federal, no empreendimento de valorização e afirmação da memória nacional é movimento necessário para o momento de transição da política nacional e a retomada de um sistema democrático de governo. Elas estimularam a criação de diversos centros culturais dedicados a alastrar pelo território nacional este ideal pretendido pelas novas políticas culturais nacionais. As mais variadas formas de apresentação da cultura do homem foram contempladas com tais ações, incluindo os documentos históricos que pretendiam atender e ser disponível a todos, tal como os demais bens culturais.

Maciel e Borges (2012, p. 117) entendem que:

No Brasil, no âmbito do processo de redemocratização do país, vivido com maior vigor após o advento da Nova República em 1985, houve grande conscientização por parte de algumas instituições públicas e privadas em recolher, coletar e preservar para acesso público, os documentos institucionais, bem como os arquivos e coleções pessoais de indivíduos.

Pois, não seria consistente um projeto de ampliação das redes de preservação histórica e cultural do país sem que houvesse com o que trabalhar nos novos centros abertos ao público. Nesse sentido, a coleta de acervos documentais, além de interessantes para as propostas das políticas, era necessária para garantir o combustível inicial dos projetos. A institucionalização, e conseqüente valorização de conjuntos documentais relevantes para a memória nacional e para pesquisas científicas, ganha força e estabelece seus campos de atuação e procedimentos próprios.

Momento favorável para os arquivos no contexto das políticas culturais, a constituição desses acervos foi configurada com os ideais da redemocratização. Porém, sofreu também influência de movimentos paralelos que estimularam a reconfiguração dos pensamentos e das práticas historiográficas, que passaram a

revisar seus conceitos sobre a pesquisa e o trabalho em história e a compreensão sobre o que vem a ser uma fonte histórica para ela.

O posicionamento dos historiadores é muito importante nesse momento para a estruturação de uma nova concepção dos documentos históricos, pois, a partir do seu reconhecimento pela historiografia, enquanto legítimas fontes históricas, justifica-se a preservação documental, independente das novas políticas. De modo geral, no caso brasileiro, esse posicionamento não era muito favorável aos arquivos pessoais.

Através de pensamentos inovadores, algumas destas novas instituições iniciaram ações que se dirigiam para caminhos até então não percorridos com segurança por pesquisadores das diversas áreas, em especial historiadores, sociólogos e antropólogos. Eles buscavam, de acordo com os pensamentos predominantes para o fazer historiográfico da época, a legitimidade de fontes históricas apenas naqueles materiais oficiais e preferencialmente escritos. Ferreira nos diz:

A tendência dominante nos estudos históricos no Brasil dos anos 1970 sofria uma dupla influência: de um lado, a do marxismo, que valorizava a 'história dos vencidos', o estudo das classes populares e dos excluídos; complementarmente, a da 'nova história' francesa, originária da chamada *École des Annales*, que implicava a crítica à história política, por muito tempo dominante, e a defesa de uma concepção da história onde o econômico e o social deviam ocupar o lugar principal. (2003, p. 07-08)

Esta conjuntura se mostra antônima às intenções mantidas por algumas destas instituições, que propunham a construção da história a partir da observação e reconstrução das memórias inferiores, das memórias individuais, onde o indivíduo se tornava um agente histórico e detinha uma história colaborativa. Estes pensamentos eram marginalizados na época, por serem consideradas as fontes pessoais como suspeitas e pouco fidedignas para a construção de histórias oficiais a partir deles.

Para os novos historiadores, os fenômenos inscritos na longa duração eram mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude; as estruturas duráveis eram mais determinantes que os acidentes de conjuntura; os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história do que as iniciativas individuais. (FERREIRA, 2003, p. 8)

A atuação das instituições, portanto, funcionava num contrafluxo em relação aos movimentos da pesquisa histórica no Brasil, responsável por gerar resistência na adoção de arquivos pessoais como fontes históricas que deveriam ser institucionalizadas e preservadas.

Por outro lado, se observarmos este momento pela ótica da arquivística brasileira, notamos que esta iniciativa das instituições, apesar de contrária aos ditames da historiografia, corresponde com a fase de desenvolvimento da área no país. Vinda de uma trajetória não muito gloriosa, a Arquivologia ganha impulso enquanto área de conhecimento no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, após maior envolvimento dos órgãos federais, especialmente o Arquivo Nacional, junto ao cenário arquivístico internacional, trazendo benefícios para a estruturação de uma área ainda sem contornos próprios.

Parcerias firmadas com instituições internacionais, convênios com arquivos nacionais de outros países e com universidades, permitiu ao Brasil importar conhecimentos de lugares onde a Arquivologia se encontrava mais estruturada, como alguns países da Europa e da América do Norte. Nesse momento, portanto, começam a ser traduzidas para o português as principais obras da bibliografia arquivística mundial, como o *Manual de Arranjo de Descrição*, dos arquivistas holandeses, e os livros do arquivista norte-americano T.R. Schellenberg. Isto é resultado de uma iniciativa dedicada à estruturação da Arquivologia brasileira como área de conhecimento, coordenada pelo Arquivo Nacional¹⁰.

Mais à frente, na década de 1970, com a área já em condições para tal, a Arquivologia converte-se em curso universitário, na qualidade de ensino superior, o que demonstra uma ampliação do entendimento especializado sobre os arquivos.

Este quadro, inédito para a arquivística brasileira, estabeleceu maior aproximação junto às práticas de arquivos estrangeiros. Em consequência, recebe influência dos pensamentos destes profissionais e instituições, onde o status dos arquivos pessoais era diferenciado.

Maria Lúcia Velloso de Oliveira (2012) desenha o cenário dos arquivos pessoais em países que influenciaram fortemente o Brasil neste processo de estruturação: a França, o Reino Unido, os Estados Unidos e o Canadá. Segundo os estudos da autora, todos estes países mantêm a ideia de valoração dos arquivos pessoais enquanto elementos de interesse para a história coletiva e como fonte de

¹⁰ Resultado das ações de José Honório Rodrigues na direção do Arquivo Nacional, a primeira edição do *Manual dos Arquivistas Holandeses* data de 1960, com tradução de Manuel Adolpho Wanderley em edição do próprio Arquivo Nacional. As obras de T.R. Schellenberg traduzidas foram *Avaliação dos documentos públicos modernos*, em 1959, com tradução de Leda Boechat Rodrigues, *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, em 1963, tradução de Manuel Adolpho Wanderley, ambos com edição do Arquivo Nacional, e *Arquivos Modernos: Princípios e técnicas*, em 1973, com tradução de Nilza Teixeira Soares, pela Editora FGV.

informação. No entanto, cada um em seu tempo, a inflação da institucionalização desses documentos se deu de modo efetivo ao longo do século XIX.

Na França, após sua reestruturação política e a criação dos Arquivos Nacionais, no final do século XVIII, o empreendimento em coletar todo o material produzido pelo antigo regime e centralizar na nova instituição incluía os documentos que pertenceram à nobreza, ao clero e aos emigrados, não com a intenção de preservar a imagem de seus titulares, mas para recuperar documentos de ordem pública que deveriam integrar o acervo dos Arquivos Nacionais (OLIVEIRA, 2012, p. 24-27). Com isso, somos levados a relacionar este fato com os potenciais de representação coletiva dos arquivos pessoais. Porém, considerando a falta de estudos relacionados aos tratos arquivísticos naquela época, onde não se tinha nenhuma das teorias arquivísticas formulada, a manutenção descontrolada é de se esperar.

O Reino Unido foi responsável por um particular ato de valoração dos arquivos pessoais no ano de 1869 com a criação da *Royal Commission on Historical Manuscripts*, desenvolvida com o objetivo de identificar, registrar e publicar a localização de conjuntos documentais privados que continham informações de interesse coletivo para pesquisas históricas. Iniciativa digna de nota e em funcionamento até os dias atuais, a comissão passou a integrar o corpo do Arquivo Nacional do Reino Unido em 2003. Porém, a criação deste grupo demonstra um necessário registro censitário decorrente da prática do governo britânico de não recolher os arquivos privados para sua custódia, apesar de reconhecer a importância e o valor que lhes é intrínseco.

Este trabalho desenvolvido no Reino Unido estimulou que na França, em 1891, o historiador Melchior de Vogüé, presidente da Sociedade de História da França, publicasse um artigo em defesa dos arquivos pessoais e familiares. Ele propunha o desenvolvimento de trabalhos similares ao realizados pelo Reino Unido, mas sem a dispersão dos documentos. Este trabalho de catalogação dos arquivos pessoais e familiares passa a ser realizado, com o diferencial de que, na França, seus Arquivos Nacionais e outras instituições departamentais incorporam para sua custódia alguns dos acervos. Os arquivos podem ser registrados e permanecer aos cuidados dos titulares ou herdeiros, contanto que sejam disponibilizados para pesquisas. (OLIVEIRA, 2012, p. 24-27).

Estas práticas influenciam também os modos de agir com os arquivos pessoais do outro lado do oceano. Nos Estados Unidos, ao longo do século XIX, os arquivos pessoais serão recolhidos por instituições de pesquisa, sociedades históricas, bibliotecas públicas e universidades, por terem consciência da relevância destes documentos para a história do país e da importância em serem disponibilizados para pesquisas.

No mesmo sentido, no Canadá, a incorporação dos arquivos pessoais é de interesse para os arquivos municipais, os provinciais/territoriais, o Nacional, como também para universidades em suas bibliotecas e centros de pesquisa. Isto também por serem considerados como valiosas fontes para pesquisas em qualquer área, como também para o conhecimento de usuários em geral (OLIVEIRA, 2012, p. 28-31).

Em tempo, podemos notar a influência que o Brasil sofreu com relação ao tratamento da documentação pessoal, com forte tendência para as norte-americanas, no sentido em que a recolha do material às instituições é o procedimento regular para seu reconhecimento e valorização como fonte de pesquisa de interesse coletivo. No Brasil não contamos com um censo responsável por registrar, catalogar e publicar a relação de arquivos pessoais preservados pelas instituições espalhadas por todo o território nacional, e menos ainda daqueles em poder de particulares e familiares.

Concomitante à ampliação da rede de instituições de cultura pelo governo nacional, a Arquivologia se encontrava em contato com estas tendências estrangeiras e em fase de construção do seu campo de atuação no Brasil. A área entendeu estas novas instituições como território a ser explorado e com potencial para implantar as práticas internacionais de ação arquivística no contexto nacional.

Apesar do aparente desacordo entre os pensamentos da comunidade de historiadores, com a resistência em compreender os arquivos pessoais como legítimas fontes de informação histórica, e as propostas renovadoras trazidas pela comunidade arquivística para estes centros culturais e de memória, é necessário lembrarmos que ao longo da década de 1970 o Brasil começa a formar os primeiros arquivistas regulamentados, egressos dos primeiros cursos de Arquivologia.

Quer dizer, os profissionais que atuavam em arquivos naquele tempo, e ainda hoje é bastante comum, eram em sua quase totalidade historiadores ou bibliotecários, com algumas exceções de antropólogos e sociólogos, apesar de

todos serem muito bem atinados aos conhecimentos arquivísticos. Estes profissionais foram os responsáveis por estruturar a Arquivologia brasileira e levar em frente o processo de iluminação dos arquivos pessoais junto aos demais conjuntos documentais já preservados.

Algumas destas instituições adquiriram repercussão nacional e internacional e são utilizadas como referências, tanto no sentido metodológico do tratamento arquivístico, como também por suas propostas e atuações, que se mostraram salutares aos campos de pesquisa histórica, acadêmica e social, dos arquivos e da preservação dos produtos culturais humanos.

Para exemplificar, podemos citar o caso do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), situado na cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 1973, como um braço de ação da já renomada Fundação Getúlio Vargas, o CPDOC contou com um projeto de ação considerado audacioso para a época. Ele se propunha ao recolhimento, tratamento, preservação e disseminação de acervos referentes às elites políticas do país através dos conjuntos documentais de integrantes deste grupo, ou seja, se propunha a trabalhar diretamente com os arquivos pessoais dos políticos atuantes no cenário político contemporâneo (século XX), contando ainda com o uso da história oral, a fim de ampliar o acúmulo de informações dentro de seu contexto de atuação.

Com projeto inicial desenvolvido pela cientista social e socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, o centro iniciou suas atividades com a doação do arquivo pessoal de seu avô, o ex-presidente Getúlio Vargas, e atualmente seu acervo é composto por cerca de 200 fundos e coleções de importantes nomes da política nacional contemporânea. Também dedicado às pesquisas sociais, a área de atuação do CPDOC se ampliou com o passar do tempo e lhe conferiu mais status no cenário nacional em história, política e relações internacionais, enquanto que para arquivística, suas contribuições metodológicas para o tratamento e organização dos arquivos pessoais são bastante relevantes.¹¹

Onze anos antes do CPDOC foi criado junto à estrutura organizacional da Universidade de São Paulo (USP), com projeto do historiador Sérgio Buarque de Holanda, o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), em 1962. Sua área de atuação

¹¹ Informações extraídas da página web da instituição: <http://cpdoc.fgv.br/>

direcionava à pesquisa e documentação sobre a história e as culturas do Brasil, com a função de preservar a documentação de artistas e intelectuais brasileiros que ajudaram a construir a conjuntura artístico-cultural nacional, como escritores, músicos, artistas plásticos, entre outros. Composto atualmente por cerca de 90 fundos e coleções, o IEB desenvolve trabalhos de organização e tratamento do seu material, amplo trabalho de disseminação e suporte para usuários, além de desenvolver relevantes pesquisas históricas, culturais e também na área de arquivos e preservação documental.¹²

Outros dois exemplos interessantes são a Casa de Oswaldo Cruz, criada junto à estrutura da Fundação Oswaldo Cruz (COC-FIOCRUZ) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), vinculado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MICT), ambos criados no ano de 1985, na cidade do Rio de Janeiro.

Uma unidade técnico-científica da FIOCRUZ, renomada instituição de ensino, pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico na área de saúde pública, a COC se dedica aos trabalhos de preservação da memória da instituição, através de todo seu patrimônio arquitetônico e intelectual construído ao longo dos mais de 100 anos de atuação pública, bem como de pesquisa e documentação sobre a memória da saúde pública e biomédica no Brasil. Abriga sob sua custódia mais de uma centena de fundos e coleções de renomados médicos e cientistas brasileiros que contribuíram para o desenvolvimento das ciências médicas no Brasil e no mundo. No campo da arquivística, é bastante relevante por seus trabalhos de pesquisa em metodologias de organização e tratamento arquivístico de arquivos de cientistas, onde criaram um sistema próprio de classificação e arranjo para o seu acervo, uma tarefa há muito esperada por todos os profissionais envolvidos com arquivos pessoais¹³.

Criado no mesmo ano, o MAST tem sob sua responsabilidade a preservação, documentação, pesquisa e divulgação da história das ciências e tecnologia no Brasil. Sua idealização aconteceu junto ao corpo de profissionais que integravam o Observatório Nacional, que almejavam uma instituição que preservasse a memória e servisse de central de informações históricas sobre o desenvolvimento científico e tecnológico do país. O MAST, além de desenvolver atividades direcionadas à sociedade em geral, ainda colabora com pesquisas e estudos sobre a história

¹² Informações extraídas da página web da instituição: <http://www.ieb.usp.br/>

¹³ Informações extraídas da página web da instituição: <http://www.coc.fiocruz.br/>

científica do Brasil e sobre sua preservação. Com um acervo de cerca de 30 arquivos de renomados cientistas, trabalha em conjunto com a COC na investigação de metodologias de tratamento e preservação documental, além da disseminação de seu material arquivístico para pesquisadores¹⁴.

Com objetivos e campos de ação delimitados e estruturados, estas instituições apresentadas são exemplos da expansão cultural ocorrida na segunda metade do século passado e atuam até os dias de hoje não apenas para a preservação da memória de suas respectivas áreas, mas também para o trabalho investigativo e busca de inovações para essa função. Apenas estas instituições apresentadas somam mais de 400 nomes que contam com seus arquivos preservados.

Apesar de vermos áreas diferentes, com sistemáticas próprias de atuação e tratamento e políticas internas próprias, vemos que o comum a todas as instituições apresentadas se encontra na função de contribuição para pesquisas históricas e científicas, tanto por suas próprias equipes de profissionais como para usuários externos que busquem informações e conhecimentos para seus fins específicos. Todas elas iniciaram sua atuação com este objetivo sociocultural e tomaram como via o recolhimento de arquivos pessoais. Contribuem para a difusão e conscientização da relevância destes documentos para a preservação da memória social e como fontes de pesquisa.

Existe ainda a situação onde uma instituição, como uma fundação ou um instituto, é criado especificamente para cuidar do conjunto documental de uma pessoa, geralmente seu idealizador ou familiares. Em casos como este, geralmente, o titular é uma pessoa pública de referência, com atuação bastante ativa no seu campo de ação e planeja, então, a criação de uma instituição que herdará seu acervo pessoal, além de suas funções, quando isso for possível, transportando a imagem da pessoa, ou com a intenção de agir como a própria pessoa, para uma duração prolongada. Esta instituição pode ser criada após a morte do titular, como é o caso da Fundação Mário Covas, por exemplo, ou ainda, ser idealizada e fundada por seu próprio titular em vida, como o Instituto Fernando Henrique Cardoso, Fundação Oscar Niemeyer ou a Fundação Darcy Ribeiro. Em todos estes casos, a

¹⁴ Informações extraídas da página web da instituição: <http://www.mast.br/>

instituição é criada para dar continuidade ao pensamento e à ação do seu titular e se vale do arquivo pessoal como o eixo para suas funções¹⁵.

Luciana Heymann diz sobre instituições dessa ordem:

A criação de uma instituição desse gênero pode ser vista como um passo estratégico no processo de monumentalização da memória de seu patrono, seja ele seu instituidor, como no caso em questão, seja a instituição produto da ação de herdeiros, após a morte do titular. Nesse último caso, em geral, a justificativa manifesta da instituição é resgatar, preservar e divulgar a memória do personagem, constituindo-se em um espaço para a evolução de sua imagem e a atualização de sua trajetória, lembrada e ressignificada em trabalhos acadêmicos, exposições, eventos e comemorações. O acervo do titular, por meio desse processo, é aproximado da noção de 'legado' histórico, inserindo-se no universo dos bens simbólicos reunidos sob a chancela do 'patrimônio' ou da 'história' nacionais. (2005, p. 8)

De modo geral, o primeiro ponto a ser destacado no processo descrito pela autora corresponde à intenção de permanência do sujeito, através de seu acervo e de sua instituição, que tomarão para si as tarefas de agirem em lugar de seu criador, no sentido em que sua imagem, sua trajetória e seus trabalhos são mantidos ativos no núcleo da instituição. Todas as realizações da instituição serão condizentes com os pensamentos mantidos pelo titular e, conseqüentemente, em consonância com a documentação preservada em lugar de honra e destaque na estrutura organizacional.

Esse trabalho de institucionalização de seu próprio acervo não convém ser confundido com um trabalho autobiográfico desenvolvido pelo titular. Muito além disso, esta estruturação não terá tanto a característica de depoimento prestado pelo sujeito, se comparado à intenção de edificação de um monumento em seu nome, com a finalidade rememorativa ativa no contexto social para garantir a constante revisita ao seu pensamento e a reutilização de suas ações, se seus trabalhos e de sua imagem deixada.

A autora trabalha com a ideia de "legado" do titular, mas com uma conceituação que extravasa o entendimento comum do termo, referente àquilo que é feito por uma pessoa, uma instituição ou um tempo e, deixado para futuras gerações, incitarão a lembrança daquele que o produziu. Ela explica seu entendimento de legado numa dimensão mais subjetiva que esta:

¹⁵ Pela Lei Nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, os conjuntos documentais privados de ex-presidentes brasileiros devem ser preservados e garantido livre acesso a este material, por serem considerados, automaticamente, de interesse público e social para a pesquisa e cultura nacionais.

Trata-se do investimento social por meio do qual uma determinada memória é tornada exemplar ou fundadora de um projeto político, social, ideológico etc., sendo, a partir de então, abstraída de sua conjuntura e assimilada à *história nacional*. Nesse movimento, configura-se um outro tipo de legado, de natureza memorial, materializado em arquivos, objetos e toda sorte de registros que remetam ao personagem, ao período ou ao tema em questão, que passam a ser objeto de ações de preservação e divulgação, por meio das quais, por sua vez, o conteúdo associado ao personagem, período ou tema são constantemente atualizados e renovados. (HEYMANN, 2007, p. 02 grifo da autora)

A noção de legado trabalhada, nesse sentido, não mais na configuração do arquivo pessoal como uma fonte de informação histórica, corresponde a um deslocamento simbólico, da pessoa, da continuidade temporal. Isto faz com que a pessoa se mantenha presente na realidade política, artística, cultural e social contemporânea, sempre atualizada, através de uma significação implantada no seu arquivo e na sua instituição.

Esta nova configuração vai garantir a permanência no tempo através da relação que ela mantém entre o tempo, aquilo que produz e o que demanda, enquanto se alimenta daquilo que produz, num movimento quase que autossustentável. “A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração (futuro).” (op. cit., p. 03).

A justificativa de toda essa operação se encontra na elevação daquele sujeito à categoria de “exemplar”, destacado da grande massa por seus feitos e por quem foi, eternizado na história oficial e legitimado pelas comunidades especializadas, que afirmarão o caráter monumental do seu espólio, erigido a monumento.

Para tanto, é imprescindível a institucionalização da documentação do sujeito, para que ela seja a representante simbólica de todo este valor social investido ao titular, à sua produção, ao seu legado. Mesmo nos casos onde a instituição não é exclusivamente desenvolvida pra receber aquela documentação, como nos primeiros casos de arquivos institucionalizados que vimos, há possibilidade de configuração desse mesmo sistema simbólico sobre uma pessoa e sua documentação - agora seu monumento -, sua trajetória - agora história - e seu tempo - agora indeterminado.

Diante deste quadro, notamos claramente a intenção de monumentalizar a pessoa através de seus arquivos ou o legado daquilo que produziu e fez em vida. Não somente com seus produtos e o resultado de suas ações, geralmente já

conhecidas publicamente, mas também com o uso daquilo que não foi divulgado, de caráter particular, com uma função muitas vezes secundária, para conferir características “*humanizantes*” àquele que se tem trabalhado para ser mártir.

O trabalho de monumentalização de uma pessoa através de seus arquivos é somente permitido com o entendimento daquela documentação enquanto o testemunho da pessoa, para que a partir dele seja edificado este cenário temporal que guiará à monumentalização.

Com a possibilidade de aproximação entre o titular, através de seus arquivos, e as comunidades científicas e a sociedade geral, através dos produtos de pesquisas históricas realizadas na integração de pesquisadores com o arquivo (somente viabilizado pelo processo de institucionalização), este caminho servirá para o empreendimento de construção de um monumento do/sobre o sujeito.

2. Os Elementos do patrimônio

Eleitos ao título de patrimônio, qualquer objeto que o seja, é alçado a um status que nem sempre corresponde ao mesmo que detinha anteriormente. A ação desenvolvida por um bem patrimonial na sociedade que o criou é, em tese, mais ampla e mais densa que a ação do objeto em si. Suas manifestações são originadas em movimentos culturais que embasam a sua eleição.

Regionais, nacionais ou mesmo da humanidade, os patrimônios estão sempre relacionados a algum tipo de coletividade, alguma comunidade que partilhe das mesmas noções, práticas e sentimentos culturais. Historicamente, a noção de patrimônio sempre manteve vínculos muito fortes com a história, com a arte e a estética, no intuito de realçar alguns produtos culturais para fins de afirmação daquilo que é relevante para aquela comunidade que o criou.

Na atualidade, os patrimônios têm passado por uma expansão, tanto em seu conceito quanto em sua presença, em grande parte das culturas pelo mundo. Seu modo de agir também tem passado por algumas mudanças e, conseqüentemente, sua valoração primordial passa a contar com novas formas de entendimento, em especial com o recente desenvolvimento das práticas turísticas.

Este efeito de ampliação dos patrimônios nas sociedades contemporâneas é percebido como decorrente, principalmente, das configurações globais que as culturas e as comunidades têm tomado. Leonardo Barci Castriota (2009) entende que os movimentos de globalização, cada vez mais presentes na contemporaneidade, impulsionaram o deslocamento do campo do patrimônio de uma presença tangencial para uma localização mais central nas discussões relacionadas às formações territoriais, culturais, econômicas e nacionais.

Com a redução de distâncias através dos modernos meios de comunicação e as facilidades de transporte e locomoção, a aproximação entre culturas agora conta com interações nunca antes vistas. Desta forma, todos os povos estão suscetíveis a uma miscigenação cultural, através das influências sofridas por culturas muito diversas.

Esta mesma compreensão pode ser percebida com Françoise Choay, quando a autora nos apresenta uma definição do que pode ser entendido como patrimônio histórico nos tempos modernos. Ela nos diz:

A expressão designa um bem deixado ao usufruto de uma comunidade que ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, 'patrimônio histórico' tornou-se a palavra-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11)

Estas palavras da autora francesa trazem muitas contribuições para o entendimento do que vem a ser o patrimônio, da sua constituição e qual o seu papel junto às comunidades. Podemos compreender, primeiramente, que os patrimônios são constituídos a partir de uma prática de colecionamento dos produtos culturais realizada por suas comunidades produtoras. Seguido de questões que envolvam o entendimento sobre estes produtos sociais a que ela se refere, às questões culturais das sociedades globais contemporâneas e suas configurações nacionais, influenciadas pelas inter-relações globais.

Todos estes elementos não encerram o campo do patrimônio, mas fazem parte de um complexo sistema simbólico, construído de significados sociais e culturais fabricados de modo a atender, entre outras situações, demandas de sobrevivência cultural, tanto interna quanto externa à própria cultura. Análises e investimentos de valores a determinadas coisas são responsáveis pela formação deste conjunto que hoje entendemos como o patrimônio histórico ou cultural do grupo.

Mesmo o entendimento sobre o que vem a ser histórico e o que vem a ser cultural, neste universo do patrimônio, pode parecer algo não tão explícito. Isso também é decorrente desta ampliação dos sentidos que a noção de patrimônio tem vivido na contemporaneidade. Estes passam a ser categorizados de acordo com ordens que os identifiquem, como o patrimônio ambiental, o patrimônio urbano, o patrimônio imaterial, patrimônio arquitetônico, entre outros.

Choay se referiu aos que recebem o nome de patrimônio histórico, porém, o termo patrimônio cultural também é recorrente em bibliografias, projetos sociais e departamentos estatais responsáveis pela gestão destes bens. Carlos Lemos propõe uma compreensão entre estes dois conjuntos.

O autor entende que o patrimônio histórico é o conjunto de bens representativos das gerações passadas que restaram aos cuidados e usos das gerações atuais e futuras. Eles são responsáveis por estabelecer um contato

temporal direto entre o passado e o presente, enquanto fazem parte de um acervo maior. Este último é o conjunto de produtos da própria cultura, não necessariamente históricos, mas representantes dos fazeres e costumes culturais (LEMOS, 2000, p. 07).

Estas, entre as outras divisões categóricas apresentadas, fazem parte de um sistema de gestão e organização do patrimônio coletivo também atinente à sua compreensão contemporânea. Sendo produtos da cultura e dos sistemas culturais, é de se pretender que eles acompanhem as mudanças e reformulações intrínsecas ao próprio sentido de cultura e sociedade, enquanto organizações não estáticas. Esta percepção é necessária para que possamos compreender a formação dos sentidos patrimoniais, seus valores e seu papel nas sociedades enquanto fenômenos vicissitudinários.

Nesse sentido, suas qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza etc. Sabemos, entretanto, que essas divisões são construções históricas. Pensamos que são naturais, que fazem parte do mundo. Na verdade, resultam de processos de transformação e continuam em mudança. A categoria 'patrimônio', tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas. (GONÇALVES, 2009, p. 27)

Apesar de tendências à naturalização, as palavras de José Reginaldo Gonçalves nos dão o suporte para trabalharmos com a concepção do patrimônio enquanto um fenômeno histórico atinado com as configurações temporais e espaciais específicas. Enquanto um produto da cultura e um representante dela, os patrimônios também estão sujeitos a variações ao longo do tempo. A forma como eles são trabalhados hoje é decorrente de uma construção que tem origem em sentimentos que não surgiram aleatoriamente.

A trajetória de formação dos bens culturais permitiu que tomassem configurações diversas em cada momento histórico, valorizando-se de acordo com os elementos sociais mais relevantes da época.

A participação destes conjuntos, seus sentimentos e valores, na constituição social não é recente e centralizada em alguns povos. Ao contrário, eles estão presentes nas mais diversas culturas e num período de tempo que extrapola a modernidade. Nem ocidental, nem moderna, a intenção patrimonial acompanha o desenvolvimento das civilizações, ao contrário do que é comumente afirmado.

Muitos são os estudos que afirmam constituir-se essa categoria em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais, o que é correto. Omite-se, no entanto, seu caráter

milenar. Ela não é simplesmente uma invenção moderna. Está presente no mundo clássico e na Idade Média. A modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos assumidos por ela. Podemos dizer que a categoria 'patrimônio' também se faz presente nas sociedades tribais. (GONÇALVES, 2009, p. 26)

Mesmo que seja diferente dos que hoje entendemos como patrimônio, a essência da intenção patrimonial se estende pelos tempos e pelas culturas, não como algo natural, mas enquanto uma prática de efetiva importância para a estruturação daquele grupo e daquela cultura.

A relação do patrimônio com a modernidade, que toma como marco "criacionista" o período evidenciado pela Revolução Francesa, a partir de 1789, foi responsável por modelar as formas patrimoniais que a atualidade herdou, e por dar início às propostas preservacionistas oficiais¹⁶. Porém, do mesmo modo que nós temos estes pensamentos como bases para os trabalhos atuais, os franceses revolucionários são influenciados por práticas e pensamentos patrimoniais anteriores¹⁷.

É nesse sentido que Gonçalves nos fala do caráter milenar do patrimônio e de como esses sentidos conferidos desde tempos muito anteriores à modernidade contribuíram para a estruturação daquilo que hoje tratamos como patrimônio. É evidente que muitas características foram alteradas durante o passar dos tempos, sempre em adequação aos contextos históricos e culturais de cada época.

Em um trabalho que já é entendido como clássico para a literatura sobre patrimônios, Françoise Choay (2006) se aprofunda em uma pesquisa histórica e explora as origens dos patrimônios. Guiada por práticas, valores e intenções, a autora nos mostra uma trajetória preservacionista que extrapola as tradicionais observações políticas e legais a respeito dos patrimônios.

¹⁶ A Revolução é sucedida por uma onda de destruição dos bens que pertenciam ao clero e à Coroa, como forma de retirar este passado do novo Estado que surgia. Com opiniões distintas, estes bens, agora pertencentes ao Estado, passaram a ser protegidos por legislações próprias. Neste sentido, a Revolução é responsável pelo início das atividades regulamentares de preservação do patrimônio histórico nacional (CHOAY, 2006, p. 95-123).

¹⁷ Choay apresenta um histórico que remete à Antiguidade, quando os bens da cultura grega eram saqueados por outros povos na intenção de absorver esta cultura através do colecionamento de seus bens. Passa pelo período do *Quattrocento*, com o surgimento das humanidades e o interesse por antiguidades, paralelo ao característico movimento de destruição de bens profanos na Idade Média. O período dos antiquários, onde se desenvolve a comercialização de antiguidades, a valorização dos bens nacionais, a sobreposição da arte sobre a memória e a retomada histórica com os Iluministas. Este histórico contribuiu para a formação do sentido de patrimônio no fim do séc. XVIII. (CHOAY, 2006)

Através de observações direcionadas às diversas culturas e épocas da civilização, são extraídos alguns dos elementos e pensamentos que mais influenciaram na formação do sentido de patrimônio e a sua importância para as sociedades.

Essencialmente material, a formação destes conjuntos era, inicialmente, constituída por objetos, obras de arte e construções arquitetônicas produzidas pelos povos. Nesse sentido, a aproximação do termo patrimônio junto ao sentido de monumento histórico era inevitável. Por muito tempo foram entendidos enquanto sinônimos, e tal distinção só é estabelecida recentemente:

A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não pára de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem. (CHOAY, 2006, p. 12)

Notamos a entonação referente à ampliação dos bens a integrar esse conglomerado do patrimônio e essa situação implica na segmentação daquilo que antes era entendido como um único grupo. No entanto, no que diz respeito às similaridades, os patrimônios mantinham especial ligação com os chamados monumentos históricos, enquanto bens diferentes dos monumentos. Monumentos e monumentos históricos não são tratados como a mesma coisa perante a trajetória de construção dos patrimônios.

Mesmo com funções diferentes, estas duas ordens de bens preserváveis se distinguem em sua essência e constituição. Ambos sustentam sentidos relacionados à história e estão subordinados à materialidade das produções humanas, porém, surgem de maneiras distintas.

É importante destacar que a visão da autora é direcionada, primordialmente, aos patrimônios do tipo arquitetônico e às edificações. De qualquer modo, apesar de direcionadas, estas questões levantadas são relevantes para o entendimento do patrimônio em modo geral e amplo.

Para a autora, o monumento sustenta uma relação mais próxima com o que ela chama de “memória viva”, e tem por principal função a lembrança de partes relevantes do passado de uma comunidade. Isso já vem representado mesmo em seu nome e na sua origem etimológica: “Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *momere* (‘advertir’, ‘lembrar’), aquilo que traz à lembrança alguma coisa.” (CHOAY, 2006, p. 17-18).

Nesse sentido, notamos que o monumento conta com a função de apelar para a memória, para a lembrança, enquanto um instrumento social contra o esquecimento de determinados acontecimentos eleitos como dignos de tal ato. Com uma condição que lhe é peculiar, os monumentos são obras erigidas, construídas, especificamente para este fim de lembrança. Seria dizer que antes do monumento existir, existe a necessidade, ou interesse, em que algo não seja esquecido. Desta situação se desenha um bem material capaz de fazer reverberar ao longo do tempo a luz daquilo que se intenta manter vivo na memória do grupo.

Para tal, estes produtos para a memória valem-se, em grande parte, de estratégias apelativas à sentimentalidade e à afetividade. “A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.” (CHOAY, 2006, p. 18). A função investida ao monumento está na criação do vínculo concreto entre o presente e o que deve ser lembrado, e seu tom emocional não está na construção, em si, mas no valor simbólico investido a aquela produção e o que ela significa.

A sua importância já vem definida no momento de sua elaboração e a ação memorativa que ela vai desempenhar é trabalhada em conjunto com sua construção. Desde a definição daquilo que será lembrado até sua apresentação estética são pensados e estabelecidos para que atinja ideais de afetividade e sentimentos de pertencimento ao grupo.

Não apenas ele a trabalha [a memória] e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006, p. 18)

Notamos que a relação do monumento com o grupo ao qual ele pertence não se encerra na simples representação daquilo que ele denota, mas se sustenta mesmo em uma condição estrutural na manutenção do grupo. Eles se apresentam enquanto uma via de acesso à permanência dos elementos essenciais à união dos indivíduos em um grupo consistente, organizado, com características próprias que o identificam e, especialmente, com um passado glorioso que deve ser lembrado.

A fim de evitar um “traumatismo da existência” (CHOAY, 2006, p. 18), mais do que uma forma de representação do passado para a lembrança no presente, os monumentos são instrumentos de organização desse passado para a estruturação

do presente e do futuro. “Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.” (op. cit.)

Nesse sentido, estabelece-se a essência do que vem a ser o monumento e qual é a sua função junto às comunidades que o constituem. Em contato direto com a memória e com a identidade dos grupos, eles servem para auxiliar a permanência destes elementos essenciais na formação e manutenção de um grupo social.

Estabelecida a sua localização no contexto sociocultural, sua apresentação e sua estética se libertam de amarras. Isto permite que um monumento tome qualquer forma, contanto que tenha as funções afetivas da memória e da identidade do grupo.

Por considerarmos que cada cultura detém formas próprias de cultos, adorações e produções materiais, os monumentos são adaptados com maior facilidade entre as sociedades, sempre em adequação com os princípios estéticos, artísticos e tecnológicos de cada cultura e cada tempo.

Sua relação com o tempo vivido e com a memória, ou, dito de outra forma, sua *função antropológica*, constitui a essência do monumento. O resto é contingente e, portanto, diverso e variável. (...) O monumento muito se assemelha a um universal cultural. Sob múltiplas formas, ele aparece presente em todos os continentes e em praticamente todas as sociedades, dotadas ou não de escrita. O monumento, dependendo do caso, recusa as inscrições ou as acolhe, ora com parcimônia, ora de forma bem liberal, chegando às vezes a se deixar cobrir por elas, tendendo a acumular outras funções. (CHOAY, 2006, p. 18, grifo da autora).

A partir das liberações concedidas por conta da chamada “função antropológica” do monumento, as culturas são autorizadas a configurá-los da forma que melhor lhes convier, incluindo dentre as potenciais configurações, a escrita. Caso a sociedade detenha o conhecimento de alguma forma de escrita, elas podem se valer desta forma de registro para constituir, complementar, ornamentar ou conferir sentido ao monumento.

A aplicação de formas de escrita em monumentos tende a explicitar um sentido que já pertence à sua essência memorial. A partir do momento em que o monumento é projetado com um fim específico de representar um passado, inseri-lo na duração e influenciar os membros do grupo, podemos considerar que houve aí uma intenção de registro. A materialização de um passado em um objeto que o representará e durará.

Em se tratando do monumento histórico, este se distingue dos monumentos tanto em sua essência quanto em sua formação. Ambos exercem uma ação sobre

os integrantes do grupo ao se relacionar com o tempo passado e presente, no entanto, as funções memoriais encontradas nos monumentos não são tão presentes na ideia de monumento histórico. Quanto à sua criação, tão deliberada e arbitrária quanto os monumentos, eles não são erigidos num sentido tangível e material, mas no sentido simbólico, num processo de “reciclagem”.

Choay se vale de alguns pensamentos do historiador de arte austríaco, Alois Riegl, através de sua mais conhecida obra, *Der moderne Denkmalkultus* (O culto moderno dos monumentos), editado originalmente em 1903.

(...) o monumento é uma criação deliberada (*gewollte*) cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado (*ungewollte*) e criado como tal; ele é constituído *a posteriori*, pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam da massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. (CHOAY, 2006, p. 25-26)

Enquanto o monumento é uma peça produzida especificamente para atuar como um objeto memorial e condutor de lembranças, os monumentos históricos são peças já existentes, criadas com uma finalidade utilitária, geralmente em tempos passados e que ainda estão presentes no contexto do grupo. Elas passam, então, a ser observadas de outra forma, através de olhares especializados que serão os responsáveis por erigir o sentido de monumento histórico, enquanto um significado investido ao que já é existente.

Outro diferencial entre estas duas categorias se encontra na ordem da representação e em seu significado. Enquanto o monumento estabelece um vínculo simbólico essencial com a memória, o monumento histórico não conta com esta mesma necessidade ou obrigatoriedade. Este segundo não se pretende exclusivamente a uma gama de significação, no caso à memória. A ele é permitido o estabelecimento de relações representativas de outras ordens.

O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular -; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso ‘desejo de arte’ (*Kunstwollen*): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2006, p. 26)

Apesar de não ser limitado à representação da memória, tal como os monumentos, os monumentos históricos estão destinados a manter vínculos com a produção artística e o seu consumo. As palavras de Choay, com base nos pensamentos do historiador de arte austríaco, nos levam a pensar que a restrição existe nesse sentido. Porém, ao pensarmos, em essência, no sentido do monumento histórico, tais barreiras podem ser ultrapassadas.

A apreciação estética de coisas do passado serve como grande justificativa para a sua permanência no presente, mas nem sempre sua ação se limita ao exibicionismo. Afirmações de domínios, de saberes oriundo de um povo podem servir também como relevante motivo de preservação e culto de um produto cultural do passado.

Sem que seja trabalhada enquanto uma via de rememorar algo do passado, ele tratará de apresentar algo que é presente, vívido e atual, sendo que esta atualidade é oriunda não do objeto em si, mas do sentido e do significado que lhe foi investido. Em tais situações, o objeto sempre será passado, com um significado que é presente.

Como vimos, até a segunda metade do século XX estas duas categorias de monumentos eram entendidas como sinônimos do conjunto de patrimônios preservados pelas sociedades. A organização de conjuntos e a divisão em categorias específicas só foram exequíveis recentemente, quando os pensamentos que definem o conjunto patrimônio foram alargados e passaram a abarcar produtos de ordens e qualidades diversas. Os monumentos e monumentos históricos, sendo que mesmo esta divisão é recente¹⁸, passam a ser apenas uma parte de um grande conjunto de bens e produtos culturais aos quais as comunidades demonstram interesse em preservar¹⁹.

Com isso, podemos perceber que a configuração do patrimônio passou por modificações e adaptações, agregando novos membros, organizando outros, em consonância com o desenvolvimento da cultura. É de se pensar que, para ampliar

¹⁸ Esta organização tem origem com Alois Riegl, no início do século XX (CHOAY, 2006)

¹⁹ A ampliação de bens preserváveis é decorrente de um dos primeiros atos da Revolução Francesa, que determinava a transferência imediata de todos os bens da Igreja, da Coroa e dos emigrados para a posse da Nação. Com um Estado recém-criado, a incorporação de tantos bens de uma única vez exigiu organização para a gestão. Neste conjunto não havia apenas prédios arquitetônicos, mas muitas obras de arte, esculturas, livros, documentos, máquinas e objetos dos mais variados. Estes produtos passam a deter o valor de representação histórica e dão início às muitas categorias patrimoniais atuais (CHOAY, 2006, p. 95-123).

sua área de cobertura, foi necessário que o conjunto patrimônio ampliasse também seu conceito e abrangência.

A positividade e a ausência de equívocos do monumento não esgotam a ambiguidade da noção de patrimônio. Pois toda interrogação atual acerca do sentido do patrimônio não se inscreve na perspectiva exclusiva da monumentalidade. Ao contrário ela busca uma nova via para traduzir uma valorização das memórias coletivas. Mesmo que a consagração dos signos culturais que servem de referência não seja abandonada, a idéia de monumentalidade sofre uma mutação de seu sentido usual. Havia castelos, igrejas, obras de arte..., e, doravante, há também prédios industriais, fundições, cortumes, cafés e lavatórios e uma quantidade infinita de objetos artesanais, industriais e agrícolas. E os modos de vida, de pensamento, de comunicação vêm complementar as novas representações do patrimônio. (JEUDY, 1990, p. 06-07)

A visão antropológica sobre os patrimônios nos indica o caminho percorrido do entendimento sinonímico entre monumentos e patrimônios até a distinção entre eles, com base na representação da cultura e das memórias sociais, que, como vimos, se encontram na essência do monumento.

Quando falamos de monumentos, monumentos históricos ou patrimônios, estes são sempre tratados como uma questão plural e coletiva, relacionada diretamente a algum grupo social. Deste modo, as observações dificilmente recairão sobre uma ótica individual destas questões e ao se falar de memórias e identidades, estas tratarão de sentimentos referentes às configurações coletiva e social.

As novas formas que passaram a ser consideradas como patrimônio na modernidade foram responsáveis por estabelecer uma divisão entre o entendimento comum de monumento e patrimônio, entregando o termo monumento a apenas algumas destas apresentações. No entanto, o sentido essencial do monumento de representação das memórias sociais não foi excluído da abrangência implantada no novo contexto patrimonial.

A importância da memória dentro das configurações sociais, em todas as épocas, sempre foi considerável, mesmo que pouco explorada e compreendida da forma como acontece na atualidade. As relações da memória com a estruturação de uma identidade social também existem desde tempos anteriores às suas explorações científicas e contextuais.

Os estudos referentes à memória tomaram novas proporções a partir da primeira metade do século XX, com as publicações dos trabalhos do sociólogo francês Maurice Halbwachs, que passaram a considerar a memória não apenas

como um fenômeno estritamente individual e relacionado à fisiologia, mas também, e sobretudo, enquanto um fenômeno social e coletivo.

Com sua formação diretamente embasada nos pensadores Bergson e Durkheim, seus estudos foram responsáveis por estruturar uma teoria que unisse os elementos próprios da memória junto às configurações sociais. Suas contribuições permitiram que a memória individual fosse observada como uma formação estimulada pelas configurações sociais e coletivas.

Para Halbwachs (1990), existem dois tipos de memórias, sendo uma de ordem individual e outra de ordem coletiva e elas se inter-relacionam. A memória individual diz respeito às lembranças mantidas por uma pessoa, preservadas em sua mente e que, em especial, lhe dizem respeito. A outra, memória coletiva, se configura na formação de uma memória referente aos diversos grupos sociais existentes, dizendo sobre seu passado, suas características, suas configurações, e é preservada na própria existência do grupo, enquanto uma entidade coletiva.

A existência de ambas as memórias acontece de modo concomitante a partir do apoio mútuo entre elas. Tanto o indivíduo necessita do grupo para se lembrar e manter suas memórias como o grupo necessita dos indivíduos para que sua memória seja mantida e estabelecida. “No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo.” (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Os estudos de Halbwachs apresentam que as memórias, tanto individual como coletiva, se mantêm e são sustentadas a partir da interação existente entre elas. Quando ele diz que um indivíduo se lembra enquanto membro de um grupo, quer dizer que o contexto social ao qual a pessoa faz parte é essencial para conferir o sentido necessário às suas lembranças individuais.

A partir das vivências do sujeito junto aos grupos que integra e ao contexto social em que vive, suas lembranças são estruturadas e, apoiadas em acontecimentos amplos e coletivos, organizadas e reavivadas. É com base na interação entre os sujeitos e seus meios que as memórias individuais se criam, organizam e mantêm.

Do mesmo modo, a memória coletiva, enquanto a memória de um grupo que não conta com um cérebro próprio, necessita da participação de seus integrantes

para que organizem e mantenham sua memória. São os integrantes os responsáveis pelo desenvolvimento da memória coletiva, sua criação, organização e manutenção.

Nas memórias de grupos sociais, assim como nas memórias individuais, seu cerne se localiza na permanência dos feitos passados em tempos atuais e futuros, acontecimentos que justificam a existência do grupo, que determinam seu papel social e sua localização em uma rede social mais ampla.

Uma das principais características da memória coletiva é sua maleabilidade. A memória detém uma condição mutável, o que permite que ela seja adaptada, modificada, reorganizada, transformada e retrabalhada. Michael Pollak entende as memórias, individuais e coletivas, como “(...) fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.” (1992, p. 2).

Esta situação da memória, em vez de convertê-la a um ambiente onde tudo é possível e pensamentos podem ser modificados de modo aleatório, define-a como um instrumento de organização social capaz de acompanhar as nuances, modificações e desenvolvimentos da própria sociedade. Esta última, enquanto uma formação em constante movimento, deve contar com meios de garantir a própria existência frente ao seu caráter instável e evolutivo.

Nesse sentido, a memória passa a tomar uma posição instrumental e política nos contextos existenciais dos grupos sociais de qualquer proporção. Um grupo sem memória corresponde a um grupo deficiente e com graves fragilidades em sua consistência.

Pollak (1992) relaciona esta situação coletiva ao caso individual. Quando uma pessoa, por algum motivo, perde sua memória, ela é diagnosticada com o mal da amnésia. Neste caso, esta pessoa perde todas as suas referências passadas, perde suas experiências, não se lembra quem ele é, de onde veio e a que se presta. Assim a pessoa se vê em uma situação delicada quanto à sua própria existência enquanto um ser social.

Quando um grupo se encontra em situação semelhante, com déficits em sua memória, sua existência num contexto social fica comprometida, seu entendimento de si e a coesão interna ao grupo também perdem estabilidade. Nesta situação, um grupo sem memória se encontra em um estado de patologia social.

Com isso, notamos que a memória detém considerável importância não somente para as pessoas, mas também no cenário de formação de grupos sociais.

Para evitar que sejam atingidos por este mal, é necessário que os grupos desenvolvam estratégias de manutenção e permanência da memória no interior dos grupos, em sua essência e na mente de seus integrantes. Desta forma, em praticamente todas as comunidades ao longo da história, encontram-se indicações de trabalhos dedicados à transmissão e preservação da memória coletiva.

Atualmente contamos com inúmeros artifícios para a memória, que auxiliam as pessoas a lembrar de coisas que, sem serem estimuladas, cairiam no esquecimento. Ferramentas tecnológicas são as principais utilizadas atualmente, e é difícil imaginar como se desenvolviam estes trabalhos em sociedades passadas, que não contavam com os aparatos da modernidade.

Jaques LeGoff nos fala sobre esta tarefa tão relevante realizada no complexo contexto das comunidades tribais sem escrita:

Nestas sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória: 'genealogistas', guardiões dos códices reais, historiadores da corte, 'tradicionalistas', dos quais Balandier [1974, p. 207] diz que são 'a memória da sociedade' e que são simultaneamente os depositários da história 'objetiva' e da história 'ideológica', para retomar o vocabulário de Nadel. Mas também 'chefes de família idosos, bardos, sacerdotes', segundo a lista de Leroi-Gourhan que reconhece a esses personagens 'na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo. (1994, p. 429).

Apesar de não contarem com o domínio da escrita, sociedades ágrafas contam com a mesma necessidade de memória que as sociedades modernas, já dotadas de escrita, a mais relevante das tecnologias. Destarte, é necessário que a memória, no sentido psicológico e social, seja apoiada principalmente na memória fisiológica dos homens, que desenvolviam mnemotécnicas que estimulavam o cérebro a guardar informações e passá-las adiante.

Tais sistemas estimulavam o uso da memória orgânica do homem e permitia que os homens não dependessem de sistemas artificiais para a manutenção da memória coletiva. Neste contexto se insere a figura do narrador, dotado de habilidades de contar histórias e transmitir aos ouvintes a memória do grupo.

Benjamin entende que tanto narrador quanto ouvinte precisam ser envolvidos na existência do grupo para que a narrativa seja realizada de modo efetivo, apaixonado. A plenitude do narrador se encontra na relação sentimental estabelecida na coesão do grupo. (BENJAMIN, 1975)

A transmissão das memórias por meio da oralidade teve sua ruptura, afirma Le Goff, após o desenvolvimento dos sistemas de escrita, que passariam a servir

como um modo artificial de registro e permanência da memória. O historiador apresenta um escrito de Platão, em sua obra *Fedro*, onde apresenta uma lenda do deus egípcio Thot, patrono dos escribas, que apresenta o alfabeto como uma forma de enfraquecer a memória e favorecer o esquecimento. Ele diz: “(...) engendrará esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos.” (LE GOFF, 2003, p. 437).

Neste sentido, a escrita, que se mostra como algo essencial para o homem moderno lembrar, foi criticada por aqueles que valorizavam a memória em sua plenitude. Por deter condições de ampliar a sua memória para além dos limites biológicos, o homem passou a esquecer.

Meios artificiais de rememorar, como vimos, também são representes na intenção primeira dos monumentos. Choay também considera a escrita como uma causa contribuinte da decadência do sentido memorial dos monumentos, mas em outro contexto.

A autora argumenta que os monumentos perderam parte de seu valor memorial no período da Renascença, a partir do advento da imprensa, que viabilizou a ampla disseminação de textos escritos e lhes conferiu uma força sem precedentes no que tange a transmissão da memória. Com isso, os valores artísticos dos monumentos passaram a ter prioridade²⁰ (CHOAY, 2006, p. 20).

Como uma prática histórica, a transmissão da memória está presente em praticamente todas as culturas e épocas, de modos variados e que acompanham o desenvolvimento das sociedades. Em qualquer momento e através de qualquer sistema, a memória é responsável por contribuir sobremaneira para a permanência de uma organização social coesa.

No entanto, as recordações e o estabelecimento de memórias coletivas nunca se dão de modo integral. A memória não é completa. Pelo contrário, ela é escolhida deliberadamente. Enquanto uma construção social, que a coloca em oposição às práticas naturais do homem, ela é pensada e estruturada de modo que atinja seus

²⁰ Período referente ao domínio das artes sobre os bens culturais, entendidos enquanto peças de consumo e deleite artístico. A retomada dos valores memoriais dos bens de antiguidade e monumentos se dá a partir do século XVII, com o movimento Iluminista e a revisão da historiografia positivista, que objetivaram a priorização do conhecimento histórico e a ampliação das fontes de informação histórica (ver próxima seção: “O Documento”).

objetivos de ação direta na coletividade. “A *memória é seletiva*. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado.” (POLLAK, 1992, p. 4, grifo do autor).

A condição seletiva da memória confere a ela a potencialidade construtiva intencional, de modo que possa ser determinado o que será lembrado dentro do grupo. Esta situação coloca a memória coletiva como um produto originado de uma equação composta por dois lados que se complementam: a lembrança e o esquecimento.

Lembrar algo significa esquecer algo, como um julgamento de valores que determinam de que modo e que caminhos a memória coletiva representará o passado do grupo. Neste momento, a memória passa a ser entendida, além de um elemento de estabelecimento de coesão social, também como um instrumento de ação política e manifestação de poder.

Finalmente, os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento, nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2003, p. 426).

A eleição daquilo que será lembrado, em detrimento de outra parte, que será esquecida, determina a configuração social dos grupos, influencia em seus integrantes e também serve para agir na interação entre os demais grupos com que se relacionam. Uma grande demonstração de poder e definição social, determinar o que será lembrado e o que será esquecido coloca em voga discussões acerca da supremacia de grupos dominantes cada vez mais fortes em sobreposição a grupos menores.

A memória ainda sustenta uma relação muito forte com o sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. A identidade de um grupo se utiliza da memória para se configurar e se estabelecer na coletividade.

Assim como a memória, a identidade é um sentimento construído por pessoas e grupos para investir-lhes formas específicas que sejam capazes de identificá-los. Pollak nos apresenta a identidade como:

(...) o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, para acreditar na sua própria representação, mas também

para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (1992, p. 5)

Portanto, a identidade é responsável por construir uma imagem social que represente as pessoas ou os grupos, tanto para si próprios como para outros que os observam. Ela tem utilidade para que o seu criador se reconheça, saiba quem é, quais os interesses, relacionamentos, objetivos, entre outras potencialidades. Mas, essencialmente, a identidade tem a função de diferenciar as pessoas ou os grupos entre si.

Podemos dizer que os grupos sociais são dotados de uma identidade própria, construída e estruturada especificamente por ele mesmo, para que sirva como uma forma de determinação de sua individualidade social. Um grupo tem suas características específicas que o individualizam perante outros grupos sociais. Uma questão de forte caráter ideológico, a identificação de um grupo enquanto diferente do outro e com limites delimitados é essencial para que se tenha a existência paralela de diversos grupos sociais, de forma mais ou menos pacífica.

Mais forte para a identidade que para a memória, a alteridade é fator determinante para que uma identidade social seja definida e sustentada, pois, considerando ser a finalidade a diferenciação entre grupos, a observação e conhecimento do outro é imprescindível. Esta situação exige que a identificação entre grupos e o estabelecimento de identidades próprias sejam realizadas a partir de condições acordadas entre as partes. Nesse sentido, a identidade se produz num lugar entre o conflito e o acordo.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 5)

Como já dito para a memória, o mesmo é válido para a identidade. A identidade é um fenômeno construído pelo grupo social que necessita delimitar seu espaço e seu lugar, o que o contrapõe a eventuais pensamentos com propostas de naturalização de fenômenos sociais.

Tanto a memória como a identidade são fenômenos, ou valores, oriundos de disputas sociais. Decorrente disso, o sentimento de identidade não será essência pura do grupo, mas é, evidentemente, essencial para que este segundo exista enquanto uma entidade social individual.

Além da atenção direcionada à alteridade, a memória também é base para que se erija uma identidade coerente para os integrantes do grupo e convincente para aqueles que observam de fora. Os traços de identificação do grupo que compõem sua imagem social devem, necessariamente, ser condizentes com suas ações, verificáveis e justificáveis a partir do presente, é claro, mas, principalmente, do passado. Aquilo que é lembrado do passado de um grupo, tanto pelos próprios membros como pelos externos, sustentam a sua imagem identitária.

Pollak (1992, p. 5) entende que existem três elementos essenciais para a construção da identidade, que integram a representação da imagem. É necessário que exista uma unidade física que delimite o espaço do grupo, com o estabelecimento de fronteiras que o separe de demais grupos; podem ser concretas ou ideológicas, contanto que sustentem um sentimento de delimitação territorial. A identidade deve contar, também, com uma continuidade dentro do tempo, no sentido próprio de duração e localização temporal estabelecida; caso não conte com um lugar no tempo, o grupo corre o risco de ser mito. Por fim, é imprescindível que a identidade do grupo conte com sentimento de coerência, quer dizer que todos os elementos do coletivo devem ser unificados, formando um conjunto sólido, coeso e coerente.

À semelhança do que ocorre com a memória, caso um destes elementos se encontre em desalinho com os demais, a imagem representativa do grupo se torna fragilizada, o que caracterizaria, também, um caso patológico.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 7)

Memória e identidade são condições imprescindíveis para a existência e permanência de grupos sociais em sociedades complexas, qualquer que seja a proporção do grupo. Sempre de acordo com suas necessidades, a construção destes elementos deve ser forte o suficiente para sustentar a imagem e o passado que corresponda com a proporção do grupo.

A quantidade de memórias existentes é superior à quantidade de grupos sociais, e estes são incontáveis, porém, Halbwachs entende que, dentre todas as memórias e grupos, a memória coletiva mais forte e mais consistente é sempre a memória nacional (1990, p. 78-80; POLLAK, 1989, p. 1).

Imaginarmos a construção de uma memória e identidade nacionais, como sendo as mais bem trabalhadas dentre as comunidades existentes, nos remete diretamente ao sentido de nação e o sentimento de nacionalismo que envolvem a questão. Para a proposta de estabelecimento de um sentimento nacional e um grupo que deva receber o nome de nação, evidentemente deve-se congregiar uma vasta série de fatores e elementos que culminarão na obtenção destes. A memória, a identidade, os monumentos e os patrimônios estão entre estes elementos.

Apesar de as configurações contemporâneas e o convívio com as nações nos passar uma impressão de algo natural para seus membros, observaremos que a constituição do sentido de nação se apresenta como um processo histórico, movimentado por fatores ao mesmo tempo agregadores e divisores. Nesse sentido, a ideia de que a nação é uma criação datada também deve ser considerada.

Geralmente, a criação das nações é relacionada a um período específico da história humana, situada no final do século XVIII, a partir da eclosão das Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), que marcaram o fim do período de governos monárquicos para a implantação de sistemas políticos democráticos. Anderson (2008) nos diz que este momento apresenta um processo de inversão da consciência de organização social, antes relacionada a um agrupamento direcionado por ordens divinatórias, de várias classes inferiores que circundam um poder individual soberano, geralmente justificado por desígnios místicos.

O rompimento deste pensamento passa a considerar os integrantes do grupo numa escala de organização horizontal, em contraponto à organização verticalizada anteriormente vigente. No entanto, apesar de ser este um momento determinante para a constituição da noção de nação como conhecemos hoje, estes acontecimentos não são os únicos responsáveis pelos sistemas de organização social do sentido de nação e, em especial, do sentimento de nacionalismo.

É claro que não estou afirmando que o surgimento do nacionalismo no final do século XVIII foi 'produzido' pelo desgaste das convicções religiosas, nem que esse próprio desgaste não requer uma explicação complexa. Também não estou sugerindo que o nacionalismo tenha, de alguma forma, 'substituído' historicamente a religião. O que estou propondo é o entendimento do nacionalismo

alinhando-o não a ideologias políticas conscientemente adotadas, mas aos grandes sistemas culturais que o precederam, e a partir dos quais ele surgiu, inclusive para combatê-los. (ANDERSON, 2008, p. 39)

Nesse sentido, percebemos que a visão de Anderson não relaciona o nacionalismo como um fenômeno decorrente de uma revolução específica e datada, mas como o resultado de um processo de ordem cultural atuante ao longo de um grande período que antecede as determinantes mudanças políticas.

A proposta do autor de entender as nações como comunidades imaginadas é tratada com considerável grau de aceitação por parte das comunidades acadêmicas em todo o mundo. O entendimento de uma nação enquanto uma comunidade imaginada apresenta uma composição que é parte política e parte ideológica, revestidos por elementos que estimulam a conexão mais ou menos consciente entre seus membros.

Para isso, Anderson apresenta que a nação é imaginada, é limitada, é soberana e é, especialmente, uma comunidade (2008, p. 32-34).

A nação é imaginada por considerar que a totalidade dos integrantes do grupo jamais se conhecerá. Por menor que seja a nação, a quantidade de indivíduos que ela congrega é impossível que todos se conheçam, mas a consciência de que existe uma quantidade específica de pessoas que integram o mesmo grupo é necessária. Para que pessoas que não se conhecem se considerem mutuamente como integrantes de uma mesma nação, é necessário que todos imaginem uma comunidade que os congregue, através de uma unidade convincente que faça-os se sentirem compatriotas.

Ela é limitada, pois, qualquer nação conta com delimitações territoriais, políticas e culturais que determinam o território físico e ideológico que lhe pertence. A consciência de fronteiras sustenta a ideia de que o mundo e as pessoas são divididos, e que não existe uma nação universal que congregue todas as pessoas. A delimitação territorial, além de controle sobre propriedades, ainda estabelece a existência da alteridade. Estranho seria existir uma comunidade única, sem outra para diferir.

A nação é imaginada como soberana, livre e responsável de si. Esta característica é decorrente das movimentações políticas do período revolucionário, que gerou, politicamente, as nações. Com a queda da dinastia e dos mandatos de ordem divina, o Estado passa a ser responsável pelo poder político.

E a nação é uma comunidade, pois, com as demais características, os integrantes da nação se observam sempre como iguais, numa organização social horizontal, o que permite uma convivência com princípios de camaradagem, oposto à organização hierarquizante anterior.

Um dos principais motivos que deram início à configuração destes grupos nacionais, na visão de Anderson (op. cit.), foi o desenvolvimento das línguas. O estabelecimento de idiomas específicos para cada grupo, em oposição ao uso do latim como idioma comum às grandes civilizações antigas, determinou o agrupamento de coletividades específicas com base na capacidade de comunicação entre as pessoas.

Um longo processo com origem na ampliação dos usos de dialetos vernaculares, permitiu o desenvolvimento de idiomas regionais a partir de seus usos por massas ou para fins administrativos. De pequenos vernáculos, estes diversos idiomas deram origem às línguas oficiais de cada nação, responsáveis por determinar formações sociais que se comunicam.

Este processo ganha potência a partir da criação do sistema de imprensa, que permitiu a publicação em larga escala de textos escritos. A determinação de uma língua oficial para que os textos fossem publicados em determinadas regiões deu força e fôlego para a homogeneização de línguas.

A homogeneização é uma condição bastante importante para a criação de uma nação e para a afirmação de um nacionalismo. Enquanto um coletivo misto e heterogêneo, a imaginação de uma comunidade una e coesa fica impossibilitada.

A pesquisadora inglesa Montserrat Guibernau apresenta que o Estado detém as condições de criar nações e nacionalismos, a partir de seu poder homogeneizador.

Quanto o estado consegue impor uma cultura e uma língua e, através destas, desenvolve um sentimento de patriotismo entre os cidadãos, como se deu na França, podemos afirmar, ao lado de Gellner, que 'é o nacionalismo que engendra as nações'. O estado favorece o nacionalismo como um meio de incrementar os laços existentes entre os cidadãos. Se o estado é bem-sucedido e, além da simples conexão política, consegue desenvolver uma combinação de várias espécies de relações – econômicas, territoriais, religiosas, lingüísticas, culturais -, o estado cria a nação. (1997, p. 80)

Esta afirmação da autora indica que nação e estado não são sinônimos, e ela ainda apresenta a possibilidade de existência de estados sem nação, e de nações

sem estados. Esta situação demonstra que a formação política não necessariamente gera como consequência uma nação e o nacionalismo entre seus membros.

O entendimento de Guibernau sobre nacionalismo, não muito distante dos pensamentos de Anderson, considera a formação cultural como força motriz para a constituição do sentimento de nacionalismo. “Por ‘nacionalismo’, refiro-me ao sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças, estilos de vida, e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum.” (GUIBERNAU, 1997, p. 56).

Estes pontos levantados pela autora, como exemplos do que integra o sentimento de nacionalismo são todos elementos culturais específicos, criados, mantidos e presentes no contexto social e cultural do grupo que o criou. A valorização de elementos desta ordem estimula e reforça a união entre integrantes da nação, assumindo a posição de uma entidade comum às pessoas.

Este seria o sentido apresentado por Anderson ao afirmar da nação como uma comunidade imaginada, enquanto um grande grupo de pessoas que não se conhecem mas são mantidas unidas e seguem princípios comuns. Um sentimento unificador que identifica a quem eles pertencem e a quem eles devem seguir.

Neste sentido, encontramos a importância de uma identidade específica que gere o interesse em união entre a coletividade. Para que uma nação seja criada e mantida é necessária a construção e implantação de uma identidade nacional, convincente o suficiente para impregnar os integrantes de um sentimento que os identifique enquanto um grupo solidário entre si, ao mesmo tempo que os distinga de demais coletividades.

(...) os indivíduos que ingressam numa cultura carregam emocionalmente certos símbolos, valores, crenças e costumes, interiorizando-os e concebendo-os como parte deles próprios. A carga emocional que os indivíduos investem em sua terra, língua, símbolos e crenças, enquanto desenvolvem sua identidade, facilita a difusão do nacionalismo. Assim, enquanto outras formas de ideologia, como o marxismo ou o liberalismo, requerem a doutrinação de seus seguidores, o nacionalismo emana desse apego emocional básico à terra e à cultura das pessoas. (GUIBERNAU, 1997, p 86)

Relações emocionais e afetivas asseguram a formação de um sentimento de nacionalismo enquanto desenvolve uma sensação de pertencimento do indivíduo junto à nação. As características identitárias e culturais da nação correspondem à formação de seus integrantes, enquanto sujeitos criados e conduzidos dentro

daquela cultura, carregam elementos da identidade nacional absorvidos ao longo de suas vivências²¹.

É essencial aos sujeitos que mantenham a consciência de pertencimento em relação à nação, ao mesmo tempo em que à nação é essencial que tenha integrantes em consonância com sua identidade, sua cultura, seus costumes, símbolos, tradições, etc. “Nesses momentos, o indivíduo esquece de si mesmo e o *sentimento de pertencer* ao grupo ocupa a primeira posição.” (GUIBERNAU, 1997, p. 94, grifo da autora).

Pollak nos mostrou de que forma é possível trabalhar a formação de uma identidade coletiva e qual é o modo de agir desta construção ideológica, ao mesmo tempo sentimental, essencial para garantir a existência de grupos específicos. A imagem para si e para os outros, com ação direta sobre os integrantes do grupo, enquanto distingue as demais nacionalidades. O uso da memória para a construção desta identidade pretendida é imprescindível, a fim de inserir nas vivências cotidianas aqueles acontecimentos passados dignos de nota, criteriosamente eleitos à lembrança, enquanto outros são direcionados ao esquecimento.

No entanto, o estabelecimento de conexão entre a nação e seus integrantes para estimular o desenvolvimento do sentimento nacional não acontece de modo místico ou criacional, tampouco se dá de modo espontâneo e natural. A criação do nacionalismo é um processo que exige a realização de ações direcionadas neste sentido.

Os estados são os principais interessados em criar suas nações e dedicam esforços na realização destas ações nacionalizantes, através do desenvolvimento de símbolos nacionais responsáveis por esta transmissão, simultâneo à conservação e manutenção dos antigos símbolos, crenças e tradições que ainda são de interesse.

A criação de identidade nacional, afirmo, corresponde a um processo completo pelo qual os indivíduos se identificam com símbolos que têm o poder de unir e acentuar o senso de comunidade. Esse processo de identificação envolve o fluxo contínuo entre os indivíduos e os símbolos, no sentido de que os indivíduos não têm apenas que aceitar os símbolos já estabelecidos, mas têm, antes, de recriá-los constantemente e atribuir-lhes novos significados, conforme a alteração das circunstâncias através das quais a vida da continuidade se desenvolve. Ainda se, como mostra Renan, a nação for o resultado de um plebiscito diário, a identificação com seus

²¹ García Canclini diz: “Aqueles que não compartilham constantemente esse território, nem o habitam, nem tem portanto os mesmos objetos e símbolos, os mesmos rituais e costumes, são os outros, os diferentes.” (2008, p. 190).

símbolos também precisa ser posta em prática de forma constante, para se evitar o risco de perder o significado. Se isso acontece, o senso de comunidade imediatamente se debilita. (GUIBERNAU, 1997, p. 94)

O trabalho com os símbolos nacionais, tão importantes para a manutenção da nação, pode ser realizado de diversas formas. Muitos produtos culturais são símbolos nacionais e exercem influência sobre os cidadãos sem mesmo que estes se deem conta disso.

A bandeira nacional, o hino nacional, feriados e comemorações, danças, comidas, prédios, cidades, expressões verbais, produções bibliográficas, museus, bibliotecas, arquivos, são apenas alguns exemplos de formas de ação da formação da identidade e do nacionalismo. García Canclini (2008, p. 163) compreende este trabalho como uma “teatralização” da vida e dos patrimônios. Para ele, os símbolos são tratados com rituais cotidianos que estimulam a afirmação por parte dos poderes sociais de uma “essência nacional”:

(...) O que se define como patrimônio e identidade pretende ser o reflexo fiel da essência nacional. (...) Celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem. (GARCÍA CANCLINI, 2008, p. 163)

Todos lugares de memória (NORA, 1993), eles são estruturados com intenções específicas de integrar uma rede cultural nacional e reforçar o sustento da nação, numa atividade contínua de lembrança aos integrantes da nação.

Todos estes símbolos são produtos do processo de criação da identidade nacional, apoiada na memória nacional e na cultura, ao mesmo tempo em que são utilizados para reforçá-las. Nesse sentido, os patrimônios também se encaixam nesse conjunto de símbolos nacionais. José Reginaldo Gonçalves apresenta algumas considerações do pesquisador canadense Richard Handler, acerca de uma pesquisa por ele realizada, em Quebec. Gonçalves diz:

Segundo ele, a nação, enquanto coleção de indivíduos ou indivíduo coletivo, através da posse de seu patrimônio cultural ou sua cultura, define sua identidade. Nesse contexto, a cultura é pensada como uma coisa a ser possuída, preservada, restaurada etc. Assim, do mesmo modo que uma pessoa pode ter sua identidade definida pela posse de determinados bens, a nação define-se a partir da posse de seus bens culturais. (GONÇALVES, 1988, p. 267).

Os patrimônios, associados à ideia de monumento, como já verificamos no início desta seção, são escolhidos especificamente para preservar aqueles elementos da cultura local que mais se destacam. Mais que preservar, eles são

responsáveis por lembrar os integrantes do grupo a respeito da identidade e da memória nacionais, às quais eles são adeptos. Os patrimônios são bons para atender às necessidades de existência do nacionalismo, através de um contato direto com a população, sob a égide da preservação de um bem que é de todos.

Além da ação desenvolvida no interior da nação, os patrimônios também são interessantes para atuarem fora da nação, enquanto uma forma de afirmação identitária e memorial da cultura e da formação nacional, das fronteiras que dividem aquela nação das demais. Como Castriota nos disse, em tempos de globalização, onde todas as culturas e nações interagem em abundância, a apresentação destes patrimônios firma a condição específica da cultura de cada nação.

Sendo a memória um elemento integrante da identidade, como nos disse Pollak, ela se encontra presente em todo o processo de construção de uma identidade nacional, fornecendo subsídios do passado para embasar esta identidade. Os patrimônios geralmente estão relacionados ao passado das nações, enquanto um bem de pertencimento da nação que durou ao longo de algumas gerações de seus integrantes. “Nesse sentido, o passado nacional é simbolicamente usado com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva presente.” (GONÇALVES, 1988, p. 267-268). Os patrimônios e os monumentos reforçam e confirmam os elementos do passado na duração, enquanto forem de interesse para a nação ou para seu povo.

Néstor García Canclini (1994) nos diz que em todo este processo nacional, que inclui a criação da identidade, da memória, determinações de lembranças e esquecimentos, eleições de determinados a serem destacados como patrimônios, encontram-se disputas entre classes, etnias e grupos menores, de ordem material e simbólica. Estas lutas intergrupais acontecem para garantir a predominância de um ou a participação dos diversos grupos menores existentes na nação.

O autor entende que esta situação é forte nas sociedades contemporâneas, que tomaram configurações heterogêneas, em contraposição aos trabalhos de homogeneização cultural que ocorrera no início do processo de formação das nações. Esta situação contemporânea exige cuidado na determinação de novos patrimônios e outros símbolos nacionais.

Segundo ele, neste processo, apesar da intenção de participação múltipla dos grupos étnicos e culturais regionais, as classes dominantes são privilegiadas, pois, “Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser

conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.” (op.cit., p. 97).

Do mesmo modo que o ambiente patrimonial é um ambiente de disputas entre grupos, ele é também um ambiente de acordos entre grupos, que negociam a afirmação e estabelecimento daquilo que será preservado e patrimonializado. A valorização plural dos patrimônios nacionais contribui para amenizar as diferenças de representação existente entre os diversos grupos da nação, estabelecendo uma configuração identitária coesa em sua representação e harmoniosa em sua coesão.

Outro elemento relevante neste complexo trabalho de configuração nacional, para os patrimônios, se encontra na autenticidade dos bens eleitos como representantes. A autenticidade desenvolve ações para dois lados, quer dizer, o patrimônio em si deve ser compreendido como um elemento autêntico da memória, identidade e cultura nacional, ao mesmo tempo que esta situação confere autenticidade na existência na nação, enquanto tal. Gonçalves nos fala a respeito:

A autenticidade do patrimônio nacional é identificada com a suposta existência da nação como uma unidade real, autônoma, dotada de uma identidade, caráter, memória etc. Em outras palavras, a crença nacionalista na ‘realidade’ da nação é retoricamente possibilitada pela crença na autenticidade do seu patrimônio. (1988, p. 268)

Segundo o autor, a questão da autenticidade dos patrimônios é algo problemático, pois, a determinação da autenticidade de um bem cultural acontece a partir da aceitação daquele bem pela comunidade como algo autêntico. O que confere a validade enquanto um bem efetivo da “realidade” nacional não é estabelecido em normas ou convenções universais, mas a própria comunidade a quem ele pertence.

Com o pensamento no sentido de buscar a autenticidade e a aceitação na inclusão de determinados bens no contexto do nacionalismo, Gonçalves (1996) identifica estratégias desenvolvidas para isto.

O autor identifica que os patrimônios não são eleitos individualmente e postos à aceitação coletiva, mas sempre aparecem envoltos no que ele chama de “narrativas nacionais”. Estudos que buscam a contextualização histórica e social dos bens, produzidos por historiadores, intelectuais e representantes das elites sociais, fornecem ao objeto um valor patrimonial que se torna indiscutível.

Com o uso destas narrativas que, da mesma forma que os patrimônios, contam com autenticidade conferida pela comunidade, conduzem à aceitação ampla

dos bens no cenário patrimonial nacional, logo, na formação do sentimento de nacionalismo. No entanto, sendo as culturas e as sociedades fenômenos transformados com o tempo, por maior que seja a autenticidade do patrimônio, de sua narração, da memória, da identidade, do nacionalismo e mesmo da nação, todos estão suscetíveis à desconstrução.

2.1 O Documento

As problemáticas abordadas em estudos sobre o documento giram em torno da complexidade deste objeto, em todos os seus âmbitos. Apesar de seu uso ser comum e regular, por vezes até vulgarizado, o documento se mostra como um produto social dotado de uma configuração que congrega em si questões sobre a cultura material e de registro dos povos, formas e usos de linguagens, trabalhos de representação, significação e resignificação, informação e conhecimento, suas organizações, entre outras.

Pesquisas²² que abordem a trajetória do documento junto ao desenvolvimento das civilizações exploram a sua construção em linhas temporais, e apontam a prática de documentar presente em muitas sociedades, dotadas ou não de escrita. Entretanto, tais estudos não tomarão frente neste trabalho, por não ser esta a proposta para o momento. Serão protagonistas, aqui, discussões que envolvam a noção e o sentido do documento, para que possamos compreendê-lo em sua complexa configuração.

A abrangência do sentido do documento é responsável por erigir incertezas quanto ao seu entendimento e clareza. Em senso comum, documento é comumente trabalhado como papéis burocráticos que registram atividades oficiais ou não, o que nos aproxima da noção de arquivo. Esta situação pode ser entendida como decorrente de uma suposta vinculação entre o nome e uma apresentação gráfica específica. Neste caso, para o senso comum, o documento será a folha avulsa, o papel firmado, um conjunto de papéis em um dossiê, ou situações similares.

No entanto, estudiosos que veremos nesta seção alertam que documento não se restringe a este universo, e engloba muitas apresentações físicas e gráficas, por não ser, de fato, esta a característica determinante para se compreender algo como

²² Veja, por exemplo, SILVA, A.M. et. al., **Arquivística** 1: Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002.

um documento. Neste sentido, o suporte passa a tomar uma posição tangencial no que diz respeito à configuração da noção de documento.

Um dos mais influentes nomes nos estudos sobre documentação, o belga Paul Otlet, oferece uma visão ampla deste campo de pesquisas. Otlet, em geral, se detinha a estudos mais direcionados à biblioteca e seus fazeres, sem abrir mão de teorizar questões que serviram de sustento para a estruturação do que é atualmente entendido por Ciência da Informação.

Em um de seus trabalhos, ele diz que “Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica.” (OTLET, 1937, s/n).

As variações apresentadas pelo autor nos mostram que a preponderância do suporte para a definição do documento não procede, deixando para outros elementos a determinação daquilo que será documental. Notamos que, dentre os exemplos apresentados na citação, suas dissonâncias são perceptíveis em diversos momentos, seja no suporte, seja na linguagem utilizada, seja na forma como é realizado o registro.

Sob o mesmo título de documento encontramos o livro, a revista, o jornal e a peça de arquivo, itens massivamente pautados em escrita, com variações e ocorrências de imagens e formas gráficas de ilustração. Com características de suportes também variáveis que vão desde a encadernação em brochura, espiral, costura ou qualquer outra forma, o papel avulso ou em conjunto contínuo, encadernado ou não, de distribuição pública ou restrita.

Temos a música, o filme e a emissão radiofônica, que se utilizam de sons para propagarem sua mensagem e que exigem tecnologia específica para sua produção e posterior reprodução. Há também a medalha, um objeto tridimensional, exemplo de materialismo das culturas, que pode ser gravado com escrita ou com imagens, ou não ser gravado.

O suporte a ser tratado enquanto documento não encerra a questão, mesmo se pensarmos que, diante do apresentado por Otlet, qualquer coisa pode ser documento. A variedade de apresentações do documento, entendido enquanto o suporte ou sua forma física, são relevantes para pensarmos o documento enquanto um objeto de estudos, mas outros fatores devem ser considerados.

Nesse sentido, Otlet nos diz que “Em todo documento devem ser consideradas três ordens de elementos: os elementos materiais (substância, forma e acabamento), os elementos gráficos (textos, imagens reais ou convencionais, notações), os elementos intelectuais.” (1937, s/n).

O primeiro dos elementos, os materiais, correspondem ao que já foi tratado. Estão a respeito do suporte do documento e como ele é apresentado. Estes elementos, ao serem considerados e analisados serão os responsáveis por determinar se trata de um livro, de uma revista, de uma medalha, de uma fita ou CD de música ou de um filme.

Cada um destes detém configurações materiais específicas capazes de identificá-los e diferenciá-los das outras formas de documentação. Sua parte na composição do documento é importante, apesar de não ser o que o define.

A segunda ordem de elementos, os gráficos, trata de perceber a forma como o documento se comunica, definindo qual o meio que utiliza para ser acessado. Quer dizer, o texto escrito dos livros, as imagens do jornal, da revista ou do álbum de fotografias, as notas da música estão entre alguns dos exemplos desta ordem de elementos.

Esta está vinculada ao primeiro dos elementos no que diz respeito à forma como o documento será utilizado. Um livro integralmente escrito (texto), para ser lido, basta que o leitor domine o conhecimento da linguagem utilizada. Quanto ao filme e ao CD de música, para que possamos acessá-los, é necessário que seja utilizado um equipamento para reproduzi-los, um interlocutor que decodificará a linguagem mecanizada aplicada na gravação daquele material.

Ainda existe a terceira ordem de elementos, que correspondem aos elementos intelectuais do documento, entendidos pelo autor como o mais importante dos três elementos.

Os elementos intelectuais são os mais importantes; mas sua possibilidade de expressão está, porém, em função dos dois primeiros. Trata-se, sempre, de dar forma a qualquer fragmento retirado da realidade, de exprimi-la tal qual ela é, ou de maneira tal que a imaginação possa representá-la. Para esse fim escolhe-se (elimina-se, retém-se, deforma-se, amplifica-se, diminui-se, exagera-se, atenua-se) e agrupa-se em uma certa ordem. A escolha e o agrupamento são determinados pelos fins que podem ser: ou registrar objetivamente o que é, ou o de fazer compreender uma certa categoria dada do espírito, ou o de persuadir a fim de obter tal adesão ou tal ato voluntário, ou ainda, o de distrair, divertir, exaltar, encorajar, consolar. (OTLET, 1937, s/n)

Em outras palavras, seria dizer que os elementos intelectuais são os responsáveis por dar sentido ao documento, se valendo dos seus elementos materiais e gráficos. Ou seja, o documento está para transmitir uma mensagem, e para que este objetivo seja alcançado, é necessário, mesmo imprescindível, o uso de meios físicos e cognoscíveis que permitam esta comunicação.

Destarte, os elementos intelectuais, enquanto a parte mais importante da formação do documento, se configura como um conteúdo trabalhado para ser registrado. Como o autor disse, este conteúdo é escolhido e organizado de modo que pareça o que se intenta parecer, a fim de atingir um objetivo pré-estabelecido. Nele encontra-se o sentido do documento e a sua justificativa de ser, sua mensagem, sua representação e seu significado.

A partir deles o documento passa a exercer ações e atividades junto ao contexto em qual e ao qual foi criado. Eles nos apresentam o documento enquanto um produto do homem, da cultura a que pertence, com funcionalidades estabelecidas por seu produtor. Seguindo os pensamentos de Otlet, os elementos intelectuais demonstram o carácter manipulativo que o homem exerce para a produção do que será entendido como um documento.

As operações e os produtos da documentação (todas as espécies de documentos) ocorrem no ciclo assim definido. O homem, alternativamente, retira idéias da realidade e introduz idéias na realidade; entre a realidade e a idéia intervém, cada vez mais, os documentos que, por sua vez, servem à elaboração de novos documentos. O conjunto de documentos existentes deve ser constantemente caldeado e macerado, submetidos às operações de uma 'química', mais exatamente de uma 'metalurgia documental' (pois se trata da extração de elementos, da refinação, de liga e de soldagem). Da mesma maneira que se deve separar de sua ganga o metal puro, assim separa-se a verdade, original e tida por dita uma vez, da massa de erros e repetições. (OTLET, 1937, s/n)

Produto feito pelo homem, os documentos estão em consonância com a realidade daquele que o produz, fruto de uma extração seletiva com uma representação organizada. Os documentos tendem a sustentar uma organização desta realidade de modo que garanta sentido e coesão a aquilo que se intenta transmitir.

Resultado de um trabalho de "metalurgia documental", ele seleciona, organiza, relaciona, dá forma e sentido, constrói uma representação da realidade em forma documental, materializada e inteligível em algum aspecto. Esta realidade é

sempre uma realidade, a do produtor, e o documento não é a realidade, mas uma representação dela.

Este trabalho que se insinua como uma manipulação pode ser entendido, de modo mais adequado e menos ofensivo, como uma organização daquela realidade. Uma reprodução da leitura que o homem faz e que deseja transmitir com algum objetivo específico. Nem tudo pode ser interessante ou conveniente para a intenção que ele sustenta e seus trabalhos seletivo e de organização terão por base suas ideias para este objetivo. Lara comenta o pensamento de Otlet:

Algumas vezes explicitada, outras vezes subentendida, está a idéia de que o conteúdo de um documento é algo objetivo a ser descoberto: um registro que perpetua o pensamento, uma reprodução que tem o mundo como modelo, mas também um gerador de ilusões. O documento consiste essencialmente em um mecanismo de transmissão do pensamento pela escrita e pela leitura. (LARA, 2010, p. 42)

Porém, as formas como isso se dá nem sempre estão subordinadas à escrita. Como vimos, muitas vezes os documentos assumem formas onde é necessário que se faça uso de outras formas de “escrita”, como as imagens, os sons, as formas esculpidas e gravadas. É o caso de compreendermos a leitura em seu sentido mais amplo, como qualquer forma de interpretação e compreensão de uma mensagem.

No pensamento de Otlet o documento já carrega consigo um vasto arsenal de formas de se apresentar. Isto garante a variedade e amplitude da noção de documento, contrário ao que regularmente se associa a palavra. Entretanto, com base nestes mesmos pensamentos, uma das seguidoras do teórico belga, a francesa Suzane Briet, se incumbiu de desenvolver estudos que afirmavam a condição quase ilimitada das apresentações do documento, com base no seu sentido.

Briet (1957, apud BUCKLAND, 1991, p. 09) entende que o documento é “(...) qualquer indicação concreta ou simbólica, preservada ou registrada, para reconstruir ou provar um fenômeno, seja físico ou mental.”²³. Para a autora, qualquer coisa pode ser um documento, qualquer objeto, qualquer produto artificial ou natural, contanto que ele exerça a função documental e informativa que pertence e identifica um documento enquanto tal.

Não é necessário que um objeto seja entendido enquanto documento desde o momento de sua criação, como ocorre com livros, jornais, cartas e papéis de

²³ “Any concrete or symbolic indication, preserved or recorded, for reconstructing or for proving a phenomenon, whether physical or mental.” (Tradução nossa).

arquivo. Objetos que não foram inicialmente produzidos com uma função documental podem recebê-la em algum momento posterior.

Para tal, é necessário que a coisa (potencial documento) seja processada e envolvida em um processo informacional. Isto lhe investirá a condição de representação informativa, organizada a partir de elementos da realidade, seguindo Otlet.

Este pensamento de Briet foi responsável por popularizar seu trabalho entre estudiosos da área e ampliar os modos de pensar e observar objetos e documentos. Ortega nos traz o mais clássico exemplo dado pela francesa sobre este seu pensamento:

A abordagem do documento que marcou o nome de Briet é, no entanto, aquela que trata do que pode vir a ser um documento: ela exemplifica ao tratar de um antílope africano de uma espécie nova que é encontrado e levado à Europa, e o fato divulgado nos meios de comunicação. O fato também se torna objeto de uma comunicação na Academia de Ciências e tema de atividades de ensino de um professor de Museu. Adicionalmente, o animal vivo é enjaulado e catalogado (no Jardim Zoológico), quando morto é dissecado e conservado no Museu, emprestado para uma exposição, passando, assim, a ser registrado em documentos impressos (e sob outros suportes) como livros e enciclopédias, os quais compõem bibliotecas e seus catálogos, entre outros. Para Briet, o antílope catalogado é um documento inicial; os outros são documentos secundários ou derivados. (ORTEGA, 2010, p. 60)

Evidentemente este antílope não nasceu para servir em uma exposição de museu após sua morte ou para servir de base de estudos realizados por especialistas, assim como qualquer outro animal. O que verifica-se aqui é uma modificação no contexto do objeto, no caso, o animal, de modo que sua existência selvagem e natural fosse transformada em fonte de informação.

O animal, aleatório, foi processado em sua existência e sua função no ambiente, retirado de seu hábitat natural, onde exercia funções predatórias, de sobrevivência, equilíbrio ecológico, entre outras. É incorporado a um novo ambiente, onde seus hábitos funcionais e sua existência passam a ser entendidos como fontes e informações para a produção de conhecimento. Esta nova configuração informacional investida ao animal o converte em documento, onde seus elementos naturais serão organizados, trabalhados e estruturados para que aquilo seja legível e transmita informações.

Nesse sentido, ele servirá, como diz a autora, como um documento primário, que atuará como base para a produção de novos documentos, os documentos

secundários. O livro e a enciclopédia nas bibliotecas, fotografias tiradas do animal, a aula ministrada pelo professor de Museu ou a comunicação da Academia de Ciências, são alguns dos documentos secundário produzidos nesse caso (ORTEGA, 2010, p. 60).

O que vemos, seguindo estes pensamentos, é a proximidade entre o documento e um valor informacional, entre um suporte material e uma informação que o signifique e lhe invista sentido. A existência de um potencial informacional se mostra como uma condição essencial para a constituição e configuração de um documento, em seu sentido representativo e significativo.

Em um sentido inverso ao que vimos até agora, ou seja, partindo do documento e descobrindo a informação, Michael Buckland (1991) traz uma contribuição teórica tendo a informação como ponto de partida. O autor apresenta a informação em três aspectos ou formas, a informação como processo, a informação como conhecimento e a informação como coisa.

O primeiro deles, informação como processo está relacionado ao ato de informar, a informação enquanto um processo de comunicação. Quando uma pessoa apresenta uma informação para outra, esta segunda a recebe de modo que modifique seu conhecimento prévio. Neste sentido, a informação é tratada como todo o processo de comunicação que envolva a transmissão.

O segundo, informação como conhecimento, corresponde ao que é transmitido na informação como processo. Não corresponde a todo o processo de comunicação, como na primeira situação da informação, mas apenas ao dado de conhecimento que é passado em uma comunicação.

Quanto à informação como coisa, o autor entende da seguinte forma:

Informação como coisa: O termo informação é também utilizado como atribuível a objetos, tais como dados e documentos, eles são referenciados como informação porque são considerados como sendo informativos, como 'detentor da qualidade de transmitir conhecimento ou comunicar informação; instrutivo'. (BUCKLAND, 1991, p. 02, tradução nossa).

Este pensamento do autor norte-americano vem a contraponto ao que regularmente era tratado como informação, sendo esta entendida somente enquanto algo imaterial, algo abstrato que não pode ser manuseado e trabalhado dentro dos princípios da materialidade. Relacionar esta compreensão com "coisas" significa introduzir o que não tem forma em um conceito que se mostra material, tangível, que toma lugar no espaço. Conferir corpo a um conceito até então intangível sinaliza a

proposta de inseri-lo, em definitivo, nos sistemas materiais dos homens, bastante forte em qualquer cultura.

Para tal afirmação, ele se baseia nas atividades de registro de informações em suportes duráveis. A inscrição de alguma informação em qualquer que seja o suporte é responsável por transferir a informação do seu caráter abstrato para a condição de objeto ou coisa. “Se podemos tocar ou mensurar algo diretamente, isto não é conhecimento, mas pode ser alguma coisa física, possivelmente informação-corno-coisa” (BUCKLAND, 1991, p. 03, tradução nossa). Desta forma, a informação como coisa corresponde ao documento, em seu sentido informativo, enquanto algo que transmite uma mensagem e é a representação de algo extraído de uma realidade.

Esta condição não demonstra que a informação materializada em um documento perca ou tenha reduzida sua qualidade informativa, mas a transformação em coisa é necessária para garantir a sua transmissão, o seu uso e sua duração.

No entanto, Buckland ressalta que esta materialização da informação em um documento, de modo algum, será a informação propriamente dita, mas sempre uma representação daquilo que será registrado, o documento será o produto desta representação da informação.

Conhecimento, entretanto, pode ser representado, bem como um evento pode ser filmado. entretanto, a representação não é mais conhecimento do que o filme é o evento. Qualquer representação é necessariamente em formato tangível (assinatura, sinal, dado, texto, filme, etc) então *representação* de conhecimento (e do evento) são necessariamente ‘informação como coisa’. (BUCKLAND, 1991, p. 03, grifo do autor, tradução nossa)

O documento seria, portanto, a representação da informação, do evento, do acontecimento, do conhecimento, da ideia, em uma coisa, necessariamente em formato tangível. Para ser utilizada por outras pessoas, para ser disseminada, para ser preservada, é necessário que o documento aja sobre a condição intangível da informação, servindo de veículo para propagação.

A representação de uma informação em um suporte durável vai garantir o seu posterior uso não somente por aquele que o produziu, mas também viabiliza a utilização por outras pessoas. Além de garantir o uso, esta situação permite pensarmos também na duração da informação através de tempos. Isto permite a transposição de uma informação, um evento ou um conhecimento através de pessoas, povos e mesmo gerações.

Ortega (2010, p. 61) nos traz o pensamento de Escarpit (1991, p. 123-126) acerca das relações entre o documento e o tempo, enquanto sendo o primeiro dotado de dupla independência sobre o segundo. A primeira, independência quanto à sincronia, enquanto o documento não necessariamente representa os eventos/informações em uma sequência linear de acontecimento ou respeitosa ao ordenamento de ocasião na linha do tempo.

A segunda independência está ligada à estabilidade e se pauta na condição de ser o documento um objeto informacional com caráter de representação do evento/informação, e não o evento em si, o que lhe garante uma estabilidade maior no tempo, permitindo ser conservado, transportado e reproduzido.

Para o autor, a estabilização da informação no tempo poderia a princípio parecer paradoxal, já que transformar o evento em documento seria despojá-lo de sua imprevisibilidade. Explica que quando um evento se produz, um documento é produzido, existe, e por isso é definido, inteiramente conhecível e previsível. Afirma que a estabilização não é regressão: trata-se de compensar o efeito temporal, não de o anular. O tempo, cujo efeito é compensado durante a constituição do documento, deve ser reintroduzido sob a forma de movimento para que a informação seja restituída ao destinatário. Passa-se então de uma justaposição multidimensional e sincrônica, a uma sucessão linear e diacrônica, produtora de informação. Deste modo, o documento, meio de constituição de um saber, supõe que os traços fiquem disponíveis para uma leitura, ou seja, para uma exploração livre de toda restrição baseada em eventos ou cronologia e em função de um projeto a realizar. Escarpit refere-se não apenas a uma reativação do evento, mas a uma produção informacional nova. (ORTEGA, 2010, p. 62)

A introdução da potencialidade de duração no tempo que a condição de documento investe à informação o permite ser reproduzido futuramente, enquanto permanecer em uso por parte de alguém que o investiga. A investigação do documento garantirá que ele cumpra com sua função de registro de informação, de fonte de informação e representação de um evento, seja este passado ou presente.

Neste sentido, não nos basta confiar ao documento o acaso de sua estabilidade, ao ser necessário que ele se mostre de utilidade para a produção de conhecimento e de novos documentos. Com isso, o documento passa a contar com valores que se conectam à preservação de elementos ao longo do tempo. Ao serem observadas em tempos futuros, servirão de fontes de informação histórica.

No entanto esta condição do documento, assim como qualquer outra, pode estar subordinada a elementos que não se encerram no documento ou na informação em si. Isto é enfatizado, segundo Ortega (2010, p. 62), por Meyriat

(1981), quando direciona questionamentos à produção do documento, enquanto uma investidura de significados a algo material.

Meyriat acrescenta um novo elemento dentro desta sentença, que, segundo ele, é tão determinante quanto a intenção de representação do documento. Para que um documento seja entendido enquanto tal, além do interesse daqueles que o produzem, é essencial que aqueles que farão uso dele também o busquem na intenção de extrair a informação, a representação ou o significado nele contido. Caso isso não ocorra, um documento perde sua funcionalidade documental e assume qualquer outra.

Por este motivo é que Meyriat considera que a vontade do emissor não é suficiente. Um jornal cotidiano é feito para servir de suporte e para transmitir informações, mas se o comprador o usar para embrulhar legumes, por exemplo, o jornal não é mais um suporte de informação. Mas este objeto pode transforma-se novamente se o destinatário do pacote colocar os olhos sobre o conteúdo e tomar conhecimento de algumas notícias. A vontade de obter uma informação é por isso um elemento necessário para que um objeto seja considerado documento, apensar de a vontade de seu criador ter sido outra. É no momento em que se busca a informação em um objeto, cuja função original é prática ou estética, que 'se faz um documento'. (ORTEGA, 2010, p. 63)

Seguindo esta linha de pensamento, o antílope no museu, de Briet, que é utilizado como base para aulas, comunicações científicas e exposições, é mais documento que o jornal embrulhando legumes, ou um livro segurando uma porta, ou mesmo uma peça de arquivo, administrativo ou histórico, guardada sem que ninguém saiba.

Não é de se bastar a intenção documental em um objeto, mesmo com sua estrutura capaz de transmitir informações e sua dotação de representação ou significação de algo. É importante que a extração destes elementos seja realizada, de modo que ele se apresente como um produto frutífero e estimulante de novos documentos e de conhecimentos.

As potencialidades de um documento de ser informativo são, como disse Otlet, estabelecidas com intenções específicas e interesses próprios, com recortes e organização de algo com elementos intelectuais que darão o sentido que ele passará. No entanto, para levarmos em conta as considerações de Meyriat, a intenção na produção não esgota a qualidade de documento em sua função informativa. É de se pensar que o entendimento daquilo que será extraído também pode estar subordinado ao que fizer uso dele.

Aquelas informações contidas no registro material contam com as intenções de transmissão daquele que o produziu daquela forma. No entanto, quando utilizado por outras pessoas, ao extraírem dele as informações que desejam, as leituras podem não serem semelhantes às intenções do produtor, ou serem interpretadas de diferentes modos entre vários usuários.

Isso também está indicado nas considerações de Meyriat.

Generalizando esta observação, Meyriat entende que a capacidade informativa de um documento não é jamais esgotada pelos usos de informações já realizados. É sempre possível colocar questões novas a um documento já explorado com a esperança de obter informações novas como resposta. (ORTEGA, 2010, p. 63)

Com a ideia de potencial informacional inesgotável para o documento, dependendo da forma como ele é lido e utilizado, podendo sempre oferecer conteúdos novos e diferenciados, abre-se novos horizontes para se pensar o documento. Por considerarmos que os documentos podem sofrer alterações quanto ao seu status de documento, de acordo com o modo que é trabalhado, é de se pensar que ele pode, em alguns momentos, ser ressignificado.

Dependendo das potencialidades informativas sustentadas por um documento, este está propenso a ser entendido de formas que não sejam necessariamente as mesmas que lhe foram projetadas no momento de sua produção. Sem abandonar seu caráter documental, “a função de informação de um mesmo objeto pode modificar-se com o tempo, dependendo dos diversos usos deste objeto como documento (diversos usos do documento no decorrer do tempo)” (ORTEGA, 2010, p. 74).

Poderia ser tratado como um acúmulo de funções para um documento, seja ele nas apresentações tradicionais do termo, como papel escrito, seja nas demais formas, filmes, objetos, animais. O objeto, sem deixar de ser documento, pode receber um trabalho de ressignificação, onde incorpora alguma outra função, de acordo com os seus usos. Sempre decorrentes de interesses daqueles que executam, esta modificação de funcionalidade seria considerada como uma “reprodução” do documento.

Quanto à categoria ‘produção de documentos’, refere-se à produção de significações sobre objetos ou dados selecionado para que se tornem documento e, portanto, exerçam a capacidade de informar a um segmento de usuários. Não está em questão a produção material do documento, mas a elaboração de significações, a qual se realiza por diferentes modos de produção material. (ORTEGA, 2010, p. 74)

Considerando ser a produção de um documento, em sua essência, o trabalho de investir significados a algo material que atuará como via para permanência e divulgação de informações, eventos, representações, etc., ao ser investido um novo sentido e um novo significado, o documento passaria por uma nova produção, sem deixar as características de sua produção anterior.

Suas características de materialidade, que lhe conferem um lugar junto à duração, permitem sua permanência no tempo por períodos superiores ao que é permitido para um acontecimento ou uma informação. Esta permanência, como já dito, viabiliza a utilização destes materiais como formas de conhecer o passado através da representação que ele carrega, referentes à sua produção, seu contexto, seus significados.

Neste sentido, o documento, enquanto um potencial preservador de memórias, pode ser compreendido de outras formas, além do caráter de documentação, e ser re-produzidos, simbolicamente, para atender a outras formas de ação. A monumentalização pode ser uma re-produção do documento.

O documento sustenta uma potência de comunicação do passado muito forte, ao ponto que eles transmitem, além de outras, de forma textual a sociedade de tempos passados, de modo que isso possa edificá-los simbolicamente. Jacques Le Goff (1990), em seu trabalho *Documento/Monumento*, discute a relação de monumentalização do documento, do ponto de vista da historiografia.

Neste trabalho, o autor faz um levantamento sobre a própria filologia e os usos destes dois termos. Eles eram utilizados de forma complementar e até mesmo sinônima durante os séculos XVII e XVIII, até o momento em que a crítica ao documento passa a dominar o fazer da historiografia positivista.

O desenvolvimento dos pensamentos da crítica ao documento, surgidos após a publicação do tratado de Don Jean Mabillon, *De re diplomatica*, em 1681 (Le Goff, 1990, p. 543), aproximou o documento ainda mais da análise por parte de historiadores e pesquisadores para a produção de uma historiografia científica. Isto é adverso ao que era produzido anteriormente, ao ponto que os documentos oficiais (políticos, jurídicos, religiosos, etc.) eram entendidos como monumentos inquestionáveis da memória, construída de forma antes afetiva do que científica.

Com essa “revolução documental”, Le Goff indica o triunfo do documento sobre o monumento durante o século XX, durante o pensamento positivista, onde o texto contido no documento era a fonte da história científica. Com hesse

pensamento, o próprio texto, assim como o documento, passam a ser questionados e criticados. Historiadores e pesquisadores passam a extrair todo seu potencial informativo. Não apenas seu texto, mas também seu histórico é relevante para o crítico. Le Goff (1990, p. 544) relembra uma importante fala do historiador Marc Bloch (1941, p. 29-30), onde ele critica o pensamento da escola positivista:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações.

Desta forma, os documentos serão responsáveis, de acordo com o pensamento positivista, de explicitar o passado da sociedade de forma verdadeira, graças ao tratado de Mabillon, e de forma escrita, por ser o documento, até o momento, primordialmente textual.

Porém, o pensamento positivista de crítica ao documento passará por uma ampliação de olhares, ao ponto que começará a tratar como documento não apenas o material escrito e registrado oficialmente. Começa a ser pensada entre os historiadores e pesquisadores da época a possibilidade de fazer história científica na ausência de documentos escritos e passam a entender qualquer objeto que “conte” o passado como um documento a ser estudado, observado e criticado.

Com isso, qualquer objeto, qualquer resultado ou rastro da ação humana serve, então, como fonte de informação histórica e, conseqüentemente, como documento. É o que o autor chama “história nova” (1990, p. 540), e que segue ilustrado pelos dizeres poéticos de Lefebvre (1949, p. 428):

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Le Goff nos mostra que o documento, sempre manteve uma relação muito próxima com o que se chama monumento, ao ponto de, inclusive, serem

confundidos por mais de dois séculos, até receber a interferência positivista do século XX.

Também sobre esse tema, Lage (2002, p. 26) comenta sobre uma consequência dessa “revolução documental”. A emergência da chamada “documentação de massa”, caracterizada por documentos e materiais que permitem a identificação de memórias dilatadas da sociedade. São as memórias de base, constituída por pessoas comuns, homens e mulheres que integravam os nichos pesquisados, mas que não eram identificados, não apareciam na memória da sociedade antes das mudanças ocorridas durante o século XX.

Foi justamente no ato de monumentalizar o documento que Le Goff identificou o ponto onde essa “documentação de massa” era inibida. O autor conta sobre um estudo realizado por Paul Zumthor, acerca da linguística presente nos monumentos escritos e nos simples documentos comunicativos, por representar o diferencial científico pelo pensamento positivista.

Com a conclusão do trabalho, Zumthor diz: “O escrito, o texto é mais frequentemente *monumento* do que *documento*.” (1960, p. 08 apud Le Goff, 1990, p. 544. Grifo do autor). A gramática utilizada nos documentos explicitava a hierarquização do documento, colocando-o em uma escala vertical, de modo não vulgar, politicamente estabelecido. Desta forma, o que designará que um documento é um monumento é o seu uso pelo poder.

Podemos nos perguntar se, após essa revolução documental realizada pelo movimento positivista, o documento deixou de ser um monumento? A visão que se tinha do documento sofreu alterações consideráveis no modo de questionar e extrair as informações desse material, o que permite as visões expostas pelos autores. Os pesquisadores mudaram seu modo de tratar e criticar o documento, de modo que ele se modificou ilusoriamente.

A percepção que se tem atualmente das estruturas de base, entre outros fatores que não eram estudados antes do século XX, podem ser identificados agora por conta destas mudanças metodológicas na historiografia. Para respondermos devemos perguntar se o documento em si, se modificou.

Como Le Goff ressaltou, a partir de Zumthor, o documento se tornava um monumento por conta de seu uso pelo poder, na medida em que emanava de sua estrutura e seu conteúdo o sentido hierárquico-estrutural da sociedade. O documento não mudou. A forma como se estuda o documento mudou.

No uso pelos poderes dos diversos segmentos das sociedades atuais, no interesse eminente na produção dos documentos, assim como na construção de monumentos em homenagens a acontecimentos de interesse dos poderes da sociedade, o documento continua a emanar essa condição alegórica apresentada há quase meio milênio.

O que temos de novo é a ilusão de que a neutralidade documental está presente na sociedade, por conta da possibilidade de visualizarmos coisas que não visualizávamos antes. Mas é uma visualização que também é intencional, dentro dos interesses sustentados pelo poder. Não há documento inócuo, disse Le Goff (1990). O documento ainda pode ser monumento.

2.2 O patrimônio documental

Amplamente utilizado, em especial por instituições culturais ou instituições de memória dedicadas ao recolhimento, tratamento e preservação de documentação histórica, o termo Patrimônio Documental ainda pode incitar questionamentos e incertezas quanto à sua constituição, natureza, conceituação e aplicação.

Muitos são os casos onde o termo é utilizado como forma de divulgação da instituição ou da documentação, dizendo ser um lugar onde se preserva o patrimônio documental comunitário, ou que aquele material é um patrimônio documental e deve ser preservado.

Com possíveis intenções publicitárias, estas aplicações, de certa forma, enaltecem tanto a instituição quanto a documentação, ao afiliá-las terminologicamente ao sentido patrimonial. Um questionamento que surge diz respeito ao esclarecimento do entendimento sustentado para a aplicação do termo de forma livre. Quer dizer, o que vem a ser patrimônio documental?

Poucos são os trabalhos teóricos que tratam desta temática de modo aprofundado, em contrassenso à densa e contínua aplicação prática, mais frequente nos casos institucionais comentados, mas também em situações acadêmicas e científicas, onde o termo é aplicado sem a exploração de sua noção. Talvez esta nem seja uma situação contraditória, mas ela se justifique, exatamente, por conta da ausência de aprofundamento conceitual nesta causa, o que dá mobilidade e permissão para o livre uso do termo.

Além de conferir esta mobilidade, a ausência de aprofundamento conceitual é entendida, para áreas de conhecimento, como um problema terminológico na estrutura da comunicação científica ou especializada. Estudos desenvolvidos na área de Organização do Conhecimento contribuem para a consolidação conceitual das áreas de conhecimento e nos atentam para a necessidade de um arcabouço terminológico consistente.

Kobashi, Smith e Tálamo (2005, p. 08) nos destacam que a terminologia é necessária para estabelecer a comunicação entre especialistas e auxiliar nas definições da própria área, para seu autoconhecimento.

Desta forma, com o caso de o termo *patrimônio documental* contar com baixa assiduidade em estudos de aprofundamento teórico, a mobilidade decorrente pode ser considerada como a inserção do termo especializado junto ao universo do senso comum. Esta transposição dos limites da comunicação especializada refletirá, principalmente, no entendimento que a área de domínio detém sobre o objeto em questão. (KOBASHI, SMITH, TÁLAMO, 2005, p. 08)

Nesse sentido, quando trabalhamos com um termo sem o completo conhecimento de seu significado, ou seu conceito, seu uso pode não corresponder ao mesmo referente em todos os casos. O entendimento sobre o termo toma dimensões tão amplas que passa a ser afligido por uma vagueza que lhe permite a aplicação em vários casos nem sempre similares.

Uma consequência desta situação se encontra na constituição de conceitos subjetivos de um mesmo termo. Não apenas a comunicação especializada fica comprometida em situações como esta, mas, principalmente, o desenvolvimento de ações direcionadas. O desenvolvimento de estudos e geração de conhecimentos específicos oriundos deste termo e a manutenção e permanência do termo em alguma área de domínio são dificultados.

A localização conceitual, ou o domínio ao qual está vinculado o patrimônio documental, de modo consequente, pode se mostrar nebuloso diante da fragilidade do termo. Sem que se tenha especificado do que se trata a coisa, mais complicado é determinar o seu portador ou responsável prioritário.

Até o momento, a aplicação do termo, como já dito, é mais frequente em instituições de memória e vinculadas à preservação de documentos históricos. Centros de memória e centros de documentação comunitários ou universitários, de

instituições privadas ou organizações não governamentais, arquivos públicos, bibliotecas e museus são alguns destes lugares.

Todas as instituições destacadas se mostram como agentes na preservação de memórias e informações históricas de determinada área ou campo de ação específico de sua organização. Não somente na intenção de se preservar, é regular a pretensão de colaborar com estudos e pesquisas, ou seja, trabalhar na disseminação daquilo que guardam. Instituições dessa ordem, entendidas enquanto centros de informação, são trabalhadas e estudadas no âmbito da Ciência da Informação.

Com a observação da aplicação prática do termo, mesmo sem considerarmos a conceituação ou a noção investidas a ele, nos foi estabelecido um recorte contextual referente ao campo de atuação do patrimônio documental. Com isso, podemos questionar não somente o termo, mas também seu contexto e sua inserção junto à sua área de domínio.

Esta construção não é original e já foi explicitada por Maria Otília Pereira Lage (2002, p. 09), em um dos raros trabalhos dedicados ao estudo deste objeto. Ela nos diz:

Compreender a noção de Patrimônio Documental – recente e em construção – exige abordar esse panorama no campo especializado e em profunda mudança das Ciências da Informação, cuja afirmação se verifica a partir dos anos 1960, integrando a perspectiva abrangente e fragmentária da História das Populações, até chegar a uma compreensão transversal e alicerçada dos múltiplos documentos, fontes e suporte de valor patrimonial resultantes de diferentes processos sócio-históricos e variadas formas de cultura.

Em suas palavras, a autora aloca o patrimônio documental em um universo que potencialmente lhe proverá substâncias necessárias para seu desenvolvimento conceitual e, conseqüentemente, prático. No entanto, ao identificar a Ciência da Informação como o local onde se apoiar, ela aponta a necessária relação com a história das civilizações. Esta servirá de recurso para a interpretação do chamado “valor patrimonial” da documentação. Não descarta a indicação de que tal valor, claramente, tem origem e respaldo em estruturas sociais e culturais próprias.

Percebemos que a tarefa de estabelecer uma localização para o patrimônio documental levou a uma visão multidisciplinar de sua configuração. Com isso, nos parece pertinente entender o patrimônio documental enquanto um objeto que congrega elementos de mais de uma área de conhecimento, a citar, até o momento,

a Ciência da Informação, a História e elementos ainda de outras ciências sociais, como Sociologia e Antropologia.

Estas considerações indicam a complexidade de definir o que deve ser entendido por patrimônio documental, por ele se originar na cooperação de elementos de áreas e de conhecimentos diversificados.

A identificação deste ponto de convergência, para a visualização do patrimônio documental, exige uma observação que permita sinalizar de que forma as áreas se cruzam, se convergem ou imbricam.

Mais do que definir, importa-nos, no entanto, estabelecer o conceito válido de Património Documental numa perspectiva teórica que atravessa domínios do conhecimento tão vastos, consolidados e formalizados como o são as Ciências da Documentação e Informação, a História das Populações e a Demografia Histórica e os Estudos Culturais e Sociais das Ciências e das Técnicas, e na perspectiva prática da sua compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e desenvolvimento. (LAGE, 2002, p. 14)

A noção que inter-relacione as áreas apresentadas será a base para erigir a imagem teórica daquilo que assume o nome de patrimônio documental, enquanto os trabalhos para essa construção estão constantemente em contato com os subsídios teóricos oferecidos pelas áreas transitadas.

Com a identificação e delineamento dessa noção que atravessará as áreas “tão vastas”, conseqüentemente será estabelecido um recorte dentro de cada área. A partir destes recortes teóricos, a captação de elementos específicos de cada uma delas viabiliza o trabalho de entendimento do patrimônio documental.

A partir da indicação de que o patrimônio documental está diretamente vinculado à Ciência da Informação, e que esta é quem tem condições de propiciar o desenvolvimento deste objeto, deve-se pensar como isso se dá. A relação quase umbilical estabelecida entre eles se encontra na qualidade original do patrimônio documental, presente antes mesmo de ele ser um patrimônio.

O conceito de Património Documental liga-se intrinsecamente ao conceito de documento no seu duplo sentido – de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural – sendo no entanto mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento (unidade de informação), Informação (dados de conhecimento registrado) ou Fonte histórica (todo o dado precedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objectiva, relacionado com a actividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado). (LAGE, 2002, p. 15)

Esta demonstração é muito ilustrativa, pois, descreve três elementos definidores do patrimônio documental e de sua distinção em duplo sentido, seja em

relação aos demais patrimônios, seja em relação aos demais documentos. No entanto, ambas as distinções merecem um aprofundamento mais elucidativo.

Documento e informação são elementos com forte conexão entre si e ambos mantêm vínculo direto com a área de domínio da Ciência da Informação. A característica de fonte histórica se mantém vinculada às estruturas do documento e da informação, com relacionamento estabelecido com o campo da historiografia e seus fazeres.

Atenção também deve ser dedicada ao primeiro comentário da autora, onde ela diferencia o documento em dois momentos. Intitulado o primeiro como recurso e o segundo como significado, estas qualidades do documento estão vinculadas ao seu sentido social e interação com seu meio. O recurso, ou a função, diria respeito ao seu papel no contexto que integra ou o *por quê* ele existe. Já o significado é decorrente das interpretações realizadas desse documento ou o *como* ele existe.

Estas situações vinculadas às qualidades do documento, entendido enquanto um patrimônio documental, são perceptíveis a partir de análises realizadas sobre aquele tipo de objeto e de características de sua própria natureza. Nesse sentido, os elementos dos documentos são decorrentes de suas condições específicas, de sua natureza ou categoria de documento, e também dos contextos social e cultural ao qual ele é inserido.

A respeito das naturezas, ou categorias, dos documentos, a observação aos olhos dos patrimônios seguirá pensamentos similares aos sustentados pela Ciência da Informação e aos campos de pertencimento do documento. Serão, portanto, observados de acordo com seu suporte em consonância com sua função e seu contexto social.

Lage (2002, p. 15) nos oferece duas formas de apresentação do patrimônio documental que, segundo ela, não devem encerrar todo o amplo espectro deste último. A autora nos destaca como “categorias” do patrimônio documental os conjuntos de patrimônio bibliográfico e de patrimônio arquivístico, utilizando por base a natureza do documento, biblioteconômico ou arquivístico. Nesse sentido, estes materiais são entendidos enquanto parte integrante, ou relacionada, de um agrupamento maior, que ela entende por patrimônio documental. O primeiro deles é assim entendido:

Patrimônio Bibliográfico – patrimônio intelectual da humanidade, do saber humano produzido sob qualquer modalidade e gravado/inscrito

em qualquer tecnologia e/ou suporte, 'depositado' em bibliotecas e constituindo referência básica do ensino/investigação/produção do conhecimento. (op.cit., grifo do autor)

Nessa categoria de documentos, a direção é voltada exclusivamente aos produtos bibliográficos, aos materiais que detêm as configurações de um documento de biblioteca.

Paralelo a esta, é prevista a segunda categoria, que recebe o nome de patrimônio arquivístico, e diz respeito aos documentos configurados como de arquivo, e se diferenciam dos documentos bibliográficos. Lage diz o seguinte:

Património Arquivístico – fontes documentais e património intelectual funcional de entidades públicas e privadas, colectivas e individuais, integrados em sistemas semi-fechados de informação social com determinada estrutura (natureza orgânica) e fundos ou núcleos (conjuntos orgânicos de documentos de uma única proveniência); séries (docs. correspondentes ao exercício de uma mesma actividade) e distintas unidades arquivísticas (docs. relativos a uma acção administrativa/judicial), colecção (docs. org. para referência), registro (docs. para controlo/descrição de docs. recebidos, produzidos) organizados em diferentes unidades de instalação. (op. cit., grifo do autor)

A descrição oferecida pela autora nos mostra um conjunto de documentos de arquivo, com as características que lhes cabem para identificá-los. É possível notarmos que são reforçadas duas condições significativas para a caracterização deste tipo de patrimônio documental, quando se refere à qualidade de um conjunto orgânico e quando fala da qualidade de fonte de informação.

Direcionar uma observação ao patrimônio documental enquanto um conjunto composto por estes dois principais grupos de documentos, separados por conta de sua natureza, nos passa uma ideia de pluralidade, ou mesmo, diversidade. Esta sensação provém da constituição dos grupos, das metodologias de tratamento técnico, das características dos documentos, de seu papel social, da sua forma de apresentação, entre outras formas. Mas, de qualquer modo, ambos serão interpretados enquanto patrimônio documental.

Porém, mesmo com suas similaridades que lhes permitem integrar o mesmo grupo, por vezes é possível que as diferenças se sobressaiam e acarrete uma visão homogeneizante do patrimônio documental. Não há como consequência o desmerecimento dos valores de alguma ordem de documentos, mas ocorre a segregação dos documentos bibliográficos em relação aos arquivísticos.

Uma cisão dessa ordem não é motivada por intenções de inferiorizar um em relação ao outro, mas, antes, de proporcionar um tratamento específico para cada

grupo, ou talvez, destacar as qualidades específicas e singularidades. Assim, o patrimônio bibliográfico passaria a compor uma entidade autônoma, enquanto que os documentos arquivísticos abandonam sua terminologia específica e assumem a nomenclatura generalizante de patrimônio documental.

Esta situação é claramente afirmada pelo historiador argentino César Garcia Belsunce, utilizando por base de sua afirmação considerações sobre o sentido do documento e seu papel central no patrimônio documental. Ele nos diz:

Pode haver – já quase não existe - alguma hesitação quanto aos vários tipos documentais que o integram; mas é indubitável que, definindo-se o documento como aquilo que tem por finalidade imediata provar, testemunhar ou descrever algo e se reconhecendo que o valor permanente de um documento reside na sua qualidade informativa, não há qualquer dificuldade em se afirmar que o patrimônio documental é o conjunto de documentos de valor informativo produzido pelas pessoas públicas ou privadas, físicas ou morais de uma determinada jurisdição. (GARCIA BELSUNCE, 1986, p. 30)

A relação estabelecida entre o conceito de patrimônio documental e as definições de documento de arquivo são bastante claras, na ideia do autor. Ele não está se referindo aos documentos bibliográficos enquanto componentes do patrimônio documental, apesar de sinalizar a existência deles ao comentar dos “vários tipos documentais”.

A consonância entre os pensamentos de Garcia Belsunce e Lage se encontra na afirmação do documento como tronco do patrimônio documental, derivado da sua qualidade de fonte de informação. O autor argentino se aprofunda ainda mais e descreve, intencionalmente, a condição de guarda permanente do documento por conta de seu valor informativo. Esta é uma característica específica dos documentos de arquivo, exclusivo dos arquivos históricos, ou arquivos permanentes.

Interpretar patrimônio documental como relacionado exclusivamente aos documentos de arquivo nos mostra um pensamento limitador do campo de abrangência do conceito deste conjunto patrimonial. Baseado, claramente, em uma segregação mirada aos demais tipos documentais, a pluralidade documental das culturas pode ser prejudicada em sua representação histórica.

Já Bellotto (2002), apesar de enfatizar a exclusividade dos documentos de arquivo, não desconsidera a existência das demais ordens de documentos presentes nas culturas, mas trata de inseri-los junto às outras formas patrimoniais.

Neste sentido, enquanto os documentos de arquivo passam a abarcar, de modo generalizado, todo o campo do patrimônio documental, os documentos

bibliográficos, e a autora ainda insere nesse contexto os objetos museológicos, passariam a fazer parte dos grupos gerais de patrimônios. “Todos os documentos, existentes em qualquer uma dessas instituições [arquivos, bibliotecas e museus], vêm a constituir o patrimônio cultural e o patrimônio histórico.” (BELLOTTO, 2002, p. 14).

Com este agrupamento proposto pela autora, aqueles que eram entendidos no contexto dos patrimônios documentais, quer dizer, enquanto documentos, passam a ser entendidos antes como produtos culturais ou produtos históricos, em relação aos seus potenciais documentais.

Este fator representa duas condições referentes aos patrimônios documentais. Eles podem ser observados tanto enquanto documentos, em seu sentido informativo, prerrogativa da Ciência da Informação, quanto como um produto cultural que se justifica a preservação. No contexto patrimonial, estes dois papéis precisam ser compreendidos simultaneamente e devem conviver em harmonia.

Seria equivocado pensar que, considerando o direcionamento dado aos documentos e seus respectivos conjuntos patrimoniais, os documentos de arquivo não devam ser considerados, também, como produtos culturais. Rezende diz que “(...) os conjuntos documentais arquivísticos – sejam documentos públicos ou privados, empresariais ou pessoais, analógicos ou digitais – devem ser encarados como produtos culturais.” (2007, p. 07).

A proximidade da ideia de patrimônio documental com o conceito de arquivo permanente é bastante forte no pensamento de Garcia Belsunce, de modo que nos demonstra o divórcio entre eles e os documentos bibliográficos. E esta ideia se mantém no entendimento de Heloisa Bellotto.

A autora é bem mais específica na qualificação dos arquivos enquanto os detentores das condições de patrimônio documental. Ela relaciona fatores elementares dos documentos de arquivo com as funções e pretensões do sentido patrimonial que lhes é investido.

A aproximação do contexto social é relevante quando ela nos diz que “O patrimônio documental, se atinente a uma comunidade, a uma municipalidade, a um Estado ou província, ou a uma nação, ou mesmo uma empresa, representa o que se denomina, em arquivística, a sua *archivalía*.” (BELLOTTO, 2000, p. 153).

Além da referência ao arquivo permanente, a autora destaca a importância do contexto em que o conjunto de documentos é inserido e a que ele se refere. Esta

importância foi também apresentada pelos outros dois autores. Para os documentos de arquivo, a conexão com seu órgão produtor é vital, pois sem a qual, seu caráter arquivístico fica comprometido.

Podemos entender com mais clareza essa perspectiva a partir de uma explicação apresentada pela autora, originalmente publicada pelo espanhol Vitor Hugo Arévalo Jordán (1996), onde é dito que a *archivalía*:

(...) é todo material escrito, gráfico (desenhos, mapas, planos), sonoro ou audiovisual produzido ou recebido em função de suas atividades, ou, em geral, relacionado com sua vida administrativa, desde o momento em que cumpriu sua função imediata, a que originou sua criação e se conserva com fins administrativos, jurídicos e científicos ou culturais. (ARÉVALO JORDÁN, 1996 apud BELLOTTO, 2000, p. 153)

O conceito apresentado é delimitador das condições da documentação que ele abarca. Apesar de ele apresentar suportes e formatos de documentos que possam pertencer tanto às bibliotecas quanto aos museus, a delimitação acontece ao comentar da estreita relação do documento com seu produtor e com a função ou atividade responsável por sua gênese.

Outro elemento delimitador nesta citação se encontra em encarar o patrimônio documental enquanto os documentos que já cumpriram sua função imediata. Neste caso, os documentos que ainda são preservados passam a integrar o chamado arquivo permanente, ou arquivo histórico, do produtor.

É dito ainda que sua preservação se justifica por motivos tanto administrativos ou jurídicos como também científicos e culturais. Isto colabora para o nosso entendimento dos documentos ora tratados como produtos culturais e representantes deste cenário que o produziu.

A aproximação entre o patrimônio documental e o arquivo permanente já foi comentada anteriormente por Garcia Belsunce, porém, se mostrou mais como uma indicação. Bellotto nos oferece a confirmação desta relação e apresenta mesmo alguns critérios que serviriam como identificação do que deve ser compreendido enquanto patrimônio documental.

A autora nos diz:

Constituem, pois, o patrimônio documental somente aqueles documentos que:

- Já cumpriram sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados;
- Que já não tramitam;
- Que já passaram pelo arquivo corrente;

- Que, já submetidos à tabela de temporalidade, foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/recebeu/acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou esta instituição. (BELLOTTO, 2000, p. 154)

Esta estrutura apresentada pela autora nos mostra exatamente a mesma condição para o ingresso de documentos junto aos arquivos permanentes de instituições jurídicas, em especial às públicas. Trata-se, nesse sentido, de compreender a formação do patrimônio documental enquanto um fenômeno consequente de sistemas de gestão documental implantados em organismos produtores.

Situação exclusivamente presente em arquivos institucionais, além de causar o definitivo rompimento de vínculos com a documentação bibliográfica e museológica, esta estrutura apresentada traduz um recorte interno aos documentos de arquivo. Significa dizer que aqueles documentos que não fizeram parte de um sistema estruturado de gestão documental não integrarão a categoria de patrimônio documental.

A aplicação deste pensamento limita a inserção de documentos não oriundos de instituições jurídicas ou de instituições que não desenvolvam atividades de tratamento documental em todas as fases vitais de seus documentos. A fim de atingir a fase permanente, a documentação deve, a rigor, receber tratamentos específicos desde o momento de sua produção.

Segundo Valentim (2012, p. 18) “A gestão documental abrange os procedimentos de produção, seleção, organização, controle, armazenamento, conservação, acesso, disseminação e destinação de documentos.”, e se mostra essencial para o bom funcionamento de instituições. Como a última etapa deste processo, unificado à avaliação documental, a destinação será a responsável por determinar quais documentos integrarão o arquivo permanente da organização²⁴.

A importância do processo de destinação na constituição dos patrimônios documentais está em seu princípio. Sendo este processo o responsável por determinar as guardas e os descartes, suas determinações devem seguir ideais

²⁴ A destinação e a avaliação localizam-se no momento da mudança do valor primário para o valor secundário, apresentados no item “1.1 Arquivos pessoais e suas representações”. No paralelo com a Teoria das Três Idades, significa dizer que encerra a fase administrativa (arquivo corrente e intermediário) para ingressar na fase informativa e testemunhal (arquivo permanente). Ver Schellenberg (2006), Rousseau, Couture (1998).

patrimoniais. No entanto, este não é exatamente o princípio que norteia a destinação.

Vários fatores interferem na decisão do expurgo, tais como legislações, direitos e deveres jurídicos, entre outros. Apesar de influentes, estes fatores são coordenados por legislações próprias. Elementos que fogem à regulamentações jurídicas são os fatores que mais implicam dificuldade a este processo.

Schellenberg entende que a destinação é uma atividade de “exatidão”, pois as decisões não podem ser revogadas. “Esta exatidão dependerá, em grande parte, da maneira pela qual os documentos são analisados antes de serem tomadas as determinações. Em todos os casos o problema básico é o valor.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 131)

Este se mostra como uma questão sensível na destinação. Determinar valores em uma tarefa de exatidão implica julgamento de qualidades. Tais qualidades, muitas vezes, não são reguladas por determinações jurídicas, dando abertura à subjetividade do analista.

Como complicador neste processo, deve-se considerar que os documentos estão numa fase de transição destes valores. Documentos até então administrativos passam a ser considerados históricos. Evidentemente seus valores serão alterados.

Bellotto se vale da contribuição do italiano Antônio Lombardo ao dizer:

É nesta dualidade administração/história – ou melhor, valor administrativo/valor histórico – que se deve considerar a documentação estática ou inativa. ‘Não há arquivos que sejam, em essência, históricos, e todo papel administrativo, desde sua criação, tem, em potencial, um valor histórico. (BELLOTTO, 2006, p. 116)

Com isso, mais do que um julgamento de valores incertos, a destinação é um julgamento de valores potenciais. O que determina a guarda do documento será a percepção que se fará do seu potencial histórico. Podemos dizer que esta percepção condicionará a formação das fontes históricas que serão preservadas.

A compreensão que se tem de valor histórico é essencial neste sentido. Enquanto qualidades potenciais, compreender os valores dos documentos é arriscado para o analista, por seu forte impulso subjetivista. De certa maneira, é dizer que os responsáveis pela determinação destes valores são os responsáveis pela produção dos patrimônios documentais e seus sentidos.

Esta última afirmação é válida ao considerarmos a lista de características apresentada por Bellotto. A equivalência entre os documentos permanentes e os

patrimônios documentais, como foi proposto pela autora e por Garcia Belsunce, necessita de um pouco mais de atenção.

Retomando ao valor histórico, Schellenberg compreende que a preservação de documentos após a destinação exige a identificação de duas qualidades. O norte-americano trata de valor probatório e valor informativo, como se ambos estivessem subordinados ao valor histórico (2006, p. 181).

A definição dos valores probatórios e informativos é relacionada ao potencial do documento e à função principal que exercerá após ser investido do valor histórico. Esta diferenciação, em geral, mantém relação com a ação desenvolvida pelo documento durante sua fase ativa. Na destinação, o documento é ressignificado com esses novos valores.

O autor nos explica sobre o valor probatório:

Para efeito de estudo, os valores inerentes aos documentos decorrentes da prova que contêm da organização e funções serão chamados de valores probatórios. (...) refiro-me, um tanto arbitrariamente, ao valor que depende do caráter e da importância da matéria provada isto é, da origem e dos programas substantivos, ou sim, da entidade que produziu os documentos. Assim, não se trata aqui da qualidade da prova *per se*, mas do caráter da matéria provada. (SCHELLENBERG, 2006, p. 181-182, grifo do autor)

E segue com a explicação sobre o valor informativo:

Ainda para efeito de estudo, os valores inerentes aos documentos devido à informação que contêm serão chamados de valores 'informativos'. A informação pode relacionar-se, de modo geral, a pessoas, coisas ou fenômenos. O termo 'pessoas' pode incluir tanto pessoas físicas quanto jurídicas. O termo 'coisas' pode incluir lugares, edifícios, objetos e demais bens materiais. O termo 'fenômeno' refere-se ao que acontece tanto a pessoas quanto a coisas: condições, problemas, atividades, programas, acontecimentos, episódios, etc. (SCHELLENBERG, 2006, p. 182)

É importante destacar que estes dois valores não se excluem mutuamente, sendo muito comum que documentos contenham os dois valores simultaneamente. Ambos estes valores são relevantes no contexto social ou dentro da administração que o criou.

Testemunhar o passado e indicar que ele existiu serão, portanto, essenciais para a constituição do valor histórico nos documentos. Estes valores, por sua vez, são responsáveis por configurar os documentos enquanto fontes históricas.

Assunto levantado por Lage, a qualidade de fonte histórica é uma relevante característica do patrimônio documental. Podemos encontrar esta mesma condição junto aos arquivos permanentes, indicados até então como mais um sinônimos. Para

compreendermos a afirmativa de Lage, vale buscarmos o que a autora entende por fonte histórica.

Por sua vez, fonte (história) é todo dado procedente do passado, isto é, restos e tradições, que podem apresentar-se sob múltiplas formas, desde a escrita, manuscrita e/ou impressa, à iconográfica, oral e material e suportes consoantes as tecnologias e técnicas da sua produção. (LAGE, 2002, p. 33)

Ao observarmos os documentos enquanto fontes históricas, imbuímos-os de uma densa relação com os universos da história, da pesquisa, da construção social e cultural. Passamos a observar estes documentos enquanto produtos culturais representantes da cultura geradora. A partir deste momento, estes conjuntos são percebidos enquanto portadores dos elementos constitutivos de memórias e de identidades sociais e suas contribuições não se encerram no órgão gerador, atingindo também todo o contexto que o abarca.

A potencialidade representativa dos documentos para a historiografia é um fator valorativo para a preservação destes produtos e a sua exploração garante importantes contribuições. Para a história, os arquivos permanentes se mostram como a fonte de informações que servirão de base para o desenvolvimento das pesquisas e estudos exploratórios que a caracterizam.

Por considerarmos o arquivo permanente como uma construção elaborada, seguindo padrões estabelecidos pela instituição e aplicado no processo de avaliação, sua configuração atenderá ao princípio de representação do cotidiano. Como vimos, os documentos permanentes são retidos de modo selecionado para que representem a trajetória da instituição em sua forma mais completa, e não somente aqueles momentos de destaque. Não há a intenção de destacar momentos, no arquivo permanente, mas de preservar o todo.

Com as obrigações jurídicas das instituições, a preocupação volta-se para a preservação dos documentos de ordem probatória, por servirem ainda como um equipamento jurídico-administrativo. Muitas legislações indicam a preservação de determinadas séries de documentos de modo permanente.

Nesse sentido, o arquivo permanente de uma instituição terá uma formação elaborada de modo que represente um grande relatório das atividades passadas da instituição. Seu objetivo é dar conta das rotinas administrativas, dos feitos e atribuições cotidianas, de modo que não permita brechas jurídicas que não possa comprovar.

Isto demonstra que o arquivo permanente de uma instituição não busca destacar momentos relevantes da trajetória social ou institucional, mas de manter segurança jurídica de seu produtor. Bellotto comenta:

Um arquivo permanente não se constrói por acaso. Não cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história se faz com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia-a-dia administrativo, além de fontes não-governamentais. As informações rastreadas viabilizarão aos historiadores visões gerais ou parciais da sociedade. (BELLOTTO, 2006, p. 27)

Deste modo, os arquivos permanentes são direcionados a uma condição de regularidade, cotidianidade, ao invés de se dedicar ao extraordinário. Não quer dizer que o extraordinário não faça parte destes conjuntos retidos para guarda permanente, pois eles também fazem parte do contexto e da trajetória. Quer dizer, o ordinário e extraordinário podem dividir o mesmo espaço dentro dos arquivos permanentes, mas, em sua essência, a ele cabe se ocupar do primeiro.

Com base nessas relações de regularidade do arquivo permanente e o seu interesse em servir como fonte de informações para historiadores e demais pesquisadores, notamos que há a prevalência do interesse na sua funcionalidade. Para que seus documentos sejam preservados e o arquivo permanente seja constituído, é necessário que ele tenha a condição de recurso, seja para a administração, através de seus valores probatórios, seja para a pesquisa erudita, através de seus valores informativos.

Este entendimento funcional dedicado aos arquivos permanentes lhes garante uma construção um tanto burocrática, ao ponto de um documento sem as características já mencionadas não se justificar como uma guarda útil.

Um arquivo permanente não tem seu acervo constituído de 'preciosidades' colecionadas aqui e ali, recolhidas para que, com elas, o historiador estabeleça seu referencial de fontes. (...) Um documento é histórico quando, passada a fase ligada à razão pela qual foi criado (informação), atinge a da sua utilização pela pesquisa histórica (testemunho). É útil para a administração e a historiografia, no sentido mais crítico e científico, e não no de 'deleite cultural'. (BELLOTTO, 2006, p. 115)

A partir desta citação temos demonstrado, de forma bastante clara, a condição funcional do arquivo permanente. Apesar de não servir mais exclusivamente aos fazeres administrativos, a característica utilitarista dos

documentos, de uma forma remodelada, ainda é presente nos arquivos permanentes.

Como pudemos verificar ainda no início desta seção, Lage nos disse que o conceito de patrimônio documental está ligado a dois sentidos do documento, sendo o primeiro, enquanto recurso, funcional, e o segundo enquanto significado, então, cultural. Pudemos perceber, até o momento, a forte presença do primeiro sentido embutida na noção e na construção do arquivo permanente, no entanto, o segundo sentido pode não ser tão considerado.

É inegável que os arquivos permanentes detêm condições representativas daquele contexto administrativo, social e cultural que o gerou, e que isso o coloca na condição de fonte de informação histórica a ser considerado com apreço por pesquisadores e demais interessados. Porém, cabe questionar se a condição funcional de representação histórica dos documentos de arquivo permanente é equiparável ao sentido de significado, pertencente aos documentos do patrimônio documental?

Pensamos não ser o caso de determinar que o patrimônio documental não detenha uma função ou não é um recurso, em absoluto. Antes de ser um patrimônio documental ele é um documento, mais, é um documento histórico, e deve ser considerado como tal. Nesse sentido, o que somos levados a pensar é que, ao invés de serem considerados os arquivos permanentes, em sua totalidade, patrimônio documental, como é afirmado por estudiosos da área de arquivos, há algo que os diferencie. Uma indicação para percebermos esta diferença pode ser notada neste sentido de significado do documento.

Lage nos dá esta indicação ao dizer que:

Paralelamente ao reconhecimento do caráter patrimonial de um documento desenvolve-se em regra uma espécie de aura particular que tende a fazê-lo considerar à parte do resto das coleções das bibliotecas e/ou dos fundos de arquivo, destinando-se-lhe, pelo seu valor, um lugar, um papel e uma importância particulares. (LAGE, 2002, p. 32)

Esta “aura” comentada pela autora pode manter relações com este sentido de significado que aparece indicado do documento que é patrimônio documental. E esta aura, também este sentido de significado, virá, então, embutida no caráter patrimonial, ou no valor patrimonial, que é investido ao documento.

Sem que ele seja desvinculado da sua condição de documento histórico e arquivo permanente, a identificação de um valor patrimonial lhe investirá um

significado que o destacará daquela construção funcional e do sentido de recurso, também presentes na fonte histórica.

Determinarmos a ordem dos fatores pode parecer ainda uma afirmação perigosa. Quer dizer, pensarmos que a identificação do valor patrimonial investirá uma aura e um significado a um documento, ou se o investimento de um significado ao documento será responsável por dar origem ao valor patrimonial. Independente da sua ordem, no momento, o que nos vale ressaltar é a existência deste movimento e que este, potencialmente, será o que justificará o entendimento de documentos enquanto patrimônio.

Como dito, a condição de fonte histórica e de documento histórico são intrínsecos ao patrimônio documental quando de sua significação. O investimento deste sentido de significado e valor patrimonial não excluem suas condições anteriores. Permitida sua coexistência, somos levados a pensar que uma reorganização nos valores e sentidos do documento seria necessária, para que se configure sua complexa existência patrimonial. Mais uma vez, Lage nos dá uma indicação:

Ou seja, um fundo comum de objectos, que promovidos a elementos de um património, mudam de natureza e de função servem para outra coisa, mais habitat considerado enquanto 'propriedade fundamental da existência' (André Leroi – Gourham) que leva à valorização do 'lugar' como experiência humana e do 'espaço existencial' como conjunto de formas e imagens reflexivas que se respondem. A distinção útil mas muito simples dos valores de uso e dos valores de troca alargando-se para dar lugar aos valores-símbolos. (op. cit., p. 12)

Podemos pensar que esta situação é mais aplicável aos bens móveis e imóveis, como objetos e construções, mas ela também pode ser observada aos olhos dos documentos. Propriedade fundamental da existência, espaço existencial, valor-símbolo, são elementos que partilham de um significado mais elaborado que a representação histórica presente nos arquivos permanentes. Estes estão relacionados ao que pode ser entendido como valor patrimonial e são intrinsecamente conectados com a própria configuração cultural do grupo a que pertence.

Assim como existem objetos, construções e demais produtos culturais que não encerram seus papéis na ação prática e funcional que exercem em seu meio, os documentos, enquanto produtos culturais, também estão sujeitos a serem imbuídos de valores e intenções patrimoniais similares. Derivado da própria cultura e de seus

elementos, estes novos valores e significados que patrimonializam o documento causam um enraizamento daquele produto na própria estrutura cultural do grupo, o que o coloca, então, como disse a autora, como uma propriedade fundamental da existência.

Determinar um “valor-símbolo” aos documentos que são fontes históricas quer dizer não só entender aquele material como um potencial manancial de informações a ser explorado em pesquisas científicas, acadêmicas ou operacionais. Quer dizer revestir aquele documento de uma significação “concreta”, uma afirmação não inquestionável, mas autêntica e legítima daquilo que representa.

Valores desta ordem não são aleatórios ou inventados de modo espontâneo, mas tem origens em configurações culturais próprias do grupo. Lage nos diz que:

A noção de Património Documental partilha e serve a construção das noções de Património Histórico e Património Cultural, entendidos um e outro na sua complexidade e abrangência actuais e tomando-se cultura na sua acepção mais ampla e concreta: um conjunto de modelos de comportamentos, usos/costumes e instrumentos/objectos usados por uma população num dado espaço – tempo; uma realidade concreta de uma população, de um povo, o que constitui a sua identidade em resultado interactivo de um dado processo histórico; um todo coerente de relações mútuas (ex. igrejas, pontes, etc.) têm a ver com o ‘universo’ contexto em que se inserem, como expressão de grupos, pessoas; uma realidade dinâmica (e não fixa nem imóvel) constituída por formas de trabalhar, rezar, cantar, contar, etc. sujeitas a mudanças profundas, como por exemplo as derivadas dos surtos migratórios, níveis diferentes de cultura, etc. (LAGE, 2002, p. 16)

Diante destes pontos levantados, percebemos que a construção do patrimônio documental pode ter raízes mais profundas nos processos culturais do que a constituição de um conjunto de documentos com finalidades de constituição de fontes históricas e de informação, como ocorre aos arquivos permanentes. Ao patrimônio documental caberá não apenas representar um tempo específico através das informações que ele registra, mas antes, realizar uma ação firmada na condição de significar a cultura, a identidade, história e memória de um grupo.

3. Programa Memória do Mundo

A preocupação com a preservação de acervos documentais ao redor do mundo é o motor para a criação e ação do Programa Memória do Mundo (*Memory Of World – MOW*), desenvolvido pela *United Nation for the Education, Science and Culture Organization* (UNESCO). Criada em 1945, a UNESCO é uma organização internacional que congrega representantes de países membros com o objetivo de desenvolver ações comunitárias que incentivem o desenvolvimento das populações ao redor do mundo.

Sediada em Paris, França, a instituição trabalha para a criação de condições para um diálogo respeitoso entre as diversas culturas, civilizações e pessoas, por acreditar que esta é uma forma de garantir a sobrevivência mútua das diversidades existentes entre os povos. Com isso, sua missão é “contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e um diálogo intercultural através da educação, das ciências, da cultura, comunicação e informação.” (UNESCO, 2012, s/n, tradução nossa)²⁵.

Para isso, a UNESCO organiza e coordena a estruturação de projetos e programas direcionados a atender demandas culturais, educacionais e científicas que se encontrem em estado de atenção. Seus projetos são organizados de modo a atender demandas específicas, com recortes de ação que delimitem cada um e garantam que não ocorra a sobreposição entre eles.

Sua estrutura é dividida em cinco núcleos de ação, voltados para as diferentes áreas de relevância para o desenvolvimento de suas atividades. Suas áreas são divididas em Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura, Comunicação e Informação.

Para viabilizar a realização de seus projetos com uma amplitude de países e culturas, a UNESCO estabelece escritórios em grande parte dos países membros, a fim de gerar aproximação e largo contato através das fronteiras políticas e culturais globais. De acordo com a web site oficial²⁶ da organização, ela conta atualmente com a adesão de 195 países membros, 8 membros associados e mais de 50 escritórios por todos os continentes.

²⁵ Texto extraído da web site oficial da UNESCO. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/introducing-unesco/>

²⁶ <http://www.unesco.org/new/en/unesco/>

Dentre as muitas e variadas ações desenvolvidas pela organização, aquelas mais comumente lembradas e conhecidas dizem respeito às listas e programas de preservação do patrimônio cultural dos povos. O incentivo à preservação destes bens pertencentes às diversas culturas corresponde a uma das tarefas pretendidas pela UNESCO dentro de seus trabalhos. A Lista dos Patrimônios da Humanidade congrega sítios históricos e naturais de notáveis valores para a humanidade e que se justifiquem a sua preservação. Possivelmente o trabalho mais conhecido da UNESCO, esta lista conta com mais de 900 sítios inscritos em todo o mundo e continua a crescer.

As propostas de ação desta lista restringem-se a trabalhar dentro dos limites de lugares e sítios a serem preservados, trate-se de uma construção, um complexo ou uma cidade, um parque ou uma floresta. Para outras categorias de bens existem outros programas, projetos e listas responsáveis por incentivar a preservação do patrimônio exclusivamente natural, da diversidade de expressões culturais, do patrimônio imaterial e mesmo do patrimônio cultural subaquático.

Porém, devemos nos atentar a um programa específico, que concentra como escopo de ação as peças e conjuntos documentais contidas em arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus e demais centros de informação.

O Programa Memória do Mundo (MOW) foi criado em 1992 e tem como propósito central o incentivo à preservação de documentos e conjuntos documentais, à recuperação daqueles que se encontram em situação de risco e a dedicação para evitar que aqueles em bom estado se deteriorem, bem como a permanência da garantia de acesso a estes materiais. “A consciência crescente do lamentável estado de conservação do patrimônio documental e do deficiente acesso a estes em diferentes partes do mundo foi o que deu o impulso original.” (EDMONDSON, 2002, p. 06).

Inicialmente, a preservação e o acesso aos patrimônios documentais dos povos foram tomadas como as premissas básicas para o desenvolvimento do Programa, por considerarem as necessidades de medidas emergenciais para evitar a perda de um número cada vez maior de conjuntos documentais. Seja por ações da natureza, como desastres e intempéries, seja por ação do homem, como guerras e conflitos, destruições ou mesmo o descuido intencional, a atenção a estes produtos deveria ser recomendada aos governos.

No relatório da primeira reunião do Conselho Consultivo Internacional (CCI) do Programa Memória do Mundo, realizado em Pultusk, na Polônia, entre os dias 12 e 14 de setembro de 1993, responsável por estabelecer as definições do Programa e seus modos de ação, é dito que:

Enfim, foram reafirmados com força e unanimidade, os dois princípios essenciais que guiarão o Programa: a preservação das coleções e dos fundos, de uma parte, e de outra parte, a democratização de seu acesso que pode ser utilizado também como argumento para sensibilizar os governos. Estes dois princípios são indissociáveis: o acesso favorecendo a salvaguarda e a preservação garantindo o acesso. (UNESCO, 1993, p. 05, tradução nossa)

O estabelecimento destes princípios iniciais para as ações do Programa tem por base a convicção de que estes documentos que se encontram em frágil situação são elementos importantes para toda a humanidade, em especial para o povo que o criou e ao qual eles pertencem. Essa percepção indica que a necessidade de preservação, de dedicação de cuidados e de disponibilização deste material é salutar para o desenvolvimento cultural e também científico dos povos.

O Programa trabalha com o pressuposto de que o patrimônio documental corresponde à memória coletiva dos povos, documentada por eles mesmos, atinente às características culturais e históricas próprias, o que confia a estes conjuntos documentais a importante participação na permanência das identidades e das memórias dos povos do mundo. Deste modo, “Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura.” (EDMONDSON, 2002, p. 05). Este pensamento estabelecido para o Programa justifica o nome que lhe foi investido.

Quanto ao princípio do acesso aos conjuntos documentais preservados, é tomado por base, inicialmente, que não há explicações para a preservação de algo que não será utilizado posteriormente. A disseminação destes documentos, e da informação contida neles, com a indicação da forte ligação estabelecida com a memória e com a identidade dos povos, investe o patrimônio documental de funções oriundas de seus valores históricos e culturais.

O acesso é o objetivo permanente da preservação: sem ele, a preservação não tem sentido, exceto como fim em si mesmo. O *Programa Memória do Mundo* encoraja o acesso universal e democrático ao conjunto do patrimônio documental, dentro do respeito das restrições culturais e das considerações específicas em matéria de direitos autorais, mas sem limitações artificiais. Embora nunca se possa alcançar a perfeição, é legítimo tentá-lo. Isso é de

acordo com a *Declaração Universal de Direito Humanos* (1948) e o *Pacto Internacional de Direito Cívico e Político das Nações Unidas* (1966). Todo indivíduo tem direito a uma identidade e, por conseguinte, direito a ter acesso a seu patrimônio documental, o que compreende saber que este existe e onde se encontra. (EDMONDSON, 2002, p. 18, grifos do autor)

De acordo com a visão da UNESCO, organizadora e coordenadora do Programa, o respeito e o diálogo *com as e entre as* diversas culturas, bem como o respeito às diversidades, deve ser constantemente reafirmado. Apesar de se tratar de uma proposta de preservação e acesso, existem características culturais que, por vezes, podem agir contra tais princípios. Princípios religiosos ou cultos e tradições próprias de determinadas culturas podem garantir restrições de acesso a determinados documentos e registros que fazem parte do patrimônio documental do povo.

Questões culturais ainda são consideradas em se tratando da participação global junto ao Programa. A busca é pela valorização e inclusão indiscriminada de todas as culturas e grupos sociais. No entanto, a abertura para a participação geral nem sempre é suficiente para garantir os destaques e representações das diversidades.

O Programa reconhece que “Embora o conceito de documento seja universal, reconhece-se que algumas culturas são mais ‘documentais’ que outras.” (EDMONDSON, 2002, p. 10).

Trata-se da afirmação do reconhecimento destas características específicas de cada cultura, enquanto algumas valorizam a materialidade dos registros documentais e outras se dedicam a práticas de oralidade, com transmissão de conhecimentos e tradições através de cantos ou outras formas intangíveis.

Apesar de serem conhecidas estas configurações culturais específicas, o trabalho do Programa não se responsabiliza por tais condições. Isso gera a disparidade entre as culturas na participação junto ao Programa, apesar da abertura oferecida. “Assim, pois por estas e outras razões nem todas as culturas estarão representadas por igual no patrimônio documental mundial, portanto, na *Memória do Mundo*.” (EDMONDSON, 2002, p. 10-11, grifo do autor).

Como qualquer projeto inicial, o MOW também é passível de modificações, adequações e melhorias em suas definições e estratégias de ação. Foi na segunda reunião do Conselho Consultivo Internacional, realizada em Paris, na França, entre

os dias 3 e 5 de maio de 1995, que os princípios do Programa foram alterados, com o acréscimo de novas propostas.

O Relatório Final desta segunda reunião “Reitera que o objetivo do Programa ‘Memória do Mundo’ é salvaguardar o patrimônio documental mundial, democratizar o seu acesso, a conscientização de seu significado e da necessidade de sua preservação.” (UNESCO, 1995, p. 10, tradução nossa).

Destarte, às propostas iniciais de incentivar a preservação e a democratização ao acesso dos bens documentais provenientes das diferentes culturas ao redor do mundo, foi acrescida a necessidade de conscientização e divulgação da importância destes conjuntos documentais e de sua consequente preservação. A adoção deste objetivo nos leva a crer que parte dos danos causados à documentação histórica universal tem origem não em desastres naturais ou intempéries, mas é oriundo da ação humana em não valorizar esta parcela do patrimônio humano. Neste sentido, a conscientização tomaria parte em uma ação de base para garantir sucesso de qualquer estratégia seguinte.

Então, segundo o mesmo relatório, o Programa passa a perseguir quatro objetivos principais, que são: a) facilitar a preservação do patrimônio documental mundial através das técnicas mais apropriadas; b) possibilitar o acesso aos documentos, sem qualquer discriminação entre os usuários; c) aumentar a consciência mundial para sua existência e importância e d) a promoção do Programa e seus produtos para o maior público possível. (UNESCO, 1995, p. 10)

Esta nova configuração é determinada por uma hipótese básica sustentada pelo Programa, que qualifica alguns documentos a serem preservados para a posteridade. As Diretrizes do Programa explicam que:

O Programa Memória do Mundo se baseia na suposição de que alguns itens, coleções, acervos ou fundos de patrimônio documental formam parte da herança mundial, a semelhança dos lugares de notável valor universal incluídos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Considera-se que sua importância transcende os limites do tempo e da cultura, e que devem ser preservados para as gerações atuais e futuras e serem postos de alguma forma à disposição de todos os povos do mundo. (EDMONDSON, 2002, p. 08, grifos do autor)

O Programa sugere que os documentos devam ser considerados da mesma forma que os demais patrimônios trabalhados em outros programas de preservação e nomeação mantidos pela UNESCO. Com isto, os patrimônios documentais são entendidos no mesmo patamar de importância histórica e cultural que os conjuntos

arquitetônicos e parques naturais preservados em todo o mundo e amplamente divulgados.

No entanto, um detalhe deve ser salientado. Como visto no início deste capítulo, a UNESCO se organiza e estrutura em cinco grandes áreas, que cobrem todos os seus programas e projetos de ação. A área de “Cultura” é responsável por todos os programas de preservação e divulgação do patrimônio mundial, independente de qual ordem ele pertença, das construções arquitetônicas aos bens subaquáticos, por serem entendidos como similares em sua ação cultural.²⁷

A exceção se faz na localização organizacional do Programa Memória do Mundo que, apesar de trabalhar com um tipo de patrimônio cultural e nominá-los, encontra-se subsidiado pela área de “Comunicação e Informação”. Esta situação coloca o Programa Memória do Mundo, juntamente com os patrimônios documentais, em outra escala de importância para a UNESCO.

Podemos considerar que, por se tratarem de documentos, seu pertencimento à área de informação se justifique a fim de oferecer tratamentos mais adequados e dentro de preceitos das Ciências da Informação e da Comunicação. No entanto, não é o que se aplica, por exemplo, aos conjuntos de patrimônio natural, como os parques ecológicos e florestas, que, por sua composição específica, poderiam ficar sob responsabilidade da área “Ciências Naturais” da UNESCO.

Tal situação pode indicar que a proposta para a preservação do patrimônio documental não seja a mesma que compreende os demais patrimônios. Por considerarmos o nome do Programa, seus princípios e objetivos, é perceptível que o valor mais relevante para ele está relacionado à memória dos povos, registrada em documentos por eles produzidos.

Este pode ser um diferencial entre os patrimônios documentais e os demais patrimônios, pois estes segundos, nem sempre, carregam a memória como principal valor, deixando lugar para notáveis belezas e valores turísticos, artísticos e estéticos. Com isso, os objetivos do Programa Memória do Mundo e do patrimônio documental junto aos povos são trabalhados de forma diferenciada dos outros patrimônios, apesar de serem considerados como homogêneos.

²⁷ “Como um dos cinco setores especializados da UNESCO, a nossa missão é promover conhecimentos, padrões e cooperação intelectual, a fim de: proteger, preservar e gerenciar o patrimônio tangível e intangível; promover a diversidade das expressões culturais e o diálogo entre culturas, com vistas a promover uma cultura de paz.” (UNESCO, 2012, s/n, tradução nossa). Trecho extraído da web site oficial da UNESCO: <http://www.unesco.org/new/en/culture/about-us/> acesso em 06/01/2013.

Para perseguir estes novos objetivos propostos pelo Relatório de 1995, foi necessário que o Programa estabelecesse um novo sistema de ação que englobasse a conscientização e a divulgação, entre outros resultados. Foi, então, estabelecida a criação do Registro Memória do Mundo, como uma forma de reconhecimento e afirmação da necessidade de preservação, garantia de acesso, concomitante ao trabalho de conscientização e divulgação do Programa.

Este Registro consiste na nomeação de determinados documentos, individuais ou em conjunto, de considerável importância para a cultura e a memória local ou global, com o título de Patrimônio Documental, declarado pela UNESCO, através do referido Programa. Investir este título a um bem documental significa dizer que aqueles documentos merecem e devem ser preservados e acessíveis.

Para a criação deste Registro, o Programa “Recomenda que o Registro ‘Memória do Mundo’ de patrimônios documentais seja criado nos níveis Nacional e Internacional. Registros Regionais também poderão ser criados. O Conselho Consultivo Internacional garantirá a cooperação entre os vários níveis do Registro.” (UNESCO, 1995, p. 11, tradução nossa).

Desta forma, as listas de patrimônios documentais estabelecidos pelo Programa recebem três diferentes formas de registros, de acordo com o nível ao qual os documentos se propõem. Esse sistema define que o título de patrimônio documental, de acordo com o Programa, está sujeito a ser conferido em três diferentes níveis, cada qual de acordo com a relevância que lhe caiba. No entanto, todos eles demonstram importância similar para o Programa: “Existem três tipos de registros: *internacionais*, *regionais* e *nacionais*. Todos os registros contêm materiais de **importância mundial** e um dado item pode aparecer em mais de um registro.” (EDMONDSON, 2002, p. 23, grifos do autor).

Seria dizer que um dado documento nominado como patrimônio documental com o nível nacional, de algum país específico, é entendido como de importância para aquela nação, especificamente, e para a humanidade, em sentido geral. Os conjuntos documentais nominados passam a integrar a lista do patrimônio documental do Programa Memória do Mundo, e sua divulgação e preservação passam a ser prioridade.

A nomeação acontece através de análises realizadas pelos grupos oficialmente determinados para atender a esta tarefa, em cada um dos níveis. Todos subordinados aos princípios do Programa Memória do Mundo e ao Comitê

Consultivo Internacional. Esta estrutura organizacional é estabelecida pelo Programa através de suas Diretrizes oficiais.

Para entender o funcionamento de cada um dos registros, recorreremos a estas Diretrizes. Sobre o registro internacional, ela nos diz:

O registro *internacional* lista todo o patrimônio documental que cumpra os critérios de seleção, cuja inscrição foi aprovada pelo CCI e ratificada pelo Diretor Geral da UNESCO. A lista será atualizada e publicada pela Secretaria com o título de Registro *do Memória do Mundo*. (No presente documento, este título sempre se refere ao registro *internacional*). O registro será um documento importante em si mesmo e uma fonte de inspiração para que os países e as regiões identifiquem, cataloguem e preservem seu patrimônio documental. A inclusão na lista dará um prestígio considerável e será uma oportunidade para atingir os objetivos do Programa. (EDMONDSON, 2002, p, 23, grifos do autor)

Neste caso, o corpo determinado para a tarefa de conferência do título ao conjunto documental é o Conselho Consultivo Internacional, e somente ele poderá incluir itens na lista mundial do patrimônio documental. Sua subordinação está diretamente ligada à UNESCO, sendo que ele também tem o status de órgão máximo do Programa. O CCI é composto por 14 membros, designados diretamente pelo Diretor Geral da UNESCO, com base em méritos e competências em ações de proteção ao patrimônio documental. Além da nomeação dos títulos de patrimônio documental mundial, cabe ao CCI a supervisão das políticas e estratégias de ação do Programa Memória do Mundo, em todos os seus aspectos, a fim de garantir o seu bom funcionamento e desenvolvimento (EDMONDSON, 2002, p. 32).

Quanto ao registro regional de patrimônios documentais, configura-se da seguinte maneira:

Os registros *regionais* abrangerão o patrimônio documental cuja inscrição foi aprovada pelos comitês regionais do *Memória do Mundo* correspondentes. Cada comitê regional atualizará e publicará a lista com o título de *O Registro da Memória do Mundo de (região)*. Os registros regionais podem ser de vários tipos: por exemplo, podem ser uma forma de cooperação entre registros nacionais, ou podem incluir o patrimônio documental de índole regional que não aparece nos registros nacionais. Podem oferecer oportunidade às minorias e as subculturas de estarem representadas adequadamente. (EDMONDSON, 2002, p. 23, grifos do autor)

De competência dos comitês regionais do Programa, estes registros representam a listagem dos conjuntos documentais de interesse para uma região do mundo, composta por um conjunto de países que compartilhem de um mesmo passado ou uma mesma cultura. A composição deste patrimônio documental regional, em geral, é conteúdo que extrapole as fronteiras políticas atuais e

compreenda a história ou a cultura de dois ou mais países, concomitantemente, sendo de interesse de todas as nações envolvidas.

Quanto ao comitê regional, este é construído a partir da união de dois ou mais países em busca dos objetivos do Programa. Seu objetivo é tratar de questões que não alcançam as possibilidades do CCI, por serem questões regionalizadas, mais específicas. Sua composição pode ser feita através de representação de integrantes dos comitês nacionais do Programa ou de representantes dos Escritórios Regionais da UNESCO, que passará a atuar também como representantes do Programa.

Suas funções, além de conceder a nomeação de registro regional do Programa, são servir como um braço do CCI em sua respectiva região, servir de ponto de apoio para os países que integram a região, estimular a participação dos países nas seleções de nomeação, procurar destacar minorias desfavorecidas que, por qualquer motivo, não alcançariam a titulação Internacional, entre outras eventuais necessidades (EDMONDSON, 2002, p. 36).

De acordo com a web site oficial do Programa²⁸, atualmente a estrutura do Programa Memória do Mundo conta com três comitês regionais, que são da Ásia e Pacífico (MOWCAP), América Latina e Caribe (MOWLAC) e o de atividade mais recente, África (MOWÁfrica). Estes comitês se organizaram tomando por base sua distribuição geográfica e também por partilharem de construções históricas com considerável proximidade. Desta forma, a identificação de documentos candidatos ao título de patrimônio documental regional é facilitada, por disporem de passados comuns. Os registros realizados pelo comitê regional da América Latina e Caribe, por exemplo, recebem o título de Registro da Memória do Mundo de América Latina e Caribe (MOWLAC).

Quanto aos registros nacionais, se caracterizam da seguinte maneira:

Os registros *nacionais* compreendem o patrimônio documental da nação cuja inscrição foi aprovada pelo comitê nacional do *Memória do Mundo* ou, em sua ausência, pela Comissão Nacional da UNESCO correspondente. Eles contribuirão para conscientizar os governos e as instituições sobre o patrimônio documental total que encontra-se em poder de organizações de vários tipos e de indivíduos, sobre a necessidade de aplicar estratégias coordenadas para garantir a proteção do patrimônio nacional que esteja em perigo. A lista será atualizada e publicada por um destes dois organismos com o título de *Registro de Memória do Mundo de (país)*. (EDMONDSON, 2002, p. 23, grifos do autor)

²⁸ <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/flagship-project-activities/memory-of-the-world/about-the-programme/regional-memory-of-the-world-committees/>

Os registros nacionais buscam, desta maneira, estimular e valorizar a preservação do patrimônio documental da nação através da nomeação e inscrição na lista do patrimônio documental. Conseqüentemente, recebem a confirmação de importância pelo nome da UNESCO. A nomeação nacional tem por objetivo concentrar a operação do Programa em territórios restritos, o que facilita a identificação e valoração das diferentes culturas de menor escala, que dificilmente seriam observadas aos níveis regional e internacional.

A valorização do passado, da história e da cultura do país é a proposta do registro nacional, e para isso, a estrutura do Programa conta com os comitês nacionais como braços de extensão em cada país. Os comitês são vinculados ao CCI e ao comitê regional, quando este existir.

Além do registro, os comitês nacionais ainda atuam no país como auxiliar da Comissão Nacional para a UNESCO, e o relacionamento entre estas duas organizações é um requisito. Os comitês são organizações autônomas, apesar de manter vínculos diretos com o Programa e com a UNESCO. Sua organização interna será estabelecida pelo próprio país, bem como seu mandato e sua constituição. Contribuir para a conscientização geral sobre a importância na preservação do patrimônio documental nacional é uma função deste comitê e a realização de nomeações no registro Memória do Mundo não é uma obrigação, mas é esperado que isso seja realizado tão logo o comitê detenha condições para tanto (EDMONDSON, 2002, p. 35-36)

Para que sejam realizadas as nomeações, em qualquer nível, é necessário que a instituição ou indivíduo que detenha a guarda do item ou conjunto documental faça uma inscrição para a seleção por parte do comitê correspondente. O CCI reúne-se a cada dois anos, quando realiza as análises das propostas inscritas e, então, realiza a nomeação dos patrimônios documentais que receberão a certificação mundial. Os comitês regionais e nacionais funcionam de acordo com suas próprias políticas, não sendo necessário acompanhar a mesma periodicidade do CCI.

As inscrições são permitidas a aqueles itens e conjuntos que se enquadrem entre o conceito de patrimônio documental estabelecido pelo Programa, para manter organizado um recorte próprio e não tomar parte de bens que sejam direcionados a outros programas da UNESCO.

Num primeiro momento, o Programa trabalha com o estabelecimento do que é entendido como parte da Memória do Mundo, aos seus olhos. As Diretrizes determinam que, para o Programa “A *Memória do Mundo* abrange o ‘**patrimônio documental**’ da humanidade. Um documento é aquilo que ‘documenta’ ou ‘registra’ algo com um propósito intelectual deliberado.” (EDMONDSON, 2002, p. 10, grifos do autor).

O primeiro recorte estabelecido diz respeito à qualidade de documento que se espera para o Programa. Eles entendem os documentos enquanto produtos deliberados da ação do homem, logo, enquanto produtos oriundos da cultura do homem. Decorrente disso, como já visto anteriormente neste mesmo trabalho, a prática documental entre as culturas é variável, o que confirma a condição cultural do documento entre as diversas sociedades, ao mesmo tempo em que dificulta a participação paritária entre todas as culturas.

A partir deste entendimento, no segundo momento, estabelece-se o quê, dentro do vasto universo documental, é de interesse para o Programa. As Diretrizes determinam em seu item 2.6.2:

Para os propósitos do *Programa Memória do Mundo*, a definição de **patrimônio documental** compreende elementos que são:

- Móveis
- Feitos de símbolos/códigos, sons e/ou imagens
- Preserváveis (os suportes são elementos inertes)
- Reproduzíveis e transladáveis
- O fruto de um processo de documentação deliberado (EDMONDSON, 2002, p. 11, grifos do autor)

Com estas considerações, obtém-se um recorte ainda maior quanto ao que pode ser inscrito no patrimônio documental mundial através do Programa. Não é qualquer coisa que pode assumir a forma de um patrimônio documental, sendo que este documento deve atender a estes critérios estabelecidos pelo CCI.

Cada um destes critérios é responsável por estabelecer os limites que diferenciam um patrimônio documental de outras apresentações patrimoniais, como as construções ou os parques ecológicos, por exemplo. Ao determinar que o patrimônio documental deva ser móvel, ele estabelece que coisas fixas, por mais que sejam registro ou documentem algum acontecimento, não são de competência do Programa Memória do Mundo.

O caso de se comporem de símbolos, sons e/ou imagens, serem preserváveis e reproduzíveis, são características que dizem respeito à apresentação de um documento. Estes critérios excluem do Programa qualquer coisa que não seja

inscrita ou gravada de alguma forma, como folhas em branco, por exemplo; não são possíveis de preservar, como coisas perecíveis, mesmo que inscritas; e também aqueles objetos que não são reproduzíveis, como determinados objetos ou criaturas da natureza, por exemplo.

Estas determinações estabelecem os limites para a compreensão do documento em sentido menos amplo que o oferecido por teóricos da área de documentação, como visto em capítulo anterior. O Programa estabelece as limitações quanto a essa situação ao declarar que, para sua ação, o documento é constituído por duas partes: conteúdo informativo e um suporte durável, no qual o conteúdo é inscrito.

- Itens textuais tais como manuscritos, livros, jornais, cartazes, etc. O conteúdo textual pode ter sido inscrito a tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, cortiça, pano, pedra, etc.
- Do mesmo modo, itens não textuais como desenhos, gravuras, mapas ou partituras.
- Itens audiovisuais, como filmes, discos fitas e fotografias, gravados de forma analógica ou digital, por meios mecânicos, eletrônicos, ou outros consistindo de um suporte material com uma camada para armazenar informação onde se designa o conteúdo.
- Documentos virtuais, tais como os sítios de Internet, são armazenados em servidores: o suporte pode ser um disco rígido ou uma fita e os dados eletrônicos são o conteúdo. (EDMONDSON, 2002, p. 11)

Ainda como forma de delimitação de seu campo de ação, o Programa determina que os documentos, pela sua visão, são sempre produzidos por uma intenção deliberada do homem. Esta condição descarta a possibilidade de se trabalhar com registros realizados pela natureza, como marcas em pedras, madeira ou em qualquer outro suporte, que não tenham sido produzidos pela cultura humana.

Estes parâmetros estabelecidos pelo Programa auxiliam na delimitação de seu campo de ação, garantindo que não haverá a transposição de limites entre o Programa Memória do Mundo e demais programas em execução pela UNESCO.

No entanto, mesmo com estas delimitações bem traçadas, o Programa não descarta a possibilidade de casos específicos onde o conceito de patrimônio documental por ele estabelecido deva ser interpretado ou repensado. Nestes casos específicos de dúvida, a decisão caberá exclusivamente ao CCI, que buscará compreender a função primeira do objeto, se efetivamente corresponde aos preceitos do Programa. “Por exemplo: quando uma pintura é patrimônio documental

e quando não o é? A finalidade primeira do quadro era documental, ou fundamentalmente a de expressar a subjetividade do artista?” (EDMONDSON, 2002, p. 12). Casos desta ordem serão exceções, mas sua ocorrência deve ser considerada.

Os documentos que se encaixem nestes parâmetros estabelecidos estão em condições de serem submetidos como propostas para inclusão entre os registros, em qualquer dos níveis. A proposta é sempre submetida ao comitê responsável pelo nível ao qual se inscreve (nacional, regional ou internacional), e a sua nomeação e inclusão na listagem do patrimônio documental está sujeita a provação do comitê, a partir de critérios de seleção, estabelecidos pelo Programa.

Estes critérios de seleção foram estabelecidos na segunda reunião do CCI, realizada em 1995, juntamente com a criação do Registro do Memória do Mundo e eles tem por objetivo parametrizar a análise dos candidatos ao registro, por ser considerada esta análise facilmente subjetivada. Por se tratar de considerações sobre valores dos documentos, tais questões estão suscetíveis a considerações parciais por parte dos analistas. Por mais especializados e íntegros que sejam os integrantes dos comitês, aquilo que se mostra valoroso para uma pessoa pode não ser tão considerável para outra.

Neste sentido, os critérios são utilizados como parâmetros para considerar os documentos propostos a receber a nomeação do Programa. Sua análise, de acordo com as Diretrizes do Programa, deve ser realizada com base na comparação entre todos os documentos inscritos para a seleção e também em comparação aos documentos já listados no registro.

A avaliação é comparativa e relativa. Não se pode medir em termos absolutos a importância cultural. Por conseqüência, não existe um ponto fixo que determine quando um elemento do patrimônio cultural merece ser incluído em um registro. A seleção para a inscrição em um registro dependerá, pois, da avaliação do elemento do patrimônio documental por seu mérito próprio em relação aos critérios de seleção, presentes nas orientações gerais destas *Diretrizes*, e no contexto dos demais elementos já incluídos ou rejeitados. (EDMONDSON, 2002, p. 24, grifos do autor)

Estes critérios, estabelecidos na segunda reunião do CCI, passaram por algumas adequações ao longo do tempo²⁹. Quando de sua criação, a lista de critérios era composta por sete critérios principais e dois critérios secundários,

²⁹ Eles foram criados em 1995, na segunda reunião do CCI, e listados no Relatório Final do encontro. Neste trabalho é utilizada como base a publicação mais recente das Diretrizes para Salvaguarda do Patrimônio Documental, de 2002.

utilizados para complementar as análises que não se encerrassem somente com a aplicação dos critérios principais.

Os critérios principais apresentados pelo Relatório da segunda reunião, em 1995, eram: Critério 1 – Influência; Critério 2 – Tempo; Critério 3 – Lugar; Critério 4 – Pessoas; Critério 5 – Assunto/Tema; Critério 6 – Forma e Estilo; Critério 7 – Valor Social e Cultural. Quanto aos critérios secundários, eram: 1 – Integridade; e 2 – Raridade³⁰ (UNESCO, 1995, p. 5-6, tradução nossa).

As adequações que ocorreram nos próximos sete anos são mais para o efeito de reordenamento dos critérios do que mudança daquilo que será analisado pelos comitês. Alguns critérios foram incluídos e a ordem da análise foi organizada de outra forma.

Atualmente, os critérios estipulados pelo CCI, para a inclusão de itens na lista do patrimônio documental do Programa Memória do Mundo são assim configurados. Em primeiro lugar, o que deve ser considerado diz respeito à prova mínima do documento original:

“Autenticidade. É o que parece ser? Determinou-se fidedignamente sua identidade e sua procedência? Cópias, réplicas, falsificações, documentos falsos ou brincadeiras, com as melhores intenções, podem ser confundidos com documentos autênticos.” (EDMONDSON, 2002, p. 24, grifo do autor). É imprescindível que o documento a ser incorporado ao Programa seja autêntico, de acordo com sua origem.

Em segundo lugar, a análise deve observar a importância mundial do documento, quer dizer, se sua preservação é relevante para a história da humanidade.

Único e Insubstituível, algo cuja desaparecimento ou deterioração constituiria um empobrecimento prejudicial para o patrimônio da humanidade. Deve ter possuído uma grande importância ao longo de um período de tempo e/ou em uma zona cultural específica do mundo. Pode ser representativo de um gênero mas não deve existir outro idêntico. Deve ter exercido uma grande influência – positiva ou negativa – no curso da história. (EDMONDSON, 2002, p. 24, grifo do autor).

A terceira fase de análise estabelecida pelo Programa determina um conjunto de cinco critérios a serem analisados de modo comparativo entre os itens inscritos

³⁰ Não vamos nos estender em cada um destes critérios de 1995 por considerar que todos os acervos analisados neste trabalho passaram por seleção com base nos critérios de 2002, que tomam maior relevância aqui.

para a seleção e também em relação a aqueles que já obtêm a nomeação. Os cinco critérios são Tempo, Lugar, Pessoas, Assunto e Tema, Forma e Estilo (EDMONDSON, 2002, p. 25) e são assim definidos:

O critério tempo diz respeito tanto à idade do documento como também ao período em que ele foi produzido. A análise deve levar em consideração a representação temporal e a condição do documento na duração.

Critério 1 – Tempo: A idade, em termos absolutos, não converte um documento em importante, mas cada documento é um produto de seu tempo. Alguns documentos evocam especialmente sua época, que pode ter sido de crise, ou de mudança social ou cultural significativa. Um documento pode representar um novo descobrimento ou ser o 'primeiro de seu tipo'.

O critério lugar destaca a relevância do documento em seu contexto de produção, o local onde foi produzido ou ao qual ele diz respeito. Do mesmo modo que o documento é produzido em um determinado tempo, ele também é produzido em um determinado lugar, e detém condições de representação disto.

Critério 2 – Lugar: O lugar de criação é um atributo chave de importância. Pode conter informação fundamental sobre uma localidade importante na história e na cultura mundial, ou a própria localização pode ter exercido uma influência decisiva nos acontecimentos ou fenômenos representados pelo documento. Pode descrever entornos físicos, cidades ou instituições desaparecidas desde então.

O critério pessoas é utilizado para extrair do candidato à nomeação a sua representação da ação das pessoas em seu tempo e espaço. As atividades dos homens e mulheres ao longo da história são suscetíveis ao registro em documento de qualquer ordem.

Critério 3 – Pessoas: O contexto social e cultural de sua criação pode refletir aspectos significativos do comportamento humano, ou circunstâncias sociais, industriais, artísticas ou políticas. Pode captar a essência de grandes movimentos, transições, avanços ou regressões. Pode mostrar impactos de indivíduos ou grupos chave.

O critério assunto e tema representa sobre o que o documento fala, do mesmo modo, este critério pode ser utilizado para compreender a que área do conhecimento humano aquele documento pode atender com sua preservação.

“Critério 4 – Assunto e Tema: O assunto pode referir-se a fatos históricos específicos ou desenvolvimentos intelectuais relacionados com as ciências naturais, sociais e humanas, a política, a ideologia, o esporte e a arte.”

O 5º critério, forma e estilo, diz respeito aos elementos externos do documento, como sua apresentação material e gráfica, entre outros detalhes que compõem o documento.

Crítério 5 – Forma e Estilo: O elemento pode possuir um notável valor estético, estilístico ou lingüístico, ser um exemplar típico ou chave de um tipo de apresentação, costume ou meio, ou de um suporte ou formato desaparecido ou em vias de desaparecimento.

A partir da análise destes cinco critérios, existe a última etapa de seleção dos documentos, de caráter complementar às análises anteriores. Esta última fase é composta por quatro critérios que também serão levados em conta.

Raridade, integridade, ameaça e plano de gestão compõem este quarto conjunto de critérios seletivos para o Programa Memória do Mundo. Estes se definem desta forma:

Raridade: Sua natureza material ou seu conteúdo o tornam um raro exemplar sobrevivente de sua categoria ou sua época?

Integridade: Dentro das limitações físicas naturais que caracterizam a sobrevivência do suporte: está conservado completa ou parcialmente? Foi alterado ou danificado?

Ameaça: Sua sobrevivência está em risco? Caso esteja seguro, é necessário se velar para que assim permaneça?

Plano de gestão: Existe um plano adequado à importância do patrimônio documental, com estratégias adequadas para preservá-lo e proporcionar acesso a ele? (EDMONDSEN, 2002, p. 25-26, grifos do autor)

Todos estes critérios foram desenvolvidos pelo Comitê Consultivo Internacional do Memória do Mundo e dizem respeito ao processo seletivo dedicado aos documentos que se propõem ao título internacional do Programa. Deste modo, é esperado que o rigor e a configuração destes critérios sejam condizentes com o maior nível do Programa e corresponda à importância mundial de um dado documento.

Apesar de estes serem internacionais, o Programa recomenda que os critérios estipulados também sejam utilizados para as seleções dos demais níveis, regional e nacional, considerando devidas modificações e adequações para a realidade de cada comitê.

A inclusão de um documento ou conjunto documental na lista do patrimônio documental do Programa confere ao conjunto nominado, através da instituição que detém sua custódia, o direito de fazer uso da logomarca do Programa Memória do Mundo e utilizá-la em atividades e ações que digam respeito ao conjunto nominado.

O uso da logomarca e a nomeação não investem à UNESCO e ao Programa Memória do Mundo a obrigação de oferecer incentivos financeiros de qualquer ordem às instituições de custódia dos documentos nominados, mesmo que para uso exclusivo na manutenção preventiva ou projetos de acessibilidade ao patrimônio.

Entretanto, o Programa e a UNESCO podem servir como intermédio em projetos de captação de recursos apresentados a instituições de fomento e financiamento terceiras, através do uso da logomarca do Programa, que confere a validade certificada da recomendação de preservação oferecida pela UNESCO para aquele patrimônio.

Apesar de cobrar a preservação e disseminação dos conjuntos nominados como patrimônio, o Programa não investe recursos econômicos para projetos. A nomeação, neste sentido, toma uma proporção simbólica, para conferir destaque e importância aos conjuntos documentais que merecem ser preservados.

O selo conferido pelo Programa é uma garantia de sua relevância para a história local, regional e mundial, e servirá como chamariz de atenção por parte dos poderes públicos e demais organizações, para que se desenvolvam ações conjuntas para a preservação e disseminação daquilo que é entendido como uma herança para todos.

3.1 A ação do Programa Memória do Mundo no Brasil

O Brasil participa ativamente do Programa Memória do Mundo a partir de seu comitê nacional, que desenvolve as ações pretendidas pelo Programa para o nível nacional. O Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo foi criado junto à estrutura do Ministério da Cultura, no Governo Federal, através da Portaria Nº 259, de 02 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União, edição nº 172, de 06 de setembro de 2004, e regulamentada pela Portaria Nº 61, de 31 de outubro de 2007.

O Comitê Nacional do Brasil tem a característica de atuar como um braço do Programa Memória do Mundo e do Comitê Consultivo Internacional na esfera nacional brasileira, e é parte integrante do Comitê Regional da América Latina e Caribe desde a sua criação. Ele tem o objetivo de representar as propostas e interesses do Programa junto à realidade brasileira e promover a preservação e acesso ao patrimônio documental nacional. O artigo 2º da Portaria 259 determina:

O Comitê tem por objetivo assegurar a preservação das coleções documentais de importância mundial, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar seu acesso e criar a consciência sobre sua importância e a necessidade de preservá-lo. (BRASIL, 2004)

Vemos espelhado no Comitê Nacional os objetivos principais do Programa Memória do Mundo, em dedicar atenção à preservação e ao acesso dos documentos de interesse coletivo para a história e cultura, bem como promover a conscientização e divulgação da importância destes patrimônios. Para isso, o Comitê Nacional foi estruturado de modo que desse conta de atender a estes pressupostos investidos sob sua responsabilidade.

As atribuições conferidas ao Comitê estão em consonância com o que é pretendido pelo Programa, através de suas Diretrizes, com relação aos princípios básicos, como já vistos, além de atuar de modo integrado com o Comitê Regional da América Latina e Caribe, com o CCI, e também com as instituições de custódia no território brasileiro. Ainda, cabe ao Comitê Nacional a apresentação de propostas de documentos ou conjuntos documentais brasileiros para a candidatura de nomeações tanto ao nível Regional (MOWLAC) como ao nível mundial.

São de responsabilidade do Comitê Nacional a organização e realização dos processos seletivos de conjuntos documentais a receber a nomeação do Programa, e integrar a lista do patrimônio documental, sob o nome de Registro Memória do Mundo do Brasil. Esta é uma das atribuições que correspondem às ações de conscientização e divulgação da importância de preservação do patrimônio documental nacional.

Para que atenda a todos os seus objetivos e atribuições, o Comitê é formado por uma selecionada equipe de profissionais, oriundos das principais instituições culturais e de custódia do país, bem como de profissionais e estudiosos que se destacam na tarefa de proteção ao patrimônio documental e desenvolvimento acadêmico e científico para a área. A Portaria que deu origem ao Comitê Nacional determina sua constituição da seguinte forma:

Art. 4º Da Composição

I – A composição do Comitê estará limitada a 17 (dezesete) membros.

II – O Comitê Nacional do Brasil será formado pela representante do Brasil no Comitê Regional da América Latina e Caribe e pelas instituições e segmentos seguintes:

1. Arquivo Nacional
2. Comissão Nacional da UNESCO – IBECC/MRE
3. Conselho Nacional de Arquivo – CONARQ
4. Fundação Biblioteca Nacional
5. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
6. Ministério da Cultura
7. Arquivos Audiovisuais
8. Arquivos Eclesiásticos

- 9. Arquivos Militares
 - 10. Arquivos Municipais/Estaduais
 - 11. Arquivos Privados
 - 12. Associações de Ensino e Pesquisa
- III – O Comitê será integrado, ainda, de dois membros especialistas de renomado conhecimento, que serão convidados por sua atuação na área de preservação do Patrimônio Documental Brasileiro. (BRASIL, 2004)

A formação do Comitê Nacional estabelece a participação de profissionais que representem as mais importantes instituições nacionais de cultura e custódia documental e também representantes especialistas nos segmentos mais significativos da área de documentação, além da participação de renomados profissionais, mesmo que não associados a qualquer destas áreas previstas pela portaria.

É notável a volumosa presença de instituições e de segmentos direcionados ao trabalho aos arquivos, o que pode demonstrar um destaque em relação aos interesses direcionados aos conjuntos bibliográficos.

O mandato do Comitê tem a duração de dois anos, renováveis pelo mesmo período, por apenas uma vez. As vagas no Comitê serão ocupadas pelos representantes das instituições ou segmentos correspondentes. Os representantes serão indicados diretamente pela instituição ou segmento, ao Ministério da Cultura, que se encarregará de investir o cargo (BRASIL, 2007)

Apesar de sua criação ser oficializada em 2004, o Comitê Nacional deu início às atividades de registro de conjuntos documentais a partir do ano de 2007, com a regulamentação da portaria criadora. Deste modo, a partir do ano 2007, o Comitê Nacional determinou a abertura de processos seletivos de documentos e conjuntos documentais brasileiros para concorrência à nomeação do Programa. Os processos acontecem anualmente, quando é divulgado um edital de abertura de inscrições para aquelas instituições que desejam propor documentos que custodiam.

É determinado nos editais de seleção³¹ que o Comitê Nacional do Brasil dá abertura para a aprovação junto ao Programa, anualmente, da quantidade de zero até dez nomeações de itens ou conjuntos documentais, sendo que à inscrição para participar do processo não é estabelecido um limite. O Comitê se reserva ao direito de não aprovar nenhum conjunto documental proposto em um edital, caso as propostas não atendam aos requisitos mínimos estabelecidos.

³¹ Utilizamos neste trabalho os editais de seleção publicados para os anos de 2010 e 2012, por estarem disponíveis ao acesso via internet, através da web site do Arquivo Nacional.

A seleção é realizada pelos membros efetivos do Comitê, com a possibilidade de incorporação de membros *ad hoc* nos casos em que a quantidade de inscritos exceder as condições de análise do Comitê efetivo. Neste caso, os membros temporários seguirão os mesmos modos de trabalho utilizado pelo Comitê efetivo.

Do mesmo modo que ocorre com os demais níveis do Programa Memória do Mundo, o Comitê Nacional do Brasil utiliza como base para as análises de seleção os critérios estabelecidos pelo CCI, para a candidatura internacional. Mas, como também é previsto pelo CCI, adequações são realizadas para a aplicação de tais critérios de modo condizente com a realidade do país.

De modo geral, não são encontradas grandes diferenças entre os critérios estabelecidos pelo CCI, já vistos anteriormente, e os delimitados pelo Comitê Nacional. Os critérios de seleção aplicados pelo Comitê Nacional são seis, e estão assim definidos:

I – Autenticidade do documento ou conjunto documental, de natureza arquivística ou bibliográfica, o que significa que sua fidedignidade e procedência são atestáveis;

II – Unicidade e singularidade do documento ou conjunto documental, de natureza arquivística ou bibliográfica, não se qualificando para nomeação documentos ou conjuntos documentais que, embora relevantes e autênticos, traduzam atividades rotineiras de uma instituição pública, o que indicaria a existência de documentação semelhante em acervos congêneres;

III – Relevância do documento ou conjunto documental, de natureza arquivística ou bibliográfica, para a história, a cultura e a sociedade do Brasil, levando-se em conta o lugar, pessoas e atores envolvidos em sua geração, o(s) assunto(s) ou tema(s) tratado(s), assim como a sua forma e estilo;

IV – Organicidade do conjunto documental de **natureza arquivística**, de acordo com item 2 – *Do Tema*,³²

V – Acessibilidade do documento ou conjunto documental ao público, ressalvadas as limitações que visem à sua preservação e segurança;

VI – Integridade do documento ou conjunto documental, de natureza arquivística ou bibliográfica. (UNESCO, 2010, p. 07)

É possível notar que para o estabelecimento destes critérios utilizados pelo Comitê Nacional foram utilizados por base os critérios apresentados pelo CCI, com a aplicação de algumas reordenações. Aparentemente, os critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional excluem alguns critérios do CCI, como critério Tempo, elencado na

³² “Item 2 – Do Tema: (...) As candidaturas de conjuntos de documentos de natureza arquivística devem respeitar os limites de fundo ou coleção a que se referem, de maneira em que a sua formação orgânica e integridade sejam identificáveis. No caso de candidaturas apresentadas em grupo, estes requisitos serão relevantes tomando-se em consideração as partes documentais constitutivas do conjunto documental proposto.” (UNESCO, 2010, p. 05)

terceira esfera dos critérios internacionais, e também os critérios Raridade, Ameaça e Plano de Gestão, incluídos na última parte dos itens internacionais.

Da mesma forma, o Comitê Nacional se reservou ao direito de incluir um novo critério de seleção, não apresentado na lista internacional do CCI. O critério IV do edital brasileiro, Organicidade do conjunto documental de natureza arquivística, não é previsto nas Diretrizes elaboradas pelo CCI para o registro junto ao Programa.

Esta inclusão é considerável, por delimitar a composição de fundos documentais arquivísticos dentro dos preceitos estabelecidos pela Arquivologia, tendo a proveniência e organicidade como princípios básicos para a concepção de um fundo arquivístico.

Desta forma, com as condições estabelecidas, o Comitê se dedicou, entre os anos de 2007 e 2010, a quatro editais de seleção³³, que originaram uma lista de patrimônios documentais com 38 nomeações, assim distribuídas: 2007, 10 nomeações; 2008, 10 nomeações; 2009, 10 nomeações; 2010, 8 nomeações.

Um fato que se destaca neste contexto de nomeações é a quantidade de conjuntos documentais de pessoas físicas, arquivos pessoais, na lista de patrimônios produzida. Das 38 candidaturas incluídas na lista do patrimônio documental, 12 delas foram entregues a arquivos pessoais custodiados por instituições variadas.

Trata-se de uma quantidade expressiva, ao considerarmos que 1/3 dos Registros Memória do Mundo do Brasil, nominados dentro do período estabelecido, referem-se aos espólios documentais de pessoas físicas, que acumularam registros de suas atividades ao longo da vida e, não necessariamente após sua morte, foram eternizadas através de seus arquivos, agora sob custódia de alguma instituição que mostrou interesse.

Os arquivos pessoais registrados são:

1. Arquivo Getúlio Vargas, sob custódia do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC-FGV, registrado em 2007;
2. Arquivo Guimarães Rosa, sob custódia do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB-USP, registrado em 2007;

³³ Foram realizados editais de seleção anualmente entre os anos de 2007 e 2012, no entanto, a proposta deste trabalho restringe a apreciação das candidaturas aprovadas nos editais de 2007, 2008, 2009 e 2010.

3. Arquivo Oswaldo Cruz, sob custódia da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz – COC/FIOCRUZ, registrado em 2007;
4. Arquivo Machado de Assis, sob custódia da Academia Brasileira de Letras – ABL, registrado em 2007
5. Fundo Carlos Chagas, sob custódia da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, registrado em 2008;
6. Arquivo Oscar Niemeyer, sob custódia da Fundação Oscar Niemeyer, registrado em 2008;
7. Arquivo Joaquim Nabuco, sob custódia da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ, registrado em 2008;
8. Manuscritos Musicais de Carlos Gomes, sob custódia da Fundação Biblioteca Nacional – FBN, registrado em 2009;
9. Fundo Florestan Fernandes, sob custódia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, registrado em 2009;
10. Acervo Jesco Von Puttkamer, sob custódia do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia da Universidade Católica de Goiás – IGPA/UCG, registrado em 2009;
11. Diários das Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo Mundo, sob custódia do Museu Imperial, registrado em 2010;
12. Arquivo Tamandaré – Uma janela para o Estado Imperial Brasileiro, sob custódia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil - DPHDM, registrado em 2010.

A inclusão destes conjuntos documentais na lista do patrimônio documental do Brasil estabelece que estes arquivos pessoais são responsáveis por preservar um conteúdo relevante para a memória e a história social, cultural ou científica do país, como é esperado de qualquer documento incluído nestes registros.

É sustentado tanto pelo CCI como pelo Comitê Nacional do Brasil, que o Programa Memória do Mundo tem por objetivo, através de criteriosos métodos, recomendar a preservação daqueles itens e conjuntos documentais que sejam de maior relevância para a história e memória da comunidade a qual se refere, desde a nacional até a mundial. Ao incluirmos nestas recomendações, aqui materializadas através do Registro Memória do Mundo, arquivos de pessoas físicas, independentemente de quem a pessoa seja, estamos investindo aos seus

documentos, conseqüentemente à pessoa, um lugar de extrema importância no contexto histórico daquela comunidade.

Esta situação pode nos mostrar, definitivamente, a relevância dos arquivos pessoais para a memória coletiva de um grupo social, na contramão de pensamentos que sugeriram serem os arquivos pessoais referentes exclusivamente a uma pessoa. A presença de arquivos pessoais nestes registros eleva, simbolicamente, a condição destes conjuntos de papéis pessoais ao status de patrimônio, projetando-se entre aqueles bens culturais de maior preciosidade para a cultura e grupo social a que pertencem.

Justamente por esta nova configuração cria-se a importância em se questionar de que forma um arquivo pessoal tem condições de ocupar espaço entre este seleto grupo de bens culturais. A relevância de um patrimônio documental para a nação a que ele pertence é muito considerável, por ser ele um dos elementos que definirão, junto com os outros patrimônios, a representação da memória e da identidade de um povo. Incluir um arquivo pessoal entre os patrimônios documentais nacionais é indicar que aquela pessoa é representante da memória e da identidade nacional? Ou seria o caso de pensarmos que aquela pessoa é parte da memória e da identidade nacional? Podemos pensar, também, em um caso de homenagem a um personagem ilustre.

Por levarmos em consideração que este Registro Memória do Mundo é integrado por acervos ou peças documentais que passaram por avaliação criteriosa de especialistas que o julgaram “qualificados” a receber o título de Patrimônio Documental e a integrar a Memória do Mundo, nos leva a crer que esta memória da humanidade, proposta pela UNESCO, corresponde a uma construção intencional da memória coletiva. Por consequência, devemos considerar que, desta forma, as memórias das nações passam por avaliações ordinárias, que dirão se se constitui, ou não, representante da identidade e da memória do grupo correspondente.

É referente a essa condição avaliativa que Silvia Quinteiro diz, a respeito do Programa Memória do Mundo:

Guardar uma memória do mundo é um ato consciente de preservação da memória, não é uma manifestação espontânea e natural, mas sim um ato artificial e racionalmente organizado, através do qual se arquiva aquilo que se deseja que outros possam recuperar no futuro. Logo, a criação de uma memória do mundo não corresponde a uma compilação daquilo que não é possível esquecer,

sendo, isso sim, a súmula daquilo que não se quer (deixa) esquecer.
(QUINTEIRO, 2006, p.8)

Por conta destas situações apresentadas, buscamos explorar de que forma um arquivo pessoal pode ser considerado parte do patrimônio documental de uma nação, neste caso, parte da Memória do Mundo do Brasil, e o que  que os justifica enquanto tal.

3.2 Os conjuntos documentais nominados

Com base nos elementos apresentados, o Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo estabelece a distribuição de nomeiaes entre os conjuntos candidatos. As candidaturas são apresentadas pelas próprias instituições detentoras e responsáveis pela documentação. Pessoas físicas que detenham um conjunto também são aptas a apresentar candidaturas.

Nesse sentido, as candidaturas apresentadas não são limitadas a determinado grupo do cenário preservacionista nacional. Esta situação configura a potencial pluralidade na composição dos editais de seleção do Programa no Brasil e abre oportunidades para todos que se dedicam ¢ preservação deste material.

Diante disto, tão relevante quanto o conhecimento dos conjuntos nominados pelo Comitê, se torna necessário tomar conhecimento daqueles que se candidataram e não receberam a nomeiao. Vale lembrar que o princípio seletivo do Programa  comparativo entre os candidatos.

Entre as candidaturas ocorre a miscigenação de conjuntos documentais. São apresentadas candidaturas de conjuntos pessoais, bem como institucionais públicos ou privados. Em nenhum momento da cartilha do Programa Memória do Mundo³⁴  cogitada a hipótese de limitação de nomeiao para qualquer destas qualidades de arquivos.

Isto nos leva a crer que o Comitê Nacional não se restringe a uma quantidade pré-determinada de arquivos pessoais, mas analisa as candidaturas como um todo, limitando-se somente ¢ quantidade de até 10 nomeiaes por edital. Neste sentido, a comparação não se d apenas entre os arquivos pessoais candidatos, mas em conjunto com os demais candidatos institucionais. Em suas diferenças, arquivos

³⁴ Como já dito, para o funcionamento do Programa toma-se por base as *Diretrizes para Salvaguarda do Patrimnio Documental* (EDMONDSON, 2002).

peçoais e institucionais são avaliados comparativamente, seguindo os critérios pré-estabelecidos pelo Programa.

Ao observarmos as listas de candidaturas dos editais cobertos por este trabalho, é possível observar que houve casos de arquivos pessoais não nominados. A quantidade de arquivos pessoais candidatos é tímida em relação ao volume de documentos institucionais.

ANO	CANDIDATOS (TOTAL)	ARQUIVOS PESSOAIS (TOTAL CANDIDATOS)	NÃO NOMINADOS (PESSOAIS)	NOMES DOS NÃO NOMINADOS
2007	17	5	1	Arquivo Carlos Chagas
2008	27	5	2	Arquivo Alexandre Robato Filho Fundo Helena Antipoff
2009	19	5	2	Arquivo Luiz de Gonzaga Bevilacqua Conjunto Documental Balduino Rambo
2010	12	5	2	Acervo José Antonio Rossin Arquivo Pastor Hollerbach

Quadro elaborado pelo autor. Fonte dos dados: (COMITÊ NACIONAL MOW)³⁵

Curiosamente a quantidade de arquivos pessoais candidatos é exatamente a mesma em todos os editais e, com exceção de 2007, a quantidade de não nominados e nominados também é a mesma.

Dos nomes não nominados, apenas o Arquivo Carlos Chagas foi recandidatado, em 2008, e recebeu a nomeação. Ao mesmo tempo, o Arquivo Carlos Chagas é o único deles com um nome de repercussão no cenário nacional.

Dentre os arquivos não nominados, a totalidade é composta por personagens desconhecidos e abrigados por instituições tangenciais no contexto preservacionista.

O Arquivo Alexandre Robato Filho é custodiado pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, em Salvador/BA. O titular foi um cineasta regionalista que produzia

³⁵ Dados extraídos das listas de candidaturas dos editais, fornecido pela secretaria do Programa Memória do Mundo do Brasil. Documentos não publicados.

longas metragens e documentários baseados na cultura e tradições do povo baiano. O arquivo é composto por suas produções.

O Arquivo Helena Antipoff é custodiado pela Fundação Helena Antipoff, em Ibirité/MG. A titular foi uma educadora que agiu na estruturação do sistema educacional médio e superior na cidade. A instituição conta com um museu, de mesmo nome, localizado na antiga residência da titular, onde abriga objetos e documentos pessoais variados.

O Arquivo Luiz de Gonzaga Bevilacqua é custodiado pela Universidade Sagrado Coração (USC), em Bauru, interior de São Paulo. O titular foi um pesquisador nas áreas de astronomia e aeronáutica, foi responsável por fundar o Aero clube de Bauru. O arquivo conta com seus trabalhos e materiais pessoais.

O Conjunto Documental Balduino Rambo é custodiado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo/RS. O titular foi um imigrante alemão, padre jesuíta e pesquisador, atuou na docência e pesquisa de diversas áreas, como história natural, geografia, antropologia e botânica. O arquivo contém seus trabalhos como padre, pesquisador e docente, além de suas ações junto à comunidade alemã do Rio Grande do Sul.

O Acervo José Antônio Rossin é custodiado pelo Centro Municipal de Memória de Sertãozinho/SP. O titular foi um artista desta cidade e dedicava seus trabalhos à ilustração de obras literárias, especialmente José de Alencar. No acervo contém as ilustrações em estilo *HQ* dos livros “*Til*”, “*Sonhos D’Ouro*” e “*Ermitão da Glória*”.

O Arquivo Pastor Hollerbach é custodiado pela Associação Cultural dos Descendentes Alemães de Teófilo Otoni/MG. O titular foi um pastor luterano, imigrante alemão, que atuou na cidade na área da educação. Foi responsável por estruturar o sistema educacional na cidade, além de garantir a manutenção da comunidade alemã na região, o que deu origem à cidade de Teófilo Otoni.

Apenas com estas observações superficiais é possível notar que existem diferenças consideráveis entre os arquivos nominados e os não nominados. Seja em relação à popularidade do titular, ao destaque social do personagem, como também ao reconhecimento das instituições de custódia.

Ponto que merece ser destacado é o caráter regionalista presente em todos estes conjuntos não nominados, em contraponto à presença nacional dos arquivos

das pessoas nominadas. Diante desta observação, é possível compreender um sistema ativo na seleção de nomeação.

A proposta do Programa é clara ao se direcionar aos conjuntos documentais relevantes e de representatividade nacional. No entanto, dentro da pluralidade pretendida na recepção das candidaturas, o próprio sistema de análise comparativa se encarrega de estruturar barreiras para determinados arquivos.

O destaque histórico dos homens cujos documentos foram selados pelo Programa contribui para que seu espólio seja também iluminado. Esta pretensão é justa ao pensamento de valorização e preservação de figuras tão relevantes no cenário histórico e social nacional. Mas atenção deve ser dedicada à representatividade do arquivo pessoal, em relação ao seu titular, enquanto um potencial nem sempre especular.

Com relação à representatividade social, foi mostrado que muito pode ser extraído dos documentos de pessoas, em especial aquelas com status na sociedade de sua época. Em determinados casos, pode-se esperar mais da representatividade social que da pessoal.

A fim de buscarmos a compreensão necessária para analisar a posição destes conjuntos pessoais nominados, deve-se explorar de modo mais detalhado a configuração destes arquivos. Não somente compreender a composição do arquivo, mas também quem foi o titular, de que modo foi alçado na história, o que há em seu arquivo e o trajeto até a nomeação.

Para a elaboração destas apresentações, foram utilizadas duas principais fontes de informação. A principal fonte consultada é o Formulário de Candidatura, apresentada pela instituição detentora ao Comitê Nacional. A segunda fonte compreende os instrumentos de pesquisa dos arquivos, elaborados pelas instituições.

A proposta de se apoiar, primeiramente, no Formulário de Candidatura busca explorar a compreensão do conjunto documental pelo seu detentor. O Formulário é padronizado, disponibilizado pelo Comitê, para que as instituições preencham e os direcione para análise³⁶. Apesar de o formulário ser padronizado, o preenchimento dele fica aos critérios do proponente, o que permite que estes documentos sejam elaborados de forma mais ou menos exaustiva.

³⁶ Cópia do Formulário de Candidatura anexado.

Outra pretensão a esta escolha metodológica se encontra na delimitação do conjunto selado. Pela cartilha do Programa, não há a necessidade de o candidato ser um fundo completo, o que abre margem para a indicação de fundos recortados.

Como este formulário é o mesmo documento utilizado pelo Comitê Nacional, a apresentação do conjunto e as explicações prestadas são as responsáveis por ocasionar a nomeação. A coleta de cópias destes formulários foi realizada diretamente com as instituições proponentes.

Os instrumentos de pesquisa, como segunda fonte, detêm um papel complementar na exploração dos conjuntos documentais. Neste caso, a pesquisa é realizada nas páginas de internet das instituições, porém, não são todas que oferecem estas informações em acesso remoto. Estas fontes servem para explorar a composição dos arquivos nos casos onde o Formulário não é aprofundado.

É importante destacar que a oferta deste serviço na modalidade remota não é um critério de análise por parte do Comitê Nacional e esta busca aqui realizada não é operada para a análise no Programa. O Comitê Nacional se restringe a analisar o que lhe é enviado pelos proponentes.

Com base nesta metodologia, objetiva-se dar mais substância ao trabalho de revisão teórica realizado anteriormente. Este estudo dos conjuntos nominados serve para que seja possível caminhar no sentido de compreender com base em quê, de quê modo e em que momento os arquivos pessoais passam a ser considerados patrimônios documentais.

3.3 Arquivo Machado de Assis³⁷

Joaquim Maria Machado de Assis (21 de junho de 1839 – 29 de setembro de 1908) foi um renomado literato brasileiro do século XIX. Dedicou a maior parte de sua vida às letras, com a produção de romances, contos, crônicas, poesias e algumas peças teatrais. A qualidade de suas obras é responsável por tornar Machado de Assis um ícone da literatura brasileira.

Ele começa cedo sua carreira literária, quando publica sua primeira poesia aos 16 anos de idade, no periódico *Marmota Fluminense*, dirigido por Paula Brito. A partir deste momento, não para com suas produções e publicações (ABL, 2007).

³⁷ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura Arquivo Machado de Assis (ABL, 2007).

Ao longo de sua vida profissional colaborou com muitos jornais e revistas de destaque na mídia carioca, como *Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal da Tarde*, *O Globo*, *O Cruzeiro*, *Revista Brasileira* e *Gazeta de Notícias*. Nestes periódicos Machado encontrava o meio de veicular suas poesias, contos e crônicas, e seus romances, em formato de novelas (ABL, 2007).

Entre as novelas que publicava nos jornais estavam alguns de seus mais populares romances, como *Iaiá Garcia*, publicado pelo jornal *O Cruzeiro*, em 1878. Ao longo de 1879 publica na *Revista Brasileira* o famoso *Memórias póstumas de Brás Cubas*, e na revista *A Estação* se encontra publicado *Quincas Borba* (ABL, 2007)

Todas estas novelas foram posteriormente editas e publicadas em volumes, e contam com múltiplas reedições e reimpressões. Estas obras são até hoje facilmente encontradas.

A qualificação literária de Machado de Assis foi responsável por colocá-lo em lugar de destaque na sociedade brasileira do século XIX, conferindo-lhe, inclusive, a Imperial Ordem da Rosa. Esta ordem honorífica do Império era conferida aos militares e civis que se destacavam na sua atuação para o Imperador e para o Estado. Machado recebeu duas destas Ordens oferecidas por D. Pedro II, que lhe ofereciam os títulos de Cavaleiro e Oficial.

Outra demonstração de sua relevância no cenário literário e político é encontrada no momento em que é convidado para presidir as reuniões para a criação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1896. Sua reputação lhe conferia o status para coordenar, entre o grupo dos principais literatos da época, esta instituição que reuniria os maiores nomes das letras na história do Brasil (ABL, 2007).

Em 1897 a Academia Brasileira de Letras é oficialmente fundada, com Machado de Assis na sua presidência e ocupando a Cadeira de número 23, que tem como patrono José de Alencar. Machado permaneceu na presidência até sua morte e foi responsável pela estruturação da ABL.

Além de literato, Machado de Assis também colaborou com o Império através de alguns cargos políticos que ocupou. Em 1873 passa a ocupar seu primeiro cargo político ao ser nomeado Primeiro oficial da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Passa nesta carreira para a Diretoria de Comércio, na Secretaria de Agricultura, e Diretor Geral do Ministério de Viação (ABL, 2007).

O Arquivo Machado de Assis é custodiado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), a instituição que fundou. O conjunto foi inscrito no edital de seleção do Programa Memória do Mundo em 2007, quando recebeu o selo da UNESCO. Este Arquivo detém a curiosidade de ser composto por duas partes distintas, nominadas de Fundo Machado de Assis e Coleção Machado de Assis.

Esta organização foi estabelecida pela ABL para distinguir dois conjuntos diferentes. O Fundo Machado de Assis é composto por documentos produzidos e acumulados pelo próprio titular ao longo de sua vida, enquanto a Coleção Machado de Assis é composta por documentos acumulados pela ABL que digam respeito ao titular.

O Fundo Machado de Assis é um conjunto composto por 750 documentos textuais e 13 fotografias entre o período 1838-1908. Estes documentos são correspondências pessoais e profissionais, originais manuscritos de suas obras, documentos recolhidos ao longo de suas atividades políticas e literárias e fotografias sumamente pessoais (ABL, 2007).

Para este conjunto destacam-se as correspondências trocadas com outros grandes escritores brasileiros e estrangeiros que faziam parte da rede de Machado. Estas correspondências descrevem a situação cultural da época, que agia diretamente na literatura brasileira e motivavam os pensamentos e produções, não só de Machado. Destacam-se também os originais de seus livros, imbuídos de um valor simbólico para o universo literário nacional, com rascunhos e anotações do punho de Machado.

Estes documentos foram transferidos para a ABL pelo próprio Machado de Assis, ao deixar seus documentos para contribuir com estudos futuros. Desde então a instituição faz valer as vontades de seu fundador e preserva seu fundo arquivístico (ABL, 2007).

Com relação à Coleção Machado de Assis, ela é composta por 509 documentos textuais, 76 iconográficos, 2678 recortes de jornal e revistas e 11 audiovisuais. A coleção cobre o período entre 1866 e 1999 (ABL, 2007).

Neste conjunto são preservadas produções referentes ao titular do Arquivo, incluindo produções da própria ABL. Reedições de obras, homenagens, monumentos e trabalhos realizados com base em Machado de Assis estão nesta coleção.

Machado de Assis é um nome muito recorrente no universo cultural brasileiro, o que estimula grande produção a seu respeito. Neste sentido, este é um conjunto que se encontra aberto, sempre propenso a receber novos documentos em seu seio.

A Coleção Machado de Assis é uma iniciativa da ABL em complementar as informações do Fundo Machado de Assis. Ela é considerada parte do Arquivo Machado de Assis, mas corresponde no mesmo sentido de uma confirmação, ou ampliação, da imagem e importância do titular.

Em ambas as partes do Arquivo Machado de Assis existe a predominância da vida profissional e social do escritor e pouco da vida particular e privada. Entre este conteúdo público existem informações representativas das ações de Machado no cenário social.

A fundação da ABL, bastante representada no Fundo, corresponde a uma mudança significativa no universo literário e cultural do País. Esta é uma instituição independente do Estado, na época recém-saído do Imperial. Até então, a literatura (pode incluir-se a cultura e as artes) brasileira se encontrava limitada aos preceitos da Coroa, representada pelo Real Gabinete de Leitura e a Real Biblioteca.

Não por acaso a custódia do Arquivo Machado de Assis hoje está por conta da ABL. Foi de desejo do titular que sua documentação ficasse em cuidados da instituição à qual se dedicou e confiava. Esta ação aos poucos estimulou que a instituição desenvolvesse forte atuação na área da memória institucional e cultural. Atualmente, o Centro de Memória da ABL conta com mais de 250 arquivos de grandes literatos nacionais (ABL, 2007).

Arquivo Machado de Assis não é mais um arquivo em meio aos demais. Machado de Assis é uma figura muito significativa para a ABL, por ser seu principal fundador e seu primeiro presidente. Estas qualificações do escritor são responsáveis por garantir que a estrutura da ABL, atualmente, conte com monumentos, salas, bibliotecas e outras homenagens a ele dedicadas.

Mais que isso, Machado de Assis é um ícone da literatura brasileira. Seu nome e suas obras são conteúdo obrigatório nas grades de ensino de literatura em todo o país. Seu reconhecimento é internacional e conta com várias obras traduzidas para diversos idiomas.

Independente das propostas honoríficas prestadas pela ABL em preservar seu Arquivo, além das demais manifestações e monumentos, Machado de Assis é, para o Brasil, um monumento cultural construído com o tempo. A institucionalização

do material documental deste personagem histórico é apenas um tijolo da monumental imagem de Machado de Assis, legitimamente pertencente à cultura nacional.

3.4 Arquivo Guimarães Rosa³⁸

O Arquivo de João Guimarães Rosa encontra-se sob custódia do Instituto de Estudos Brasileiro da Universidade de São Paulo (IEB-USP), que o candidatou no edital de seleção de 2007 do Programa. Trata-se de um vasto conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados por um dos grandes nomes da literatura brasileira.

Guimarães Rosa é nascido em 1908, em Cordisburgo, interior do Estado de Minas Gerais. Sua formação superior é na área de medicina, profissão que exerceu por pouco tempo após colar grau. Enquanto médico, desenvolvia atividades pelo interior do estado mineiro em nome do Serviço de Saúde da Força Pública estadual. Dedicou-se à medicina até ser aprovado em concurso público realizado pelo Itamarati, para o cargo de Diplomata (IEB-USP, 2007).

Desde pequeno manteve grande interesse pelo estudo de idiomas, o que ao longo dos anos o tornou um poliglota. Esta habilidade com línguas contribuiu para o desenvolvimento de seu trabalho como diplomata, cargo que exerceu em Hamburgo e Berlin, na Alemanha, em Bogotá, Colômbia e em Paris, França. Após muitos anos de trabalho na diplomacia, recebeu muitas promoções profissionais, atingindo o cargo de Ministro de Primeira Classe (Embaixador).

Todas suas atividades profissionais aconteciam concomitantes ao desenvolvimento de seus trabalhos como literato, escritor de contos e poesias publicados em variados meios de comunicação impresso, como jornais e revistas, e também editados em livros. Ficou muito conhecido através de seu único romance escrito, *Grande Sertão: Veredas*, atualmente um clássico da literatura brasileira, solicitado como obrigatório em exames seletivos e no cronograma de ensino nacional. Além da importância nacional, seus trabalhos também atingiram status internacional, sendo que muitas de suas obras foram traduzidas em diversos idiomas.

³⁸ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos da Proposta de Candidatura do Arquivo Guimarães Rosa (IEB-USP, 2007).

Ao lado de *Grande Sertão: Veredas*, outras de suas obras que se destacam são *Sagarana* e *Magma*, livros de contos que receberam prêmios de reconhecimento por sua grandiosidade. Sua lista de produções editadas é extensa e fica ainda maior se considerarmos suas crônicas, críticas e poesias publicadas em jornais e revistas.

O reconhecimento de seu trabalho para a literatura brasileira lhe concedeu a honra de integrar o seleto grupo de escritores nacionais da Academia Brasileira de Letras (ABL), sendo o terceiro ocupante da Cadeira Nº 2, fundada por Coelho Neto e como Patrono, Alvarez de Azevedo. Sua candidatura à ABL foi feita em 1963, no entanto, sua posse ocorreria somente em 16 de novembro de 1967. Faleceu em 19 de novembro de 1967, três dias após assumir seu lugar na ABL, vítima de infarto (IEB-USP, 2007).

Até seus últimos momentos de vida manteve sua produção intelectual ativa. Teve duas de suas obras publicadas postumamente, *Estas Estórias* e *Ave, palavra*, ambos livros de contos.

A principal característica de Guimarães Rosa, que acabou por ser convertida em sua marca, é a forma de escrita, que se utiliza da linguagem de modo muito particular, com uso de neologismos e uma construção sintática também muito peculiar. Suas obras são basicamente uma forma de representação do sertão brasileiro, sempre situadas no interior do país. Seu interesse pelo povo sertanejo, em especial boiadeiros, é encontrada em todas as suas produções literárias.

A sua produção inspirada no sertão brasileiro é entendida muitas vezes como uma forma de representação deste regionalismo específico, a tradução literária de uma parcela da cultura brasileira. Seu povo, seus costumes, seu cotidiano, a forma de pensar e de se expressar estão presentes nos trabalhos desenvolvidos por Guimarães Rosa.

A consistência de suas obras é decorrente de inúmeras pesquisas realizadas pelo autor, através de pesquisas de campo que ele sempre realizava e registrava. A sua forma de inspiração para a criação de seus contos e poemas eram as viagens que fazia pelos diversos interiores do país. O interior de Minas Gerais, por ser sua terra natal, é tomado por principal base. Estas viagens inspiradoras que fazia eram registradas de diversas formas, de modo que servissem de consulta posterior (IEB-USP, 2007).

Estes registros fazem parte do Arquivo Guimarães Rosa, custodiado pelo IEB, além de outros materiais produzidos, recebidos e acumulados pelo médico, diplomata e literato brasileiro. Considerável parte de sua vida pessoal e profissional está registrada nos documentos que constituem o seu acervo. São 20.000 itens de suportes e formados variados que cobrem o período entre os anos de 1908 a 1971, o que nos indica que houve interferência de terceiros na composição deste conjunto, considerando que Rosa faleceu em 1967 (IEB-USP, 2007).

Nos quatro anos seguidos à sua morte foram ajuntados documentos que digam respeito ao escritor, mas que não foram, necessariamente, por ele produzidos. Há os casos de publicações póstumas que, por questões lógicas, podem integrar o arquivo sem que seja considerado como interferência de terceiros.

Do mesmo modo que as obras, o Arquivo Guimarães Rosa sustenta, com força, a representatividade da cultura brasileira. Suas explorações inspirativas buscavam registrar o sertanejo, o interior do país, as culturas de raiz de um povo miscigenado e múltiplo em sua imensidão.

Rosa foi responsável por levar esse sentido do povo brasileiro para o próprio povo brasileiro de um modo bastante particular. Não somente para os brasileiros, mas também para o mundo, com as traduções de suas obras.

Ainda, Rosa foi responsável por imprimir na literatura brasileira um novo conceito de formas, com parâmetros inigualáveis. A genialidade deste intelectual é motivo de orgulho para uma comunidade que pouco explora suas potencialidades. Aí se encontra um bom motivo para a permanência de Rosa numa posição exemplar no contexto nacional.

Além dos feitos na literatura, suas funções na política são responsáveis por garantir registros a respeito da política internacional brasileira ao longo do século XX. Rosa atuou muitas vezes como representante do Brasil em outros países, posição muito importante para qualquer cidadão. De forma indireta, o trabalho diplomático e o literário seguem no mesmo sentido, na intenção de representar um povo que, aos seus olhos poéticos, é digno de nota.

A atuação política de Rosa em outros países, de algum modo, foi responsável por contribuir com a formação das relações internacionais que o Brasil mantém. Neste sentido, seu arquivo contribui muito a respeito do levantamento histórico das relações internacionais do Brasil.

Apesar de relevante, porém, é de se considerar que este campo de ação não seja o responsável por manter Rosa como uma figura importante na história nacional. Seu destaque é oriundo, em efetivo, de sua produção literária e intelectual.

O Arquivo Guimarães Rosa passou a integrar o acervo do IEB em 1973, através de compra por parte da instituição, diretamente com os familiares e herdeiros do titular. Este Arquivo vem integrar um acervo bastante relevante dentro da proposta da instituição (IEB-USP, 2007).

O IEB foi criado em 1962, por iniciativa do professor Sérgio Buarque de Holanda. A proposta do historiador era a de criar um centro de pesquisa e referência para a historiografia da arte e da cultura brasileira. O IEB reúne em seu acervo um vasto conjunto de documentos, livros e peças de arte, com mais de 90 arquivos e coleções de grandes nomes das artes do país (IEB-USP, 2007).

O Arquivo Guimarães Rosa vai exatamente ao encontro da interessante proposta desta instituição. O IEB é um renomado centro de pesquisas nas áreas de ciências humanas e artes, responsável por servir de base para muitas pesquisas nesse sentido.

A recolha do Arquivo de Guimarães Rosa para o IEB expressa a importância da preservação deste conjunto, rico em elementos culturais brasileiros. No mesmo sentido de outros grandes nomes das artes nacional, Guimarães Rosa é um ícone da literatura brasileira e produtor de um conjunto documental muito representativo.

Como todo arquivo pessoal, essa documentação é única e guarda muitas potencialidades. Do mesmo modo que seu titular, um sujeito único no contexto cultural nacional e responsável por potencializar o nacional em suas obras.

3.5 Arquivo Getúlio Vargas³⁹

Getúlio Dornelles Vargas é um dos mais relevantes nomes no cenário político nacional por ser o protagonista de um dos períodos mais delicados da história brasileira. Nascido em São Borja, interior do estado do Rio Grande do Sul, em 19 de abril de 1882, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul, mas teve na política a sua trajetória profissional.

³⁹ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos da Proposta de Candidatura do Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC-FGV, 2007).

Dono de uma considerável trajetória política, ingressou oficialmente neste universo ainda jovem, ao assumir o cargo de deputado estadual pelo Partido Republicano Riograndense, onde ficou entre os anos de 1909 a 1921, seguido do cargo de deputado federal, pelo mesmo partido, entre 1923 e 1926. Entre 1926 e 1927 foi ministro de Estado no Ministério da Fazenda. Em 1928 assumiu o governo do Estado do Rio Grande do Sul, como Presidente de Estado, onde ficou até 1930, quando assumiu o lugar de Presidente da República do Brasil, ficando no poder entre os anos de 1930 e 1945. Após este período, foi Senador, pelo Partido Social Democrático entre 1945 e 1949, responsável também por ser Senador Constituinte, na Assembleia Nacional Constituinte, em 1946. Retornou à Presidência da República em 1951 e lá permaneceu até a sua morte, em 24 de agosto de 1954⁴⁰.

Durante seu período de atuação no cenário político nacional, diversos acontecimentos movimentaram as estruturas sociais do país, e sua participação em muitos deles foi fundamental. Dentre estes acontecimentos, devem ser citados a Revolução de 1930, que culminou com um golpe de Estado responsável por instaurar o Governo Provisório, ao impedir a nomeação do presidente eleito, Júlio Prestes, sendo esta posição assumida por Getúlio Vargas. A implantação do Estado Novo, em 1937, com o país ainda sob o governo de Getúlio Vargas, foi precedida pela implantação de nova Constituição Federal, em 1936, que dava plenos poderes ao Presidente, implantando-se um regime ditatorial sob a bandeira de combate ao comunismo.

Durante o período de 1937 a 1945, destaca-se o posicionamento e as ações do Brasil no período da Segunda Guerra Mundial e o rompimento de aliança com os países do Eixo, Alemanha, Itália e Japão, e a aproximação com os países Aliados, com um estreitamento de relações com os Estados Unidos. As relações internacionais do Brasil neste período são um destaque para a atuação de Getúlio Vargas no comando do país.

1945 foi marcado pela queda do regime de Getúlio Vargas, com a estruturação de uma forte oposição ao seu governo por parte de diversos segmentos do país, com destaque dos intelectuais e militares. Em favor da redemocratização do país, o poder de Vargas se via enfraquecido e novas eleições presidenciais ocorreram neste ano. Getúlio Vargas deixa o poder em outubro daquele ano e

⁴⁰ Dados retirados da página oficial do Arquivo Getúlio Vargas, na web site do CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=GV>

retorna para São Borja, onde permanece até 1950, sem deixar de exercer suas influências políticas.

Em 1950 acontece o seu retorno ao cenário político nacional, com a sua segunda eleição à Presidência da República. Este período de governo foi marcado pelo intermédio entre políticas nacionalistas e liberais para a economia brasileira. Neste período o presidente cria a Petrobrás e a Eletrobrás, estatais de refinamento de petróleo e de distribuição de energia elétrica, respectivamente, que movimentaram a economia nacional.

Com vários conflitos ideológicos no cenário político da época, e inclinação do governo para uma política nacionalista em favor dos trabalhadores, a oposição tomou forças para a realização de movimentos que pedissem a renúncia de Getúlio Vargas. Em meio à crise política e desordem do governo, Getúlio Vargas se viu em uma situação difícil e, em vez de renunciar ao seu cargo presidencial, suicidou-se com um tiro no peito, 24 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, Rio de Janeiro, a sede do governo nacional.

Este é um resumo da trajetória política do homem que, após sua morte, passou a ser entendido como um herói nacional por lutar em favor dos trabalhadores e dos pobres, em contraponto às ações políticas de perseguição ao comunismo, repressão e rompimento com os princípios democráticos que desenvolveu em seu regime ditatorial. Getúlio Vargas conseguiu um lugar de destaque na história brasileira, adorado por alguns e condenado por outros, sua relevância na trajetória política e histórica do Brasil e suas influências internacionais são inquestionáveis.

O histórico apresentado não passa de um breve resumo de uma trajetória de 25 anos de destaque no cenário político nacional, mas representado de forma detalhada em seu arquivo pessoal, salvaguardado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

Trata-se de um arquivo de aproximadamente 30.000 documentos produzidos, recebidos e acumulados por Getúlio Vargas ao longo de sua trajetória de vida pessoal e política, que apresentam de forma concomitante a figura pública do político e o homem em sua vida privada. A documentação cobre o período entre os anos 1930 e 1954, com destaque para a atuação profissional do titular (CPDOC-FGV, 2007).

O Arquivo Getúlio Vargas é composto por 28.675 documentos manuscritos, 418 livros, 133 periódicos de 46 diferentes títulos, o conjunto audiovisual conta com 1247 fotografias, um desenho, um cartaz, 24 cartões postais, seis filmes e 108 discos (CPDOC-FGV, 2007).

Toda esta documentação foi transferida aos cuidados do CPDOC em 1973, pela neta de Getúlio Vargas, Celina Vargas do Amaral Peixoto, que foi a responsável pela criação do CPDOC. A doação do arquivo deste importante político foi o que deu propulsão para que o Centro se estruturasse, sendo ele o primeiro arquivo pessoal da instituição. Atualmente o CPDOC conta com aproximadamente 200 arquivos pessoais de importantes nomes da política contemporânea do Brasil, e tem lugar de destaque no trabalho de tratamento de arquivos pessoais e pesquisas históricas (CPDOC-FGV, 2007).

O arquivo Getúlio Vargas é organizado em quatro séries: Correspondências, Campanha de 1950, Miscelânea e Recortes de Jornais, responsáveis por apresentar o conteúdo temático dos documentos.

Uma característica dos arquivos pessoais de pessoas públicas relacionadas à política se encontra na dificuldade em determinar quais documentos fazem parte do contexto privado da pessoa e quais são relacionados às atuações públicas do serviço político. Em geral, a rede de relacionamentos constituída por uma pessoa é dividida entre amigos pessoais e contatos profissionais, ao ponto que para os políticos, estas redes se misturam, ao ponto que as mesmas pessoas que são amigas do sujeito privado também atuam politicamente e constituem sua rede de relações profissionais e políticas.

As correspondências que integram o arquivo de Getúlio Vargas não fogem a essa configuração e guardam informações a respeito de todo o cenário político da época. Uma cadeia de diálogos com outros relevantes nomes das estruturas partidárias nacionais é registrada nas cartas recebidas e enviadas pelo titular do arquivo, como Oswaldo Aranha, no período em que foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos, na década de 1930.

Através das correspondências é possível identificar o desenvolvimento e estruturação de estratégias políticas adotadas por Vargas em sua trajetória política, tanto nos períodos em que estava no poder como naqueles em que esteve ausente. Seus contatos políticos não se extinguiram, mesmo no momento em que deixou a

primeira presidência e se retirou para São Borja, continuou seus diálogos por carta com seus aliados políticos, estruturando a campanha eleitoral de 1950.

Entre sua rede de contatos estabelecida pelas correspondências encontramos os nomes de Flores da Cunha, Armando Porto Coelho, Aníbal Loureiro, Washington Luís, João Neves da Fontoura, João de Mendonça Lima, Carlos de Saldanha da Gama Chevalier, entre muitos outros. Não é mencionado pelo CPDOC o dado quantitativo desta série documental Correspondências (CPDOC-FGV, 2007).

Ao lado desta série muito rica em informações de ordem social do alto escalão político nacional, até mesmo com informações confidenciais trocadas entre os políticos da época, encontram-se outras fontes que constituem parte da história do país, como documentos textuais referentes ao golpe de estado em 1930 com o desenvolvimento de estratégias políticas e armamentistas. Informações sobre os caminhos das Assembleias Constituintes de 1936, para a implantação do Estado Novo e de 1946, após a queda do governo Vargas também estão registradas em seus documentos.

Documentos com discussões sobre alianças políticas internacionais e de interesses diplomáticos para o Brasil são frequentes no arquivo de Vargas, em decorrência da forte necessidade de relações com outros países, não exclusivamente no período de guerra. Relações comerciais que coordenariam o desenvolvimento econômico nacional foram assuntos de importante pauta nos dois governos do titular do arquivo.

Além de toda a representação da história política e social contida no arquivo de Getúlio Vargas e mesmo com a dificuldade peculiar a este tipo de documento, de separar o homem público do seu universo privado, ainda existem ocorrências de documentos particulares e de sua relação com seus familiares. Fotografias e diários íntimos constam neste conjunto documental e apresentam informações que não eram de conhecimento público.

Tais documentos detêm o potencial de apresentar os pensamentos particulares do homem que entrou para a história do país. É possível identificar a origem de sua ideologia política e o início dos planejamentos para sua ação política. Mesmo assim, o seu universo público interpenetra no conjunto privado.

Momentos em família são registrados em filmes e fotografias particulares que não se relacionam, exatamente, com as atividades profissionais do político. Há ainda, neste arquivo, a ocorrência de 13 diários escritos entre os anos de 1930 e

1942 que registram os pensamentos de Getúlio Vargas, seja em relação à sua vida familiar e privada como ao universo profissional político.

Vida política e profissional se mistura com a vida pessoal e familiar do político que marcou a história do país, e esta relação é presente em seu arquivo. As ocorrências de documentos de ordem pública são de interesse para o reconhecimento da história do país. A materialização em registros de momentos do passado que permanecem na memória nacional é a oportunidade de explorar profundamente um grande período importante para a estruturação da nação brasileira.

Para além dos documentos oficiais do governo, preservados em arquivos estaduais e municipais, e também no Arquivo Nacional, a existência da documentação pessoal do protagonista nestes acontecimentos marcantes para a história nacional garante a observação daquele período por uma ótica diferenciada da oferecida pelos registros oficiais.

As possibilidades de pesquisa oferecidas pelo arquivo de Getúlio Vargas podem ser inesgotáveis, dada a grande quantidade de documentos que constituem este conjunto documental, como em relação às informações que neles estão registradas. A investigação por parte de historiadores e demais pesquisadores em um arquivo desta magnitude pode expandir os horizontes históricos, auxiliar no entendimento dos acontecimentos históricos que contribuíram para delinear o atual cenário político e social brasileiro.

3.6 Arquivo Oswaldo Cruz⁴¹

Oswaldo Gonçalves Cruz (5 de agosto de 1872 – 11 de fevereiro de 1917) foi um médico sanitarista responsável por coordenar importantes avanços no sistema sanitário público durante o início do século XX no Brasil. Suas ações de combate a epidemias garantiram melhorias na qualidade de vida do brasileiro, além de colocar o Brasil em posição de destaque internacional em suas práticas sanitárias.

As estratégias de Oswaldo Cruz, apesar de necessárias, motivaram episódios de revolta por parte da população da época. Neste período, a população brasileira, especialmente da capital federal, o Rio de Janeiro, se via assolado por epidemias

⁴¹ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Arquivo Oswaldo Cruz” (FIOCRUZ-COC, 2007).

sazonais que comprometiam todo o contexto social. Elas comprometiam visivelmente a estabilidade da saúde pública e, numa posição decorrente, implicada em complicações comerciais e políticas para o país.

O controle sanitário no início de 1900 se mostrava como uma tarefa complexa, dadas às condições científicas, tecnológicas, econômicas e urbanas características da época. A estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro favorecia a proliferação de doenças bacteriológicas por conta do precário sistema de saneamento básico e mesmo pela arquitetura das residências, pobres e com poucos cuidados higiênicos.

Oswaldo Cruz foi responsável por mostrar o caminho para combater esta crise sanitária e deu a partida neste processo. Pouco depois de se formar médico, mudou-se para Paris, a fim de se especializar em microbiologia no Instituto Pasteur, instituição mundialmente reconhecida nesta área. Retornou ao Brasil em 1899 e logo foi convocado a participar de uma missão investigativa no porto de Santos, para averiguar a mortandade de ratos, onde se constatou o surto de peste bubônica (FIOCRUZ-COC, 2007).

O combate a esta peste era feito através do soro antipestoso, cujo único fabricante no mundo era o Instituto Pasteur. Com isso, o governo de São Paulo e o governo federal uniram-se para organizar a produção deste soro. Foram criados dois centros soroterápicos para este empreendimento. O Instituto Butantã, em São Paulo, e o Instituto Soroterápico Federal (ISF), em Rio de Janeiro, inaugurados em 1900.

Cruz participou dos processos de planejamento e implantação do ISF, e colaborou com seu amigo Vital Brazil com relação ao Instituto Butantã. O médico foi chamado para integrar o corpo do ISF, no cargo de Diretor Técnico, e seria responsável pela produção do soro antipestoso brasileiro.

Em 1902 ele assume a direção geral do ISF, amplia sua proposta e passa a produzir soros e vacinas para outras doenças, além da peste bubônica. Um ano após, Cruz é chamado para dirigir a Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP), com o desafio de combater as três principais epidemias que assolavam a capital federal: a peste bubônica, a febre amarela e a varíola (FIOCRUZ-COC, 2007).

Com o acúmulo das direções do ISF e da DGSP, Oswaldo Cruz tratou de sincronizar as ações destas duas organizações e deu início aos seus planos sanitários. As estratégias para as três epidemias eram diferentes, mas todas foram

consideradas pela população como coercivas e autoritárias, em maior ou menor grau.

Entre as ações criticadas, estão as direcionadas ao controle da febre amarela, que incluía a reclusão de pessoas infectadas, a fumigação da cidade e das residências e a invasão de casas em busca de criadouros do mosquito transmissor. Estas atitudes, apesar de criticadas, foram responsáveis por garantir que, em 1907, a febre amarela fosse considerada erradicada no Rio de Janeiro.

O combate à peste bubônica não gerou muita insatisfação por parte de populares, pois objetivava a caça ao rato, animal transmissor. Houve auxílio por parte da população, que caçava estes animais, mas as pessoas contaminadas também eram postas em reclusão para tratamento e as demais pessoas eram vacinadas. Este trabalho de vacinação contra a peste bubônica foi bem recebida pela população, ao contrário da vacinação antivariólica.

O combate à varíola foi responsável por incitar um dos mais importantes episódios no cenário sanitário nacional. Este combate tem início com a proposta de Oswaldo Cruz de tornar a vacinação contra a varíola obrigatória a todos os habitantes da capital. A descrença em relação ao soro fez com que a população se negasse a aceitar obrigatoriedade da vacina. Com a aprovação do projeto de Cruz, em 1904, teve início um motim popular que entrou para a história com o nome de Revolta da Vacina (FIOCRUZ-COC, 2007).

Este episódio durou uma semana com muitos conflitos entre populares e militares, incluindo a sugestão de um golpe de Estado. Este conflito tem fim com a revogação da obrigatoriedade da vacinação e um saldo de muitos mortos e presos, principalmente entre as classes mais pobres.

Apesar desta revolta, nos anos seguintes a varíola se manteve controlada com a vacinação espontânea de algumas pessoas. Em 1908 a epidemia da doença atingiu números alarmantes, o que levou toda a população a buscar vacinação por vontade própria. Deste modo, a varíola foi controlada.

Paralelo a estes movimentos, Oswaldo Cruz também participava de um projeto de reestruturação urbana, realizado pela prefeitura de Rio de Janeiro. A proposta era modernizar a cidade, das vias públicas às residências e também o sistema de saneamento. O diretor da DGSP participava com orientações para que a nova cidade fosse adequada para evitar a propagação de doenças e deixá-la mais “saudável” (FIOCRUZ-COC, 2007).

Em 1909, em decorrência da legislação que impede o acúmulo de cargos federais, Cruz decide por exonerar do cargo de diretor da DGSP e se dedicar ao ISF. Um ano antes, o ISF sofre uma mudança de nome e passa a se chamar Instituto Oswaldo Cruz (IOC).

A partir daí, dedica-se totalmente ao IOC e a um audacioso projeto já existente que visava explorar o interior do país para pesquisar novas doenças e combater epidemias em todas as regiões. Cruz coordena uma série de explorações, contando com o apoio dos renomados médicos e cientistas que integravam o IOC, como Carlos Chagas, Belisário Penna, Arthur Neiva e Pacheco Leão. Este trabalho, sob coordenação de Cruz, interiorizou o pensamento sanitário pelo Brasil e trouxe grandes contribuições em todas as regiões do país. É numa destas explorações que Carlos Chagas faz sua descoberta da Doença de Chagas.

Além desta interiorização sanitária, Cruz, ao longo de todo seu trabalho à frente das instituições, foi responsável pela internacionalização da saúde brasileira. O trabalho nos portos brasileiros trouxe segurança aos outros países para aqui desembarcar e manter contatos políticos e comerciais. Erradicar a febre amarela foi motivo para o XVI Congresso de Higiene e Demografia de Berlim dedicar a Medalha de Ouro ao Brasil, por seu feito, entre outras premiações e menções (FIOCRUZ-COC, 2007).

Além de prêmios, Oswaldo Cruz foi uma ponte para que o governo federal mantivesse contato com o Instituto Pasteur, em Paris, e como Instituto Rockefeller, em Nova Iorque, e deles trouxesse grandes influências em ciência e tecnologia de ponta para uso e aplicação no país.

O reconhecimento internacional de Oswaldo Cruz também foi responsável por viabilizar a contratação de médicos e cientistas de reconhecida importância mundial para trabalhar no IOC.

Outra demonstração da relevância de Oswaldo Cruz para o país está em sua eleição para integrar a Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1913, por conta da volumosa e qualificada produção intelectual que realizou ao longo de sua vida.

Em 1916, por intervenção de seu filho, Cruz é eleito prefeito de Petrópolis, para onde se mudou. Neste momento o médico já se encontrava com a saúde bastante debilitada, apesar da pouca idade. Manteve-se nesta prefeitura concomitante à direção do IOC. Faleceu no início de 1917, deixando a direção do IOC nas mãos de seu discípulo, Carlos Chagas.

Este histórico propiciou que Oswaldo Cruz constituísse um arquivo pessoal repleto de documentos responsáveis por preservar informações de interesse histórico e social. O Arquivo Oswaldo Cruz, custodiado pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), um braço da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), é constituído por 2738 documentos textuais, 10 cadernos de recortes de jornais e 252 documentos imagéticos (FIOCRUZ-COC, 2007). Este conjunto documental foi candidatado ao Programa Memória do Mundo no edital de 2007.

A composição deste Arquivo pela COC se deu de forma parcelada, sendo que a primeira porção de documentos já se encontrava no Instituto Oswaldo Cruz, que mais tarde viria a se constituir em Fundação Oswaldo Cruz. Na década de 1940, estes documentos receberam o primeiro tratamento de organização e foram mantidos como parte da documentação permanente da instituição (FIOCRUZ-COC, 2007).

Na década de 1970, em decorrência das comemorações do centenário de nascimento do titular, foi organizada uma exposição com este material e a inauguração da Sala Oswaldo Cruz, na unidade Manguinhos do Instituto. Em 1986 esta documentação é transferida para o Museu Oswaldo Cruz, instalado na unidade da Cavalariça, da Fiocruz. Após a implantação do Departamento de Arquivos e Documentação (DAD) da COC, estes documentos são transferidos aos seus cuidados, em 1990 (FIOCRUZ-COC, 2007).

A outra parcela da documentação foi doada aos poucos para a COC, através das mãos de Roberto Marinho de Azevedo Neto e Stella Oswaldo Cruz Penido, ambos descendentes do titular. Esta parte dos documentos era mantida em poder da família, mas foi decidido que seria melhor agregar ao conjunto que estava na instituição (FIOCRUZ-COC, 2007).

O Arquivo Oswaldo Cruz compreende toda a trajetória profissional do titular e pequenas referências à vida privada, compreendidas entre os anos de 1873 a 1972. Existem documentos que não foram produzidos pelo titular, mas acumulados por terceiros após sua morte. Estes são documentos produzidos após a morte, tomando como base o titular do arquivo ou a própria documentação (FIOCRUZ-COC, 2007).

No Arquivo encontram-se documentos oficiais oriundos de suas funções de diretoria tanto no Instituto Soroterápico Federal quanto na DGSP, retidos por Cruz durante o longo período em que atuou. Do mesmo modo, existem também

documentos não oficiais, produzidos pelo titular, que compreendem informações referentes aos trabalhos que desenvolvia.

As missões de exploração que realizava também são largamente documentadas através de escritos próprios. Correspondências trocadas com a família e amigos são responsáveis por apresentar o cenário que Oswaldo Cruz encontrava nos portos que visitou, bem como do interior do país. Estas, muitas vezes, são informações que não constam em relatórios e autos oficiais.

O conhecimento histórico que se tem atualmente sobre esse período é facilmente enriquecido com os depoimentos de um homem que presenciou, atuou e modificou a época. Não apenas a questão da saúde pública, que é de suma importância, mas também influenciou no pensamento social da população.

Os estudos que envolvem os motins da Revolta da Vacina são vastos, mas, certamente, os registros de Oswaldo Cruz podem contribuir ainda mais. Reconhecer um levante que marcou a história nacional através das ideias e pensamentos mantidos pelo seu causador expressa o reconhecimento do pensamento dos poderes políticos no período da Primeira República.

O titular recolhia materiais veiculados pela mídia quando estes diziam respeito a suas atitudes. Muitas caricaturas e charges de Oswaldo Cruz são conhecidas atualmente, e este material também é encontrado em seu Arquivo.

Para fora do cenário carioca, as relações mantidas por Cruz com cientistas e instituições de todo o mundo, que foi responsável por internacionalizar a medicina brasileira, também estão registradas nesta documentação. Estes contatos são capazes de expressar a formação do campo médico e de saúde pública que estruturou e contribuiu no desenvolvimento do Brasil e das áreas médicas.

Parte da documentação compreende os processos de criação de duas instituições centenárias, ainda em atuação, e responsáveis por grande parte dos estudos e pesquisas em biomedicina. O Instituto Soroterápico Federal, que chegaria aos dias atuais como o conglomerado Fiocruz, e o Instituto Butantã, atualmente um centro de referência mundial na sua área. O primeiro sofreu influência direta de Oswaldo Cruz, enquanto o segundo o recebeu de forma indireta, através de contatos deste com Vital Brazil, responsável pelo instituto paulistano.

A custódia deste conjunto documental pela COC acontece, inicialmente, de modo não planejado. Parte da documentação sempre esteve em posse da Fiocruz,

que há tempos se dedicou a preservar a memória institucional. Oswaldo Cruz foi, de modo incontestável, parte muito relevante em seu desenvolvimento.

Seguindo a proposta agregadora pensada pelo titular, o antigo ISF não parou de ampliar suas funções. Na década de 1980 passa a se dedicar à preservação dos bens patrimoniais da instituição, inicialmente com os arquitetônicos, e se ampliando para os objetos tridimensionais e para os documentos.

A Fundação Oswaldo Cruz, através da Casa de Oswaldo Cruz, apesar de todos carregarem o nome do titular deste Arquivo, não são responsáveis por preservar a memória de Oswaldo Cruz. Sua proposta é mais ampla e compreende a pesquisa histórica e preservação da memória na área biomédica brasileira, além da preservação da memória institucional.

Por mais que sua dedicação não seja exclusiva ao titular da instituição e do Arquivo, Oswaldo Cruz não é somente um dos fundadores e dos diretores que a instituição teve em sua trajetória. Oswaldo Cruz, para a Fiocruz, corresponde a um de seus patrimônios simbólicos. Pode ser, inclusive, seu mais valioso patrimônio simbólico, a ponto de levar seu nome.

A relevância de Cruz para a história nacional é evidente e para a Fiocruz ainda mais. A documentação por ele acumulada é uma fonte de informações valiosas para o interesse social nacional, e para a Fiocruz, um monumento imensurável.

3.7 Arquivo Joaquim Nabuco⁴²

Oriundo de um período de mudanças no cenário brasileiro e acumulado por um personagem relevante neste contexto, o Arquivo Joaquim Nabuco contribui com pesquisas e a exploração de ordem histórica, política e social. Custodiado pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), o conjunto documental de Joaquim Nabuco foi candidato no edital 2008 do Programa Memória do Mundo e recebeu a nomeação como patrimônio documental nacional.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (19 de agosto de 1849, Recife/PE – 17 de janeiro de 1910, Estados Unidos) foi um homem com relevante atuação no contexto político de sua época. Nabuco viveu em um período onde ocorreram

⁴² Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Arquivo Joaquim Nabuco” (FUNDAJ, 2008).

mudanças que determinaram o percurso histórico e formação do Brasil contemporâneo, e sua documentação preserva e traduz grande parte delas.

Dentre estas mudanças, e as quais Nabuco mais participou, estão a abolição da escravidão no Brasil e a transição do governo Imperial para a implantação da República. Dois momentos ímpares na formação do Estado nacional.

O Arquivo Joaquim Nabuco foi transferido para o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, futuramente renominado para Fundação Joaquim Nabuco, no ano de 1974, através de doação realizada por seu filho, José Tomás Nabuco. A transferência foi realizada no intuito de atender a um desejo do titular, referente a garantir a preservação e disseminação do material por ele produzido e acumulado durante sua trajetória profissional (FUNDAJ, 2008).

Joaquim Nabuco reconhecia e investia muito valor aos arquivos produzidos e acumulados por ele, por considerar estar fazendo um trabalho de contribuição histórica e social, na intenção de oferecer aquele material às futuras gerações. Esta é uma característica que aprendera com seu pai, o parlamentar Nabuco de Araújo, qual realizava a mesma tarefa de acumulação referente aos seus trabalhos políticos (FUNDAJ, 2008).

Esta característica garantiu que Nabuco constituísse um vasto arquivo pessoal, com capacidade de representação de acontecimentos marcantes, suas ideologias, feitos e considerações sobre a sociedade brasileira em fase de mudanças. A documentação é responsável por cobrir o período de 50 anos entre 1860 a 1910, e é assim composta (FUNDAJ, 2008):

- 368 itens bibliográficos (145 obras de sua autoria, 223 obras de terceiros da sua biblioteca pessoal)
- 14.670 documentos arquivísticos textuais
- 182 imagéticos (negativos e ampliações)

A vasta documentação acumulada por Nabuco diz respeito à sua atuação política, bem como seus trabalhos literários, e pouco a respeito de sua vida privada. No momento da doação à Fundaj, os herdeiros tomaram por bem manter reservado no seio familiar o material de cunho estritamente privado, oferecendo ao público a parcela com potencial interesse social.

A característica de Nabuco que prevalece na sua documentação refere-se ao seu principal objetivo, político e de vida, que motivou seu trabalho. A abolição da

escravidão foi a principal luta travada por Nabuco, o que garantiu que ele fosse lembrado como um abolicionista, antes dos cargos políticos que ocupou.

Quando jovem, estudou Direito e se interessou por defender as causas dos escravos, por considerar injusta a hierarquia social vigente na época. Dedicou seus esforços para garantir a igualdade social e de oportunidades a todos os membros da sociedade brasileira. A implantação de um sistema empregatício e assalariado comum a todos motivou suas ações políticas (FUNDAJ, 2008).

Este desejo estimulou que Nabuco escrevesse e divulgasse muitos materiais em defesa dos direitos do povo escravizado. Livros, artigos em jornais, opúsculos com discursos, conferências e ensaios que circulavam entre as elites da época, todos por ele redigidos, integram seu Arquivo.

Tornou-se conhecido, também, por fundar e presidir a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, no Rio de Janeiro, responsável por fazer a edição do jornal *O Abolicionista*. Esta Sociedade foi criada em 1880, e logo deu início à publicação do jornal, que circulou entre 1880 e 1881. Documentos sobre a organização e a coleção completa deste jornal encontram-se preservados no conjunto documental de Nabuco (FUNDAJ, 2008).

Com sua visão reformista, foi eleito Deputado pelo Partido Liberal de Pernambuco, em 1878, e agiu por sua causa no Parlamento do Império Brasileiro. Em 1885 retornou a este cargo, ainda com a bandeira abolicionista, além de defender, também, o sistema político federativo para o Brasil (FUNDAJ, 2008).

Depois de alcançar seu objetivo, em 1888, quando a escravidão foi oficialmente abolida, Nabuco passou a dedicar-se a esta segunda empreitada, referente à alteração do sistema político nacional. Todos estes momentos encontram-se registrados em escritos que compõem seu Arquivo.

Após a queda do Império, mesmo com idade avançada, Nabuco continuou em serviços da República, agora atuando em missões diplomáticas. Foi enviado à Londres para interceder nas negociações para o estabelecimento da fronteira entre Brasil e Guiana Inglesa, no início dos anos 1900. Este processo de delineamento do território nacional faz parte da documentação preservada, com volumes encadernados de narrativas escritos por Nabuco.

Depois de um período em Londres, foi nomeado Embaixador do Brasil em Washington, nos Estados Unidos, onde morou e trabalhou até seu falecimento.

Além desta trajetória, toda documentada no Arquivo Joaquim Nabuco, responsável por representar a sociedade escravocrata do período Imperial e todos os esforços direcionados ao término deste regime, existe no Arquivo o conjunto de correspondências trocadas entre o titular e seus contatos. A partir deste material epistolar é possível compreender o funcionamento da política brasileira da época, bastante diferente do atual sistema.

O interesse mantido por Nabuco na preservação de seus documentos, além da influência de seu pai, seguia ao encontro de outro desejo sustentado por ele. Nabuco expressa em alguns materiais e correspondências o sonho de construir o que chama de “Biblioteca 13 de Maio”. Um espaço dedicado ao recolhimento, preservação e disseminação de todo tipo de material referente ao movimento abolicionista brasileiro (FUNDAJ, 2008).

Na proposta de estruturação de um lugar a oferecer informações históricas às futuras gerações, Nabuco pretendia deixar sua contribuição neste empreendimento. Seu arquivo pessoal seria parte integrante deste conglomerado informacional sobre a escravidão e o abolicionismo.

Este último desejo não foi efetivado por ele, mas algumas coisas foram feitas nesse sentido. A Fundaj é uma instituição com amplo espectro de ação social, dedicando-se, em especial, ao desenvolvimento de pesquisas históricas e sociais e ao recolhimento, preservação e disseminação de fontes informacionais históricas. Não se restringe à escravidão e ao abolicionismo, mas estes são elementos de interesse para a instituição.

Instituída inicialmente pela Lei nº 770, de 21 de julho de 1949, sob o nome Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, futuramente reorganizado pelo Decreto nº 84.561, de 15 de março de 1980, para o nome Fundação Joaquim Nabuco. Vinculada ao Ministério da Educação, a Fundaj, além de ser uma homenagem a um homem que agiu ativamente no cenário político reformista nacional, desenvolve ações culturais e educacionais que promovem o conhecimento histórico, a recuperação, preservação e valorização das memórias nacionais. Sua atuação tem como foco as regiões Norte e Nordeste, mas não se restringe a elas.

Nesse sentido, mais do que uma relação nominal entre a instituição e o conjunto documental, a Fundaj e o Arquivo Joaquim Nabuco trabalham em conjunto para a manutenção de um ideal estruturado e almejado pelo titular de ambas.

O recebimento da documentação de Joaquim Nabuco pela Fundaj não se justifica apenas pelo fato de terem o mesmo nome, mas por agirem no mesmo sentido. A Fundação não foi construída por Joaquim Nabuco para abrigar seu arquivo pessoal ou para dar continuidade às suas ações, mas para contribuir para o desenvolvimento e enriquecimento da história, memórias e identidades brasileiras.

Recolher o Arquivo Joaquim Nabuco corresponde a estabelecer sentido entre a instituição e o homem. Um caminho de valoração do sujeito Joaquim Nabuco, de suas causas, de seus feitos, de seu passado, concomitante à valoração da história nacional, à construção do Estado nacional e à estruturação de um povo brasileiro integrado e, em alguns sentidos, igualitário.

3.8 Arquivo Carlos Chagas⁴³

O Arquivo Carlos Chagas corresponde ao espólio documental do médico bacteriologista Carlos Ribeiro Justiniano Chagas (1879-1934). Este arquivo é, atualmente, custodiado pela Casa de Oswaldo Cruz (COC), um braço de atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), sediada na cidade de Rio de Janeiro/RJ. O Arquivo Carlos Chagas foi o único dos conjuntos nominados a concorrer por duas vezes ao Registro no Programa. Em 2007 teve sua primeira candidatura, na qual foi recusado, e foi registrado em sua segunda candidatura, em 2008.

Carlos Chagas foi um médico brasileiro com notável reconhecimento nacional e internacional por conta de suas contribuições para a área médica, sanitária e de saúde pública. Desenvolveu uma série de pesquisas e estudos que levaram ao controle de epidemias e melhorias nos sistemas sanitários da população brasileira, também aplicadas fora do país.

Tornou-se reconhecido após a descoberta de uma bactéria responsável por adoecer muitas pessoas por todo o interior do Brasil no começo do século XX. Foi em 1909 que Chagas descobriu uma nova espécie de tripanossoma, por ele batizada de *Trypanosoma cruzi*, em homenagem ao amigo Oswaldo Cruz. Esta bactéria é transmitida ao ser humano através da picada do inseto popularmente conhecido por Barbeiro, muito comum em casas de pau-a-pique do interior. Com sua

⁴³ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Fundo Carlos Chagas” (FIOCRUZ-COC, 2008).

descoberta, a doença, até então misteriosa, passou a ser conhecida por Doença de Chagas (FIOCRUZ-COC, 2008).

Esta descoberta foi responsável por guindar Carlos Chagas ao reconhecimento médico em todo o mundo. Esta descoberta, associada a outros estudos por ele realizados, foi responsável por garantir a indicação de Chagas ao Prêmio Nobel de Medicina por duas vezes, em 1911 e 1920. Apesar de duas indicações, em nenhuma delas foi contemplado com a premiação (FIOCRUZ-COC, 2008).

No momento em que fez esta descoberta, Chagas integrava o corpo de cientistas do então chamado Instituto Oswaldo Cruz, futuramente rebatizado de Fundação Oswaldo Cruz. Seu primeiro contato com esta instituição se deu em 1902, quando ainda era conhecido por Instituto Soroterápico Federal, onde foi concluir seu doutoramento, sob orientação do renomado cientista Oswaldo Cruz, que se tornou um amigo e companheiro de trabalho (FIOCRUZ-COC, 2008).

Sua atuação médica garantiu projeção ímpar no cenário médico mundial. Apesar de não ser agraciado com o Prêmio Nobel, recebeu várias outras premiações nacionais e internacionais de relevância no universo científico. Recebeu, por exemplo, título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Harvard em 1921, o primeiro desta ordem dedicado a um brasileiro (FIOCRUZ-COC, 2008).

Além de premiações, Chagas também ocupou importantes cargos para a atuação no desenvolvimento das ciências médicas e de combate a epidemias. Em 1910 foi nomeado Chefe de Serviço no Instituto Oswaldo Cruz, instituto presidido nesta época pelo cientista que lhe dava nome. Em 1914, com a morte de Oswaldo Cruz, Chagas foi nomeado diretor do Instituto, em substituição ao renomado cientista.

Dirigiu o Instituto Oswaldo Cruz de 1914 até 1934, quando faleceu. Concomitante a este cargo, acumulou outros também muito importantes como o de Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, entre 1915 e 1926. Foi membro do Comitê de Higiene da Liga das Nações, o que permitiu que ele conseguisse implantar o Centro Internacional de Leprologia na cidade do Rio de Janeiro (FIOCRUZ-COC, 2008).

Enquanto dirigia o Instituto Oswaldo Cruz, Chagas foi responsável por comandar o combate à epidemia de gripe espanhola, que assolava o Rio de Janeiro

em 1918. Esta era uma das missões do Instituto, que se dedicava à pesquisa e controle de epidemias e da saúde pública do país (FIOCRUZ-COC, 2008).

Estas e outras ações de destaque realizadas por Carlos Chagas estão registradas nos documentos que compõem o Arquivo, preservado pela COC. A formação deste Arquivo por parte da instituição aconteceu em duas fases e foi necessário que passasse por uma reorganização completa durante seu tratamento.

Num primeiro momento, em meados da década de 1990, Carlos Chagas Filho, filho de Carlos Chagas e também médico reconhecido, entregou aos cuidados da COC uma grande quantidade de documentos acumulados por ele mesmo, por seu irmão Evandro Chagas, também médico, e pelo pai, Carlos Chagas. Esta documentação foi tratada pela equipe da COC como um conjunto familiar único, que deu origem ao Fundo Família Chagas (FIOCRUZ-COC, 2008).

A segunda doação aconteceu em 2000, após o falecimento de Carlos Chagas Filho, através de sua viúva, Anna Leopoldina de Melo Franco Chagas. Este segundo conjunto foi doado, a princípio, como sendo exclusivo de Carlos Chagas Filho. Após o recebimento pela COC, a equipe constatou que havia documentos pertencentes aos três integrantes do Fundo Família Chagas (FIOCRUZ-COC, 2008).

Com essa constatação, os dois conjuntos foram divididos em três fundos distintos, Arquivo Carlos Chagas, Arquivo Carlos Chagas Filho e Arquivo Evandro Chagas.

Desta forma foi estabelecido o Arquivo Carlos Chagas, composto por 2,60 metros lineares de documentos textuais, 253 documentos imagéticos e um audiovisual. Este conjunto contém registros realizados entre os anos de 1897 a 1934 (FIOCRUZ-COC, 2008).

A documentação de Carlos Chagas tem como principal característica o registro da atuação profissional do titular, em todas as suas fases e estudos. Os traços privados e familiares estão presentes em menor quantidade.

Além dos momentos específicos da trajetória de Chagas, como a descoberta da Doença de Chagas e o combate à gripe espanhola, o Arquivo Carlos Chagas apresenta um panorama da situação sanitária da sociedade brasileira durante a Primeira República.

As áreas médicas são, por características próprias, um universo em constante movimento e desenvolvimento. No início do século XX a situação sanitária era muito diferente do que encontramos atualmente.

A saúde de uma população representa um elemento fundamental no desenvolvimento coletivo de ordem social, econômica, cultural de um país. Ainda mais um país em formação, como se encontrava o Brasil no início do século XX. Com a baixa infraestrutura, própria da época, e uma situação econômica delicada, ações de controle sanitário direcionadas à saúde pública foram essenciais para o desenvolvimento de um Brasil há pouco saído do sistema Imperial.

Os movimentos coordenados por Carlos Chagas, muitos derivados de sua relação com Oswaldo Cruz, foram responsáveis por evitar desastres imediatos e futuros na formação social da época. Chagas foi responsável por colocar o Brasil no cenário global da medicina e da saúde pública, em especial a partir de sua descoberta. Mantinha relações próximas com instituições renomadas de todo o mundo, a fim de contrair conhecimentos importados e de passar experiências nacionais.

Estas relações internacionais da medicina brasileira estão registradas nos documentos do Arquivo Carlos Chagas, que mantém boa parte do trabalho do titular junto a essas instituições. Este material permite explorar a situação da medicina brasileira em relação aos demais países da Europa e Américas, e traçar um trajeto de desenvolvimento científico e social sobre esta área no país.

As relações internacionais estabelecidas por Chagas foram, basicamente, decorrentes da sua descoberta da Doença de Chagas. Este, no entanto, foi um feito que, além de guindar o nome do cientista, alçou também o status do Brasil enquanto um país com potencial científico. Trata-se de um dos maiores produtos brasileiros na área médica até os dias de hoje.

A recolha do Arquivo Carlos Chagas pela Fiocruz, através de seu braço cultural, a COC, contribuí sobremaneira com a preservação e os estudos da área científica médica do Brasil. A COC mantém como missão justamente a preservação do legado histórico da medicina nacional e o desenvolvimento de pesquisas que explorem este segmento tão importante para a população brasileira.

A COC foi criada em 1986 com a proposta de constituição e preservação de fontes históricas e da memória institucional da Fiocruz. Com o desenvolvimento deste trabalho, em 1989 foi criado o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), responsável por recolher e abrigar acervos documentais que contribuem para os propósitos da instituição.

A partir daí a COC passou a recolher arquivos pessoais de profissionais de destaque nas áreas biomédicas e de saúde pública. Os arquivos de Carlos Chagas e de Oswaldo Cruz foram dois dos primeiros a integrar este projeto. Atualmente o DAD é responsável pela preservação de mais de 100 conjuntos documentais pessoais, todos direcionados ao campo proposto pela COC.

Neste sentido, o Arquivo Carlos Chagas vem contribuir enquanto uma parte da história da saúde pública nacional, marcada pelas ações deste titular. Este, acompanhado dos demais arquivos custodiados pela COC, forma um universo de informações históricas a ser largamente explorado.

Enquanto instituição, a COC desenvolve um trabalho com valor social único, dotado de produtos que contribuem para o conhecimento da formação das áreas biomédicas e sanitárias públicas no Brasil. Enquanto fonte de informação, o Arquivo Carlos Chagas apresenta uma parcela considerável deste contexto histórico de formação da nação, dotado de elementos únicos e incomparáveis.

3.9 Arquivo Oscar Niemeyer⁴⁴

Oscar Niemeyer é um dos personagens mais emblemáticos da arquitetura moderna no mundo. Os projetos desenvolvidos ao longo de 80 anos de profissão, entre os seus 105 de vida, confirmaram a audaciosa genialidade do arquiteto brasileiro.

Nascido em 15 de dezembro de 1907, no Rio de Janeiro, Niemeyer estudou na Escola Nacional de Belas Artes, na mesma cidade. Formou-se arquiteto em 1934 e ingressou no mercado de trabalho pela equipe de profissionais de Lúcio Costa, que o acompanharia por muito tempo (FUNDAÇÃO, 2008).

Pouco depois de iniciar suas atividades, participou do projeto de construção do Ministério da Educação e Saúde, atual Palácio Capanema, no Rio de Janeiro. Neste projeto teve a oportunidade de auxiliar o renomado arquiteto suíço Le Corbusier, com quem muito aprendeu e dialogou (FUNDAÇÃO, 2008).

Desenvolveu projetos que mostravam o seu espírito modernista na construção arquitetônica. Baseado em curvas e contornos arredondados, Niemeyer buscava na flexibilidade do concreto impor leveza às tradicionais construções retas,

⁴⁴ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Arquivo Oscar Niemeyer” (FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER, 2008).

pontiagudas e robustas. Esta passou a ser a marca do arquiteto que enriqueceu a arquitetura moderna.

A confirmação de seu trabalho veio em 1940 quando, a convite do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, desenhou o Complexo da Pampulha. Um projeto completo, com inovação estética e funcional, inigualável até os dias de hoje, afirmou a capacidade de Oscar Niemeyer na arquitetura brasileira (FUNDAÇÃO, 2008).

O reconhecimento internacional do arquiteto acontece pouco depois, em 1947, ao ser chamado para desenvolver o projeto da sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York. A partir deste momento, Niemeyer colocou seu nome e seu trabalho, já agraciados no Brasil, em destaque para o mundo.

Com a repercussão de seu trabalho na capital mineira, Juscelino Kubitschek, então presidente da República, chamou Niemeyer para o seu projeto mais audacioso. Em 1956, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa comandavam o projeto de construção da nova capital federal, Brasília.

Lúcio Costa foi responsável por desenvolver o plano piloto da cidade, e Niemeyer se incumbiu de desenvolver a arquitetura de toda a cidade. O belo projeto de Costa, a cidade em formato de avião, receberia por cima toda a monumentalidade dos desenhos de Niemeyer.

O arquiteto desenhou todos os prédios do poder público federal, como o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, o Palácio da Alvorada, o Palácio do Itamarati (Ministério de Relações Exteriores), o Supremo Tribunal Federal. Ainda desenhou os prédios residenciais e comerciais localizados no plano piloto, a Catedral de Brasília e o Museu da República.

A edificação de Brasília foi responsável por transformar a cidade em um verdadeiro museu a céu aberto, com obras de arte espalhadas por toda sua área. O reconhecimento pelo projeto de Brasília, tanto o plano piloto de Lúcio Costa quanto o arquitetônico de Niemeyer, garantiu que a cidade entrasse na Lista dos Patrimônios da Humanidade, da UNESCO, em 1987. Brasília é a primeira cidade com arquitetura moderna a figurar nesta Lista (FUNDAÇÃO, 2008).

Por ser membro ativo do Partido Comunista do Brasileiro, em 1964 Niemeyer saiu do Brasil, em decorrência da implantação do regime militar. Inicialmente morou em Paris, e de lá deu início à sua grande carreira internacional. Desenvolveu

trabalhos pela Europa, África, Oriente Médio e Américas. Destaque deve ser dado à sede do Partido Comunista Francês, projetada em 1965.

Retorna ao Brasil no final da década de 1970 e dá continuidade aos seus trabalhos no Brasil sem abrir mão de projetos internacionais. A partir deste período, muitas de suas obras foram destaque na arquitetura brasileira. Para exemplificar, o Memorial da América Latina, em 1987, e o Auditório do Parque do Ibirapuera, em 2002 – sendo que o próprio Parque foi projetado por ele em 1951 –, na cidade de São Paulo. O Caminho Niemeyer, na cidade de Niterói/RJ, é um conjunto de prédios projetados pelo arquiteto, formando uma rota turística (FUNDAÇÃO, 2008).

Oscar Niemeyer faleceu em 05 de dezembro de 2012, dias antes de completar 105 anos de idade. Ao longo deste período construiu, literalmente, um legado digno da fama que conquistou. Escreveu seu nome na história do Brasil da arquitetura mundial e transformou a noção de construção arquitetônica e urbanística em algo que dificilmente alguém poderá se equiparar.

O Arquivo Oscar Niemeyer é custodiado pela Fundação Oscar Niemeyer, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na casa onde funcionou o escritório do arquiteto durante a década de 1940. A Fundação foi criada em 1988 com a proposta de atuar como um centro de estudos e de documentação referente à arquitetura, urbanismo e artes plásticas. Com o tempo destacou-se na preservação da memória da arquitetura nacional (FUNDAÇÃO, 2008).

O Arquivo foi composto de forma parcelada, com uma transferência ordenada e periódica dos documentos dos escritórios de Niemeyer no Rio de Janeiro e em Paris, além de documentos pessoais. Trata-se de um vasto arquivo, mas que apenas uma parte deste conjunto foi candidatada ao Programa Memória do Mundo.

O conjunto nominado é composto por 468 conjuntos de croquis, 259 álbuns arquitetônicos e 1018 conjuntos de plantas, que totalizam 8927 documentos. Neste conjunto encontram-se representados mais de 700 projetos de Niemeyer realizados entre os anos de 1938 e 2005 (FUNDAÇÃO, 2008).

Este conjunto é composto por desenhos e plantas de projetos desenvolvidos pelo arquiteto ao longo de sua vida, capazes de expressar os pensamentos e propostas do autor em cada um deles. Por considerarmos o caráter inovador de seu trabalho, a linha de pensamento própria de Niemeyer também é uma marca registrada. A forma como pensava seus projetos é parte importante do conceito de moderno de arquitetura que ele desenhava (FUNDAÇÃO, 2008).

A arquitetura tem um papel muito importante na configuração das sociedades ao longo da história, e Niemeyer foi responsável por colocar o Brasil em lugar de destaque nesta história. As inovações que projetou repercutiram em todo o mundo e se tornaram referências na trajetória da arquitetura enquanto área de conhecimento.

Toda esta inovação e modernização de um universo estão expostas ao longo do território nacional, em maior parte. Compreender e vangloriar seu trabalho são atitudes dignas num caso como este. Compreender para tentar manter o pensamento de uma figura tão notória, presente na arquitetura e na sociedade. Vangloriar para não passar despercebido um homem que efetivamente interviu na paisagem e imagem brasileiras.

A Fundação, enquanto um desejo do titular, faz muito bem em preservar a imagem e o pensamento de Niemeyer. Valer-se de seus documentos para isso é uma estratégia com amplos potenciais. Desenvolver pesquisas e disseminar o material faz parte da proposta de Niemeyer e da instituição.

Foi Oscar Niemeyer quem criou a instituição e direcionou o seu Arquivo aos cuidados dela. Tal atitude se assemelha a um sentido de autoafirmação, de apropriação de si próprio.

No entanto, a legitimidade que teria se fosse recolhido por outra instituição não é abalada com isso. A afirmação de Oscar Niemeyer enquanto uma figura elementar na história e cultura brasileiras é dada através das intervenções que realizou. Uma atitude para a permanência de seu pensamento e de seu legado, a Fundação é, hoje, representante dos feitos e pensamentos de um cidadão qual a nação deve se orgulhar.

3.10 Acervo Jesco Von Puttkamer⁴⁵

O conjunto documental produzido pelo fotógrafo e cinegrafista brasileiro Jesco Von Puttkamer (1919 – 1994) é dotado de particularidades que lhe garantem um lugar de destaque entre os conjuntos documentais brasileiros. Jesco dedicou a maior parte de sua vida à causa indigenista, com o propósito de registrar e preservar dados originais das culturas indígenas no território brasileiro.

⁴⁵ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Coleção Jesco Von Puttkamer” (UCG-IGPA, 2009).

Atualmente sob custódia do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás (UCG-IGPA), o Acervo Jesco Von Puttkamer representa uma ponte de contato com os povos que habitavam as matas brasileiras. O material começou a ser transferido aos cuidados do IGPA em 1971, através do próprio Jesco, que também desenvolvia atividades em parceria com a instituição. No momento, o produtor se encontrava em fase ativa, o que configurava o conjunto como aberto, e recebia novos trabalhos desenvolvidos (UCG-IGPA, 2009).

A parceria entre a instituição e o cinegrafista resultou em consideráveis benefícios em vários aspectos, tanto para a documentação, quanto para a instituição, o produtor e também futuros pesquisadores. Entre os anos de 1971 e 1993, Jesco participou ativamente do tratamento deste material, fornecendo contribuições para descrição, classificação e arranjo que somente o produtor do conjunto documental pode oferecer. Esta situação garante ao conjunto uma característica técnica salutar no que tange à organicidade do material (UCG-IGPA, 2009).

Este material acumulado cobre grande parte do período de atuação de Jesco. Corresponde a aproximadamente 30 anos de produções, que vão de 1960 a 1994, o que resulta em um conjunto muito vasto em quantidade e variedade de suportes e informações.

De acordo com o formulário de inscrição elaborado pelo IGPA para a candidatura do acervo no edital 2009 do Programa Memória do Mundo, o conjunto é composto de (UCG-IGPA, 2009):

- 137.400 imagens fotográficas (71.000 slides, 58.000 negativos e 8.400 ampliações)
- 150 rolos de película 16mm (total de 90.000 pés de comprimento)
- 7 filmes montados
- 400 fitas sonoras de rolo
- 62 fitas DAT
- 62 fitas K7
- 200 diários de campo manuscritos

Todo este material é resultado do seu trabalho exploratório com o propósito de registrar e preservar tribos indígenas. Com a intensificação do contato entre estas tribos e os povos “civilizados”, a existência dos indígenas ficou comprometida. Além

das doenças trazidas pelos novos povos, a própria cultura indígena passou a ser inibida pelos hábitos e costumes modernos.

Jesco via nessa situação um potencial de perda de valores tradicionais, por ele considerado, ricos e inigualáveis. Seu trabalho agia no sentido de amenizar estas iminentes perdas.

Parte de seu trabalho foi desenvolvido ao lado de reconhecidos nomes das causas indígenas, como os irmãos Orlando, Cláudio e Leonardo Villas-Bôas e também por Francisco Meirelles e Apoena Meirelles. Jesco era convidado para acompanhar as expedições realizadas por estes pesquisadores, na proposta de realizar os registros fotográficos e filmicos das tribos (UCG-IGPA, 2009).

Além das relações com estes pesquisadores, Jesco ainda mantinha contato com agências internacionais para a comercialização e divulgação de seus trabalhos. Contratos com grandes redes, como a BBC de Londres e o grupo National Geographic, foram responsáveis por trazer reconhecimento internacional ao cinegrafista. O primeiro foi responsável por fazer a produção e edição de sete filmes documentários com o material de Jesco, enquanto o segundo publicava as fotografias em suas revistas (UCG-IGPA, 2009).

Estes grupos eram responsáveis por patrocinar expedições realizadas pelo cinegrafista, sem parcerias com os exploradores já mencionados. Isto garantiu a Jesco a oportunidade de aprofundamento na cultura de tribos indígenas, extrapolando as grandes expedições reconhecidas.

Os mais de 30 anos de dedicação resultaram no registro de aproximadamente 60 grupos indígenas, distribuídos entre os Estados de Mato Grosso, Goiás, Rondônia, Amazônia e Pará (UCG-IGPA, 2009).

Seus registros buscavam a captação dos povos e suas culturas. Os fazeres tradicionais, rituais, costumes, convívios, hábitos de alimentação, pintura corporal, artesanatos, entre outras características específicas.

Este interesse trabalhado por Jesco garante ao seu conjunto documental uma configuração única, incomparável a outros conjuntos documentais com temáticas indígenas. O registro por ele realizado destes grupos indígenas assegura a preservação das variadas culturas tribais existentes no Brasil. A relevância deste material é potencializado ao pensarmos que, destes 60 grupos registrados, a maioria hoje está extinta.

O registro e a preservação de culturas agora inexistentes configura o trabalho de Jesco Von Puttkamer como o único meio de contato com este universo que muito contribuiu para a formação da atual cultura brasileira, mista e variada por excelência.

É ressaltado pelo IGPA que muito deste material, em especial entre os rolos de filme 16mm, é composto por conteúdo inédito, nunca reproduzido e com um potencial pouco explorado. Isto significa dizer que, além do muito já feito a partir da documentação, os produtos de Jesco ainda oferecem muitas possibilidades a serem exploradas e conhecidas (UCG-IGPA, 2009).

Além dos documentos imagéticos e audiovisuais, o acervo ainda conta com um volume de material textual, composto por seus diários de campo. Nestes cadernos, Jesco registrava pensamentos e observações sobre as explorações, lugares e povos que visitava. Além de escritos de próprio punho, eram anexados a estes diários, recortes de jornais e outros papéis com intenção complementar aos estudos realizados (UCG-IGPA, 2009).

Escritos em português, inglês e alemão, os diários de campo ainda trazem partes escritas em variados dialetos indígenas. Estes escritos são responsáveis por apresentar apreciações realizadas pelo cinegrafista em seus percursos, além de preservar parte da cultura vernacular tribal brasileira.

Embora muito ricos, parte destes diários conta com restrições para acesso, por conterem registros de conflitos e disputas entre as tribos indígenas e órgãos governamentais. Deste modo, sem a devida autorização, o IGPA mantém estas informações em regime de sigilo (UCG-IGPA, 2009).

Os demais materiais do acervo são abertos para consulta, considerando as devidas precauções quanto à conservação e segurança de degradação do material. Por ser um acervo basicamente composto de material imagético e audiovisual, o acesso e uso do material deve ser controlado.

A documentação deste acervo é de ordem estritamente profissional e não conta com informações e documentação sobre a vida privada de Jesco Von Puttkamer.

O IGPA é uma instituição vinculada à Universidade Católica de Goiás, subordinado à sua Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, o que o configura como uma instituição de ordem acadêmica e de pesquisa. O Acervo Jesco Von Puttkamer não é um conjunto isolado na estrutura do Instituto e está diretamente relacionado ao seu propósito.

Desde sua criação, em 1971, o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia dedica suas atividades ao estudo e pesquisas nas áreas de arqueologia, paleontologia e história natural. Este espectro de trabalho foi ampliado, e passou a abranger também estudos de antropologia, com foco na exploração da cultura indígena da região centro-oeste brasileira (UCG-IGPA, 2009).

O Acervo Jesco Von Puttkamer foi o primeiro a integrar o acervo da instituição. Com a melhor estruturação do Instituto, surgiu a oportunidade de recolher, em caráter de doação, os materiais de outros importantes estudiosos da antropologia, arqueologia e história natural. O IGPA conta com materiais produzidos pelo cineasta Adrian Cowell, o sertanista Aracy de Passos Oliveira, o arqueólogo Mario Ferreira Simões e alguns documentos referentes a Francisco Meirelles (UCG-IGPA, 2009).

Além do trabalho de preservação deste acervo e a disseminação do material para pesquisadores, o Instituto desenvolve suas próprias pesquisas e estudos. Sua atuação como braço de apoio acadêmico para a Pontifícia Universidade Católica de Goiás coloca o Instituto e seu acervo em contato com estudantes e pesquisadores da área de arqueologia e antropologia.

Sua atuação está de acordo com a proposta de preservação de bens culturais e históricos e contribuição com o desenvolvimento de estudos avançados, em especial no que diz respeito à cultura indígena. Esta contextualização demonstra o interesse do IGPA em preservar o Acervo Jesco Von Puttkamer, além de honrar os interesses do próprio titular, ao realizar as doações pessoalmente e contribuir para o tratamento e disseminação do material.

3.11 Fundo Florestan Fernandes⁴⁶

O conjunto documental do professor Florestan Fernandes (1920 – 1995) encontra-se custodiado pela Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na cidade de São Carlos, interior de São Paulo. O Fundo Florestan Fernandes foi adquirido através de processo de compra, em negociação direta com a família do titular. A transferência aconteceu em 1996, um ano após o falecimento do professor (UFSCAR-BCO, 2009).

⁴⁶ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Fundo Florestan Fernandes” (UFSCAR-BCO, 2009).

Florestan Fernandes é conhecido nacional e internacionalmente como estudioso na área de Sociologia, disciplina que lecionou na Universidade de São Paulo (USP) entre os anos 1964 e 1969. Suas principais temáticas de estudos orbitavam as estruturações sociais de grupos primitivos, como tribos indígenas, e a organização social entre raças, em especial quanto à situação dos negros no Brasil. Dedicava-se também a defender a democratização da educação de qualidade, ao criticar a elitização das escolas e universidades brasileiras.

Ao longo de sua vida acadêmica, construiu um invejável currículo de produções, com a autoria de 59 livros próprios, mais de uma centena de artigos publicados em periódicos, contribuições em livros de coautoria, palestras e discursos, entre outros. Seus estudos são reconhecidos por fundarem uma metodologia própria de pesquisa sociológica, denominada Sociologia Crítica (UFSCAR-BCO, 2009).

Teóricos e estudiosos contemporâneos consideram Florestan Fernandes um dos expoentes brasileiros na pesquisa e docência em Sociologia. Seus trabalhos são recorrentemente utilizados nos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e demais cursos por todo o Brasil. Muitos de seus trabalhos receberam edições traduzidas em países europeus, norte e sul-americanos.

Apesar de sua curta estada na Cátedra de Sociologia da USP, encerrada através de uma aposentadoria compulsória, decorrente do movimento político brasileiro (promulgação do Ato Institucional Nº 5), Florestan migrou para o Canadá, onde deu continuidade aos seus trabalhos de docência e pesquisa. Neste país, lecionou na Universidade de Toronto. Ainda lecionou por alguns anos nos Estados Unidos, na Universidade de Yale, antes de retornar ao Brasil, na década de 1980, no período de redemocratização (UFSCAR-BCO, 2009).

De volta ao Brasil, retomou sua atividade de docência na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em 1987 foi eleito Deputado Federal, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), com mandato até 1990. Neste mandato atuou como Deputado Constituinte, no período de reformulação da nova Constituição Federal, de 1988. Foi reeleito para o mandato de 1991 a 1994. Enquanto estava no cargo, foi responsável por levantar a bandeira da valorização e democratização da educação, lutando pela educação de qualidade para todos.

Em 10 de agosto de 1995 faleceu, aos 75 anos, na cidade de São Paulo.

Com sua morte, a UFSCar foi responsável por prestar uma homenagem ao professor, e inaugurou um auditório batizado com seu nome. Nesta ocasião, a equipe da Biblioteca Comunitária (BCo) estabeleceu contato com os familiares e deu início ao processo de negociação para a compra de seu espólio documental (UFSCAR-BCO, 2009).

Em princípio, as negociações giravam em torno da aquisição da biblioteca particular de Florestan, uma ação que ia ao encontro das atividades da BCo. A BCo detém em sua estrutura uma seção direcionada à coleta de bibliotecas de particulares com relevante atuação nas áreas das ciências, em especial as sociais. Nesse sentido, agregar a biblioteca particular de Florestan Fernandes era de interesse para a instituição, por ser um profissional tão relevante no contexto das ciências sociais.

Sua biblioteca pessoal, composta de aproximadamente 12 mil itens, foi vendida para a BCo em 1996, dando origem à Biblioteca Florestan Fernandes. Juntamente com este processo, negociou-se também a implantação dos chamados Museu Florestan Fernandes, composto por objetos pessoais do pesquisador, e do Arquivo Florestan Fernandes, composto pelo Fundo Florestan Fernandes (UFSCAR-BCO, 2009).

O conjunto documental pessoal do professor foi aceito pela instituição por conta de seu relevante valor para o desenvolvimento das ciências sociais. O Fundo Florestan Fernandes é composto por 25 metros lineares de documentos, entre textuais e imagéticos, que abarcam o período de 1925 a 1995 (UFSCAR-BCO, 2009).

Entre os documentos, encontram-se muitas informações pessoais, sumariamente presente nas correspondências do professor. Esta parte do fundo é mantida em acesso restrito pela BCo, para fins de preservação da imagem do titular e de seus familiares.

O restante do fundo é composto por registros de sua atuação como pesquisador, docente e político. Contém cadernetas de anotações com pensamentos e considerações de próprio punho de Florestan, trabalhos produzidos por ele e de terceiros, acumulados. Informações sobre a atuação política Constituinte também estão presentes, seja em correspondências, seja em documentos e anotações.

Trata-se de um conjunto documental com muitas potencialidades para a área das ciências sociais, em especial por permitir um contato direto com a forma de pensar de Florestan Fernandes. Inegavelmente, este conjunto congrega elementos únicos para a manutenção do pensamento de Florestan Fernandes presente nas ciências brasileiras.

Este conjunto documental pode ser compreendido como complementar à sua biblioteca, o que justifica a aquisição das duas partes pela BCo, ao considerarmos que o interesse desta instituição direciona-se a bibliotecas particulares.

O interesse em adquirir bibliotecas de particulares por parte da BCo começou em 1995, o que faz da Biblioteca Florestan Fernandes uma das primeiras a integrar a sua denominada seção “Coleções Especiais”. Atualmente, a instituição conta com um acervo de 11 coleções de bibliotecas particulares, todas de ilustres brasileiros que atuaram nas ciências e nas letras (UFSCAR-BCO, 2009).

O destaque de Florestan Fernandes fica por conta de ser o único destes a contar com uma biblioteca, um museu e um arquivo próprios. Além de ser uma bela homenagem, esta característica é bastante salutar para a compreensão do pensamento do pesquisador que muito contribuiu para o desenvolvimento da ciência brasileira.

Por outro lado, esta situação demonstra a condição tangencial do fundo, em relação à instituição. O interesse inicial deu-se em relação à sua biblioteca, colocando o acervo museológico e o fundo arquivístico em um caráter complementar, ou mesmo de consequência.

Apesar de ser custodiado por uma biblioteca, o fundo recebeu tratamento arquivístico, o que valoriza a atuação da instituição e rompe com preconceitos de área que criminalizam a recolha de fundos arquivísticos por bibliotecas. No entanto, a recolha deste fundo pela BCo vai de encontro à sua proposta inicial.

3.12 Manuscritos Musicais de Carlos Gomes⁴⁷

Antônio Carlos Gomes nasceu em 11 de julho de 1836, na cidade de Campinas, no interior de São Paulo, onde ainda novo demonstrou seu talento para a música. O desenvolvimento deste seu interesse foi responsável por lhe garantir

⁴⁷ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Manuscritos Musicais de Carlos Gomes” (FBN, 2009).

destaque no cenário mundial de óperas e música clássica. É considerado um gênio musical e o maior operista das Américas (FBN, 2009).

Sua trajetória tem início na cidade onde nasceu, ao criar sua primeira composição, *Uma paixão amorosa*, seguida de pequenas peças e árias e algumas missas. Em 1859, aos 23 anos, se muda para o Rio de Janeiro, na intenção de aprimoramento e reconhecimento junto à Corte do Império (FBN, 2009).

Na capital, passa a estudar no Conservatório de Música, onde aprofunda seus conhecimentos e passa a ter contato com os mais renomados compositores da época e com suas obras. Neste período compõe sua primeira ópera, *A noite no castelo*, com a qual consegue os olhares do Imperador D. Pedro II e a condecoração de “Cavaleiro da Ordem da Rosa” (FBN, 2009).

Com sua segunda ópera, *Joana de Flandres*, recebe o apoio de D. Pedro II, que lhe concede uma bolsa para dar continuidade aos seus estudos no Conservatório de Milão. Após três anos de estudos na Itália, Gomes recebe o diploma de “*Maestro Compositore*” (FBN, 2009).

Durante sua estada na Itália produziu a sua mais agraciada ópera, *Il Guarany*, que teve sua estreia em 19 de março de 1870, no *Teatro Alla Scala*, em Milão. Esta produção, além de garantir o reconhecimento internacional ao compositor, tornou Gomes o primeiro operista não europeu a ter uma composição produzida e apresentada em palcos europeus (FBN, 2009).

Neste mesmo ano retornou ao Brasil, a pedido de D. Pedro II, para fazer a estreia de *Il Guarany* no país. A apresentação aconteceu em 02 de dezembro, no Teatro Lírico Fluminense, como parte das comemorações do aniversário do Imperador.

Gomes retorna à Itália, onde dá continuidade aos seus trabalhos e produz nos próximos anos mais três óperas: em 1873, estreia no *Teatro Alla Scala*, em Milão, a ópera *Fosca*; em 1874, no Teatro Carlo Felice, de Genova, estreia sua ópera *Salvator Rosa*; em 1879, no *Teatro Alla Scala* de Milão, a ópera *Maria Tudor*; e *Condor*, em Milão, 1891. No Brasil, produziu mais duas óperas: *O Escravo*, em 1889, e *Colombo*, em 1891. Carlos Gomes falece em 1896 (FBN, 2009).

As óperas compostas por Carlos Gomes foram responsáveis por lhe garantir um lugar entre os mais renomados músicos do mundo, sempre com o adendo de ele não ter nascido num país europeu. Ele foi responsável por colocar o Brasil como um

país com potencial artístico para a música clássica. Gomes é um ícone brasileiro da música erudita.

O conjunto Manuscritos Musicais de Carlos Gomes, custodiado pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), conta com as partituras originais manuscritas pelo compositor das óperas *Il Guarany*, *Fosca*, *Salvator Rosa* e *Maria Tudor*. Apesar de não ser a obra completa de Carlos Gomes, estas são as obras do auge de sua carreira (FBN, 2009).

O conjunto é composto por 12 volumes encadernados, referente às partituras das obras *Il Guarany*, *Fosca* e *Salvator Rosa*, mais uma pasta com quatro folders das partituras de *Maria Tudor*. Todas as quatro peças são “*melodrama in 4 atti*” (FBN, 2009).

Inicialmente, estes documentos foram doados pela filha de Carlos Gomes, Ítala Gomes, ao Museu Imperial, em Petrópolis. Após a criação da Divisão de Música e Arquivos Sonoros (DIMAS) da FBN, o Museu considerou a doação deste material, por ser um local mais apropriado aos documentos (FBN, 2009).

Por serem manuscritos, as maiores qualidades deste conjunto são a originalidade e singularidade. Estes valores se juntam às demais referências intrínsecas a Carlos Gomes e suas obras. *Il Guarany* é, possivelmente, a ópera nacional mais conhecida no Brasil, ainda mais por ser inspirada no livro *O Guarani*, de José de Alencar, outro ícone da literatura nacional.

A preservação destes originais, apesar de terem sido escritos na Itália e em italiano, simboliza a manutenção da relevância de Carlos Gomes para a arte e cultura brasileiras. A afirmação da territorialidade natural do compositor auxilia na delimitação de domínio de um personagem e de obras reconhecidas internacionalmente.

Para a memória nacional, é bom manter a imagem de Carlos Gomes como um pertence da cultura brasileira. Trata-se da formação de um exemplo do potencial artístico nacional. Feitos da ordem dos de Carlos Gomes não devem ser deixados ao consumo de outros países sem que haja uma referência ao seu berço.

A DIMAS é um setor da FBN, localizada no Rio de Janeiro, responsável pelo acolhimento de peças documentais dos grandes nomes da música. Seu acervo inicial era composto por publicações raras e partituras que pertenciam à Real Biblioteca, trazida ao Brasil em 1808, junto com a transferência da Corte Portuguesa.

Com um acervo rico em raridades, o conjunto de manuscritos de Carlos Gomes integra o hall de músicos preservados por uma das maiores instituições de memória do Brasil. A legitimidade conferida aos arquivos e coleções recebidos pela FBN acompanha a relevância nacional da instituição.

Apesar de não trazer contribuições para a pesquisa de acontecimentos históricos no cenário nacional, os manuscritos de Carlos Gomes contam com uma aura simbólica para a identidade nacional. Estes manuscritos compõem, eles mesmos, parte da cultura, da memória e da identidade nacionais materializadas.

3.13 Arquivo Tamandaré⁴⁸

Joaquim Marques Lisboa (13 de dezembro de 1807 – 20 de março de 1897) foi um relevante personagem no cenário político e militar do Império do Brasil. Consolidou sua carreira na Marinha de Guerra do Brasil, onde atingiu a patente de Almirante, o mais alto grau da hierarquia naval.

Sua carreira militar lhe conferiu o título de Almirante Tamandaré, em decorrência dos títulos de nobreza que recebera da Corte Imperial. Foi titulado Barão de Tamandaré pelo Imperador D. Pedro II, seguido dos títulos de Visconde, Conde e, por fim, Marquês de Tamandaré (DPHDM, 2010).

Seu período de vida lhe garantiu a chance de pertencer a três configurações do Brasil. Tamandaré nasceu e viveu sua infância no Brasil colonial, ainda sob o governo da Coroa portuguesa. Presenciou a Independência e passou a maior parte de sua vida e de sua carreira militar sob o regime Imperial, presenciando também a Proclamação da República e viveu os primeiros anos do novo regime republicano.

Seu destaque no serviço militar e a dedicação integral ao Imperador D. Pedro II garantiu um lugar junto à Corte Imperial e, conseqüentemente, proximidade com o ambiente político e decisivo do Brasil.

Como marcos de sua carreira, Tamandaré atuou em quatro guerras que contaram com a participação da Marinha de Guerra do Brasil. O primeiro conflito que contou com a participação de Tamandaré foi a Proclamação da Independência do Brasil, em 1822, seguido pela Campanha da Cisplatina, conflito armado contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, entre os anos de 1825 e 1828. Tamandaré voltou

⁴⁸ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura “Arquivo Tamandaré: Uma janela para o Estado Imperial brasileiro” (DPHDM, 2010).

a comandar a Marinha do Brasil na intervenção na Campanha Oriental, entre 1864 e 1865, movimentação esta que estimulou o próximo conflito sul-americano, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, de 1865 a 1870 (DPHDM, 2010).

Almirante Tamandaré encerrou sua carreira militar motivado pela Proclamação da República, sendo reformado no início de 1890. Depois de reformado, Tamandaré passou a atuar como ministro do Supremo Tribunal Militar, entre os anos de 1893 a 1897, quando faleceu (DPHDM, 2010).

Toda sua trajetória política e militar, comprometido e dedicado à Marinha do Brasil e ao Imperador, fez com que Almirante Tamandaré fosse, em 1925, considerado o Patrono da Marinha do Brasil. Tal homenagem demonstra a consideração existente entre os militares para com o Almirante Tamandaré (DPHDM, 2010).

Este histórico foi responsável por orientar a produção do Arquivo Tamandaré, conjunto de documentos produzidos e acumulados pelo militar que marcou a história da Marinha e de grande parte do percurso do Império brasileiro. Este Arquivo encontra-se, hoje, sob custódia da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), departamento do Comando da Marinha, situado na cidade de Rio de Janeiro.

Apesar de receber o título de Arquivo Tamandaré e ser considerado como a documentação pessoal do Almirante, é relevante destacar que há documentos adicionados após o falecimento do titular. As datas limites do Arquivo Tamandaré cobrem o período entre 1825 e 1913, ou seja, encerra 16 anos após a morte do titular.

Este Arquivo foi transferido para a DPHDM em duas parcelas, sendo a primeira transferência realizada em 1948. Esta parte da documentação foi entregue à instituição pelas mãos de Leon Victor Robichez, viúvo da neta de Tamandaré, Maria Luiza Marques Lisboa Robichez. A segunda parte pertencia à filha de Tamandaré, Maria Eufrásia Marques Lisboa, e chegou aos cuidados de Jósio de Salles, que entregou em doação à Marinha. A esta segunda transferência não há registro de data (DPHDM, 2010).

Após a junção das duas partes, a equipe da DPHDM realizou um trabalho de identificação e organização deste material. O conjunto foi organizado em grupos temáticos e optou-se por produzir encadernações do material. A organização de

todo o material deu origem a 17 livros temáticos, que são responsáveis, também, por apresentar o conteúdo da documentação de Tamandaré.

Os 17 livros são assim discriminados (DPHDM, 2010):

Livro 1 - Documentos diversos relacionados com a carreira naval e correspondências particulares, abrangendo o período de 1826 a 1913;

Livro 2 – Cartas e ofícios que tratam da Campanha do Uruguai e da Guerra da Tríplice Aliança;

Livro 3 – Documentação oficial sobre a Guerra da Tríplice Aliança e Campanha Oriental, entre os anos 1860 e 1866;

Livros 4, 5, 6, 7 e 8 – Continuação do livro 3;

Livro 9 – Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai;

Livro 10 - Genealogia, Guerra da Independência, Cisplatina, Campanha Oriental, Cabanagem, Balaiada, Construção Naval;

Livro 11 – Continuação do livro 3;

Livro 12 – Organização de expedição do Imperador ao Norte do Brasil, onde Tamandaré foi Comandante (1859-1860);

Livro 13 – Campanha do Uruguai (1864);

Livro 14 – Livros de Quarto do Comandante Victor Santiago Subrá – relata episódios das campanhas de Corrientes, Passo da Pátria e Três Bocas (1866 – 1867);

Livro 15 – Documentos diversos do período de 1844-1846, quando foi Comandante da Divisão do Norte;

Livro 16 – Relatos elaborados pelo secretário de Tamandaré sobre as Campanhas contra o Estado Oriental e do Paraguai (1864-1867);

Livro 17 – Cartas trocadas entre Visconde de Tamandaré e o Conselheiro do Império Francisco Xavier Pinto Lima, sobre a Campanha do Uruguai (1864-1865).

Nota-se que o conjunto documental de Tamandaré contém documentos oficiais e extraoficiais referentes a importantes momentos da história brasileira. As guerras e demais conflitos que participou contribuíram para a formação do Brasil, tanto em questões territoriais, como diplomáticas e de políticas internas e externas.

É inquestionável o valor histórico desta documentação, com informações relevantes para o conhecimento e um período tão importante na formação política e cultural do Brasil enquanto uma nação. Além das informações oficiais, aqueles

documentos produzidos por Tamandaré, com relatos e lembranças destes eventos, também contribuem para a compreensão dos objetivos e pensamentos do titular, enquanto pessoal, enquanto militar e enquanto integrante da Corte Imperial.

A identificação das estratégias e pretensões do governo Imperial em relação ao seu povo e seu território também é um potencial desta documentação de períodos de conflitos.

O Arquivo Tamandaré ainda guarda as correspondências do militar com muitos nomes de destaque da época. Por manter um contato bastante próximo com a Família Imperial, muitas de suas correspondências são trocadas com o Imperador D. Pedro II e com a Princesa Isabel.

Além de ser um personagem ativo no contexto do Brasil Imperial, Almirante Tamandaré foi responsável por deixar um espólio de documentos únicos, que contribui com pesquisas sobre diversos pontos da história brasileira.

Agregar esta documentação à estrutura da Marinha do Brasil, através da DPHDM, mostra-se como um caminho sensato. Por considerarmos o teor das informações deste Arquivo, não seria equivocado pensar na possibilidade de este pertencer ao acervo do Arquivo Nacional.

A DPHDM é uma instituição bem estruturada, integrante de um dos poderes militares nacionais, e reconhecidamente dedicada às questões históricas e documentais. A missão da instituição é concernente com o universo ao qual se insere, ou seja, dedicar-se à história e à memória marítima e da Marinha.

Inevitavelmente esta proposta encontra-se com a história nacional, pois, a Marinha é uma organização a serviço do país. Tamandaré é o Patrono da Marinha, um dos símbolos deste universo militar. Preservar os espólios materiais deste homem é complementar às menções regularmente dedicadas, além de ser esperado.

A preservação do Arquivo Tamandaré pela DPHDM vai ao encontro das propostas de trabalho desta instituição, que se dedica à documentação histórica naval, em sentido amplo. O Arquivo Tamandaré atende os requisitos para integrar o acervo desta instituição, e mostra ainda muito mais.

O recolhimento do Arquivo Tamandaré pela DPHDM corresponde não somente a monumentalizar um sujeito já monumento, mas a preservar e difundir todas as potencialidades que este personagem histórico tem a oferecer, além das simbologias.

3.14 Conjunto documental relativo às viagens do imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo.⁴⁹

O Museu Imperial, localizado na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, é responsável por abrigar um rico acervo documental de referência ao período imperial brasileiro, no século XIX. Seu acervo é composto por peças museológicas herdadas do império, biblioteca de referência e um arquivo histórico vasto em informações que orientam o conhecimento do Brasil pré-republicano.

Sua sede é localizada no Palácio de verão da Família Imperial do Brasil, construída entre os anos de 1845 e 1862, por D. Pedro II, filho direto de D. Pedro I e herdeiro da Coroa brasileira. Em 1939 o Palácio foi adquirido pelo governo brasileiro e transformado em Museu Imperial através do Decreto-Lei Nº 2096, de 29 de março de 1940, assinado pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas.

Em 1949 o Museu Imperial recebe a doação de um de seus mais importantes conjuntos documentais do arquivo histórico da instituição. Trata-se do Arquivo da Casa Imperial do Brasil – POB, como doação pelas mãos do príncipe D. Pedro Gastão de Orléans e Bragança, bisneto de D. Pedro II e herdeiro da linhagem imperial brasileira, falecido em 2007, em Paris (MUSEU IMPERIAL, 2010).

O Arquivo da Casa Imperial do Brasil é composto por cerca de 80 mil documentos textuais e iconográficos produzidos entre os anos de 1249 a 1932, que compreendem informações sobre Brasil Reino, Primeiro e Segundo Reinados da fase Imperial e início da República. O arquivo é o espólio documental do funcionamento da Família Real portuguesa, e posteriormente, Casa Imperial do Brasil, construído por várias gerações da linhagem monarca. Como governantes do Brasil, seus fazeres dizem respeito à estrutura política, econômica e jurídica do país, além da vida privada destes nomes determinantes para a história do Brasil (MUSEU IMPERIAL, 2010).

Dentro deste grande arquivo da Casa Imperial do Brasil, a equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial identificou a existência de um conjunto específico de documentos de ordem pessoal do imperador d. Pedro II, onde se encontra o registro

⁴⁹ Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Formulário de Candidatura do “Conjunto documental relativo às viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo” (MUSEU IMPERIAL, 2010).

de viagens realizadas durante seu período de governante do Império brasileiro e algumas produções posteriores à proclamação da República.

D. Pedro II foi o segundo imperador do Brasil, herdando o trono de seu pai, D. Pedro I. Nascido em 2 de dezembro de 1825, no Rio de Janeiro, ascendeu ao trono imperial com apenas cinco anos de idade, em 7 de abril de 1831, por ocasião da abdicação de seu pai, que partiu em viagem para Portugal a fim de reaver o trono português para sua filha mais velha, D. Maria da Glória. Sua coroação aconteceu somente no ano de 1841, quando completou 15 anos e sua maioridade foi antecipada para que pudesse receber seu lugar no governo (MUSEU IMPERIAL, 2010).

No tempo anterior à coroação, sua formação para o cargo que ocuparia garantiu uma formação erudita em diversas áreas do conhecimento, como matemática e ciências exatas, literatura, artes, ciências naturais, estudos culturais e antropológicos. Em idade adulta seu interesse pelos estudos científicos foi se desenvolvendo e ele acabou por se dedicar com afinco no desenvolvimento de trabalhos e pesquisas científicas que lhe fossem de interesse, como astronomia, física, ciências naturais, matemática, idiomas, entre outros assuntos. Além de governante, D. Pedro II era também um homem das ciências e se interessava muito pelos estudos, o que o levou a construir uma rede de relacionamentos com renomados cientistas e pesquisadores internacionais, como Louis Pasteur, Víctor Hugo, Graham Bell, Alexandre Herculano, entre vários outros⁵⁰.

D. Pedro II mantinha ainda forte paixão pelas artes e estimulava o desenvolvimento dos talentos brasileiros de modo que se destacassem no cenário internacional. Financiava o trabalho de artistas brasileiros pela Europa, para que tivessem a oportunidade de apresentar as artes brasileiras ao mundo. Foi o que fez com o pintor e romancista Pedro Américo de Figueiredo e Melo, com o músico Carlos Gomes e o pintor Vítor Meireles

Logo que assumiu seu posto de Imperador, D. Pedro II deu início à realização de viagens diplomáticas em nome do Império brasileiro, inicialmente, pelos interiores do país, no intento de amenizar conflitos e estabelecer a coesão do Estado brasileiro. Realizou uma longa expedição pelo interior do Brasil entre os anos de

⁵⁰ Dados extraídos da web site oficial do Museu Imperial. Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/arquivo-historico/2-arquivo-da-casa-imperial-do-brasil.html> acesso em 14/01/2013

1878 e 1885 visitando e mantendo contato com várias províncias brasileiras e percebendo os modos de viver do povo brasileiro. Estabeleceu contato com tribos indígenas e analisou seus comportamentos culturais peculiares e seu idioma (MUSEU IMPERIAL, 2010).

Durante o seu reinado empreendeu três grandes viagens ao exterior do país, com trajetos que percorrem quatro continentes do globo. Com partidas nos anos de 1871, 1876 e 1887, o Imperador percorreu o seguinte trajeto: Lisboa, Madrid, Nuremberg, Paga, Budapeste, Viena e Egito, na primeira viagem; a segunda viagem compreendeu um roteiro com início nos Estados Unidos e Canadá, seguindo dos países europeus Inglaterra, Irlanda, Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Rússia e Grécia, em sequência, à Ásia Menor e Palestina. Retornou ao Egito para desenvolver estudos em egiptologia. Em sua última viagem ao exterior na condição de Imperador, foi à Europa e percorreu por França, Alemanha e Itália (MUSEU IMPERIAL, 2010).

Por todos os lugares que passava, estabelecia contatos com governantes locais, vivenciava características e costumes regionais e a cultura local. Relacionava-se com cientistas e artistas dos países, de modo que organizava e realizava seus estudos durante as viagens. Utilizava as viagens diplomáticas também como forma de enriquecimento cultural e científico de sua parte.

Com a proclamação da República brasileira, em 15 de novembro de 1889, a Família Imperial foi condenada ao exílio e teve de se retirar do país, retornando à Europa, onde viveram nas cidades de Lisboa e Porto, em Portugal, Cannes, Versalhes e Paris, na França, onde D. Pedro II faleceu, em 5 de dezembro de 1891, aos 66 anos (MUSEU IMPERIAL, 2010).

Durante todo este tempo de reinado e por todas as viagens que realizava, seja pelo Brasil como pelo mundo, D. Pedro II sempre realizava muitas anotações de tudo que observava, conhecia e tinha contato. Mantinha grande quantidade de cadernetas e diários pessoais de viagens, onde se encontrava registrado todos estes dados retirados de sua trajetória de vida, não apenas durante o período de governo, mas posterior a ele (MUSEU IMPERIAL, 2010).

As produções científicas a que se dedicava também eram inscritas detalhadamente em suas anotações. Cadernos e folhas com pensamentos e ensaios científicos desenvolvidos a partir de suas pesquisas e estudos nas diversas

áreas que se dedicava, contribuídos por informações retiradas de suas viagens e o contato com outros cientistas e artistas da época, foram por ele guardados.

Do mesmo modo, correspondências trocadas entre D. Pedro II outros integrantes do governo nacional, tratando de questões políticas do país, contatos com outros governantes estrangeiros, a fim de discussões políticas de ordem diplomática entre países, notas e documentos de controle administrativo dos gastos com a Mordomia Imperial também foram guardados (MUSEU IMPERIAL, 2010).

Todos estes documentos foram mantidos juntamente com o conjunto de documentos que recebeu o nome de Arquivo da Casa Imperial do Brasil, quando de sua transferência para a custódia do Museu Imperial. A organização dedicada pela equipe do Arquivo Histórico da instituição permitiu a identificação destes documentos específicos de D. Pedro II, o que originou a criação do Conjunto documental relativo às viagens do imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo, apresentado ao Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo.

Trata-se de um conjunto composto por 870 documentos produzidos entre os anos de 1840 e 1891, portanto, entre o período de reinado de d. Pedro II até o fim de sua vida. Há ocorrência neste conjunto de documentos produzidos por outras pessoas, além de d. Pedro II, como sua filha, princesa Isabel, e a condessa de Barral, pessoa que mantinha estreito contato com o Imperador. O primeiro registro deste conjunto documental acontece com o início do primeiro diário de d. Pedro II, ao completar 15 anos, em 02 de dezembro de 1840. Seus registros terminam em 25 de novembro de 1891, já perto de sua morte, exilado na França. Após esta data, há ainda registros realizados por outras pessoas sobre os últimos dias de vida do Imperador (MUSEU IMPERIAL, 2010).

Por se tratar de um conjunto de documentos que é integrante de um arquivo maior, estes registros de D. Pedro II não contam com classificação ou instrumentos de pesquisa próprios que os descrevam em sua integralidade. Eles estão inseridos no contexto arquivístico do Arquivo Casa Imperial do Brasil, mas apenas estes documentos específicos e selecionados compõem a nomeação ofertada pelo Programa Memória do Mundo.

O Museu Imperial não disponibiliza o acesso remoto a alguma base de dados com informações sobre seu acervo arquivístico, sendo possível somente a consulta *in loco*, ou à distância, por contatos de e-mail ou telefone.

A documentação é quase integralmente de cunho pessoal do Imperador, com seus diários pessoais e de viagem, cadernetas de anotações e depoimentos, além dos seus estudos e pesquisas, já de um âmbito mais público de seus afazeres. Há ainda os documentos oficiais da Família Imperial, que não se inserem nos padrões de documentos pessoais.

Estes documentos representam as experiências de vida de um homem que marcou seu tempo, governando uma nação por mais de 40 anos e explorando o mundo com olhares políticos, científicos e artísticos.

3.15 Considerações sobre as nomeações

Com a observação dos conjuntos pessoais nominados fica possível tecermos algumas considerações acerca da patrimonialização deles. Além de observar as características dos arquivos nominados, é importante mantermos atenção no sistema de eleição utilizado.

Para iniciar, podemos trabalhar com a ideia dos campos de atuação dos personagens listados. Existe uma diversidade de áreas neste conjunto que, em certo ponto, corresponde com os variados segmentos da sociedade brasileira.

Podemos destacar nesta lista a representação de sete grandes áreas, importantes por si mesmas no contexto social. Ao listamos os arquivos pessoais nominados, temos a seguinte configuração:

- **Antropologia/Sociologia** – Jesco Von Puttkamer, Florestan Fernandes, Joaquim Nabuco;
- **Arquitetura** – Oscar Niemeyer;
- **Literatura** – Guimarães Rosa, Machado de Assis;
- **Medicina** – Oswaldo Cruz, Carlos Chagas;
- **Militar/Forças Armadas** – Almirante Tamandaré;
- **Música** – Carlos Gomes;
- **Política** – Getúlio Vargas, Diários de D. Pedro II.

Cada uma destas áreas mantém sua devida importância na configuração social brasileira. Dentro de cada uma das áreas, encontramos nomes de pessoas que nelas atuaram e receberam destaque por sua atuação.

A relevância destes nomes para suas áreas lhes garante um lugar de destaque na sociedade. Algo como uma representação da área através de seus mais nobres integrantes, ou aqueles que desenvolveram melhores trabalhos.

Não há como falar em arquitetura no Brasil sem lembrar o nome de Oscar Niemeyer, ou de literatura brasileira sem citar Machado de Assis. As contribuições prestadas por estes personagens contribuíram para construir ou estruturar estes campos tão relevantes.

A biografia destes personagens nos mostrou que a atuação de cada um deles, suas produções e pensamentos, foram responsáveis por movimentar e desenvolver a área. Mas não somente isso, estes foram responsáveis por contribuir com a formação social e cultural do Brasil.

Enquanto Machado de Assis escrevia seus livros e contribuía para a literatura nacional, também deixava sua colaboração para o enriquecimento cultural brasileiro. Enquanto Oswaldo Cruz trazia desenvolvimento para os estudos em medicina e sanitarismo, como áreas científicas, também estruturava políticas, sistemas e mentalidades sanitárias na população brasileira.

Os trabalhos destes homens contribuíram para estruturar áreas já solidificadas no contexto social, mas trouxeram também inovações a estes espaços. Estas inovações garantiram o destaque de seus nomes nos espaços de cada campo e na continuidade temporal.

No entanto, o legado deixado por eles não se restringe às áreas, mas extrapolam tais limites. Os nomes destes personagens são, hoje, parte do desenvolvimento histórico nacional.

Todos estão ligados a trabalhos e atuações que interferiram na trajetória histórica do país e, em alguns casos, mudaram rumos. Tais atuações de pessoas pinçadas da massa populacional lhes tiram do anonimato e os colocam como verdadeiros agentes na história.

Os nomes e as ações são efetivamente validados e reconhecidos pela sociedade brasileira. Mas, como nos referimos aqui a patrimônios documentais, é imprescindível que se observe a documentação.

Uma exceção específica vale ser salientada. O caso de Jesco Von Puttkamer se mostra como um diferencial no conjunto listado, por não ser um personagem renomado e amplamente conhecido. Um personagem que não teve seu nome registrado na história nacional, mas que contribuiu para registrar uma parte da história.

Apesar de não ser renomado, Jesco desenvolveu um trabalho de ordem antropológica muito relevante para a história cultural nacional. Nesse sentido, sua documentação se mostra saliente ao nome do produtor, e mais, seu material foi produzido com esse intuito. O que cabe dizer neste caso específico é que não se trata de uma pessoa de destaque no cenário nacional, mas que sua documentação detém valor por si mesmo.

Nos demais casos, a representação de acontecimentos e épocas nos documentos é evidente. No entanto, é pertinente questionarmos se a documentação é tão relevante quanto o nome do titular.

Ao trabalharmos com a valoração de documentos de uma pessoa cuja imagem é emblemática, existe o risco de imbuirmos seu arquivo com a mesma aura investida ao titular. Disto pode decorrer a selagem de conjuntos que não correspondam, necessariamente, com o simbolismo pertencente ao titular.

Daí decorre a necessidade de observação dos conjuntos documentais enquanto relevantes para a comunidade que se direciona. No caso do Programa Memória do Mundo, em sua ação no Brasil, a proposta é direcionada à seleção de documentos que sejam portadores dos potenciais patrimoniais nacionais.

Este espectro nacional do Programa tem origem no seu mais alto nível hierárquico, organizado dentro da UNESCO. O Comitê Consultivo Internacional e a nomeação mundial deste Programa, ou seja, sua proposta inicial, tem como pretensão a observação dos mais importantes acervos da história humana.

A implantação de níveis abaixo do mundial visava um meio de trazer ao Programa algo mais próximo da multiplicidade e diversidade cultural existente no mundo do que aquilo que seria possível com uma visão centralizada no CCI. Deste modo, as implantações de organizações regionais e nacionais colaboram com a iluminação destes elementos culturais variantes, mais facilmente perceptíveis quando observados numa escala restrita.

Este sistema, para o nível mundial, seria capaz de fornecer a diversidade e multiplicidade entendida como justa às muitas culturas humanas. Caberia, nesse

sentido, aos agentes subordinados a tarefa de selecionar e apresentar exemplares representantes de sua própria cultura para compor aquele grande grupo que seria a memória documental do mundo.

É sabido que a diversidade cultural não se restringe aos diferentes povos do mundo, mas também existem tais variações dentro de uma nação. O que torna o trabalho, mesmo no nível nacional, uma tarefa tão seletiva quanto a que caberia ao mundial. Evidentemente, qualquer atitude seletiva inclui, necessariamente, a exclusão de algo.

Em se tratando dos arquivos pessoais, é perceptível, em sua maioria, a apropriação de personagens que são ícones na história brasileira. Homens que já detêm suas honras legitimadas pela história.

Esta análise não se trata de desmerecimento dos conjuntos nominados pelo Comitê Nacional, mas de demonstrar uma continuidade daquilo que já é existente. Dentre estes conjuntos, há a preponderância de uma reafirmação da história vigente em detrimento das outras memórias sociais.

Os arquivos de Getúlio Vargas, de Oswaldo Cruz, de Carlos Chagas e do Almirante Tamandaré são exemplos esclarecedores de momentos determinantes para a sociedade brasileira. A percepção popular sobre estes personagens e momentos é, até hoje, distribuída entre aprovações e desaprovações. Isso demonstra que seus documentos podem efetivamente contribuir para a formação de identidade e memória nacional.

Além disso, expressa que a legitimidade concedida pela história não necessariamente conta com a legitimidade da comunidade pertencente. Mas, para a nomeação destes arquivos ao título de patrimônio documental nacional, o pertencimento popular não é considerado, pois, tal como a história é escrita por poderes intelectuais, esta seleção também o é.

O Comitê Nacional é uma parcela da elite intelectual brasileira que conta com a função de determinar aquilo que será lembrado com prioridade. Isto significa trazer à discussão a importância da composição do Comitê Nacional para a determinação dos patrimônios documentais nacionais.

Contudo, as determinações do Comitê Nacional estão subordinadas aos preceitos estabelecidos pelo Programa, apresentados na forma dos critérios de seleção. Os critérios aplicados na seleção nacional são relevantes para analisar a

posição de documentos no contexto patrimonial nacional. Convém que destaquemos aqui dois destes critérios, com relação aos arquivos pessoais.

O segundo item analisado na determinação das Diretrizes diz respeito à “unicidade e singularidade do documento ou conjunto documental”. Este caráter de análise é responsável por oferecer certa vantagem aos arquivos pessoais, em comparação aos institucionais.

A caracterização de um arquivo pessoal é única por excelência. Os tipos documentais, a forma das informações registradas, a configuração interna de um arquivo pessoal é dotada de uma singularidade que não cabe aos institucionais. Mesmo entre outros arquivos pessoais, um não se equipara a outro.

O outro ponto a ser destacado entre os critérios é o terceiro item analisado, que corresponde à “relevância do documento ou conjunto documental”. Neste item busca-se identificar a importância do documento para a história, cultura e sociedade brasileiras, com base em lugares, pessoas e acontecimentos.

Neste momento delimita-se o alcance e a direção das nomeações. Considerando os critérios “pessoas” e “acontecimentos”, pautados na qualidade de “relevância”, somos direcionados a observar os personagens de destaque na história e cultura, e os acontecimentos marcantes na trajetória nacional. Ou seja, o alcance imediato, nesta observação, atinge aqueles personagens e acontecimentos legitimados pela história.

Como o Comitê Nacional não tem acesso à documentação em si, sua análise fica condicionada ao apresentado no Formulário de Candidatura. Neste documento prima-se pela apresentação contextual do titular da documentação como sua biografia, seu papel na sociedade coetânea, episódios e feitos participados, etc.

Nesse sentido, duas situações se destacam. Primeiro, aquilo que já é destaque nacional tem maior tendência a se reafirmar. Quer dizer, o nacionalmente relevante toma sobressalência em relação ao regionalmente relevante.

Isto não deve ser tratado como um equívoco, pois, a proposta é trabalhar com a Memória do Brasil, como diz o nome do Programa. No entanto, é também proposto que se ilumine as diversas culturas e memórias existentes na nação, e tal diversidade encontra-se naquilo que é regional ou de grupos menores.

A segunda situação a destacar cabe à efetiva “relevância” do documento. Com uma análise contextual do personagem, sem observar os documentos em si,

caímos num risco já comentado. A possibilidade de ungir com a aura de seu titular documentos que pouco têm a contribuir, em efetivo, com a história e cultura.

É de se presumir que as correspondências de Vargas e de Tamandaré, ou os registros de Guimarães Rosa, efetivamente digam respeito ao interesse coletivo nacional. Mas até que se observe a documentação, isso não passa de uma presunção.

Todas estas análises estão subordinadas a outra questão no empreendimento de nomeação. Qualquer atitude só pode ser tomada a partir da candidatura dos conjuntos documentais ao registro no Programa. A candidatura, sempre apresentada pelo detentor do documento, também representa um momento importante nesse sistema de patrimonialização.

Este sistema de candidaturas, pertinente para um trabalho que busque os diversos aspectos da história e cultura nacional, origina uma situação de concorrência entre os conjuntos candidatos. Ainda mais por se tratar de análises comparativas, não se trata apenas das qualidades do conjunto em si, mas também das qualidades daqueles que concorrem no mesmo edital.

Esta concorrência que, com base nos critérios de seleção, em certo ponto favorece os arquivos pessoais em relação aos institucionais, também gera consequências entre os arquivos pessoais concorrentes. Isso significa dizer que se no edital 2008, por exemplo, o Arquivo Alexandre Roberto Filho não tivesse concorrido com os arquivos de Joaquim Nabuco, Oscar Niemeyer e Carlos Chagas, talvez ele tivesse sido nominado.

Colocarmos esta situação da concorrência enquanto um peso no processo de nomeação, de certo modo, exime as análises críticas e técnicas e instaura um sentido de casualidade. Sem que as instituições saibam com quais outros conjuntos o seu candidato concorrerá, o aceite para o registro passa a contar com critérios de sorte.

Diante deste cenário apresentado, podemos considerar que a nomeação de arquivos pessoais no Registro Memória do Mundo do Brasil ocorre por condições que extrapolam a composição do arquivo. A expectativa do Programa é a de recomendar a salvaguarda daqueles documentos ou conjuntos documentais mais relevantes para a história e cultura nacional, com o suporte de critérios que identifiquem tais qualidades.

No entanto, identificamos que ao fim do processo de seleção, os critérios de seleção pré-determinados correspondem a apenas um dos pesos para a nomeação. Podemos destacar quatro pesos que determinam a patrimonialização dos arquivos pessoais para o Programa Memória do Mundo: a composição do Comitê Nacional, a legitimidade histórica dos titulares dos arquivos, os critérios de seleção do Programa e a concorrência entre as candidaturas do edital.

Interessante ressaltar que, em todos estes pesos, as qualidades intrínsecas aos documentos do arquivo, como as informações e registros nele preservados, ficam em último lugar nas considerações. Os critérios de seleção estimulam análises direcionadas à composição e qualidades dos arquivos, mas que atuam de forma mais classificatória do que eliminatória.

Contudo, este sistema e estes pesos apresentados correspondem à patrimonialização para o Programa Memória do Mundo do Brasil, logo uma determinação institucional. A UNESCO detém forte credibilidade no que diz respeito à preservação do patrimônio mundial, em qualquer de suas apresentações. Mas, enquanto uma instituição, seu sistema seletivo segue os padrões burocratizados típicos da modernidade.

Após estas observações, o que fica é uma pergunta: Estas determinações burocráticas da UNESCO são responsáveis por estabelecer o que é patrimônio documental e o que não é, mesmo se entendermos o patrimônio enquanto uma questão mais sensível?

Considerações Finais

Após a apresentação dos pontos deste trabalho, é possível traçarmos algumas considerações a fim de contribuir para o entendimento sobre os patrimônios documentais e o lugar dos arquivos pessoais neste universo. A organização deste trabalho propunha estabelecer uma linha de pensamento que abarcasse e agregasse aos arquivos pessoais alguns conceitos essenciais para nosso objetivo.

Com a proposta de identificar o modo como os arquivos pessoais podem ser considerados um patrimônio documental de relevância nacional, o texto parte dos arquivos pessoais. O entendimento desta categoria de arquivo é imprescindível para o caminho percorrido.

Compreendidos como os documentos acumulados por uma pessoa ao longo de sua trajetória, os arquivos pessoais não detém uma única configuração. A miscigenação de itens é sua característica primordial. Sempre de acordo com as ações do titular, ele ganha forma dentro das expectativas deste que o constrói.

A possibilidade de todas as pessoas formarem seus arquivos nos dá um dado relevante. Associado à variedade própria destes conjuntos, podemos considerar que não é exatamente a configuração do arquivo pessoal que lhe investe o sentido valorativo. Este sentido se encontrará na trajetória da pessoa, mais do que naquilo que foi acumulado por ele.

Tal sentido valorativo tem por justificativa a contribuição social e coletiva por parte dos documentos acumulados pela pessoa. A possibilidade desta contribuição encontra-se naquelas pessoas com uma trajetória de destaque nos cenários sociais, por apresentar uma perspectiva de grandes fenômenos da sociedade. No entanto, esta ainda é uma condição potencial.

A potencialidade se mostra também presente para personagens anônimos. A percepção da sociedade e seus fenômenos é disponível para qualquer indivíduo de uma coletividade. Para citar um exemplo já bastante conhecido, podemos dizer de um dos maiores *Best Sellers* da literatura mundial. *O Diário de Anne Frank* é um diário pessoal de uma garota judia em fuga do Regime Nazista. Uma garota completamente anônima, até que seu diário tomou conhecimento público.

Este exemplo demonstra que há potencialidades em arquivos de anônimos, mas estes são encobertos por pessoas públicas, cuja imagem é amplamente

divulgada. Os sujeitos públicos ganham destaque por sua efetiva, e visível, participação nos caminhos da sociedade.

Muitos destes personagens públicos que contribuíram com a história nacional têm suas imagens e ações inseridas em lugar de destaque na linha temporal coletiva. Isso decorre de uma legitimação histórica destes personagens, realizada por um trabalho coletivo de formação da história.

Com este empreendimento, obtêm-se como resultado uma parte da história nacional. Devidamente estruturada ao longo do tempo, esta história nacional é fruto de um processo seletivo. Aquilo selecionado para ingressar na história e representar o passado da nação é imbuído de um valor legítimo para este serviço de representação.

Em oposição a este lado, existe aquilo que não é selecionado. São muitos os personagens que integram a história nacional e são amplamente conhecidos e disseminados. Mas estes não são todos os personagens que efetivamente participam da formação da história.

Com isso, obtêm-se dois grupos de personagens, aqueles em destaque e aqueles encobertos. Não significa dizer que estes encobertos são menos significativos na trajetória coletiva. É como dizer que os destacados são mais iluminados ou mais observados pelos grupos formadores da história.

O reconhecimento investido a estes personagens é transmitido às coisas relacionadas a ele. Entre estas coisas, seus documentos são incluídos. Com a impressão de que os arquivos pessoais são efetivas representações da vida do titular, eles passam a ser entendidos como um símbolo do sujeito.

Este processo contribui para que os documentos de pessoas reconhecidas pela história nacional recebam um sentido que é menos sentimental do que político. Pode ser entendido como uma das formas de referência e permanência destes personagens e seu lugar na história e cultura nacional, tal qual um monumento, erigido para a afirmação de algum fenômeno histórico e cultural que é de interesse que se lembre.

Com relação aos documentos, caberia mais o conceito de monumento histórico, trazido por Choay. No entanto, os documentos podem ser inseridos num entremeio destes dois objetos.

Os documentos não são construídos na intenção memorial, mas se configuram como algo desse tipo, o que os aproxima do monumento histórico. No

entanto, a força do documento histórico se encontra em seu potencial memorial, com leves traços de ordem estética e artística, o que os desloca do monumento histórico. É dito que não somente de estética e arte o monumento histórico se sustenta, mas estes são seus principais elementos. Com configuração de monumento histórico, o documento age como monumento.

Para que isso aconteça, é necessário que ele seja ressignificado. Sua ressignificação deve convertê-lo à condição de documento histórico e fonte histórica, para que ele detenha funções que justifiquem sua preservação.

Este caminho de conversão do documento pode se dar de duas formas. Para os arquivos institucionais, como apresentado, trata-se de uma conversão parte burocrática e parte valorativa. O processo de destinação dentro das instituições converte o documento jurídico-administrativo em fonte informativa e testemunho. A partir deste momento, o documento institucional pode ser considerado uma fonte histórica.

Com relação aos arquivos pessoais, este processo não cabe. Estes conjuntos seguem caminhos diferentes dos seguidos pelos primeiros. Não há destinação pré-definida nem um guia jurídico-administrativo que o apoie. Os arquivos pessoais não contam com a fase intermediária existente aos arquivos institucionais. Mais do que o pensamento das Três Idades, aos arquivos pessoais cabe a ideia de Valor Primário e Valor Secundário.

De acordo com os desejos e intenções do titular, os documentos são preservados ou descartados. O fato de um documento não ser descartado pelo seu titular não o investe de valores secundários, ou valores históricos. Na análise de hoje o sujeito pode decidir manter determinado documento que, algum tempo depois, será descartado em outra análise.

Não é, de fato, a seleção realizada pelo titular que confere valores históricos aos documentos. Os valores históricos são investidos futuramente a aquilo que restar no arquivo da pessoa. Independente do que seja.

Não sendo a própria pessoa que investe o valor histórico aos documentos, é válido questionar a quem cabe esta função. Por considerarmos a preservação dos documentos e sua ressignificação como um ato de monumentalização, Le Goff nos deu a resposta. Ele entende que a monumentalização dos documentos se dá através do poder.

É através da determinação de alguma fonte de poder que o documento passa a ser entendido como um monumento. Nesse sentido, instituições podem ser entendidas como detentoras deste poder legitimador e “monumentalizador”. Não devemos nos restringir aos poderes públicos como únicas instâncias para isso.

As instituições que produzem seus documentos, independente se pública ou privada, detêm as condições para ressignificar seus próprios documentos. Enquanto às pessoas físicas não é atribuído esse poder, a elas cabe depender de alguma fonte de poder para realizar a monumentalização.

Nesse sentido, quando o arquivo pessoal é transferido aos cuidados de alguma instituição de memória, ele recebe esta valoração necessária. As instituições de memória detêm autonomia para esta atividade através da função social e da influência que exercem sobre o universo cultural e científico.

Associado à recolha do arquivo, encontra-se o trabalho para configurá-lo e disseminá-lo ao público. Exatamente o que acontece com os monumentos e monumentos históricos, o arquivo pessoal passa a ter a necessidade de exposição. Mas não qualquer exposição, esta se dá de modo ordenado e organizado para que isso ocorra.

As equipes técnicas das instituições, em parceria com os titulares ou familiares, são responsáveis por dar forma e sentido à massa. Sempre consoante às intenções do titular do arquivo e às possibilidades deixadas pelos documentos, os conjuntos documentais passam a ser iluminados.

Um monumento é, necessariamente, algo exposto. Caso contrário ele não exerce sua função essencial. Do mesmo modo é com os documentos. Caso mantenham-se guardados, eles não exercem sua função de fonte histórica, não serão capazes de exercer sua potencial influência sobre o contexto social e cultural.

Nesse sentido as instituições oferecem a iluminação necessária à monumentalização de arquivos pessoais. Se mantidos em poder de familiares, eles não receberão esta função expositiva.

Mais do que oferecerem iluminação aos arquivos recolhidos, o ato de recolhimento por parte da instituição denota o sentido de relevância daquele conjunto. Sendo estas instituições direcionadas à ação social e cultural, pesquisa e preservação, aquilo que é considerado relevante por elas é, conseqüentemente, considerado relevante para a sociedade.

A proporção da instituição, neste sentido, não será determinante. Instituições pequenas, voltadas para o atendimento da memória local ou de pequenos grupos, têm o mesmo efeito. O diferencial se encontra na demanda atendida e na repercussão do conjunto. Quer dizer, um conjunto agregado a estas instituições, em geral, será de interesse para aquele grupo ao qual ele se direciona, e não necessariamente de interesse nacional.

Estas instituições regionais detêm ainda a qualidade de preservação das memórias inferiores e identidades locais. As grandes e renomadas instituições tem uma tendência maior em se apropriar de elementos já enraizados na história nacional. Localizadas em grandes centros, atraem maior atenção por parte de pesquisadores e seu papel de exibição e divulgação do material é mais explorado. Instituições regionais se ocupam do trabalho com as memórias daquela região, portanto, tangenciais ao cenário nacional.

Estas instituições contam com um papel relevante na formação e afirmação das memórias e identidades nacionais, bem como no sentimento de nacionalismo. A necessidade destes elementos para a configuração da nação, enquanto uma instituição coletiva coesa, coloca estas instituições e seus acervos lado a lado com monumentos em praças públicas, com festividades e feriados nacionais, ritos e práticas coletivas, entre outros.

Estas instituições desenvolvem programas de ação cultural e aproximação com o grande público, a fim de demonstrar a importância de seu papel na sociedade. Porém, caso este serviço não seja bem sucedido, o principal público destes lugares de memória é sempre assegurado. Pesquisadores e estudiosos não esgotam as possibilidades destas instituições no desenvolvimento de seus trabalhos.

Mesmo que a instituição não consiga estabelecer um contato direto com a sociedade, os pesquisadores o fazem através de seus trabalhos. Os pesquisadores são responsáveis por converter as informações acumuladas nestes centros em efetivas histórias nacionais, ou “narrativas nacionais”.

Os pesquisadores compõem uma parcela das elites intelectuais da nação e desenvolvem o papel de colaborar com a formação da história e dos elementos de identidades nacionais. Portanto, mesmo que de modo indireto, os conjuntos documentais preservados nestas instituições de memória participam da formação do sentido de nação e de nacionalismo.

Nesse sentido, a institucionalização dos arquivos pessoais lhes proporciona o status de instrumento de ação social. As memórias pessoais passam à qualidade de agentes na estruturação da história e identidade, mesmo através de vias sentimentais, tais quais os monumentos. O sentimentalismo, nestes casos, pode ser compreendido tanto como o potencial humanizante destas fontes, ao transformar personagens em pessoas da mesma comunidade, quanto com relação à inserção daquele dado histórico trazido junto ao contexto do grupo. Enquanto uma comunidade imaginada, acontecimentos passados e pessoas despertam um sentimento de proximidade, pertencimento e compaixão entre o coletivo nacional.

O mesmo acontece com aqueles arquivos pessoais tangentes e regionais. No entanto, a ação deles desperta o sentimento local e regional de pequenos grupos.

A partir deste entendimento, é possível afirmar que neste momento os arquivos pessoais são transformados em monumentos e patrimonializados no cenário histórico e cultural coletivo. Eles passam a fazer parte do hall de itens e elementos pertencentes ao grupo, à comunidade, à nação. Fazem parte não somente no sentido jurídico, após a doação dos documentos, mas também, e principalmente, no simbólico. Eles se tornam símbolos selecionados para integrar e representar a história e identidade da comunidade.

Diante deste quadro, cabe pensarmos qual a posição do Programa Memória do Mundo no Brasil.

Os objetivos delimitados pelo Programa limitam-se a preservação, acesso e reconhecimento dos conjuntos documentais de relevância para a memória nacional. Com um processo de seleção com o propósito de elaborar uma listagem destes documentos que devem ser preservados, o Programa confere a sua logomarca. Esta logomarca corresponde a um selo conferido aos documentos ou conjuntos que correspondem às expectativas do Programa.

Estas expectativas, representadas pela lista de critérios de seleção, correspondem a qualificações específicas dos documentos. Qualificações estas que, sem dúvidas, se relacionam com valores históricos e culturais dos documentos.

No entanto, não podemos desconsiderar as determinações do Programa. Ele é uma iniciativa de uma instituição internacional de muita credibilidade em ações de preservação patrimonial. Muitas das ações desenvolvidas pela UNESCO têm poder de determinar o que merece ser preservado por suas qualificações próprias.

As determinações da UNESCO seguem sistemas de patrimonialização originados no período da Revolução Francesa, onde começaram a surgir as primeiras leis preservacionistas. Estas leis tinham o propósito de assegurar que itens do antigo regime não fossem destruídos por revolucionários.

Neste período se configura um processo de burocratização do patrimônio nacional. Esta prática tem continuidade desde então e se estrutura cada vez mais na contemporaneidade. As Cartas da UNESCO são instrumentos burocráticos para a implantação de políticas de preservação, bem como todas as ações desenvolvidas por ela.

O Programa Memória do Mundo não seria diferente. Ele se incumbem de estabelecer parâmetros gerais e aplicá-los aos casos específicos. Este sistema propicia uma homogeneização daqueles bens a receber a nomeação.

Porém, é necessário atentarmos para um detalhe. Entre os objetivos do Programa, em momento algum é mencionado que a listagem do Programa é determinante daquilo que é patrimônio.

O Programa se propõe a incentivar a preservação e o acesso e de estimular formas de ampliar o reconhecimento da importância destas ações. O Programa Memória do Mundo não se entende enquanto um determinador definitivo do que deve ser patrimônio documental.

Considerando a análise no capítulo anterior, os pesos que estabelecem a nomeação de um documento ou conjunto documental são muito parciais. A composição do Comitê Nacional, a legitimidade histórica, os critérios de seleção e a concorrência de candidatos formam um sistema elitista e homogeneizador efetivado através de análises comparativas.

Estas condições são responsáveis por investir ao processo seletivo do Programa Memória do Mundo um caráter de concurso. Os melhores colocados neste concurso recebe o direito de ingressar na lista dos patrimônios documentais do Brasil e de utilizar o selo do Programa.

Este selo não garante investimento financeiro ou de qualquer outra ordem proveniente da UNESCO. Porém, considerando a credibilidade desta instituição internacional, a detentora do conjunto documental selado conquista um forte argumento para arrecadar recursos oriundos de outras fontes.

Isto nos mostra que o selo do Programa conta com um forte potencial de marketing para as instituições de memória. Com isso não podemos negar que a

investidura do selo do Programa garante benefícios às instituições de memória e ao conjunto selado. Mas não podemos dizer que este selo é responsável por tornar determinado conjunto um patrimônio documental.

Como todo processo seletivo com características de concurso, onde inscritos concorrem a uma quantidade determinada de vagas, entre os conjuntos candidatos a este selo, alguns são nominados e outros não. Apresentamos no texto um quadro com os dados referentes às candidaturas de arquivos pessoais, os aceites e as negações. Apresentamos também quais foram os conjuntos negados e os aceites.

Dentre os conjuntos aceites e selados, notamos a proeminência de arquivos de titulares de destaque para o desenvolvimento histórico e cultural do país. Enquanto que entre os negados, existiam os conjuntos de pessoas cuja trajetória não é notável na história nacional. É dizer que os primeiros são legitimados pela história nacional, enquanto que os segundos não o são.

No entanto, este grupo de pessoas cujos arquivos não foram nominados pelo Programa são pessoas relevantes no contexto local e regional em que viveram. São pessoas que contam com seus arquivos preservados pelas instituições de memória locais, que contam com sua valorização por parte da população local e que têm seus feitos preservados na memória e na identidade daquela comunidade.

Dizer que os arquivos selados pelo Programa são mais monumentais ou mais patrimoniais que os arquivos não selados seria um equívoco. Ambos os grupos contam com suas respectivas legitimações, pela história nacional, pelas memórias regionais, pelas comunidades em cada escala. Os titulares de ambos os grupos contam com seus monumentos institucionalizados, expostos e pertencentes à história, à memória e à identidade coletiva. São, portanto, patrimônio.

Apesar de serem, todos estes conjuntos pessoais, patrimônios documentais, não devemos deixar de observar que a proposta do Programa Memória do Mundo é recomendar a salvaguarda daqueles documentos e conjuntos relevantes para a história e cultura nacionais. Isto não significa dizer que os conjuntos até agora negados não são relevantes. Significa dizer que estes conjuntos nominados têm titulares com uma atuação mais proeminente e de maior interferência na trajetória nacional.

Aqueles conjuntos cujos titulares tiveram uma atuação mais localizada não se encaixam com as exigências primordiais do Programa. Seus documentos, apesar de

serem considerados pela comunidade que o cerca, não detêm a representação necessária para a história nacional.

Seria injusto não deixarmos aqui os benefícios gerados pela atuação do Programa Memória do Mundo no Brasil. Apesar de ele não ser responsável pela patrimonialização dos conjuntos documentais pessoais, ele contribui consideravelmente pela valorização destes arquivos.

O Programa é responsável por disseminar e afirmar a existência destes conjuntos e por expor ainda mais as qualidades de cada um deles. Seus objetivos de incentivo ao acesso, preservação e reconhecimento são bem sucedidos. Ele ainda garante que estas condições sejam mantidas pelas instituições de custódia. Por ser um programa de ação internacional, contribui também para a apresentação das ações brasileiras no que tange os arquivos e para mostrar a outros países as riquezas documentais do Brasil.

Com a configuração atual do Programa, a tendência é ampliar cada vez mais a existência de arquivos pessoais na lista do patrimônio documental nacional. Seria exagero dizer que algum dia todos os arquivos pessoais estarão nesta lista, pois a quantidade destes conjuntos preservados é muito grande, mas não seria demais pensar que muitos deles futuramente constarão nela.

O Programa ainda trás a grande contribuição de afirmar a qualidade patrimonial dos documentos, sejam pessoais ou institucionais, arquivísticos ou bibliográficos. Estes documentos muitas vezes têm seu caráter patrimonial encoberto pelo entendimento de fonte histórica. A compreensão de que os documentos não são somente fontes, mas também símbolos de uma época e de uma cultura, ainda é um tema que necessita de exploração.

A qualidade de fonte histórica dos arquivos pessoais também foi descoberta recentemente, ao menos no Brasil. Trabalhos de exploração destes conjuntos pessoais têm sido frequentes nos últimos anos, o que contribui para a afirmação do lugar que lhes cabe no cenário histórico e cultural. Agora, o próximo passo é buscar a confirmação das qualidades patrimoniais destes conjuntos.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). **Arquivo Machado de Assis**. Rio de Janeiro, 2007. (Projeto)

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 09-34.

ARTIÈRES, Philippe. Monumentos de papel: a propósito dos novos usos sociais dos arquivos. In: SALOMON, Marlon (Org.) **Saber dos arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011. p. 99-110.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. Revista **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27. p. 151-166, jan./jun. 2000.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. Revista **Ciências & Letras**, Porto Alegre, 31: jan-jun 2002, p. 167-175.

BELLOTTO, Heloisa Liberali (2004). **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENJAMIN, Walter. O narrador, In: **Os pensadores**, São Paulo, Abril cultural, 1975, p. 63-81.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria Nº 259, de 02 de setembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n.172, 6 set. 2004. Seção 1. Disponível em:

<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Portaria%20259%20de%202004.pdf> Acesso em: 24 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Portaria Nº 61, de 31 de outubro de 2007. Aprova o Regulamento do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n.212, 5 nov. 2007. Seção 1, p.15. Disponível em:

<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/DOU%205.11.2007%20Portarias%2060%20e%2061.pdf> Acesso em: 24 out 2010.

BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília. 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 01 jan. 2012.

BUCKLAND, Michael. K. Information as thing. In: **Journal of the American Society for Information Science**, 42:5, jun. 1991, p.351-360, Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 17 ago. 2009

CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 43-58.

CAMARGO, Ana Maria de A.; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: A abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: IFHC, 2007.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2003, p. 21-44.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC-FGV). **Proposta de candidatura do Arquivo Getúlio Vargas como patrimônio nacional no Programa Memória do Mundo da UNESCO**. Rio de Janeiro, Mar. 2007. (Projeto)

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC-FGV). **Accessus base de dados**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em 01 Jan. 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2006.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 129-149.

COSTA, Célia Leite. Intimidade versus interesse público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 189-199.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do baú aos arquivos: escritas de si, escritas do outro. **Patrimônio e memória**, Assis: CEDAP, UNESP, V.3, n.1, 2007

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (DPHDM). **Formulário de candidatura “Arquivo Tamandaré: uma janela para o Estado Imperial brasileiro”**. Rio de Janeiro, 2010. (Projeto)

DUARTE, Zeny, FARIAS, Lúcio. **O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico**. Salvador: ICI, 2005.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo**: Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>> Acesso em: 13 fev 2011.

FERREIRA, Letícia Elaine. **O fundo de arquivo e o princípio de proveniência**: Uma observação entre a teoria e a prática. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. CPDOC – 30 anos. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2003, p. 07-12.

FRADE, Everaldo P. O Observatório Nacional através dos arquivos dos seus ex-diretores: o uso de arquivos pessoais de cientistas como subsídio na organização de um arquivo institucional. In: SILVA, Maria Celina S. de M.; SANTOS, Paulo Roberto E. dos. **Arquivos Pessoais**: História, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 175-188.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n21, 1998, p. 59-87.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN). **Formulário de candidatura “Manuscritos musicais de Carlos Gomes”**. Rio de Janeiro, 2009. (Projeto)

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (Fundaj). **Formulário de candidatura “Arquivo Joaquim Nabuco”**. Recife, 2008. (Projeto)

FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER. **Formulário de candidatura “Arquivo Oscar Niemeyer”**. Rio de Janeiro, 2008. (Projeto)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – CASA DE OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ-COC). **Formulário de candidatura “Arquivo Oswaldo Cruz”**. Rio de Janeiro, 2007. (Projeto)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – CASA DE OSWALDO CRUZ. **Base de dados Arch – Arquivo Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://icaatom.coc.fiocruz.br/index.php/oswaldo-cruz-2;isad>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – CASA DE OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ-COC). **Formulário de candidatura “Fundo Carlos Chagas”**. Rio de Janeiro, 2008. (Projeto)

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – CASA DE OSWALDO CRUZ. **Base de dados Arch – Fundo Carlos Chagas**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://icaatom.coc.fiocruz.br/index.php/carlos-chagas-4;isad>>. Acesso em: 01 jan. 2013.

GARCIA BELSUNCE, C. A. Legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural. **Acervo**, Rio de Janeiro. v. 1, n. 1 p. 29-40, jan.-jun. 1986

GARCÍA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Cidade**: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, MEC, n.23, 1994, p. 95-115

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2008. (Ensaio Latino-americanos, 1)

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 121-127.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 2, Rio de Janeiro, 1988, p. 264-275.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/MinC – IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 25-33.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editora Vértice, 1990.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: Uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 41-60.

HEYMANN, Luciana. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 2, jan. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2246/1385>. Acesso em: 16 Jan. 2013.

HEYMANN, Luciana. O legado do Estado Novo. In: **Seminário O Estado Novo 70 anos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2007. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1707.pdf Acesso em: 16 jan. 2013.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB-USP). **Proposta de candidatura do Arquivo João Guimarães Rosa no Programa Memória do Mundo da UNESCO**. São Paulo, Jul. 2007. (Projeto)

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB-USP). **Catálogo Eletrônico**. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/ Acesso em: 01 Jan. 2013.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KOBASHI, Nair Yumiko; SMITH, Johanna W.. TÁLAMO, María de Fátima G.M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. **Datagrama** – Revista de Ciência da Informação. v.2, n.2, abril 200. Disponível em: http://www.dgz.org.br/abr01/Art_03.htm Acesso em: 28/11/2011

LAGE, Maria Otilia Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental: Territórios, Práticas e Desafios**. Guimarães: Éden Gráfico, 2002. (Coleção Cadernos NEPS 4)

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org). **Documento: Gênese e contextos de uso**. Niterói: EDUFF, 2010, p. 35-56

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Ed. UNICAMP. 1990, p. 535-552.

LE GOFF, Jacques. **Historia e Memória**. Campinas: editora UNICAMP, 1994.

LEMOS, Carlos A.C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense. 2000 (Coleção Primeiros Passos)

LIMA, Maria Tereza G. A.. O “pacto autobiográfico” e os álbuns fotográficos. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 4., 2010, Maringá, **Anais...** Maringá: UEM, 2010. Disponível em: <http://www.cielli.com.br/downloads/239.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2013

LISBOA, Araci G. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, Maria Celina S. de M.; SANTOS, Paulo Roberto E. dos. **Arquivos Pessoais: História, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 11-19.

MACIEL, Laurinda Rosa; BORGES, Renata S. Metodologia de organização de arquivos pessoais: o fundo Virgínia Maria Niemeyer Portocarrero, enfermeira da FEB. In: SILVA, Maria Celina S. de M.; SANTOS, Paulo Roberto E. dos. **Arquivos Pessoais: História, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 113-136

MUSEU IMPERIAL. **Conjunto documental relativo às viagens do imperador d. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo**. Petrópolis 2010. (Projeto)

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José W. A prática arquivística: Os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.3, set/dez 2008, p. 02-19.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, (10), dez 1993. p. 7-28.

OLIVEIRA, Lucia Maria V. **Descrição e pesquisa**: Reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012

ORTEGA, Cristina Dotta. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org). **Documento**: Gênese e contextos de uso. Niterói: EDUFF, 2010, p. 57-80

OTLET, Paul. Documentos e documentação. In: CONGRESSO DE DOCUMENTAÇÃO UNIVERSAL: Paris. 1937 **Discursos...** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Separata. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet> . Acesso em: 01/05/2012

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989, p.03-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUINTEIRO, Sílvia. Memórias do Mundo. **Dos Algarves**, Algarves, nº 15, p. 6-10, 2º semestre 2006

REZENDE, Darcilene Sena. Patrimônio documental e construção da identidade em tempos de globalização: a classificação arquivística como garantia da pluralidade de memórias. In: **VII Congreso de Archivología del Mercosur: archivos, patrimonio documental del futuro, 2007, Viña del Mar (Chile)**. VII Congreso de Archivología del Mercosur: archivos, patrimonio documental del futuro. Santiago : ASOCARCHI, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou.... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1998, p. 35-42.

ROUSSEAU, Jean Yves, COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivo Pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SILVA, Maria Celina S. de M.; SANTOS, Paulo Roberto E. dos. **Arquivos Pessoais: História, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 21-50.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiro, et al. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto, edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Maria Celina S. de M. Reorganização de fundo: Uma experiência em arquivo pessoal de cientista. In: SILVA, Maria Celina S. de M.; SANTOS, Paulo Roberto E. dos. **Arquivos Pessoais**: História, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 89-112.

UNITED NATIONS FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE ORGANIZATION (UNESCO). **Programme “Memoire du Monde”**: Rapport final. Pultusk, Pologne, 12-14 sept. 1993

UNITED NATIONS FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE ORGANIZATION (UNESCO). **“Memory of the World” Programme**: Final report. Paris, France, 3-5 may 1995.

UNITED NATIONS FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURE ORGANIZATION (UNESCO). Programa Memória do Mundo da UNESCO. Comitê Nacional do Brasil. **Instrumento Público de Seleção** Nominção no Registro Memória do Mundo do Brasil de 2010. Rio de Janeiro, 19 abril 2010. Disponível em:
<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/Edital%20MOW%202010.pdf>
Acesso em: 03 out. 2010.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA (UCG-IGPA). **Formulário de candidatura “Coleção Jesco Von Puttkamer”**. Goiânia, 2009. (Projeto)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – BIBLIOTECA COMUNITÁRIA (UFSCar – BCO). **Formulário de candidatura “Fundo Florestan Fernandes”**. São Carlos, 2009. (Projeto)

VALENTIM, Marta Lígia P. Gestão documental em ambientes empresariais. In: _____ (Org) **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012, p. 11-25.

VENANCIO. G.M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, 2001.

ANEXO I

Formulário de Candidatura – Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo do Brasil.

REGISTRO MEMÓRIA DO MUNDO DO BRASIL DE 2012

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA À NOMINAÇÃO⁵¹

PARTE A – RESUMO DA CANDIDATURA	
<p>Trata-se de uma carta de apresentação da candidatura, com breve descrição do que é o documento ou conjunto documental e as razões que justificam a sua candidatura. O texto deverá ser claro e preciso em seus dados.</p>	<p>(Máximo de uma lauda, com ilustração do documento ou conjunto documental. Utilizar folha a parte, com as especificações da nota 1).</p>
PARTE B - DADOS CADASTRAIS DO(S) PROPONENTE(S) À CANDIDATURA	
Poderá ser do(s) proprietário(s) do documento ou conjunto documental ou de seu(s) custodiador(es)	
<p>Nome(s) da(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) proprietária(s) do documento ou conjunto documental</p>	
<p>Nome(s) da(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) custodiadora(s) do documento ou conjunto documental</p> <p>(Se for distinto do da proprietária)</p>	
<p>Natureza(s) da(s) pessoa(s) jurídica(s) (pública ou privada)</p>	
<p>Se pública(s), especificar a subordinação administrativa</p>	

⁵¹ Usar no preenchimento do **Formulário de Candidatura** a fonte 11, em Times New Roman, com espaçamento simples das entrelinhas e um espaçamento entre os parágrafos. Sempre que possível incluir os dados solicitados nos campos do próprio formulário. Sendo necessária a inclusão de folhas a parte, a lauda deverá ter as seguintes características: papel A4, máximo 47 linhas, com as margens superior, inferior e da esquerda com 2,5 cm e da direita com 2 cm.

ENDEREÇO

Rua _____ / _____ Avenida

—

Bairro _____ / _____ Distrito

CEP _____ Cidade

Estado _____

Cod. DDD _____ Tel. _____ Ramal

Tel. _____ Ramal

Fax _____

E-mail

Sítio _____ na _____ Internet

PARTE C – ATIVIDADES PRINCIPAIS DA INSTITUIÇÃO OU ENTIDADE CUSTODIADORA

Descrição sumária do perfil da(s) instituição(ões) ou entidade(s) custodiadora(s)

(Preencher somente no caso de pessoa(s) jurídica(s) de direito privado ou publico)

(Máximo de uma lauda. Utilizar folha a parte, com as especificações da nota 1, da página 12).

PARTE D - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE O DOCUMENTO OU CONJUNTO DOCUMENTAL

Descrição, o mais exaustiva possível, das características intrínsecas e extrínsecas do documento ou conjunto documental apresentado à candidatura, com indicação do tempo, lugar, autoria, assunto(s) ou tema(s) tratado(s), forma e estilo, justificando sua:

- **proveniência;**
- **autenticidade;**
- **singularidade,**

e importância para a história e a cultura nacionais, assim como uma análise do seu estado de conservação.

Deverá informar, igualmente, o regime de propriedade, condições de acesso, questões jurídicas julgadas relevantes, inclusive a respeito de direitos autorais.

(O texto, de no máximo duas laudas, deverá ser ilustrado com imagens do documento ou itens documentais do conjunto proposto à nomeação. Utilizar folha a parte, com as especificações da nota 1, da página 12).

PARTE E – HISTÓRIA ADMINISTRATIVA OU BIOGRAFIA DO PRODUTOR

Apresentar uma pequena história administrativa (pessoa jurídica, pública ou privada) ou biografia (pessoa física) do produtor.

(Máximo de uma lauda. Utilizar folha a parte, com as especificações da nota 1, da página 12).

PARTE F - PLANO DE GESTÃO DOCUMENTAL

<p>Existe um plano de gestão para a guarda, preservação, segurança e acesso do documento ou do conjunto documental?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p> <p>Em caso afirmativo, anexe um sumário do plano.</p> <p>Em caso negativo, informe sobre as condições de guarda, preservação, segurança e acesso.</p>	<p>Máximo de uma lauda. Utilizar folha a parte, com as especificações da nota 1, da página 12).</p>
--	---

PARTE G – AVALIAÇÃO DE RISCO

Essa informação não será levada em consideração no julgamento, mas será incluída como informação adicional.

Detalhe a natureza e abrangência das ameaças ao documento ou conjunto documental

(Riscos naturais, entorno da edificação, condições ambientais dentro e fora do edifício de custódia, contaminação, fragilidade do suporte, outros dados julgados pertinentes)

(Máximo de uma lauda. Utilizar folha a parte, com as especificações da nota 1, da página 12).

PARTE H – INVENTÁRIO DO ACERVO

INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA – SUA AUSÊNCIA DESCLASSIFICA A CANDIDATURA

- a) Mensurar a documentação textual ou quantificar os itens documentais, agregando-os por categorias: textos, fotografias, registros audiovisuais etc.
- b) Destacar itens ou dossiês especialmente relevantes dentro do fundo/coleção.
- c) Indicar em relação em separado, os itens documentais que porventura estejam sob custódia de outra entidade/organização/ ou de pessoa física, e que não fazem parte dessa proposição.
- d) Caso haja inventário da documentação proposta, o mesmo deverá ser anexado a candidatura.

PARTE I – PROPONENTE

Pessoa(s) responsável(is) pela apresentação da candidatura:

Nome(s)

Aceito integralmente as condições deste Edital e de seu Regulamento, sendo de minha total responsabilidade a veracidade das informações remetidas ao MOWBrasil.

Local _____ **Data** / / 2012

Assinatura(s)

DADOS SUPLEMENTARES SOBRE O DOCUMENTO OU CONJUNTO DOCUMENTAL DE NATUREZA ARQUIVÍSTICA

(O preenchimento deste formulário é obrigatório, uma vez que possibilitará o aprofundamento das informações sobre o acervo de natureza arquivística proposto e viabilizará ao MOWBrasil, posteriormente, criar e manter uma base de dados sobre os documentos ou conjuntos documentais nominados)

DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO OU CONJUNTO DOCUMENTAL Com base na Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE – CONARQ (Ver em Publicações Digitais: < http://www.arquivonacional.gov.br >)	
1. Área de Identificação	
Título formal ou atribuído do documento ou conjunto documental	
Código de referência do documento ou conjunto documental	
Data ou datas-limite	
Dimensões e quantificação do acervo	
Suporte(s) documental (ais) (Especificar o(s) material(is) em que as informações estão registradas)	
2. Área de Contextualização	
Nome(s) do(s) produtor(es)	

História administrativa ou biografia do produtor	
---	--

(máximo uma lauda)

3. Área de conteúdo e estrutura	
<p>Conteúdo do documento ou conjunto documental</p> <p>(Especificar os assuntos ou temas tratados considerados mais relevantes e que subsidiem o julgamento)</p> <p>(máximo uma lauda)</p>	
<p>Sistema de organização e arranjo ou catalogação do acervo</p>	
4. Área de condições de acesso e uso	
<p>Condições de acesso</p> <p>Especificar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • se sem restrições – acesso livre; • se com restrições – informar a natureza das mesmas. 	
<p>Condições de reprodução</p> <p>(Especificar, se possível, os tipos de reprodução autorizados)</p>	
<p>Idioma</p> <p>(Especificar os idioma(s) em que o(s) documento(s) está(ão) registrado(s))</p>	

<p>Instrumentos de pesquisa (Especificar e indicar os tipos de meios de busca disponíveis – inventários, catálogos, índices, bases de dados e outros)</p>	
<p>Horário de atendimento ao público</p>	
5. Área de fontes relacionadas	
<p>Existência de cópias e localização (Especificar a existência de cópia(s) do documento ou conjunto documental e sua localização)</p>	
<p>Unidades de descrição relacionadas (Especificar a existência de outras unidades documentais relacionadas, isto é, fundos ou coleções que se relacionem com o documento ou o conjunto documental proposto)</p>	
6. Área de notas	
<p>Notas sobre o estado de conservação do documento ou conjunto documental</p>	
<p>Nota sobre publicação (Listar referências das publicações, artigos e estudos com base no documento ou conjunto documental)</p>	